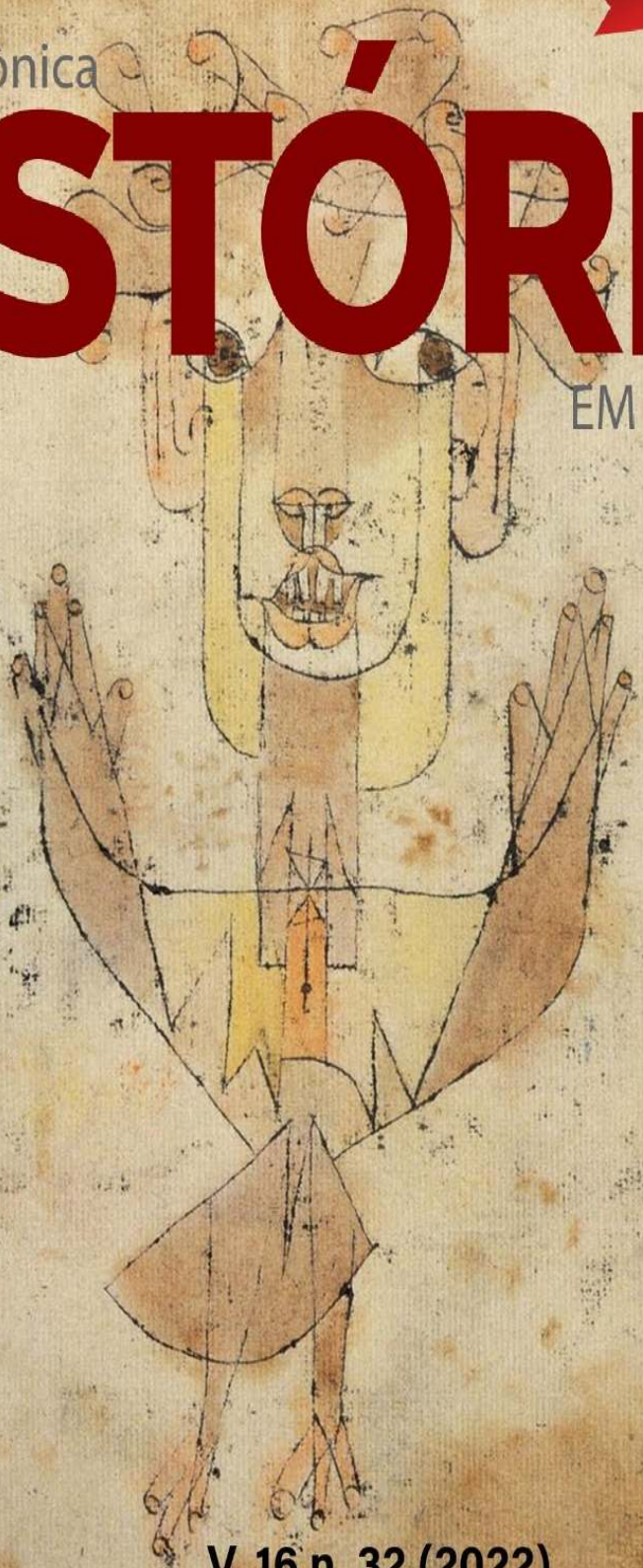
Revista eletrônica

# HISTÓRIA

EM REFLEXÃO



ARTIGOS LIVRES

UFGD editora

V. 16 n. 32 (2022)
Dourados - MS - Brasil
e-ISSN 1981-2434

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

# UMA HISTÓRIA (ATÉ ENTÃO) NÃO CONTADA:
Ateísmo e agnosticismo em Nova Andradina/MS

# A STORY (UNTIL NOW) UNTOLD:
Atheism and agnosticism in Nova Andradina/MS

*RICARDO OLIVEIRA DA SILVA*[1]

*JOÃO VITOR ARANHA*[2]

## RESUMO

O presente artigo é uma síntese do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado no Curso de História da UFMS de Nova Andradina/MS no início de 2022. Com essa pesquisa nós investigamos uma faceta pouco conhecida na história de Nova Andradina/MS: a presença de pessoas ateias e agnósticas. A partir da metodologia da história oral, procuramos analisar como os entrevistados se identificam no campo da descrença religiosa e como isso impacta suas interações sociais em um município que possui uma história entrelaçada com o elemento religioso. O que verificamos mediante essa pesquisa é que existe uma série de dificuldades (familiar, social, laboral) para as pessoas se identificarem publicamente como ateias e agnósticas, resultando na percepção de que o ateísmo e o agnosticismo seriam inexistentes no município.

**Palavras-chave**: Nova Andradina/MS; Ateísmo; Agnosticismo.

## ABSTRACT

The present article synthesizes the undergraduate thesis - TCC defended at the Nova Andradina/MS History Course of the UFMS in early 2022. With this research we investigated a little-known facet in the history of Nova Andradina/MS: the presence of atheists and agnostics in the city. Based on the oral history methodology, we seek to analyze the identification of respondents in the field of religious disbelief and how it impacts social interactions in a municipality that has its history intertwined with the religious element. We verified through this research that there are a series of difficulties (family, social, work) for people to publicly identify themselves as atheists and agnostics in the city, resulting in the perception that atheism and agnosticism would be non-existent in Nova Andradina/MS.

[1] Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013). Docente no Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Nova Andradina (UFMS/CPNA). *E-mail*: ricardorussell@gmail.com

[2] Graduando no curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Nova Andradina (UFMS/CPNA). *E-mail:* jvitoraranha@gmail.com

**Keywords**: Nova Andradina/MS; Atheism; Agnosticism.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os relatos obtidos no ano de 2021 de pessoas residentes em Nova Andradina/MS que se identificavam como ateias e agnósticas. No conjunto de relatos obtidos foi analisado como as pessoas entrevistadas interpretaram o afastamento das instituições e das crenças religiosas, a inserção e interação no município como pessoas que se definem como ateias e agnósticas, e a leitura que fizeram sobre o ativismo ateísta no Brasil e o papel social da religião. Com base em tais informações nós procuramos avaliar como o fenômeno do ateísmo e do agnosticismo era vivenciado e compreendido em um município no interior do Mato Grosso do Sul.

A pesquisa, cujos resultados apresentamos neste artigo, foi amparada em premissas teóricas e metodológicas que vamos expor nesta introdução com intuito de evidenciar os procedimentos científicos da investigação. Em primeiro lugar, gostaríamos de dizer que nosso trabalho se encaixa na história do tempo presente, com o estudo dos fenômenos sociais circunscrito ao recorte temporal contemporâneo. Isso permite ao/a historiador/historiadora produzirem fontes por meio da realização de entrevistas, com registro de narrativas sobre histórias individuais e coletivas (DELGADO; FERREIRA, 2014).

Nas entrevistas, levamos em consideração o papel da memória sobre os relatos obtidos. Segundo Michael Pollak (1992), a memória não é apenas um fenômeno individual e íntimo de cada pessoa – apesar de também o sê-lo –, mas um fenômeno construído socialmente, mutável, flutuante e subjetivo. É constituída por referência a acontecimentos e fatos vividos pelo indivíduo e pela coletividade à qual ele se sente pertencer, assim como pela menção a pessoas e lugares. Inerentemente histórica, a memória de uma pessoa é influenciada pelo contexto histórico e sociopolítico em que está inserida, sendo parte na construção de sua identidade individual ou de grupo (ex: religioso, étnico).

No que se refere ao conceito de identidade, Stuart Hall (2006) afirma que a memória é uma construção histórica, contingente e mutável, formada e transformada

continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

Em relação ao ateísmo e agnosticismo, Fernando Mezadri (2019) indica três possibilidades de construção identitária: 1) a construção de uma identidade ateísta no plano individual por meio da relação com o coletivo e com a atividade política secular; 2) o processo de construção da identidade ateísta via transição de uma vida religiosa para uma abertura pública e a interação do indivíduo com terceiros – sendo a religião o padrão das interações sociais devido a sua presença e hegemonia dentro da sociedade; 3) a construção da identidade ateísta como um percurso de transição, mas este ocorrendo via um gradual desapego e ruptura com a fé e a comunidade religiosa a qual se pertence até a declaração de uma identidade não mais pautada em um referencial religioso.

Em termos metodológicos, adotamos em nossa pesquisa o recurso da história oral. De acordo com Verena Alberti (2008), a história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes que consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos sobre conjunturas ou acontecimentos do passado ou do presente que vivenciaram ou testemunharam. A entrevista é uma fonte produzida intencionalmente. A produção dessa fonte dá-se em três etapas, sendo a *preparação de entrevistas* – incluindo o projeto de pesquisa e elaboração de roteiro; a *realização das entrevistas*; e o *tratamento das entrevistas* – momento em que é feito a transcrição e a organização do material.

A história oral foi a metodologia escolhida para nossa pesquisa pela possibilidade que ela oferece para o estudo de "padrões de socialização e de trajetórias de indivíduos e grupos pertencentes a diferentes camadas sociais, gerações, sexos, profissões, religiões [...]" (ALBERTI, 2008, p. 166). Isso nos pareceu de extrema importância levando em consideração a escassez de bibliografia e de fontes sobre a existência de pessoas ateias e agnósticas na cidade de Nova Andradina/MS.

Para a pesquisa foram realizadas sete entrevistas. O critério para a escolha dos interlocutores é que fossem residentes em Nova Andradina/MS e se identificassem como pessoas ateias ou agnósticas. As entrevistas foram feitas de forma virtual via plataforma zoom (a pandemia do coronavírus impediu a entrevista

presencial em 2021) e a partir de eixos temáticos que abordaram assuntos como a construção de uma identidade ateia/agnóstica, as interações sociais em Nova Andradina/MS na condição de indivíduos sem crenças religiosas, e as avaliações sobre o ativismo ateísta e o papel social da religião. Cabe registrar que todos os entrevistados assinaram um documento autorizando o uso de suas informações pessoais.

A partir dessa base teórica e metodológica, buscamos analisar as narrativas de indivíduos que se definiram como ateístas e agnósticos na cidade de Nova Andradina/MS. O artigo foi organizado em três tópicos: apresentação dos conceitos de ateísmo e agnosticismo e a historicidade do fenômeno; o ateísmo em Nova Andradina/MS, por meio de abordagem sobre a formação religiosa de Nova Andradina, assim como os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE sobre o ateísmo na cidade nas últimas décadas, vistos no quadro mais amplo de mudanças no perfil religioso vividas no país e no MS; no tópico final do artigo, apresentamos as entrevistas com pessoas que se identificam como ateístas e agnósticos em Nova Andradina/MS.

## 1. ATEÍSMO: DEFINIÇÃO E HISTÓRIA

O filósofo Julian Baggini (2016) define ateísmo como descrença na existência de Deus ou de deuses, geralmente acompanhada por descrença em quaisquer realidades sobrenaturais ou transcendentais. Já Michael Martin (2010) conceitua ateísmo a partir da sua raiz etimológica grega, em que o "*a*" significa "sem" ou "negação" e "*theos*" significa "deuses". Com isso, destaca dois possíveis sentidos para o ateísmo: o *positivo* – aquele que crê na inexistência de um Deus ou deuses – e o *negativo* – aquele que não possui crença em Deus ou deuses.

O historiador Georges Minois definiu ateísmo por duas categorias: o *ateísmo teórico* e o *ateísmo prático*. A primeira definição diria respeito ao desenvolvimento de sistemas filosóficos e visões de mundo calcadas em uma reflexão intelectual. Já a segunda definição seria referência a um modo de existência que consistiria "em viver sem se interrogar sobre uma eventual divindade, no postulado de um materialismo implícito" (MINOIS, 2014, p. 25).

Ethan Quillen (2015) aborda a definição de ateísmo mediante referência a um campo histórico-lexical, vendo-o como "significante vazio" que deve ser preenchido por aqueles que o usam, ou seja, quando um indivíduo discute sua própria noção de descrença religiosa, ele contribui para o significado comunitário da palavra em seu determinado contexto social.

Em nossa avaliação, a proposta de Quillen enriquece as possibilidades de investigação de uma história do ateísmo. Por exemplo: James Thrower (1982) compreende ateísmo como sistema de crenças ligado ao naturalismo, ou seja, uma forma de entender o mundo natural que adota como referência os próprios elementos do mundo natural e não de um mundo sobrenatural. As origens do naturalismo estariam nos filósofos pré-socráticos da Grécia Antiga.

David Berman (1988) entende que só é possível falar de ateísmo a partir do momento que um sistema de crenças científico e filosófico, de viés racional, se torne o fundamento de construção de uma identidade ateia, o que teria ocorrido no século XVIII com o Iluminismo.

Na exposição sobre ateísmo na história, pensamos ser oportuno fazer menção à palavra *agnosticismo*, muitas vezes citada em pesquisas sobre descrença religiosa e utilizada para demarcar uma posição em relação às crenças religiosas por parte dos entrevistados/entrevistadas em Nova Andradina/MS.

Cunhada pelo naturalista Thomas Huxley (1825-1895), a palavra "agnóstico" faz referência à etimologia grega por meio do uso do prefixo "*a"* como marcador de ausência e o termo "*gnose"* como referência a conhecimento (agnose como ausência de conhecimento). A palavra apareceu na Inglaterra em meados do século XIX inserida nos debates que envolviam naturalistas e religiosos diante da teoria da evolução de Charles Darwin (1809-1882), vista como explicação sobre a origem da vida alternativa à explicação proveniente da Bíblia. Com o termo agnóstico acentuando a dúvida epistemológica sobre a existência de Deus, Huxley procurou contornar a resistência de religiosos em favor da divulgação das ideias evolucionistas (SILVA, 2020a).

Os fenômenos do secularismo (compreensão da realidade sem interpretação religiosa) e da laicidade (religião como assunto privado ao Estado) ganharam projeção a partir da Idade Moderna. Contribuem para que muitas pessoas, ao redor do mundo,

se afastem de uma compreensão religiosa sobre o Planeta e a existência humana. Tal ocorre ainda que nem todas se declarem ateias em decorrência do estigma que o termo carrega desde a Grécia Antiga, associado à imoralidade, perversão e falta de compromisso com os valores religiosos que sedimentariam a vida social.

Phil Zuckerman (2010) informa, a partir de pesquisas de Norris e Inglehart (2004), que, no início do século XXI, a descrença na existência de Deus atingia, na América do Norte, 22% da população do Canadá e 6% da população dos EUA; na América Latina, 4% da população da Argentina, 2% da do México e 12% da do Uruguai; já na Europa, 39% dos ingleses, 44% dos franceses, 64% dos suecos, 48% dos dinamarqueses, 30% dos russos, 15% dos espanhóis e 6% dos italianos.

Por outro lado, Zuckerman menciona que a pesquisa de Greeley (2003) identificou, no mesmo período, que 41% dos noruegueses, 48% dos franceses e 54% dos tchecos afirmaram não acreditar em Deus, “mas só 10%, 19% e 20% desses inqueridos se identificavam como ateus, respectivamente” (ZUCKERMAN, 2010, p. 66).

Concomitante ao percentual expressivo de pessoas ao redor do mundo que afirmam não acreditar na existência de Deus, surgiu, especialmente na América do Norte e Inglaterra, um ativismo entre pessoas que se definem como ateias. Ricardo Oliveira da Silva (2020b) entende os movimentos ateístas da atualidade como movimentos culturais que incorporam uma pauta política. Regularmente eles se apresentam no espaço público promovendo e defendendo uma identidade ateia pautada na razão e na ciência, fazendo crítica ao preconceito contra pessoas que se definem ateias e defesa do Estado laico em que religião não interfira nas políticas públicas.

Uma das expressões desse ativismo é chamada de *neoateísmo*. Influenciados por obras de cientistas como Sam Harris, Richard Dawkins e Daniel Dennett; por discussões sobre os atentados promovidos por terroristas com leitura fundamentalista do Islã contra os EUA em 2001 e por tentativas de implementar o criacionismo como alternativa ao evolucionismo nas aulas de biologia nas escolas públicas, os grupos neoateístas compreendem religião como fenômeno retrógrado e pernicioso para a sociedade atual, a qual deveria ser guiada pela ciência, particularmente as ciências naturais, e por valores seculares e iluministas (SILVA, 2020b).

## 2. O ATEÍSMO NA HISTÓRIA DE NOVA ANDRADINA/MS

O fenômeno do surgimento de pessoas ateias e agnósticas na história de Nova Andradina/MS insere-se em um quadro mais amplo sobre as mudanças ocorridas no perfil religioso da população brasileira e do Estado do Mato Grosso do Sul desde fim do século XX. Historicamente falando, a formação religiosa do país, a partir do período colonial, ocorreu sob a égide do catolicismo na condição de religião oficial. Ainda que isso não tenha impedido que vicejassem crenças religiosas distintas no interior da sociedade colonial, a Igreja Católica e o Estado português atuaram para que o catolicismo fosse a única opção de crença religiosa acessível ao conjunto da população.

O catolicismo foi mantido como religião oficial do Brasil mesmo após a independência em relação a Portugal em 1822. Essa situação só mudou com a instauração da República em 1889, momento em que foi decretada a separação do Estado em relação à Igreja e instituída a liberdade de culto. Apesar disso, o Catolicismo continuou como religião socialmente hegemônica no país ao longo do século XX. Além disso, “muitos dos descendentes de negros e índios criaram cultos sincréticos, em que o Catolicismo coexiste com crenças e práticas que lhe são estranhas, como candomblé baiano [...] e as pajelanças do norte e nordeste do Brasil” (NEGRÃO, 2008, p. 266).

Contudo, a partir do fim do século XX, transformações no perfil religioso da sociedade brasileira começaram a ser constatadas. Por exemplo: 89% da população se declarou católica no censo do IBGE de 1980. Esse percentual caiu para 83,8% no censo de 1991; 73,8% no censo de 2000; e 64,63% no censo de 2010. Ao mesmo tempo, houve aumento no percentual de evangélicos conforme os dados do censo do IBGE: 6,6% em 1980; 9,1% em 1991; 15,5% em 2000; e 22,16% em 2010. Do mesmo modo, aumentou o grupo identificado como sem-religião, passando de 1,6% da população em 1980 para 4,8% em 1991; 7,3% em 2000; e 8,04% em 2010 (SILVA, 2020b).

Mato Grosso do Sul acompanha a tendência nacional de declínio dos católicos e aumento dos evangélicos e sem-religião. No Censo do IBGE de 2000, o percentual de católicos era de 69,52%, o qual caiu para 59,42% no Censo de 2010. O número de

evangélicos passou de 18,2% para 26,4% entre 2000 e 2010 e o da população que se define como sem-religião cresceu de 7,98% para 9,22%. Na comparação nacional, Mato Grosso do Sul foi o nono Estado com maior percentual de pessoas sem-religião no Censo de 2010. O ranking foi liderado pelo Rio de Janeiro (15,60%) (SANTOS, 2012).

José Eustáquio Diniz Alves (2020) informa que a alteração no perfil religioso da população brasileira ocorre sob o pano de fundo de um conjunto de mudanças no país. Entre elas, o autor destaca o declínio da economia primário-exportadora, com um setor de subsistência e o predomínio de relações informais de trabalho, para uma economia industrial e de serviços, avanços quantitativos na educação, ampliação e diversificação do consumo, avanço da comunicação e da mídia de massa. Uma segunda mudança foi o êxodo rural: a população rural caiu de 63,8% em 1950 para 15,7% em 2010, enquanto a população urbana passou de 36,2% para 84,3% no mesmo período.

Um segundo ponto que gostaríamos de esclarecer em relação aos dados do IBGE que apresentamos diz respeito à categoria “sem-religião”. A pesquisadora Denise dos Santos Rodrigues (2012) frisa que essa categoria não é sinônimo de ateísmo, uma vez que a ampla maioria das pessoas que se identificam como sem-religião afirma ter uma crença religiosa, mas a vivencia de forma individualizada. Apesar disso, o crescimento dos sem-religião na população brasileira pode indicar secularização relativa na sociedade e crise de credibilidade nas instituições religiosas.

Um ponto que é preciso ressaltar na investigação sobre a real dimensão da população ateia e agnóstica no país é que, no Censo do IBGE de 2010, tivemos segmentação na categoria sem-religião. Mediante essa metodologia, os dados do censo foram os seguintes: sem-religião, 7,65% (15,3 milhões de pessoas); ateus, 0,32% (615 mil pessoas); e agnósticos, 0,07% (124,4 mil pessoas). Apesar da mudança, ainda não é seguro dizer que o censo do IBGE traduz com precisão a composição de ateus e agnósticos na sociedade, pois a distribuição depende de informações que o entrevistado deve apresentar espontaneamente – sendo assim, se se declara como sem-religião, o entrevistado deve espontaneamente se colocar em uma categoria específica ou será adicionado na categoria genérica (RODRIGUES, 2012).

Além disso, a manifestação recente de um ativismo ateísta no país [vide criação da *Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos - Atea* em 2008] potencializado pelo uso da internet, pode indicar aumento de pessoas que se identificam como ateias e agnósticas. Na pesquisa sobre o ativismo ateísta no Brasil, R. O. Silva (2020b) notou algumas tendências nos discursos desses grupos: influência do neoateísmo dos EUA e Inglaterra para associar ateísmo com pensamento científico-racional e antagônico ao pensamento religioso, entendido como atrasado; luta contra o preconceito com pessoas ateias; e defesa do Estado laico.

Agora, ao trazer a análise em torno da trajetória do perfil religioso da população e o percentual de ateus e agnósticos para o contexto de Nova Andradina/MS, cidade distante em torno de 300km da capital Campo Grande, julgamos conveniente historicizar esse tópico. Posto isso, informamos que a fundação de Nova Andradina no fim da década de 1950 fez parte de um processo de colonização do Sul do Mato Grosso (desde 1977, Estado do Mato Grosso do Sul), que visou adaptar espaços geográficos às necessidades do capital, além de buscar integrar as elites locais aos projetos nacionais do governo federal idealizados na Era Vargas (1930-1945). É importante notar que, apesar de fazer parte da estratégia do governo federal, essa colonização foi realizada em grande parte por empresas privadas ou por pessoas físicas com dinheiro o suficiente para investir em tal empreitada (ROSA; FERREIRA; ROSA, 2018).

Nova Andradina fez parte do projeto colonizador da empresa Moura Andrade. O dono da empresa, Antônio Joaquim de Moura Andrade (1889-1962), foi um rico pecuarista do estado de São Paulo que, a partir da década de 1930, passou a diversificar seus negócios com a compra de terras para fins de povoamento. Em 1932, fundou a cidade de Andradina no interior de São Paulo. Na década de 1950, comprou terras no sul do Mato Grosso. Algumas das terras compradas já eram habitadas – por colonizadores prévios e populações originárias –, mas parte do projeto de colonização foi "limpar" as terras compradas dos habitantes prévios (SANTOS, 2015).

Nova Andradina tornou-se município por meio da Lei estadual nº 1.189 de 20 de dezembro de 1958. Essa Lei acabou recebendo nova redação em julho de 1959, a qual definiu os limites territoriais da nova cidade.

O município foi idealizado contemplando participação da Igreja Católica. A instituição religiosa foi vista pelos colonizadores como mecanismo moralizador, cumprindo a função de educar uma população na qual o Estado tinha uma tênue presença. Além disso, a Igreja Católica foi pensada como meio de manutenção de poder: enquanto os idealizadores da colonização ocupariam o papel do Estado na instauração da ordem privada, a Igreja ocuparia a posição de legitimação da nova ordem social (SANTOS, 2015).

A Igreja Católica fez-se presente desde a fundação da cidade. De acordo com Rafael Sampaio de Queiróz (2016), a primeira missa na cidade foi celebrada pelo frei Luiz Maria de Tomaz Flores em 1958, a pedido de J. de M. Andrade. Foi também por meio de solicitação deste que a Paróquia de Nova Andradina foi desmembrada da cidade de Bataguassu, no dia 02 de agosto de 1960. Com a autonomia administrativa da paróquia local e a chegada de novos agentes religiosos, a Igreja Católica atuou em diversas atividades, como fundação de escolas, organização de eventos e trabalhos na área de saúde em parceria com a elite local e ditada pelo interesse em moldar a religiosidade da população.

O papel que a Igreja Católica ocupou desde a fundação de Nova Andradina influenciou no perfil religioso hegemonicamente católico dos seus habitantes. Sem descartar possibilidade de que muitos migrantes das primeiras gerações de moradores já fossem católicos, a atuação da Igreja, com o apoio do Poder Público local, colaborou na preponderância do catolicismo entre a população nova-andradinense ao longo das décadas. Isso pode ser verificado por meio dos dados do IBGE. No site do instituto, tivemos acesso a informações dos censos de 1991, 2000 e 2010.

No levantamento (IBGE, 1991), ou seja, trinta anos após a criação do município, a população de Nova Andradina era composta por 29.847 pessoas, das quais os católicos correspondiam a 86,21%; no censo de 2000, estes caíram para 76,39% do total de 35.381 habitantes (IBGE, 2000); por fim, em 2010, com população estimada em 45,585 pessoas, identificou-se nova queda: 70,06% (IBGE, 2010).

No mesmo período que declinou o percentual de católicos na cidade, cresceu o de evangélicos, acompanhando o fenômeno que ocorre no cenário nacional: no censo de 1991, eram 9,51% de evangélicos (IBGE, 1991); no de 2000, esse grupo foi

para 18,44% (IBGE, 2000); e no de 2010, o percentual de evangélicos chegou a 22,08% (IBGE, 2010).

O segmento da população nova-andradinense identificado como “sem-religião” também cresceu nas últimas décadas. Aqui, cabe uma observação: como mostramos em parágrafos anteriores, a cidade de Nova Andradina foi concebida como uma “cidade católica” ou, pelo menos, “cidade onde o catolicismo seria privilegiado” por meio de aval e apoio do Poder Público local. Esse fato já embaraçava o florescimento de outras religiões, fossem evangélicas ou de matriz africana, por exemplo. Além disso, criava dificuldades para quem não tivesse vínculo com instituições religiosas ou literalmente manifestasse não acreditar na existência de Deus.

O projeto colonizador não foi concebido tendo espaço para tais pessoas. Podemos elaborar como hipótese para isso o fato de que esses indivíduos não se encaixavam na lógica colonizadora de união entre poder político e religioso para construir a “civilização” no então sul do estado de Mato Grosso. Ademais, não se pode descartar a possibilidade de censura e discriminação social se alguém falasse não crer em Deus, uma vez que a religião era vista como fonte da moralidade e bons costumes. Nesse caso, é possível que, nos primeiros anos de Nova Andradina, ateus e agnósticos, caso tenham vivido na cidade naquela época, optassem por manter sua descrença em silêncio.

Os dados dos censos do IBGE mostram que um pequeno contingente da população de Nova Andradina se declara sem-religião. No censo de 1991, esse contingente correspondeu a 3,27% da população (IBGE, 1991); no de 2000, a população sem-religião teve pequena oscilação em termos de aumento percentual, totalizando 3,71% (IBGE, 2000); já no censo de 2010, os autodeclarados sem-religião tiveram crescimento percentual um pouco mais expressivo, com a cifra de 5,67%.

Ao segmentar a categoria “sem-religião” em ateus, agnósticos e sem-religião, o censo de 2010 permitiu ver, no universo de 5,67% dos sem-religião, que 0,02% se identificaram ateus/ateias (IBGE, 2010). Ao se verificar esse percentual em termos absolutos, o que encontramos é que, no Censo de 1991, 975 pessoas disseram não ter religião. Em 2000, foram 1314 pessoas. Já em 2010, esse número chegou a 2586 pessoas, sendo 2575 pessoas autodeclaradas como sem-religião e 11 pessoas como ateias - não foi registrado nenhum caso de indivíduo autodeclarado agnóstico.

O que se verifica a partir dos dados é que, ainda que percentualmente baixo, existe parte da população nova-andradinense que não possui identidade religiosa institucional. E essa população cresceu, paulatina, entre 1991 e 2010. Contudo, foi apenas no censo de 2010 que tivemos informação sobre pessoas que se identificam como ateias. O percentual de 0,02% ou, em termos absolutos, 11 pessoas, não necessariamente reflete o número exato da população nova-andradinense que não possuía uma crença religiosa naquele momento.

Como salientamos em páginas anteriores, existem muitos fatores para pessoas incrédulas no sobrenatural não se identificarem como ateias, desde falta de conhecimento sobre ateísmo até estigma social que recai sobre o termo. Por isso, as entrevistas com residentes de Nova Andradina que se definem como ateístas e agnósticos jogam luz sobre uma história pouco conhecida na cidade.

## 3. ATEÍSTAS E AGNÓSTICOS EM NOVA ANDRADINA/MS

Nesse último tópico do artigo focaremos nas histórias de vida de pessoas ateias e agnósticas residentes em Nova Andradina, as quais foram entrevistadas por nós no decorrer de 2021. Os eixos que organizamos os relatos dos entrevistados e entrevistadas foram os seguintes: o percurso que as levaram a se identificarem como ateias e agnósticas; as opiniões sobre ser ateu/ateia e agnóstico/agnóstica na cidade de Nova Andradina; por fim, a avaliação que fazem sobre o ativismo ateísta e suas pautas, como o combate ao preconceito ao ateísmo/agnosticismo e a crítica feita à religião.

I – A identificação com o ateísmo e o agnosticismo

Em relação à identificação como pessoas ateias ou agnósticas, procuramos inicialmente saber das pessoas que foram entrevistadas como elas entendiam e definiam esses termos. Sobre isso, encontramos uma afirmação bastante similar quando pedimos que definissem o que é "*ateísmo*: "falta de crença" foi o denominador comum nas respostas.

Aline Teodoro, 37 anos, disse que era ateia pelo seguinte motivo: "Ah, é porque eu não...eu realmente não tenho crença em algo superior, assim, tipo, alguma coisa além das nossas vidas terrenas, sabe?" (TEODORO, 2021).

Gustavo Sobral dos Santos, 22 anos, respondeu: “[...] eu não tenho nenhuma crença religiosa ou mitológica, nada do tipo” (SANTOS, 2021).

William Gomes, 35 anos, definiu seu ateísmo como “Falta de crença. Eu simplesmente não consigo acreditar... esse lance de fé... de... enfim, não vai. Não tenho como” (GOMES, 2021).

Pablo Diego Barros de Jesus, 36 anos, apresentou o ateísmo como “uma descrença em relação a qualquer tipo de divindade; então eu não tenho essa convicção pessoal de que existem deuses, né? ... assim, regendo o universo” (JESUS, 2021).

Nas entrevistas, duas pessoas definiram-se como agnósticas. Fernanda dos Anjos da Nóbrega, 23 anos, disse: “Eu não necessariamente acredito ou sigo nenhuma religião, mas eu também não falo ‘não, não existe’, entendeu? Pra mim, existe a possibilidade” (NÓBREGA, 2021). Por sua vez, Caique Minini Lima, 28 anos, afirmou:

> Pra mim, é mais irrelevante mesmo, eu não consigo pensar em algo tão superior que pense de uma forma tão humana a ponto de ela ter...como posso dizer? Expectativas humanas, entendeu? […] pra mim, se torna irrelevante eu acreditar que exista ou não um Deus, porque, se ele existir, ele não vai ser...eu não consigo nem pensar em um Deus tão humano como certas religiões pregam, né? (LIMA, 2021).

O segundo ponto que notamos na definição do que seria ateísmo para os entrevistados foi influência diminuta de um referencial científico. Como abordamos anteriormente, a ciência tem sido um elemento importante na cosmovisão de muitas pessoas ateias no início deste século, especialmente em decorrência da projeção de autores do chamado neoateísmo. Mesmo quando mencionada, a ideia da ciência como uma maneira de entendimento do mundo que seja superior à religião não foi enfatizada.

Um exemplo desse ponto pode ser observado na fala de Gomes, um dos poucos entrevistados ateus que fizeram menção ao assunto, sendo que ele possui formação na área de Biologia: “Acredito na ciência, eu acredito na evolução, eu acredito...sei lá, na partícula que caiu na terra e foi dando origem à vida e tal, ao que a gente tem hoje” (GOMES, 2021). Quando muito, ciência foi citada pelo entrevistado como uma maneira melhor de compreender o mundo, mas não necessariamente

como fonte epistemológica única. Aliás, ambas - ciência e religião - são percebidas como epistemologias não conflitantes. Para Sobral S.:

> Eu comecei a entender que a ciência consegue explicar o mundo de uma forma racional; então eu não tenho só uma alternativa religiosa, uma crença religiosa […]. Foi quando eu comecei a entender essas coisas, comparar uma explicação com outra e ver que a ciência faz mais sentido pra mim, né? (SANTOS, 2021).

No que diz respeito a percursos por meio dos quais passaram a se identificar como ateístas e agnósticos, foi possível verificar alguns elementos em comum nos relatos. Um deles foi particularmente importante: a maioria dos entrevistados teve vivência orgânica dentro da Igreja cristã – seja a Igreja Católica ou alguma vertente cristã evangélica. Foi possível notar que muitos entrevistados nunca se encaixaram na comunidade nem se sentiam confortáveis com as ideias religiosas difundidas ali. Com o tempo, afastaram-se não apenas das instituições religiosas, mas também da crença religiosa em si.

Lima, nascido e criado em berço evangélico em Nova Andradina, relata que o sentimento de desconexão o afastou do ambiente religioso e da própria religiosidade:

> Não foi nem por revolta, não saí por revolta da igreja, só vi que não me encaixava, né?, naquele modelo de pensar. Apesar de, de fato, ver coisas que a gente classifica como hipocrisia, né? Não foram esses motivos de fato que me fizeram [afastar da igreja] e, sim, mais uma falta de encaixe no local (LIMA, 2021).

Essa sensação de desajuste em relação ao espaço da instituição religiosa também apareceu em outros relatos. F. A. Nóbrega, por exemplo, nascida e criada na cidade de Nova Andradina, mas em família católica, disse: “Eu já...eu fui de igreja muitos anos, aí... tipo... só que sabe quando você é de uma coisa...eu só ia pra igreja, na verdade, por causa dos meus amigos, [...]” (NÓBREGA, 2021).

Como os relatos evidenciam, apesar de os entrevistados estarem inseridos dentro das instituições religiosas e relações sociais terem sido estabelecidas ali, houve afastamento gradual desses espaços. Alguns igualmente relataram sentimento de incômodo com posicionamentos conservadores e contradições entre o discurso e

a prática de lideranças e indivíduos dentro das comunidades religiosas. Uma das falas de F. A. Nóbrega exemplifica isso:

> […] tinha uma irmã, uma das freiras que acompanhavam a PJ [Pastoral da Juventude] e ela começou a...sei lá, ela começou a cortar umas pessoas da igreja por questão de sexualidade; tinha uma menina que era coordenadora e ela era lésbica […] e ela... tipo... ela detestava essa menina e ela não escondia que detestava essa menina. Era bem pesado na verdade […]. Ela começou a perseguir a guria mesmo […] Então... assim... ela sempre teve essa postura assim e não era só ela, né? Mesmo essas pessoas dentro da igreja que têm essa visão mais "progressista", né? Tipo "Ai" Nossa! A gente aceita todo mundo"; sempre tem uma coisinha aí […] E chegou num ponto em que eu falei "véi, que que eu tô perdendo tempo aqui?" (NÓBREGA, 2021)

A. Teodoro, que, apesar de não ter nascido em Nova Andradina, viveu a maior parte de sua vida no município e se identifica como ateia, fez um relato similar ao de F. A. da Nóbrega: "As pessoas não toleram mesmo... assim... umas coisas contrárias, sabe? E é isso que mais me incomoda na religião, sabe? [...] a católica também tem muito esse pensamento, de discriminação, de preconceito, de homofobia, né?" (TEODORO, 2021).

A crítica mais comum nos relatos que coletamos dirigiu-se a certo perfil de pessoa religiosa e particularmente às instituições religiosas como espaços conservadores e propagadores de preconceitos – o que, em tese, entraria em contradição com a mensagem de amor, inclusão e tolerância das religiões. E aqui é preciso frisar que se trata de depoimentos de pessoas que viveram um período de suas vidas em instituições religiosas predominantemente da cidade de Nova Andradina, o que evidencia ideias e posturas conservadoras de pessoas religiosas dessa cidade.

O que concluímos a partir dos relatos é que a identificação com o ateísmo e o agnosticismo por parte dos entrevistados não nasceu de conhecimento científico e filosófico prévio, mas no cenário de experiências de vida que estes tiveram em ambientes religiosos, onde, com o passar do tempo, começaram a avaliar como marcados por contradições na relação entre discurso e prática religiosos. Contudo, em alguns dos depoimentos, verificou-se que a descrença religiosa foi reforçada com o tempo com ampliação das fontes de conhecimento, como o contato com o saber científico.

II – Os desafios para ateístas e agnósticos em Nova Andradina/MS

No que diz respeito à pessoa assumir uma identidade ateia ou agnóstica em Nova Andradina, os relatos que obtivemos enfatizaram atitude de discrição e de silêncio. A maioria dos entrevistados afirmou silenciar conversas abertas sobre sua visão religiosa ou ateísmo/agnosticismo com outras pessoas para evitar constrangimentos ou represálias. Isso foi mencionado por Lima, o qual, ao ser perguntado se sua escolha (de não dizer que é agnóstico) seria devido a sua personalidade ou um jeito de evitar situações incômodas, afirmou o seguinte:

> "Eu acho que você tocou nos dois pontos certinhos. Eu acho que é uma mistura dos dois, mesmo; eu sou mais reservado; eu não sinto necessidade de ficar falando esse tipo de coisa. E também é um pouco de autopreservação em certos ambientes" (LIMA, 2021).

A. Teodoro fez comentário similar ao de C. Lima sobre o silêncio em relação a sua identidade ateia no município como estratégia de autopreservação. Quando perguntamos sobre o quão abertamente comentava o assunto, ela respondeu o seguinte: "Depende do círculo, assim. [...] E também a cidade aqui, né?... aqui a cidade é pequena, tem muita galera religiosa; então eu prefiro evitar a polêmica, a fadiga... assim... sabe?" (TEODORO, 2021)

Ao ser indagada sobre como era viver como agnóstica em Nova Andradina, F. A. da Nóbrega, acadêmica do curso de História da UFMS/CPNA, afirmou:

> Eu acho Nova Andradina... bem...o Brasil, na real, né? Não tem essa separação de política e religião e tudo mais. Em tudo é assim. Por exemplo, até emprego mesmo. Tem lugares... eu lembro uma vez em que eu estava caçando emprego; minha tia é evangélica, minha tia ia num...tinha um casal de amigos dela que era da igreja que tinha uma loja e eles estavam procurando alguém, mas eles estavam procurando alguém que também fosse evangélico pra trabalhar lá, uma moça evangélica […] Isso acontece aqui ainda, das pessoas separarem você ou te diminuírem por causa disso. Então eu acho que aqui tem muito isso sim (NÓBREGA, 2021).

A preocupação com o impacto que pode causar ao ser conhecido como ateu e procurar emprego na cidade também foi destacada por Sobral S.:

> Eu posso citar, por exemplo, problemas de emprego, sabe? Que eu não costumo citar que sou ateu num emprego, estando em Nova Andradina […] Eu acho que pode ser... pode me prejudicar de alguma forma. Justamente

> por conta desse conservadorismo religioso todo, com certeza acho que pode prejudicar, mas nunca prejudicou porque eu nunca falei abertamente (SANTOS, 2021).

Apesar de os relatos terem ressaltado a discrição por parte dos entrevistados em falar publicamente sobre ser ateu e agnóstico em Nova Andradina, dois deles afirmaram tocar no assunto na cidade: Abmael Rocha Júnior e P. D. B. de Jesus. O primeiro reside em Nova Andradina há 27 anos e é diretor de escola estadual; já o segundo é comandante do Corpo de Bombeiros. Por conta de seus ofícios, ambos são figuras públicas na cidade. A. R. Júnior relatou situações no ambiente de trabalho relacionadas ao fato de ser conhecido como ateu:

> Ah! Eu já tive, assim, professor, por exemplo, que chegou a me perguntar. Falou assim: "É difícil trabalhar com você?". Falei: "Não, é facinho trabalhar comigo". "Ah, mas é porque você é ateu" [...] Então assim...tem, ainda tem algumas pessoas ainda que têm um pé atrás quando falam "Ah, ele é ateu" (ROCHA JÚNIOR, 2021).

Ao ser questionado sobre comentários que costuma receber de pessoas de Nova Andradina pelo fato de expor que é ateu, Pablo Diego Barros de Jesus respondeu:

> [...] sou alvo de muitas críticas pelas pessoas. Talvez, assim, elas poderiam ser muito maiores, mas acabam não sendo tanto pela minha função, que eu sou comandante do corpo de bombeiros militar aqui em Nova Andradina, né? Então algumas pessoas acabam respeitando isso, né? [...] mas muitas pessoas, mesmo assim, acabam colocando comentários preconceituosos, ofensivos mesmo, de ódio, né? ... contra mim [...] (JESUS, 2021).

Barros de Jesus também disse que frequentemente aborda o fato de ser ateu nas redes sociais, o que resulta em inúmeras críticas. Muitas delas são pautadas na ideia de que seria incompatível o comandante do Corpo de Bombeiros, uma instituição que oferece importante serviço público, ser ateu. Nesse ponto, nos parece que subjaz nesse tipo de crítica o entendimento de que uma pessoa ateia não poderia ter comportamento ético e preocupação em relação ao próximo.

Em relação às críticas que habitualmente recebe por dizer que é ateu, Barros de Jesus disse: “Eles têm que respeitar essa minha liberdade, né? Esse meu modo de pensar. E as pessoas têm que amadurecer também. Eu penso assim” (JESUS, 2021).

III – Avaliações sobre ativismo ateísta e religião

As dificuldades existentes entre boa parte dos entrevistados e entrevistadas para falar de sua identidade ateia e agnóstica em Nova Andradina poderiam influir na defesa de um ativismo em prol do combate ao preconceito contra o ateísmo e agnosticismo. No entanto, essa não foi a tônica nos relatos, perceptível pela presença insistente de uma ideia: o ateu militante como uma pessoa chata, proselitista e que não respeita a fé e as crenças alheias. Em relação a isso, A. R. Júnior respondeu:

> Eu brinco muito o seguinte. Eu tenho colegas ateus, meus amigos, e até falo pra eles assim: “Eu não sou testemunha de Jeová ateu, eu não sou testemunha de ateu, que tem que ficar todo dia falando ‘Ah, você tem que ser ateu comigo porque você está errado e eu estou certo’”. Eu não sou testemunha de ateu, não bato na porta de ninguém pra converter pro ateísmo, né? ... nada disso (ROCHA JÚNIOR, 2021).

A falta de respeito pela fé alheia, tida como característica do ateu militante, foi muito criticada pelos entrevistados. É interessante notar que esse comportamento foi constantemente relacionado nas entrevistas à militância e ao ativismo feito por ateístas. Isso apareceu na resposta de Gomes sobre o assunto:

> Porque existem os ateus militantes, né? E eu acho isso uma coisa tão idiota que, na verdade, o ateu militante gosta de criar conflito na maioria das vezes, né? “Ah, você vai pra igreja, não sei o quê”. Eu simplesmente não milito, eu não vou; se me convidar pra ir numa igreja, eu vou tranquilo como se fosse num evento social, mas não chego a militar, não fico expondo [...] (GOMES, 2021).

Contudo, é importante registrar que, apesar da associação entre militância ateísta e proselitismo, a maior parte das pessoas entrevistadas enxergou como positiva a discussão do ativismo ateísta sobre Estado laico e combate ao preconceito contra pessoas sem crenças religiosas. Isso foi observado no relato de Sobral S. que, indagado sobre o ativismo ateu e agnóstico, fez a seguinte declaração:

> Eu acho que é válido, mas eu vejo...assim, principalmente nesses grupos mais antigos ateístas, sempre tem uma problemática que as vezes o pessoal acaba... sei lá... colocando muito nessa discussão, e não sei se eu acho...totalmente válido [...] exagerando na questão antirreligiosa, que eu falo. Porque eu acho que sim, pode existir a religiosidade. Deve e pode existir religiosidade [...] sempre tem que haver respeito, né? (SANTOS, 2021).

A ênfase nos relatos em torno de uma atitude de respeito ao direito de as pessoas terem crenças religiosas nos direcionou à indagação sobre a opinião dos entrevistados em relação ao papel da religião na sociedade. A. Teodoro demonstrou reservas sobre a função da religião na sociedade quando mencionamos que, no ativismo ateísta, é comum a ideia de que a religião prejudica as pessoas:

> É... eu acho que sou de acordo também com isso, com esse pensamento. Porque... sei lá... se você pôr [sic] na cabeça os prós e os contras, eu acho que os contras pesam mais [...] a gente sabe que os grupos religiosos, eles têm os programas de assistência, né? Eles fazem...oferecem apoio e suporte pra muitos grupos marginalizados. Isso realmente acontece, mas a que troco, né? [...] se eles ajudam um grupo que tá passando dificuldades, geralmente é em troca dessas pessoas serem membros da comunidade, né? [...] E aí vem todos esses dogmas, essa moral, todo esse...essas regras de conduta, né? Que eles colocam, enfim, eu acredito que tem mais malefícios que benefícios sim (TEODORO, 2021).

Uma opinião similar ao de A. Teodoro foi dita por F. A. Nóbrega depois de declarar que concorda com a afirmação existente no meio do ativismo ateísta de que a religião é fenômeno que acarreta problemas para a sociedade:

> Enfim, é só mais uma das várias relações de poder que a gente tem sobre o pobre, basicamente. Então eu acho que não deveria existir; só que, ao mesmo tempo, as pessoas têm que ter liberdade de acreditar no que elas quiserem acreditar, né? Então é isso aí (NÓBREGA, 2021).

Gustavo Sobral dos Santos questionou a visão existente no meio ateísta que percebe a religião apenas como fonte de malefícios para a vida das pessoas: "[...] eu acho que essa discussão inserida nesses grupos não é válida; não deveria existir dessa forma. Eu acho que a gente pode, enquanto [sic] ateu, levantar os problemas

que a religiosidade coloca na sociedade, mas não ser totalmente antirreligioso" (SANTOS, 2021).

Quando perguntado sobre a visão antirreligiosa de determinados setores do ativismo ateísta, A. R. Júnior expôs opinião semelhante à de Gustavo Sobral: "Eu não vejo nada de maléfico em nada, eu não consigo ver isso como maléfico. É o que eu acabei de falar: eu não sou contra nenhuma igreja [...] Pode ter sua crença, você fica à vontade, você precisa ser uma pessoa do bem" (ROCHA JÚNIOR, 2021).

Embora os relatos tenham ido na direção da posição de respeito ao direito de as pessoas terem uma crença religiosa, críticas foram feitas às instituições e lideranças religiosas. Por exemplo, ao ser indagado sobre o que pensava em relação ao papel das instituições religiosas na sociedade, Sobral S. nos disse:

> [...] aí já muda um pouco. Quanto às instituições religiosas, geralmente elas são maiores causadoras de problemas [...] aí eu acho mais válido essa discussão contra essas instituições religiosas do que quanto à religiosidade em si (SANTOS, 2021).

A. R. Júnior também manifestou uma postura parecida ao de Sobral S. ao falar sobre a atitude de algumas lideranças religiosas no meio evangélico: "Eles usam a fé alheia pra se enriquecer, pra várias coisas, né? [...] porque eles estão usando da boa-fé das pessoas pra outras coisas, pra enriquecer, pra ganhar status, pra fazer parte de governo, pra ser político e tal, tarará tarará." (ROCHA JÚNIOR, 2021).

A partir dos depoimentos, concluímos que os entrevistados e entrevistadas procuraram se afastar de uma identificação com a maneira que entendem a militância ateísta (intolerante, proselitista), apresentando-se como pessoas que respeitam a fé alheia. Mesmo quando afirmaram achar a militância necessária, como na defesa da laicidade e combate ao preconceito contra ateísmo e agnosticismo, ressalvaram a importância de manter o respeito e a civilidade na discussão com religiosos. Por outro lado, no que se refere ao fenômeno religioso, os relatos apresentaram uma visão mais heterogênea. Ainda assim, a maioria assumiu uma postura moderada, limitando-se a criticar pontualmente determinadas igrejas e lideranças e fazendo questão de reiterar a importância do respeito à liberdade de crença religiosa e de condenação da intolerância.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi, a partir da utilização da metodologia da história oral, elaborar um estudo sobre a presença de pessoas ateias e agnósticas na cidade de Nova Andradina/MS no início deste século. Trata-se, reconhecemos, de amostra limitada de entrevistas para termos uma dimensão mais precisa da quantidade e das formas de inserção desse grupo na cidade. Mas um primeiro passo foi dado.

A partir das referências teóricas expostas na primeira parte deste artigo, frisamos uma concepção de identidade como conjunto de referências existenciais que são construídos e reconstruídos historicamente por vários elementos (HALL, 2006). No decorrer das entrevistas realizadas em 2021 em Nova Andradina, notamos que a identificação com o ateísmo e o agnosticismo por parte das pessoas foi algo elaborado no transcorrer da trajetória de vida, de forma gradual, tendo como pano de fundo especialmente aquilo que interpretaram como contradições do meio religioso do qual faziam parte.

Esse processo se aproxima da terceira hipótese exposta por Mezadri (2019) sobre a elaboração de uma identidade ateísta. Ou seja, um gradual desapego e consequente ruptura com a fé e a comunidade religiosa que conduziram, a partir de um determinado momento, à recusa de uma cosmovisão religiosa.

Ainda em termos de construção de uma identidade ateia e agnóstica, os relatos que obtivemos caminharam no sentido de entendê-la como algo concernente ao indivíduo, ligado a uma história particular e à ausência de crenças em divindades e em um mundo sobrenatural. Isso ajuda a explicar o fato de que, ao entenderem que "ser ateísta/agnóstico" é algo pessoal, inexista uma interação social com base nessa referência para criar uma identidade de grupo ou até mesmo um ativismo em Nova Andradina/MS.

A inexistência de uma identidade de grupo ateísta e agnóstica é reforçada pelo contexto no qual os entrevistados e entrevistadas estão inseridos: uma cidade do interior do Mato Grosso do Sul onde a religião (católica e, mais recentemente, também evangélica) ainda determina, em boa medida, o caráter das interações sociais, como no caso aludido na iniciativa privada onde o contratante de trabalhadores procuram

alguém que comungue de sua fé. Diante disso, notou-se a opção, na maior parte dos entrevistados e entrevistadas, em evitar falar publicamente que é ateu ou agnóstico.

Diante desses fatores, é possível concluir que há tendência à invisibilidade social de pessoas ateias e agnósticas em Nova Andradina. Isso se dá, em parte, pelos relatos de constrangimentos para exposição pública do tema ressaltados nas entrevistas somados aos mecanismos institucionais e sociais. Tais mecanismos, ao longo das décadas, têm procurado preservar a identidade da população do município fundado por Joaquim de Moura Andrada como sendo eminentemente religiosa. Com isso, buscam "apagar" a existência de ateus e agnósticos na cidade.

Ocorre que essa era uma história (até então) não contada.

## RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS

Abmael Rocha Júnior, 49 anos, nasceu em Londrina/PR. Foi entrevistado a distância, em conexão entre Matão/SP (entrevistador) e Nova Andradina/MS (entrevistado) no dia 27 de maio de 2021. Tempo de duração da entrevista: 41 minutos e 14 segundos. Total de páginas transcritas da entrevista: 12.

Aline Franco Teodoro, 37 anos, nasceu no Rio de Janeiro/RJ. Foi entrevistada a distância, em conexão entre Matão/SP (entrevistador) e Nova Andradina/MS (entrevistada) no dia 28 de abril de 2021. Tempo de duração da entrevista: 22 minutos e 44 segundos. Total de páginas transcritas da entrevista: 6.

Caique Minini Lima, 28 anos, nasceu em Nova Andradina/MS. Foi entrevistado a distância em Nova Andradina/MS no dia 29 de outubro de 2021. Tempo de duração da entrevista: 39 minutos. Total de páginas transcritas da entrevista: 11

Fernanda dos Anjos da Nóbrega, 23 anos, nasceu em Nova Andradina/MS. Foi entrevistada a distância em conexão entre Matão/SP (entrevistador) e Nova Andradina (entrevistada) no dia 02 de junho de 2021. Tempo de duração da entrevista: 19 minutos e 58 segundos. Total de páginas transcritas da entrevista: 9.

Gustavo Marcelo Sobral dos Santos, 21 anos, nasceu em Rosana/SP. Foi entrevistado a distância em conexão entre Matão/SP (entrevistador) e Euclides da Cunha Paulista/SP (entrevistado) no dia 13 de agosto de 2021. Tempo de duração da entrevista: 21 minutos e 11 segundos. Total de páginas transcritas da entrevista: 7.

Pablo Diego Barros de Jesus, 36 anos, nasceu em Campo Grande/MS. Foi entrevistado a distância em conexão entre Matão/SP (entrevistador) e Nova Andradina (entrevistado) no dia 19 de maio de 2021. Tempo de duração da entrevista: 37 minutos e 13 segundos. Total de páginas transcritas da entrevista: 10.

William Leandro Gomes, 35 anos, nasceu em São Paulo/SP. Foi entrevistado a distância em conexão entre Matão/SP (entrevistador) e Nova Andradina (entrevistado)

no dia 14 de agosto de 2021. Tempo de duração da entrevista: 20 minutos e 22 segundos. Total de páginas transcritas da entrevista: 7.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Motivos e consequências da aceleração da transição religiosa no Brasil. **EcoDebate,** 2020. Disponível em: https://www.ecodebate.com.br/2020/01/29/motivos-e-consequencias-da-aceleracao-da-transicao-religiosa-no-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/. Acesso em: 02/07/2021.

BAGGINI, Julian. **Ateísmo**: uma breve introdução. Porto Alegre: L&PM, 2016.

BERMAN, David. **A history of atheism in Britain: from Hobbes to Russell**. Londres/Nova York: Routledge, 1988.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. Introdução. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História do Tempo Presente.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 07-12.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). SIDRA 1991-2010. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 fev. 2021.

MARTIN, Michael. Introdução geral. In: MARTIN, Michael; (org.). **Um mundo sem Deus:** Ensaios sobre ateísmo. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 09-16.

MEZADRI, Fernando. **Quem é ateu? Uma compreensão da identidade ateísta.** 346 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

MINOIS, Georges. **História do Ateísmo.** São Paulo: Editora UNESP, 2014.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Pluralismo e multiplicidades religiosas no Brasil contemporâneo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 261 – 279, mai./ago. 2008.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUEIRÓZ, Rafael Sampaio de. **História e Memória:** Religiosidade e Igreja Católica em Nova Andradina (1958-1976). 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Nova Andradina, 2016.

QUILLEN, Ethan. Discourse Analysis and the definition of atheism. **Science, Religion and Culture**, v. 2, n. 3, p. 25 – 35, junho de 2015.

RODRIGUES, Denise dos Santos. Os sem religião nos censos brasileiros: sinal de uma crise do pertencimento institucional. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 10, n. 28, p. 1130 – 1153, outubro/dezembro de 2012.

ROSA, Jota Junior Marques; FERREIRA, Djane da Silva; ROSA, João Roberto. O fomento da terra prometida no sul de Mato Grosso (1930-1950). **Geo UERJ,** n.32, p. 01-26., fevereiro de 2018.

SANTOS, Aline dos. Censo revela que 9% da população de Mato Grosso do Sul não têm religião. **Campo Grande News**, 02 de julho de 2012. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/cidades/censo-revela-que-9-da-populacao-de-mato-grosso-do-sul-nao-tem-religiao. Acesso em: 06 mar. 2022.

SANTOS, Claudinei Araújo dos. **A região em Análise:** A política e a igreja no processo de colonização de Nova Andradina – MS. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas, 2015.

SILVA, Ricardo Oliveira da. Charles Darwin: ateísmo e evolucionismo no século XIX. **História Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 20, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2020a.

SILVA, Ricardo Oliveira da. **O ateísmo no Brasil:** Os sentidos da descrença nos séculos XX e XXI. Jundiaí: Paco Editorial, 2020b.

THROWER, James. **Breve história do ateísmo ocidental**. Lisboa: Edições 70, 1982.

ZUCKERMAN, Phil. Ateísmo: número e padrões contemporâneos. *In:* MARTIN, Michael (org.). **Um mundo sem Deus**: Ensaios sobre ateísmo. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 43-58.

**Recebido em 14 julho de 2022.**

**Aprovado para publicação em 9 de setembro de 2022.**

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

# UM NOVO ESTADO, UMA VELHA POLÍTICA:
A elite econômica e política do sul de Mato Grosso (sécs. XIX-XX)

# AN NEW STATE, AN OLD POLICY:
The economic and political elite of southern Mato Grosso (19th-20th centuries)

*ROGÉRIO RIBEIRO ANTONIO*[1]

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo demonstrar que uma elite econômica e política, do sul de Mato Grosso uno, almejava ascender ao poder político estadual. Analisando uma bibliografia referente ao tema, observou-se que, em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, aquela elite ocupava um papel coadjuvante no cenário político estadual, dominado pela elite política cuiabana. A partir da década de 1930, a elite sulista percebendo que seria difícil atingir o poder em Mato Grosso pela via eleitoral, constituiu um movimento divisionista. A principal justificativa para tanto, foi a de que a elite política nortista vivia às custas dos rendimentos do Sul. Enquanto o Estado Novo não permitiu a divisão territorial, a representatividade política entre Norte e Sul se equilibraram, e a partir da redemocratização, em 1945, o Sul supera o Norte na representatividade tanto no Legislativo quanto no Executivo. Nesse momento, a elite política sulista atingiu seu propósito de chegar ao poder, e a divisão não era mais necessária. Todavia, por interesses do governo militar, Mato Grosso foi dividido, criando-se Mato Grosso do Sul, aquela elite que outrora acusava os nortistas pelo atraso em que vivia o Sul, disputam entre si o poder no Estado nascente, mantendo as mesmas práticas.

**Palavras-chave:** Divisão. Mato Grosso do Sul. Política. Eleições.

## ABSTRACT

This article aims to demonstrate that an economic and political elite, from the south of Mato Grosso uno, aimed to ascend to state political power. Analyzing a bibliography referring to the theme, it was observed that, at the end of the 19th century and in the first decades of the 20th century, that elite played a supporting role in the state political scenario, dominated by the political elite in Cuiabá. From the 1930s onwards, a

1. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. *E-mail:* rogerioppgh@gmail.com.

southern elite, realizing that it would be reaching power in Mato Grosso through the electoral route, constituted a divisive movement. The main justification for this was that the northern political elite lived at the expense of the Southern specialties. While the New State does not consider the territorial division, a political representation between North and South was balanced, and from the redemocratization, in 1945, the South surpasses the North in representativeness both in the Legislative and in the Executive. At that time, a southern political elite achieved its purpose of coming to power, and the division was no longer needed. However, for the interests of the military government, Mato Grosso was divided, creating Mato Grosso do Sul, that elite that once accused northerners of the delay in which the South lived, vying for power in the nascent state, maintaining it as previous practices.

**Keywords:** Division. Mato Grosso do Sul. Policy. Elections.

## INTRODUÇÃO

No antigo Estado de Mato Grosso, em sua formação histórica, é notável o fator do regionalismo que se assentava na própria configuração geográfica devido seu amplo território, correspondendo atualmente aos Estados de Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul. Esse aspecto geográfico do antigo Mato Grosso, contribuiu para o surgimento de regionalismos que, na prática "pré-configurava a existência de dois estados na mesma unidade federativa" (BITTAR, 2017, p 226)., mas que nem sempre foi de caráter divisionista. O regionalismo resultou "de uma situação de isolamento geográfico e dificuldade de comunicação entre as duas regiões que, devido à configuração alongada do antigo Estado, começaram a ser polarizadas na designação de norte e sul" (BITTAR, 2017, p 226). Tal isolamento atrelado a sentimentos regionalistas e a ambições políticas, levaram uma parcela da elite sulista a lutar pelo poder estadual, que até então estava nas mãos dos políticos do norte. Na historiografia analisada, nota-se as intenções dos sulistas de atingirem o poder já em fins do século XIX, mas para as intenções deste trabalho, focaremos nos episódios a partir do governo Vargas.

Nos anos de 1930, percebe-se ações divisionistas por parte de uma elite econômica e política sulista quando, em fins de 1932, criou-se a Liga Sul-Mato-Grossense, responsável pela autoria do Manifesto aos habitantes do Sul de Mato Grosso, de outubro de 1933, e do Manifesto da mocidade do Sul de Mato Grosso ao

Chefe do Governo Provisório e à Assembleia Constituinte, em janeiro de 1934. Neste mesmo ano, em março, foi encaminhado ao Congresso Nacional Constituinte, um abaixo-assinado com milhares de assinaturas, pedindo a divisão de Mato Grosso e a criação do Estado de Maracaju[2]. Estes movimentos arrefeceram após a implantação do Estado Novo e, pouco se comentou em divisão até o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), quando este, por questões geopolíticas decide dividir Mato Grosso.

Contudo, me parece que o objetivo da elite sulista era chegar ao poder, a criação de um novo Estado seria uma forma para se atingir tal objetivo. Quando essa elite consegue equilibrar a representatividade no cenário político, tanto na Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa, quanto no Executivo estadual, nota-se uma acomodação e não mais se ouve falar em separatismo. Portanto, neste trabalho menciono brevemente as justificativas para se separarem do Norte, bem como a estrutura política no Estado nascente.

## 1. DE COADJUVANTES A ATORES PRINCIPAIS

Confrontos armados pelo controle político local e estadual, assim como as primeiras manifestações pela divisão de Mato Grosso, se deram entre final do século XIX até a década de 1910, configurando o cenário histórico do coronelismo, em que a lei era o 44, uma alusão ao calibre de revolver, "uma vez que as disputas pela terra e pelo poder estadual" eram resolvidas, muitas vezes, pelos confrontos armados, resultando na "destruição das propriedades dos adversários e no extermínio físico de líderes das facções opostas" (BITTAR, 2009a, p. 81). Nota-se a prática política do período relacionada ao domínio das oligarquias rurais que se sobrepõem as elites urbanas, e neste caso, as disputas pelo poder estadual se davam entre aqueles grupos.

Até início do século XX, o sul de Mato Grosso "aparece no cenário litigioso apenas como suporte desse ou daquele grupo", quando os chefes políticos em disputa pelo poder, "arregimentavam aliados em um ou outro ponto dessa região do território

2. Na capa deste documento lê-se: "O desejo de nova divisão territorial manifestado por muitos mato-grossenses do Sul, para formar o Estado de Maracaju..."

mato-grossense". Neste sentido, os motivos das lutas armadas no Sul, segundo Bittar, apresentam três conotações: "a de posse pela terra; a de oposição aos grupos dirigentes nortistas e; a de separação dessa parte do território do restante do Estado" (BITTAR, 2009a, p. 89). Sendo assim, as duas primeiras conotações são compreensíveis, uma vez que a posse de terras se deu, muitas vezes, por lutas armadas e, na política, a divergência entre grupos foi prática constante. E quanto a terceira conotação, o que a elite do Sul de Mato Grosso justificava para a causa divisionista?

Aponto questões econômicas e políticas. Primeiramente a questão econômica. Segundo Paulo Roberto Cimó Queiroz, ainda no século XIX, as elites cuiabanas se sentiam ameaçadas pelo poder econômico em ascensão no Sul do Estado. Corumbá[3] por exemplo, logo após a Guerra do Paraguai (1870), foi beneficiada com a liberação da navegação do rio Paraguai em direção ao estuário do Prata, tornando-se importante centro comercial. Para Queiroz, enquanto o norte

> [...] permanecia virtualmente estacionado, em termos de incremento populacional e desenvolvimento econômico, todo o Sul recebia, após 1870, um regular fluxo de migrantes brasileiros (paulistas, mineiros, paranaenses e, sobretudo na última década do século XIX, sul-rio-grandenses), além de imigrantes estrangeiros, sobretudo paraguaios. Desenvolvia-se, além da pecuária, a economia ervateira (ainda que sob o virtual monopólio da Companhia Mate Laranjeira) (QUEIROZ, 2006, p. 156).

O desenvolvimento econômico do Sul teve grande impulso com a conclusão da estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB), ligando, dede 1914, as barrancas do rio Paraguai, em Porto Esperança, a Bauru e ao porto de Santos. Ainda segundo Queiroz, o advento da ferrovia

> [...] permitiu ao Sul uma ligação direta e rápida com os grandes centros do Sudeste brasileiro, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro (enquanto a população cuiabana continuava a depender da difícil navegação dos rios Cuiabá e Paraguai até Porto Esperança, ponto terminal da ferrovia) (QUEIROZ, 2006, p. 156).

3. Importante mencionar que para Bittar, Corumbá permaneceu numa posição quase de neutralidade em relação as disputas entre sul e as elites cuiabanas.

O estímulo econômico trazido pela NOB fez com que Campo Grande logo suplantasse Corumbá na condição de principal polo comercial do Estado, e rivalizasse com Cuiabá pela hegemonia política. Além da Noroeste, outros fatores favoreceram a cidade morena, como a "amenidade do clima e fertilidade do solo; sua localização nos campos da Vacaria, propícios ao apascentamento dos rebanhos bovinos e à faina agrícola", podendo acrescentar ainda sua "privilegiada posição geográfica no centro da região sul do Estado", além das "levas migratórias nacionais (paulistas, mineiros, gaúchos) e estrangeiras (paraguaios, árabes, japoneses, portugueses, italianos)" (BITTAR, 2009a, p. 193).

A questão econômica fica evidente, como discurso para justificar a divisão, em documento elaborado pela Liga Sul-Mato-Grossense, em 1934, intitulado *A divisão de Mato Grosso – Resposta ao general Rondon*, pelas críticas feitas pelo então general ao movimento divisionista numa entrevista dada ao *Diário de São Paulo*. Dentre vários assuntos, a Liga apresenta a "superioridade" de recursos advindos do Sul. Segundo os dados apresentados pela Liga, em 1931, a receita total do Estado foi de 8.393:722$700, tendo o Sul contribuído com 6.251:627$066, através de suas coletorias (3.500:000$000), da Noroeste (1.600:00$000) e do mate (1.213:627$066).

Ainda se referindo a economia, o documento apresenta o desenvolvimento da pecuária na região, assentada em métodos científicos para o aperfeiçoamento de raças. Sobre a agricultura, esta não teria "comparação com a do Norte, em quantidade, qualidade, processos culturais". O mesmo se dizia do setor industrial, com indústrias açucareira, charqueadas, arreios, calçados, bebidas, de construções, localizadas nos municípios de Miranda, Campo Grande, Aquidauana, Murtinho, Corumbá[4]. Aliás, sobre os municípios do Sul, a Liga afirmava que "todas as suas cidades são servidas de linhas de auto, que se ligam as estações da Noroeste", sendo raríssima "a fazenda onde não chega o automóvel".

4 Sobre Corumbá é importante mencionar que suas elites se identificavam culturalmente com Cuiabá do que com o Sul do Estado. Politicamente, a cidade em meados do século XX, não fez parte da rivalidade entre Norte e Sul. Mesmo a *Resposta ao general Rondon,* ora apresenta Corumbá como fazendo parte do Norte, ora fazendo parte do Sul. Para mais informações ver Marisa Bittar 2009a.

Últimos comentários sobre economia, o documento traz o censo demográfico, o qual apresentava o Sul com "245 mil habitantes, dominando pouco mais de 250 mil km²", dando "mais de dois terços da receita pública", enquanto o Centro e o Norte contavam com "150 mil habitantes, estendendo a sua atividade sobre um milhão cento e noventa e cinco mil km²", contribuindo assim com "menos de um terço e absorve mais de 65% da receita, só na capital".

Fator ligado a questão econômica e que contribuiu para inflamar problemas políticos entre sulistas e nortistas, foi o monopólio exercido pela Companhia Mate Laranjeira no sul de Mato Grosso. A área de domínio da empresa ultrapassava os limites dos contratos de arrendamentos firmados com o governo do Estado, o que segundo Pedro Ângelo da Rosa retardava o desenvolvimento da região[5]. Mesmo assim, houve um incremento populacional, principalmente de gaúchos, nas terras sob domínio da Companhia. Estes ocupantes foram hostilizados como intrusos e enfrentaram uma política favorável à Mate. Desta forma, "na medida em que o governo aumentava o preço das terras devolutas, muitos dos moradores daquelas raias colocaram-se abertamente contra o governo e contra a Companhia". (BITTAR, 2009a, p.69).

Contudo, essa questão com a Mate Laranjeira, deve ser vista com cautela, pois apesar dos confrontos pela posse da terra, a Companhia fazia contínuos empréstimos ao governo de Mato Grosso. Além dos empréstimos, "a empresa também mantinha negócios com ricos fazendeiros do Sul, pequenos e médios agricultores, ervateiros, pequenos industriais, entre outros" (SANTOS, 2016, p. 59). Também devemos lembrar o pagamento de impostos pela empresa, muitas vezes abatidos nas dívidas do Estado, mantendo assim, uma boa relação com a classe política, e exercendo sobre ela grande influência, a ponto de

> [...] indicar governador, vice, deputado estadual, deputado federal e senador [...]. Removia e demitia funcionários, nomeava autoridades, determinava acertos, punha por terra com apenas algumas linhas

5. Mesmo com empecilho causado pela arrendatária, a população mato-grossense registrou ligeiro crescimento. Dados apresentados por Virgílio Corrêa Filho traz a população de Mato Grosso, em 1900, com 118.025 habitantes, já em 1950, contavam-se 522.044 (BITTAR, 2009a, p. 68).

> "descabidas" pretensões de adversários ferrenhos, elegia prefeitos com espantosa facilidade (SEREJO, 1986 apud JESUS, 2004, p. 53).

Fato é que, a arrecadação daqueles impostos e dos empréstimos era administrada pela política de Cuiabá e, mesmo contribuindo com mais de dois terços da arrecadação do Estado, e tendo densidade demográfica maior, o Sul – através de sua elite – se sentia desamparado pelo governo, administrado integralmente pelos do Norte. Na *Resposta ao general Rondon* é atribuído aos fazendeiros a construção de portos, pontes, aberturas de estradas, visto a ausência do Estado. Segue o documento retratando a "grande injustiça" que vive a população do Sul, sem "auxílio algum" do governo.

Ainda segundo aquele documento, mesmo com a saúde, o governo "não gasta, com este alto serviço público, um vintém", os poucos hospitais do Sul teriam sido construídos e custeados com auxílio do povo. O hospital de Campo Grande, por exemplo, atenderia todo o Sul e pacientes até de Cuiabá e Cáceres, recebendo verbas do governo estadual de 12:000$000 anuais, porém teria mais de 70:000$000 atrasados.

Com a educação não seria diferente. Os signatários da *Resposta* criticaram a disparidade no número de estabelecimentos de ensino entre o Norte e o Sul, onde com o dobro da população, o Sul contava com menos de quarenta escolas públicas funcionando, enquanto o Centro com mais de cem. Essa disparidade, parece ter sido algo próximo do real, como é demonstrado pelo censo demográfico de 1950, ao citar

> Campo Grande (57.000 habitantes), que possuía 30 escolas; Corumbá (37.000 habitantes), 27 escolas; Dourados (23.000 habitantes), 19 escolas; enquanto Cuiabá (56.000 habitantes) possuía 64 escolas; Rosário d' Oeste (17.000 habitantes), 58 escolas; Livramento (11.000 habitantes), 47 escolas" (BITTAR, 2009a, p. 291).

Além da negligência na saúde e na educação, o Sul, segundo o mesmo documento, era desassistido também na justiça. "O Sul não tem meios de repressão criminal", havia "justiça sem polícia, sem cadeias", apontava a *Resposta.* Os juízes, promotores, coletores, polícia, constituíam na "arma do fisco, para assegurar a arrecadação dos impostos". Injustiça vista também pelos sulistas no processo de

aquisição de terras devolutas, pois o adquirente, além de pagar o preço ao Estado, pagou muitas vezes "ao advogado, ao intermediário, em achegos e propinas em Cuiabá, em viagens e levou [...] anos para obter o seu documento oficial". Importante ressaltar que a escritura da terra parece ter sido papel de barganha, no sentido de forçar o adquirente em votar neste ou naquele candidato, numa espécie de voto de cabresto, o que não seria garantia de mudança com novas lideranças sulistas no poder.

Essas constatações seriam para os sulistas "uma clara denúncia dos propósitos da política Nortista" de obscurecer a divisão ou mesmo de "empatar" a mudança da capital Cuiabá para Campo Grande[6]. Todos esses dados, sendo reais ou não, supervalorizados ou não, serviram de justificativa para as elites sulistas reivindicarem a divisão territorial e mesmo o poder político. Dando a entender que, se estivessem no poder estadual ou, se o governo federal criasse naquele território mais uma unidade federativa, a região teria grande desenvolvimento. Contudo, como veremos mais adiante, quando ascendem ao poder, seja com a maior representatividade no Legislativo e no Executivo mato-grossense, ou mesmo após a divisão em um governo próprio, pouca coisa mudou.

Quanto a questão política propriamente dita, nota-se até o fim do Estado Novo, a baixa representatividade do Sul no Executivo, na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional. Contudo, este cenário começou a mudar ao longo da década de 1930 quando o predomínio político do Norte foi rivalizado pela força das elites campo-grandenses. Embalada pelo desenvolvimento econômico e populacional proporcionado pela estrada de ferro Noroeste do Brasil, Campo Grande "passou a concentrar as principais lideranças políticas do Sul, até então sediadas na cidade de Nioaque". Com essas lideranças políticas, iniciava-se "uma nova fase, em que uma elite intelectualizada se sobrepôs aos caudilhos, ao tempo das lutas armadas" (QUEIROZ, 2006, p. 158).

6. Entre a elite sulista, cogitou-se em, ao invés de dividir o Estado, transferir a capital de Cuiabá para Campo Grande. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, na qual o Sul apoiou São Paulo, erigiu-se um governo paralelo em Mato Grosso com sede em Campo Grande, cujo governador foi Vespasiano Barbosa Martins, tio-avô de Wilson Barbosa Martins.

Com a ascensão de Campo Grande e a formação de uma elite política, parte desta, parece romper com Cuiabá num primeiro momento. Tal fato é percebido em 1929/1930 quando da campanha eleitoral da Aliança Liberal que apresentou Getúlio Vargas para a presidência da República, obtendo "amplo apoio na porção Sul do Estado, enquanto no Norte as lideranças permaneceram alinhadas à candidatura oficial". Do mesmo modo, "o movimento armado conhecido como *Revolução de 30* obteve apoio particularmente na região do Sul" (QUEIROZ, 2006, p. 159. Grifos do original). Para Queiroz, os vitoriosos daquela revolução deveriam ter dado mais atenção para os sulistas, principalmente quanto aos seus desejos de participação no poder estadual. Na contramão disso,

> [...] as elites "cuiabanas" teriam logrado "dar a volta por cima", aderindo ao novo regime e passando a exercer influência preponderante sobre o interventor nomeado pelo Governo Provisório – o qual, já ao chegar a Cuiabá, para tomar posse do governo estadual, teria sido entusiasticamente acolhido (QUEIROZ, 2006, p. 159).

Assim, a elite sulista permaneceu afastada do poder político estadual. No entanto, outra oportunidade não tardou a aparecer, e na Revolução Constitucionalista de 1932, o Sul rompeu com o governo provisório, enquanto Cuiabá se manteve fiel a Vargas. Com a Revolução de 1932, a elite sulista ficou mais próxima de ascender ao poder de Mato Grosso. Foi durante o levante paulista que ela assumiu o governo paralelo do Estado, quando o general Bertoldo Klinger nomeou o então prefeito de Campo Grande, Vespasiano Barbosa Martins, a governador de Mato Grosso. Mesmo o levante sendo derrotado, pode-se considerar o episódio uma vitória para a elite sulista, pois a projetou no cenário político e fez surgir um movimento divisionista organizado, a Liga Sul-Mato-Grossense.

Para alguns autores, como Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães, a nomeação de Vespasiano significou a divisão de Mato Grosso, uma vez que na porção sul foi implantado o governo do Estado. Já segundo Bittar, Vespasiano foi nomeado governador do Estado de Mato Grosso, a ser entendido como uma forma paralela de poder, fruto do levante paulista. A autora bem demonstra isso com depoimento do próprio Vespasiano Barbosa Martins a fim de "desfazer boatos tendenciosos" vinculados no Norte:

> Ciente de correr aí que o movimento do Sul é regional contra o Norte, venho declarar não ser verdadeiro o que se afirma. Batemo-nos com os nossos irmãos de São Paulo, Rio Grande e Minas pela volta ao país do regime da lei. Não temos e não devemos ter questões regionais; batemo-nos pelo Brasil unido e livre. Apelo para o sentimento desse altivo povo do Norte a fim de cerrar fileiras ao nosso lado, e caminharmos pela estrada larga da liberdade. a) Dr. Vespasiano Martins. Interventor Federal de Mato Grosso. (MARTINS, apud BITTAR, 2009a, p. 172).

Próximo a interpretação de Bittar é a dissertação de Jovan Vilela da Silva, *A divisão de Mato Grosso: uma visão histórica (1892-1977),* em que o autor afirma que não se tratou de divisão do Estado, mas sim da "transferência da capital para o sul" e "caso o governo ficasse em Campo Grande, se o movimento revolucionário vingasse, talvez nem houvesse necessidade de dividi-lo" (SILVA, apud BITTAR, 2009a, p. 173). Essa questão também é observada na *Resposta ao general Rondon* que "a possibilidade da mudança da Capital" era sentida "desde o governo Aquino [1918-1922]". Por sua vez, antigos "boletins anônimos" distribuídos no Sul, lembravam "ao povo a ideia da mudança da Capital ou a separação do Estado" (MARTINS, 1944, apud QUEIROZ, 2006, p. 157).

Se no levante de 1932 não houve intensão de divisão do Estado, após a derrota deste movimento, a intensão foi "pleitear a divisão do Estado de Mato Grosso em dois Estados Federados" e "promover a união dos mato-grossenses". Em janeiro de 1933, a Liga lança seu primeiro manifesto, o *Manifesto aos habitantes do Sul de Mato Grosso,* ratificando seus anseios de se libertar "definitivamente das peias que impedem o nosso progresso e toda nossa civilização". Com a instalação da Assembleia Constituinte, em 1933, a entidade logo encaminhou o "*Manifesto da mocidade do Sul de Mato Grosso ao Chefe do Governo Provisório e à Assembleia Constituinte*, datado de janeiro de 1934; e uma *Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte*, aparentemente de março de 1934, acompanhada de um abaixo-assinado com milhares de assinaturas" (QUEIROZ, 2006, p. 160).

Para Bittar (2009a) os divisionistas esperavam uma boa acolhida da causa entre os constituintes, pois segundo eles a Revolução de 1930 cogitava uma redivisão territorial do país. Assim, lançaram-se "pelo interior do sul do Estado em busca de adesões que respaldassem o projeto a ser enviado à Constituinte". Na petição

intitulada *Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte*, lê-se que a Liga "poderia apresentar [...] as 13 mil assinaturas que ilustram e apoiam essa representação" (BITTAR, 2009a, p. 226- 227). Mesmo com essa petição e com manifestos, fato é que a Assembleia Nacional Constituinte não acatou a proposta divisionista, até porque o governo de Vargas teve caráter integracionista, e o mais próximo que o Sul de Mato Grosso teve de uma separação, foi com a criação do Território Federal de Ponta Porã, em 1943.

Em resposta ao primeiro manifesto da Liga Sul-Mato-Grossense, foi publicado no jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, nota redigida pela Liga por Mato Grosso Unido em defesa da "unidade política e integralidade territorial de Mato Grosso". (BITTAR. 2009a, p. 218). Vale mencionar que entre seus signatários estavam dois futuros governadores, Arnaldo Estevão de Figueiredo e Fernando Corrêa da Costa, que apesar de suas origens cuiabanas, ambos eram da elite sulista, nos fazendo questionar se a ideia de dividir o Estado era unânime no Sul e, se para alguns políticos o desejo não era apenas de ascenderem ao poder estadual.

Como dito anteriormente, a representatividade do Sul no poder estadual e mesmo no Congresso era pequena. Porém este cenário começou a mudar ainda na década de 1930, se igualando e superando o Norte após o fim do Estado Novo. Se outrora a elite sulista rompeu com Cuiabá, agora seu projeto era de conquistar a hegemonia política através do processo partidário-eleitoral e sem rupturas dramáticas. (NEVES, 1988, apud QUEIROZ, 2006, p. 175).

Em seu livro *Mato Grosso do Sul: a construção de um Estado vol. 1.* (2009a), Marisa Bittar traz um quadro da representação federal e estadual por região entre os anos de 1947 a 1962. Nota-se que neste período, o Sul elegeu mais deputados estaduais do que o Norte, "já para o Congresso Nacional, o Norte fez maioria em 1947 e 1950, enquanto em 1954 e 1958 o Sul o superou", empatando em 3 a 3 em 1962. Vale mencionar que Corumbá ficou a parte dessa rivalidade, por manter uma relação ambígua entre Norte e Sul, e assim, não contabilizando "para o Sul os deputados eleitos por esse município, que hoje pertence a Mato Grosso do Sul" (BITTAR, 2009a, p. 291).

Quadro 1 – Representação federal/estadual por região (1947-1962)

| **ANO** | **NORTE** | | **SUL** | | **CORUMBÁ** | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Est. | Fed. | Est. | Fed. | Est. | Fed. |
| 1947 | 10 | 1 | 16 | ..... | 4 | 1 |
| 1950 | 11 | 4 | 16 | 2 | 3 | 1 |
| 1954 | 10 | 2 | 18 | 5 | 2 | ..... |
| 1958 | 12 | 2 | 17 | 4 | 1 | 1 |
| 1962 | 12 | 3 | 16 | 3 | 2 | 2 |
| **Total** | **55** | **15** | **83** | **16** | **12** | **5** |

Fonte: Novis Neves, M. Manuela, apud Bittar 2009a. Com modificações.

Uma vez com a maioria na Assembleia Constituinte Estadual (16 contra 10, sem contarmos os deputados de Corumbá, e mesmo contando em favor do Norte, a bancada sulista ainda seria maioria), os deputados Italívio Coelho e Oclécio Barbosa Martins, ambos da UDN/Sul, encaminharam uma emenda, em 1947, sobre a transferência da capital. Sobre essa votação, Bittar cita depoimento de Italívio Coelho: "[...] os dois deputados de Corumbá é que acabaram decidindo a votação, [...] O Octacílio votou com eles e o André de Barros votou conosco – ai empatou, porque a representação norte e sul era mais ou menos igual nessa época" (BITTAR, 2009a, p. 293). Uma vez a votação terminando empatada, a proposta "só foi rejeitada graças ao voto de Minerva do presidente da Assembleia, que era um político do Norte" (QUEIROZ, 2006, p. 175). Ora, se a representação "era mais ou menos igual", isso quer dizer que havia deputados sulistas favoráveis ao norte, ou ao menos satisfeito com aquela situação de estarem no poder. Tal fato nos faz questionar o porquê de alguns deputados sulistas votarem contra a mudança da capital, colocando em xeque os anseios dessa classe sobre o divisionismo.

Fato é que, o Sul conseguiu se sobrepor ao Norte na representatividade do poder mato-grossense, tanto no Legislativo, mas principalmente no Executivo, como se observa no quadro a seguir:

Quadro 2 – Governadores eleitos em Mato Grosso

| **ANO/ELEIÇÃO** | **GOVERNADOR** | **PARTIDO/REGIÃO** |
|---|---|---|

| | | |
|---|---|---|
| 1947 | Arnaldo E. de Figueiredo | PSD/Sul |
| 1950 | Fernando Corrêa da Costa | UDN/Sul |
| 1955 | João Ponce de Arruda | PSD/Norte |
| 1960 | Fernando Corrêa da Costa | UDN/Sul |
| 1965 | Pedro Pedrossian | PSD/Sul |

Fonte: Bittar (2009a), p. 293)

Na sequência do Executivo, tivemos José Fragelli (ARENA/Sul) e José Garcia Neto (ARENA/Norte)[7] eleitos pela Assembleia Legislativa[8]. Nota-se assim, a ascensão ao poder de Mato Grosso pela elite sulista, visto que entre o fim do Estado Novo e o Ato Institucional nº 3, que implantou a eleição indireta para governador, dos cinco pleitos, quatro foram vencidos por políticos domiciliados no Sul, além da primeira indicação para governador também ser um político do Sul. Uma vez no poder, essa elite não se mobilizou pela divisão, evitando radicalizações nas campanhas ou mesmo durante seus mandatos.

Corrobora a ideia de a elite sulista estar satisfeita com aquele cenário político, a fala de Queiroz, quando afirma que a divisão parece ter sido "sempre encarada pelos líderes sulistas, acima de tudo, como um objetivo tático, a serviço de uma estratégia mais importante e abrangente, isto é, a ascensão ao poder político". O autor comenta que isso é perceptível ainda nas lutas coronelísticas do final de século XIX, quando "alguns líderes políticos sulistas sentiam-se então insatisfeitos com sua condição de meros caudatários das oligarquias 'nortistas' mas, ao mesmo tempo, sabiam-se impotentes para disputar o poder diretamente com aquelas oligarquias" (QUEIROZ, 2006, p. 173), ratificando a ideia de que a divisão figurava apenas como um meio para se atingir o poder.

Quanto aos episódios da década de 1930, Queiroz (2006) afirma que se fosse corrigida a desproporção da representatividade entre Sul e Norte, a proposta de divisão poderia ser descartada. Tal objetivo também se alcançaria "por meio da

7. Marisa Bittar (2009a) aponta que o último governador de Mato Grosso uno, deveria ser, por questão política, da região Norte.

8 O Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966, definia que as eleições para governador e vice-governador seriam realizadas de forma indireta, através das Assembleias Legislativas.

mudança da capital, codinome da operação política pela qual as alavancas do poder passariam para as mãos das elites sulistas". Neste sentido, após os episódios de 1932, a política em Mato Grosso se acomodou num acordo clientelista entre lideranças do Norte, alicerçada na pessoa de Filinto Müller, e no Sul chefiadas por Vespasiano Barbosa Martins. Tanto que as duas lideranças

> [..] ao invés de se antagonizarem, promoveram entre si uma divisão de poderes. De fato, um dos entrevistados de Neves registra que, durante o Estado Novo, Martins mantinha um "ótimo relacionamento" com o interventor Júlio Müller, o qual "costumava dizer que o Vespasiano o representava no sul do Estado". A própria Neves assinala que Vespasiano e Filinto "haviam dividido o espaço político-regional" já na década de 30, e cita a esse respeito um esclarecedor depoimento do líder sulista Demósthenes Martins: "houve um acordo sim", pelo qual "todas as nomeações do Norte eram do Filinto e as do Sul, do Vespasiano" (QUEIROZ, 2006, p. 174).

Com a representatividade equilibrada entre Norte e Sul, seria desnecessário, e até arriscado, um político tomar lado na questão divisionista. Para Queiroz, tal "racionalidade se expressaria no sentido de evitar o confronto explícito Norte versus Sul". Para tanto, os candidatos foram cuidadosos em suas campanhas para não haver identificação de candidato norte candidato sul. Uma vez tendo "provado o gosto do poder, as elites sulistas não estavam dispostas a colocar em risco as posições já alcançadas" (QUEIROZ, 2006, p. 175-176). Assim, podemos deduzir que

> [...] a polarização regional sempre foi evitada porque poderia significar a desagregação da estrutura de poder então existente – e isso não interessava às elites políticas que, mesmo fracionadas, detinham a direção do sistema de dominação vigente, fortemente assentado nessas oligarquias municipais que, inevitavelmente, tinham os seus próprios interesses político-regionais agregados aos interesses partidários (NEVES, 1988 apud QUEIROZ, 2006, p. 176).

Neste sentido, Bittar afirma que "a divisão de Mato Grosso vinha se constituindo, desde sempre, numa espécie de causa sem partido", pois quais

> [...] motivos explicam que, ao longo de toda a secular trajetória, não tenha havido um partido pró-divisão? A resposta é: a essência da própria causa. Sendo uma bandeira regionalista e incerta, era, de certa forma, problemática para os partidos políticos. Na verdade, nenhum político [sulista] em época de eleição desejava ser identificado como contrário "ao norte" (BITTAR, 1999, apud QUEIROZ, 2006, p. 177).

Uma vez que a correlação de forças era favorável ao Sul, as alegações de outrora utilizadas pela Liga Sul-Mato-Grossense em seus manifestos de que Cuiabá tinha vocação para o mando, e das acusações do abandono de que vivia o Sul, esquecido pelo governo, não faziam mais sentido. Mesmo assim, de quando em quando ouvia-se algum discurso pró-divisão. Um destes poucos discursos é o manifesto do Movimento Pró-Divisão de Mato Grosso, de 1959, "fruto de uma fase morna do divisionismo" vindo na "esteira da ressaca pós-criação do Território Federal de Ponta Porã" (BITTAR, 2009a, p. 294).

Portanto, deduz-se que, se dependesse dos políticos mato-grossenses, provavelmente a divisão não sairia, visto que quem levantasse a bandeira correria o risco de perder o poder, pois, ao que parece o divisionismo não encontrou apoio na maioria da população, nem mesmo no Sul. Nota-se, que neste momento, o populismo era a base de sustentação de partidos políticos, principalmente os que controlavam o cenário estadual e nacional, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), desta forma seria difícil a divisão de Mato Grosso sair pela via democrática e constitucional.

Seria necessário, portanto, "uma conjuntura política favorável para que o tema da divisão de Mato Grosso voltasse à baila" (BITTAR, 2009a, p. 297), um regime que prescindisse de consulta popular, ou de apoio da classe política local, e que não se abalaria com a aceitação ou não da polução. Tal conjuntura não demoraria a aparecer, e ela veio justamente com o golpe civil-militar de 1964.

No início do regime militar, ainda no governo Castelo Branco (1964-1967), segundo Bittar, Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva estiveram em Mato Grosso realizando estudos geopolíticos sobre a viabilidade de se dividir o Estado. Contudo, ainda segundo a autora, os dois governos que se seguiram, o de Artur da Costa e Silva (1967-1969) e o de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), não trataram do assunto, pois tinham como prioridades o combate à subversão, a consolidação do regime e a implementação do "milagre brasileiro". Ernesto Geisel por sua vez, prezava o desenvolvimento capitalista brasileiro apoiado na geopolítica de interiorização e integração nacional. Na presidência, "eis que decide dividir Mato Grosso", uma vez que ele não precisaria "realizar articulações políticas destinadas a viabilizar seu

intento" (BITTAR, 2009a, p. 299). Assim, a divisão de Mato Grasso foi possível mais por vontade/interesses do governo federal, do que pelos movimentos regionalistas ou por seus políticos. Devemos acrescentar a estes propósitos e anseios, o objetivo político, uma vez que atenderia aos "interesses do governo de ampliar suas bases parlamentares no Congresso Nacional" (CHAGAS, 2016, p. 42), frente ao crescente número de deputados e senadores do MDB.

No início do governo Geisel, em 1974, inicia-se os estudos de viabilidade de divisão do Estado. O projeto é levado ao Congresso em agosto de 1977, aprovado em setembro e, sancionado pelo presidente em 11 de outubro de 1977, sob a lei nº 31, que dividiu Mato Grosso e criou Mato Grosso do Sul. Interessante notar a representatividade do Sul neste momento. O Senado, após a morte de Filinto Müller em 1973, estava composto por Italívio Coelho, Antônio Mendes Canale e Rachid Saldanha Derzi, todos da ARENA/Sul. Na Câmara, as forças estavam equilibradas com quatro deputados federais para o Sul e quatro para o Norte. Eram eles do Sul: Valdomiro Gonçalves (ARENA), Ubaldo Barém (ARENA), Walter de Castro (MDB), Antônio Carlos de Oliveira (MDB); do Norte: Vicente Vuolo, Nunes Rocha, Gastão Müller e Benedito Canellas, todos da ARENA.

Recém-criado, Mato Grosso do Sul ficou aos cuidados administrativos de Mato Grosso até janeiro de 1979, quando se instala o Judiciário e o Executivo com a nomeação de Harry Amorim Costa pelo presidente Ernesto Geisel, assunto este que veremos logo mais. Quanto ao Legislativo, este se encontrava formado pelas eleições de 1978. Como previsto pelo governo federal, o pleito de 1978 em Mato Grosso do Sul, foi favorável a ARENA, talvez embalada pela euforia da criação do novo Estado. Notamos tal fato observando os quadros a seguir.

Quadro 3 – Deputados Federais de MS eleitos em 1978

| **CANDIDATO** | **PARTIDO** | **CANDIDATO** | **PARTIDO** |
|---|---|---|---|
| Rubén Figueiró | ARENA | Ubaldo Barém | ARENA |
| Levy Dias | ARENA | Walter de Castro | MDB |
| João L. Schimidt | ARENA | Antônio C. de Oliveira | MDB |

Fonte: TRE de MS. In. CHAGAS, 2015, p. 48

Quadro 4 – Deputados estaduais de MS eleitos em 1978

| CANDIDATO | PARTIDO | CANDIDATO | PARTIDO |
|---|---|---|---|
| Ramez Tebet | ARENA | Zenóbio dos Santos | ARENA |
| Paulo Saldanha | ARENA | Ary Rigo | ARENA |
| Londres Machado | ARENA | Cecílio de Jesus Gaeta | MDB |
| Waldomiro Gonçalves | ARENA | Getúlio Gideão | MDB |
| Osvaldo Dutra | ARENA | Sergio Cruz | MDB |
| Horácio Cerzósimo | ARENA | Onevan de Matos | MDB |
| Rudel Trindade | ARENA | Sultan Rasslan | MDB |
| Alberto Cubel Brul | ARENA | Odilon Nacasato | MDB |
| Walter Carneiro | ARENA | Roberto Orro | MDB |

Fonte: BITTAR, 2009b, p. 148

Para o cargo de deputado federal, foram eleitos quatro pela ARENA e dois pelo MDB. Para a Assembleia Legislativa, dos dezoitos deputados, onze eram da situação e sete de oposição. Já a disputa para o Senado se deu entre Pedro Pedrossian (ARENA), e Plínio Barbosa Martins (MDB), vencida pelo primeiro com uma margem relativamente pequena, conforme podemos ver no quadro a seguir:

Quadro 5 – Votação obtida pelos candidatos ao Senado por MS em 1978

| PARTIDO | CANDIDATO | VOTOS |
|---|---|---|
| ARENA | Pedro Pedrossian | 134.338 |
| ARENA | José Fragelli | 45.885 |
| MDB | Plínio Barbosa Martins | 130.658 |
| MDB | Humberto Neder | 11.456 |

Fonte: BITTAR, 2009b, p. 145

Com estes resultados, mesmo a ARENA sendo vitoriosa, o prestígio eleitoral de Pedrossian e do partido de sustentação do regime, foi posto em xeque e, seu nome fora incluído na categoria política de velhos caciques (BITTAR, 2009b, p. 145). Interessante essa inclusão, pois no início de sua carreira política, na campanha ao governo de 1965, Pedrossian fora visto como renovação em relação as velhas oligarquias mato-grossenses. E agora, como velho cacique, usaria de várias artimanhas e influência nos altos escalões do regime militar, para destituir os dois primeiros governadores indicados de Mato Grosso do Sul, Harry Amorim Costa (ARENA) e Marcelo Miranda Soares (ARENA) e, retornar ao posto de chefe do Executivo.

Podemos notar na prática política três formas na renovação de lideranças, a primeira com um continuísmo de antigos caciques, ora de forma hereditária[9], ora com seus afilhados políticos[10]; uma outra com rupturas entre antigas lideranças, surgindo novos caciques[11]; e uma terceira forma com lideranças de oposição[12]. A partir da Era Vargas, nota-se nomes influentes na política estadual, polarizando as disputas, como Vespasiano Barbosa Martins e Filinto Müller. Já no período democrático de 1946 a 1964, tivemos Fernando Corrêa da Costa e Filinto Müller; durante a ditadura militar, José Fragelli e Pedro Pedrossian e, no jovem Estado de Mato Grosso do Sul, a polarização se deu entre Pedro Pedrossian e Wilson Barbosa Martins.

Um dos protagonistas na disputa pelo poder no jovem Estado de Mato Grosso do Sul, foi Pedro Pedrossian. Pedrossian teve ascensão rápida na política, sua primeira disputa eleitoral foi para a vaga do governo de Mato Grosso pelo PSD, em 1965. Tendo como slogan “o tostão contra o milhão”, por ser ele engenheiro civil,

9. Podemos citar como exemplo a família Sarney no Maranhão, os Magalhães na Bahia. No Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: Pedro Celestino Corrêa da Costa e seu filho Fernando Corrêa da Costa, a família Trad, a família Tebet.

10. No Mato Grosso/Mato Grosso do Sul nota-se apadrinhamentos políticos entre Filinto Müller e Pedro Pedrossian, Renato Alves Ribeiro e José Fragelli.

11. É o caso entre Filinto Müller e Pedro Pedrossian.

12. Exemplo nacional seria o líder metalúrgico do ABC paulista, Luiz Inácio da Silva, o Lula, e no Mato Grosso do Sul, um dos líderes do MDB, Wilson Barbosa Martins.

funcionário público na NOB, concorrido com Lúdio Martins Coelho (UDN), um dos maiores pecuaristas do Sul do Estado.

A vitória de Pedrossian pode ser atribuída, em parte, por ser novo na política, pelo apoio de um dos maiores chefes políticos do Estado, Filinto Müller (PSD/Norte), e por ser identificado contrário ao regime militar instalado em 1964, que no Sul de Mato Grosso encontrava grande rejeição. Esse conjunto foi "bem explorado por ele, que construiu a sua imagem de político contrário às oligarquias e que representava a mudança" (BITTAR, 2009b, p. 126). Atrelado a sua imagem contrária ao regime, estava o apoio da esquerda que decidia o pleito em Mato Grosso. De fato, o PTB e o PCB, existentes no Sul do Estado, "decidiam o resultado porque a disputa era polarizada entre as duas principais forças (UDN e PSD)", assim, o "candidato que conseguisse obter o apoio desses dois partidos cuja atuação gravitava por fora da bipolaridade hegemônica, levava vantagem em qualquer eleição" (Idem, p. 127). Essa vitória colocou Mato Grosso ao lado de Minas Gerais e da Guanabara, estados em que o governo militar perdeu as eleições de 1965.

Através de articulações políticas no Senado Federal e na Assembleia Legislativa, Filinto tenta derrubar Pedrossian. Por sua vez, Pedrossian cooptava parte daquela base "filintista" revertendo a cassação desejada por Filinto, nascendo daí a ala "pedrista". De fato, é surpreendente "um novato na política mato-grossense", ter conseguido "derrotar a articulação montada pelo maior chefe político estadual da época, aquele que transcendendo o regionalismo norte-sul, afirmava não existir um único município em Mato Grosso 'onde não tivesse um compadre'" (BITTAR, 2009b, 131-132). Com essas articulações, Pedro Pedrossian se torna um novo cacique na política mato-grossense.

Quanto a Wilson Barbosa Martins, é de uma família tradicional de Mato Grosso, ligada a pecuária e de profissionais liberais como medicina e advocacia. Vale mencionar que foi sobrinho neto de Vespasiano Barbosa Martins, chefe do governo paralelo de Mato Grosso no levante de 1932. Em seu histórico político, Barbosa Martins demonstra uma "[...] postura pela democracia e a oposição às duas ditaduras [...]. Foi antigetulista e na UDN (1946) combateu a ação golpista de líderes como Carlos Lacerda. Na sequência, instituída a ditadura militar, foi oposicionista de

primeira hora, tendo sido um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro [...]" (BITTAR, 2009b, p. 223). No início do regime militar, fora um dos deputados federais mais votados. Por conta de sua oposição ao regime, teve seu mandato e os direitos políticos cassados, retornando ao cenário político estadual nas eleições de 1978.

A dualidade outrora existente em Mato Grosso uno entre Fernando Corrêa da Costa (UDN/Sul) e Filinto Müller (PSD/Norte), seria reeditada em Mato Grosso do Sul com Wilson Barbosa Martins (MDB/PMDB) e Pedro Pedrossian (ARENA/PDS). Para Bittar (2009b)

> O "estado-modelo", como se vê, pelo menos nesse aspecto, mostrava não estar completamente apartado do Norte. E como poderia se esses nomes representavam exatamente o passado de Mato Grosso uno e a continuidade da hegemonia estabelecida no pós-45? (BITTAR, 2009, p. 108).

Antes do golpe de 1964, lideranças estavam alocadas na UDN e no PSD, que polarizavam as eleições em Mato Grosso. Com o bipartidarismo implantado pelo Ato Institucional nº 2, lideranças outrora rivais, em sua maioria, se filiaram a ARENA como Filinto Müller, Fernando Corrêa da Costa, José Fragelli e Pedro Pedrossian. Em Mato Grosso, a união desses nomes na mesma legenda, causou rivalidades em épocas de eleições pela nomeação ou indicação para disputas de pleitos. Após a criação de Mato Grosso do Sul, essa rivalidade se mantém nas eleições de 1978 e 1982, contribuindo para a instabilidade política no Estado.

Desde outubro de 1977, o Estado tinha existência legal, mas não possuía governo próprio. Pela lei complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977, o governo federal tinha até março de 1978 para indicar o governador que tomaria posse em janeiro de 1979. Nesse interim, as elites sul-mato-grossense "componentes da ARENA, envolveram-se em uma disputa" sem entrarem num "consenso sobre o nome que o partido indicaria ao presidente Ernesto Geisel para ser nomeado governador".

Pela falta de entendimento, o presidente nomeou um técnico[13], "alheio às lutas da ARENA regional, o gaúcho Harry Amorim Costa" (BITTAR, 2009b, p. 108-109).

Seu breve governo (1º de janeiro de 1979 a 12 junho de 1979), assumiu de fato um caráter técnico, visto que criou uma estrutura administrativa composta em sua maioria por técnicos, implantando um modelo "bem diferente daquele a que alguns líderes políticos da porção Sul do Estado estavam acostumados [...] Essa inovação consistia nas supersecretarias, ou seja, o governo diminuiu o número de secretarias, com vistas a garantir uma equipe mais produtiva [...]" (CHAGAS, 2016, p.51).

De certo modo, essa característica em sua administração, contribuiu para sua queda, visto que com técnicos no governo e um número reduzido de secretarias, havia poucas vagas para serem preenchidas por indicações políticas. Além disso, segundo Chagas (2016), por ser inexperiente como político, Harry não conseguiu lidar com as articulações, "elemento fundamental na viciada cultura política brasileira". Some-se a isso o fato de quando das reuniões arenistas para indicar o nome do governador, houve dissidência entre Pedrossian e o então deputado federal Levy Dias, este se aproximou de Harry conquistando sua confiança e a oportunidade de indicação para alguns cargos no governo. Essa aproximação, fez com que "a maioria dos parlamentares ficassem com certa inveja da influência de Levy no governo" (Idem, ibidem). Todos esses fatores levaram a uma conspiração para derrubar Harry Amorim Costa do governo de Mato Grosso do Sul.

Já para Bittar (2009b), as conspirações começaram antes mesmo de sua investidura. Lembremos que a ARENA estadual não entrou num consenso para a indicação de um nome ao executivo, isso se deve ao fato de que, a ARENA estadual, na prática, se dividia em duas facções rivais oriundas do quadro político partidário anterior ao golpe de 1964, caracterizando como dois partidos em um. Essa rivalidade se acirrou por conta da escolha do primeiro governador. Uma vez não sendo ela resultado de eleição, recaiu na disputa entre antigos caciques que buscou impor sua decisão, ou seja, o velho duelo protagonizado entre UDN e PSD, encarnado entre

13. Segundo Bittar, o termo técnico passou a ser empregado pela imprensa e pelos meios políticos em geral para enfatizar que a experiência administrativa de Harry Amorim Costa provinha de cargos não políticos em si e também para distingui-lo dos pretendentes que cobiçavam o cargo.

Pedro Pedrossian (ex PSD) e José Fragelli (ex UDN), caciques na política mato-grossense, se fez presente no jovem Estado de Mato Grosso do Sul.

A influência de Pedrossian é percebida não só em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, mas também no cenário federal. Em entrevista a Marisa Bittar, Paulo Coelho Machado afirmava que "Pedro tinha muito prestígio junto ao Golbery e, indiretamente com Geisel", tanto que quando veio a divisão, Pedro apresentou sua pretensão de ser governador e Geisel aceitou. Todavia,

> [...] quando a ARENA ortodoxa viu que ia perder a guerra, se reuniram todos, foram a Brasília, inclusive o Fernando Corrêa da Costa [...] entendendo que precisavam impedir a qualquer custo, mas o Geisel já estava decidido, então ele se irritou com o negócio e disse: já que vocês não querem o Pedro e eu não vejo motivo para não nomeá-lo, eu então vou nomear um de fora do Estado (Paulo Coelho Machado, 1996, In. BITTAR, 2009b, p. 118).

O nome de Pedro Pedrossian, parece ter sido visto pelo regime como a melhor opção em preparar o Estado para as disputas de 1982, e assim garantir a vitória naquelas eleições. Seu nome também fora consenso na mídia. O *Correio do Estado,* que na eleição de 1965 combatera sua candidatura, agora o julgava como o mais capaz para ocupar o cargo. O mesmo jornal quando da divisão, "organizou em Campo Grande a 'passeata monstro', distribuindo faixas e cartazes padronizados com os dizeres 'Obrigado Geisel. Bem-vindo Pedrossian'" (BITTAR, 2009a, p. 328).

Não nomeado por articulações de seus opositores arenistas ortodoxos, Pedrossian passa a tramar a queda de Harry Amorim Costa. "A trama para derrubá-lo vinha de cima e contava com a bancada pedrossianista na Assembleia Legislativa". Completando essa trama Valdomiro Gonçalves, o deputado mais fiel a Pedrossian, tornou-se "o líder do governo na Casa" (BITTAR, 2009b, 160). Contudo, essa articulação na Assembleia, teve mais caráter de um plano B, visto que, pela essência do regime militar, tudo se resolvia em Brasília. Diante dessas articulações, cabe a reflexão: será que a velha prática política, tão criticada na *Resposta ao general Rondon*, do gosto pelo mando dos do Norte, dos tubarões da política, existia apenas em Cuiabá? Será que os tubarões, os caciques da política também não estavam presentes no Sul? Vejamos.

Em consulta ao senador Pedro Pedrossian, os deputados da Assembleia Legislativa a ele vinculados foram liberados para "apoiar" o governador. Pedrossian "assim o fizera justificando que a destituição do governador seria obra 'de cima' e não da Assembleia Legislativa", ou seja, o "apoio" era apenas fachada, uma farsa, visto que a bancada federal e os senadores, Pedro Pedrossian, Rachid Saldanha Derzi e Antônio Mendes Canale, resolveriam tudo em Brasília. (Idem, p. 161). E de fato resolveram.

Também em entrevista a Marisa Bittar, o deputado estadual Waldomiro Gonçalves, relata uma conversa que teve com Pedrossian a respeito da posição da Assembleia sobre Harry:

> Um dia fui lá no Pedro, preocupado, apreensivo: "Governador, eu estou cometendo uma contradição; afinal eu sou seu companheiro e líder do homem que o senhor quer fora do governo!". Ele falou: "Não. Pode apoiá-lo. Vocês podem ficar com Harry de cabo a rabo!" Essa foi a expressão dele. "Podem ficar porque vocês não mandam nada. Quem vai derrubar, se alguém derrubar, é lá em cima. Vocês têm é que ficar aqui com ele mesmo! Vocês não mandam nada!" Tanto é que nós assinamos aquele manifesto (apoiando Harry) e no outro dia ele caiu. A nossa expressão era zero lá em Brasília. (Valdomiro Gonçalves, 1996. In: BITTAR, 2009b, p. 162. Grifo meu).

Para Pedrossian, os resultados das eleições de 1978, o reafirmava como liderança da ARENA no Estado, sinalizando para o governo federal que ele mereceria o cargo de governador. Porém, mais uma vez, sua nomeação não foi possível pelo veto do grupo de Fragelli. O nome de consenso das duas vertentes, foi o de Marcelo Miranda Soares, que deixou o cargo de prefeito de Campo Grande e assumiu como segundo governador de Mato Grosso do Sul. Todavia, seu mandato também seria breve.

A aceitação do nome de Marcelo Miranda pela ala pedrossianista, se deu pela crença em sua obediência ao senador. Quando o deputado federal João Leite Schimidt, muito próximo de Pedrossian, buscou influenciar o governador para que assumisse efetivamente o comando do Estado e "não figurasse como arremedo de governador", Marcelo Miranda vê-se numa delicada situação, "na medida em que atendia as exigências de Pedrossian era alvo de críticas da oposição na Assembleia

Legislativa, mas se dele se afastasse, perderia o apoio 'de cima' para permanecer no cargo" (BITTAR, 2009b, p.180).

Quanto ao mandato de pouco mais de um ano de Marcelo Miranda (30 de junho de 1979 a 28 de outubro de 1980), Chagas (2016) aponta algumas de suas medidas. Na educação, por exemplo, houve pequenos avanços, devido a pressão da categoria através da Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul (FEPROSUL), como o aumento salarial; construções de salas de aulas em escolas de diversos municípios; obras de saneamento básico e pavimentação asfáltica. Lançou também o Programa de Desenvolvimento Integrado (PDI) em algumas regiões do Estado, com recursos na ordem de Cr$ 7,5 bilhões. Entretanto, esses avanços devem ser vistos com cautela. As atas da Assembleia Legislativa de agosto de 1979, por exemplo, apresentam depoimentos da oposição "criticando a criação da Secretaria de Comunicação destinada a Aluísio Coelho, genro de Pedrossian, com dotação orçamentária muito superior às das secretárias da área social, como Educação e Saúde" (BITTAR, 2009b, p. 180).

Apesar das denúncias dos atos administrativos do governo de Marcelo Miranda Soares, este não foi destituído por discordância da oposição, mas sim por decisão do Palácio do Planalto que acolheu a pretensão de Pedrossian (Idem, p. 181-182). A queda do segundo governador de Mato Grosso do Sul, parece ter sido manobra tão somente do senador. Em entrevista concedida a Chagas no livro *As eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul* (2016), Pedrossian relatou que:

> O tempo foi passando.... aí eu cheguei ao presidente Figueiredo e falei: "olha aconteceu isso, indiquei Marcelo, e eu quero ser governador, eu quero que o senhor cumpra a promessa!" Aí o Figueiredo me disse: "mas Pedrossian... eu acabei de indicar agora o senhor Marcelo Miranda, indicação sua. E eu não quero desagradar o velho". O velho que ele dizia era o Geisel, que estava morando lá em Petrópolis ou Teresópolis. Eu falei: "se o problema é esse eu resolvo". Peguei um carro e fui lá, fui lá no Geisel. Disse: "presidente, houve compromisso da sua parte, o Golbery, falando em seu nome, o presidente Figueiredo, enfim, toda uma assessoria, onde eu fiz um trato que era minha nomeação após as eleições, mas o Figueiredo disse que não, não queria contrariar o velho". Ele pegou o telefone e ligou pro Figueiredo, general Figueiredo, disse: "está liberado, pode nomear o Pedrossian". Aí foi quando eu fui nomeado. Essa foi a razão, mas antes disso eu fui convidado porque realmente eles chegaram à conclusão que eu fizera um grande governo no Estado pró-indiviso, o

> velho Estado de Mato Grosso. (Pedro Pedrossian, 2012. In. CHAGAS, 2016, p. 55-56).

Concomitante aos anseios de Pedrossian em assumir o governo de Mato Grosso do Sul, estava o projeto de auto reforma do regime, para se manter no poder. Assim, o nome de Pedrossian era visto como o "mais capaz de derrotar a oposição sul-mato-grossense nas eleições de 1982", desta forma, "seu plano de chegar a esse posto pôde concretizar-se por causa da conjuntura política da época" (BITTAR, 2009b, p.183).

Diante deste cenário e das pressões de Pedrossian, o presidente Figueiredo destituiu Marcelo Miranda e o nomeou governador com a missão de garantir as eleições de 1982. Assim, em menos de dois anos de implantação, Mato Grosso do Sul, estava diante da terceira nomeação para governador. Como entender agora as justificativas de outrora de que o Sul precisava se livrar do jugo político de Cuiabá? Como justificar o atraso do Sul causado pelo governo do Norte? Ou ainda, como explicar que os do Norte tinham gosto pelo poder? Ao que parece aquela elite sulista, ao ascender ao poder de Mato Grosso uno, já haviam atingido seus objetivos. A criação de Mato Grosso do Sul apenas trouxe para esta nova unidade federativa as disputas pelo poder das mesmas elites de outrora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado das manobras não saiu como o planejado pelo regime. Ao se decidir pela exoneração, o Palácio do Planalto desprezou a "representatividade político-eleitoral dos oponentes de Pedrossian, computando a ele a capacidade de arregimentar o PDS e torná-lo apto a vencer o embate eleitoral mais importante da época: o pleito de 1982" (BITTAR, 2009b, 191). Logo depois da destituição de Marcelo Miranda Soares e a aprovação do nome de Pedro Pedrossian pelo Senado, o grupo estadual contrário articulou manobras e, o PDS sofreu baixas importantes como a de José Fragelli, que assumiu a vaga no Senado deixada por Pedrossian, a do senador Rachid Saldanha Derzi e a do ex-governador Marcelo Miranda, além dos deputados federais João Leite Schimidt e de Rubén Figueiró, que meses depois, fundaram no

Estado o PP (CHAGAS, 2016, p. 57), mas que por manobras do governo militar com vistas às eleições de 1982, se funde ao PMDB.

Apesar de vitorioso, essas realizações não favoreceram a corrente histórica do PMDB, pois as forças políticas oriundas do PDS, ascenderam sobre o governo de Wilson Barbosa Martins, tomando as rédeas e passando a conduzir o processo político pós-1986. De fato, a partir de então, vemos em Mato Grosso do Sul, uma alternância no poder entre os grupos liderados por Wilson Barbosa Martins e Pedro Pedrossian. Tivemos na corrida governista em 1986, Marcelo Miranda Soares, apoiado por Wilson Barbosa Martins, e Lúdio Martins Coelho, apoiado por Pedro Pedrossian, se elegendo o primeiro grupo com uma vitória expressiva, Marcelo obteve 413.266 votos, contra 242.748 de Lúdio Coelho. No pleito de 1990, a disputa se deu entre Ghandi Jamil Georges concorrendo pelo PDT, apoiado pelo PMDB, e Pedro Pedrossian, agora no PTB. O resultado dessa eleição foi a vitória de Pedrossian com 417.589 votos, e 217.289 para Ghandi Jamil. Na polêmica campanha de 1994[14], Wilson Barbosa Martins novamente é eleito governador, obtendo 392.365 votos, contra 243.366 de Levy Dias candidato da coligação pedrossianista. Nota-se assim, a alternância no poder entre grupos ligados a Pedrossian e a Wilson Barbosa Martins. Seja entre um grupo ou outro, o que se percebe é a grave crise financeira em que o Estado mergulhou, agravando as mirradas políticas sociais, desvalorização salarial do funcionalismo público, inclusive com sucessivos atrasos na folha de pagamento.

## REFERÊNCIAS

BITTAR, Marisa. **O inesperado 1977:** quarenta anos da criação de Mato Grosso do Sul. In. Revista Eletrônica História em Reflexão, Dourados, MS, v. 11, n. 22, jul./dez. 2017.

_____. **Mato Grosso do Sul, a constrição de um estado.** Volume 1: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

14. O então governador Pedro Pedrossian para assegurar a hegemonia no processo político sul-mato-grossense, lançou no final do seu governo, a tese do "pacto político" que consistia em unir todas as forças políticas do Estado em torno de um único candidato para sua sucessão. A estratégia consistiu em interferir, de fora, no partido rival, PMDB, com intuito de minar a candidatura do então senador Wilson Barbosa Martins para governador. Uma maratona de manobras em 1933 mostrou, mais uma vez, as práticas políticas da elite dirigente sul-mato-grossense no Estado. Sobre esse assunto ver BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: a construção de um Estado* vol.2.

_____. **Mato Grosso do Sul, a constrição de um estado.** Volume 2: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

CHAGAS, Wagner Cordeiro. **As eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Life Editora, 2016.

DOCUMENTO. **A divisão de Mato Grosso** – Resposta ao general Rondon. Campo Grande, 1934.

JESUS, Laércio Cardoso de. **Erva-mate: o outro lado***:* a presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970. Dissertação (mestrado em História). – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados, 2004.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Mato Grosso/Mato Grosso do Sul:** divisionismo e identidades. In. Revista Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.

SANTOS, Camila Comerlato. **Território Federal de Ponta Porã:** o Brasil de Vargas e a marcha para oeste. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: PUC, 2016.

**Recebido em 30 de abril de 2021.**
**Aprovado para publicação em 13 de março de 2022.**

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

# O HISTORIADOR EM SUA PRÁTICA COTIDIANA:
Teoria e metodologia na pesquisa histórica

# THE HISTORIAN IN HIS DAILY PRACTICE:
Theory and methodology in historical research

*ILSYANE DO ROCIO KMITTA*[1]

## RESUMO

Apresentamos nesse texto, aspectos de um pequeno debate que envolve o uso da teoria e metodologia na elaboração da pesquisa histórica, e como esta permite pensar o fato não apenas como algo dado, mas, leva a necessidade de uma análise criteriosa e critica a progressão da pesquisa com embasamento científico. Ao utilizar de teorias na prática historiográfica, o pesquisador busca a compreensão do contexto histórico através do tempo. O processo de eleger um objeto, pesquisar, fazer as devidas críticas e posteriormente após uma análise rigorosa das fontes escrever a história, revela quem é o historiador, e para este, a teoria é a bagagem que permite o entendimento e acomoda a explicação para a escritura do fato, para a construção de uma História pelo viés científico.

**Palavras-chave:** Historiador. Teoria e metodologia. Pesquisa histórica.

## ABSTRACT

In this text, we present aspects of a small debate that involves the use of theory and methodology in the elaboration of historical research, and how this allows us to think of the fact not only as something given, but also leads to the need for a careful and critical analysis in the progression of research with a scientific basis. By using theories in historiographical practice, the researcher seeks to understand the historical context through time. The process of choosing an object, researching, making the necessary criticisms and, after a rigorous analysis of the sources, writing the history, reveals who the historian is, and for this, the theory is the baggage that allows the understanding and accommodates the explanation for the writing of the fact, for the construction of a History through the scientific bias.

**Keywords:** Historian. Theory and methodology. Historical research.

[1] Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/PPGH). Docente no curso de História na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). *E-mail: kmitta.sy@gmail.com*

## INTRODUÇÃO

Escrever e falar em historiografia é mergulhar num vasto universo de pesquisas, fontes e dados, cada qual com suas conexões tanto singulares quanto especificas, e mais ainda, quando adentra por um período em que o negacionismo toma corpo. Paralela a essa questão, justificar uma pesquisa em seus aspectos teórico-metodológicos é fundamental, pois a legitima e viabiliza, estabelecendo apontamentos que apresentam as fontes utilizadas, o tratamento dado a elas e os aportes teórico-metodológicos que as fundamentam, possibilitando um melhor entendimento do objeto proposto, e seus desdobramentos, apresentados na escrita. A aplicação teórica é mediadora do conhecimento e dos conceitos, é um campo de atuação, ou *modus facendi,* essencial para o reconhecimento da prática historiográfica, bem como é um campo que envolve e discute todo o pragmatismo que a margeia.

Ademais, muitas são as indagações no que concerne à para que, para quem serve a História. As preocupações que cerceiam a teoria, como por exemplo: Quais são os parâmetros que utilizamos para tornar a História um conhecimento científico? Qual a funcionalidade, a utilidade desse conhecimento para a sociedade, frente aos negacionismos enfrentados? Qual é a vantagem em se consumir História? É possível afirmar que ela tem um fim, que sua funcionalidade está atrelada a função atribuída a ela pelo historiador, através de seus estudos e pesquisas? São questões que merecem a atenção dos historiadores, razões pelas quais urge pensar a História em tempos tão fraturados.

A partir de tais proposições, analisar a nossa função enquanto historiadoras/es requer a necessidade de entender quais os modelos de construção, de interpretação e leitura das fontes adotamos para formar um conjunto teórico consistente. Para tanto, alguns passos são cruciais, ou seja, a escolha da temática, das fontes, organização e compreensão do objeto estudado e finalmente a escrita. Devendo-se atentar para o fato da impossibilidade de construir um modelo único de história, dar conta da sua totalidade, a definição da temática, do objeto e das fontes, o recorte temporal e a escolha, que vise, ao menos uma profundidade, não a exaustão do objeto, sem perder de vista a perspectiva da erudição.

Para Peter Burke (1992), ocorreu uma expansão no universo dos historiadores, vislumbrando possibilidades de diálogo com/das disciplinas e campos de estudo, articulando desdobramentos das problemáticas propostas nas pesquisas, ancoradas em referenciais teóricos que permitem uma análise mais densa do objeto proposto.

O ofício do historiador, como bem lembra Marc Bloch (2001), em *Apologia da História*, é construir uma reflexão a partir da ideia de como ocorrem os procedimentos, conhecimentos históricos, não no sentido da fragmentação, mas da inserção das fontes e objetos no interior da historiografia, que resulte da complexidade do campo de atuação dos historiadores, estando centrados em processos históricos norteadores problematizando os campos de análise, não desvinculando a escrita da teoria.

Destarte, olhar o corpo teórico como um modelo fechado implica no comprometimento da historiografia, e não permite o diálogo entre as diferentes compreensões e interpretações das variadas concepções de sociedade. Sendo a História basicamente um fenômeno Ocidental, onde a teoria caminha ao encontro de perspectivas mediadoras da complexidade do pensamento histórico, de como se dá e quais os problemas decorrentes da escrita da História, ela sempre apresentará suas lacunas, como parte de um esforço sistemático para rever e discutir parâmetros da/ na pesquisa histórica.

O ato da produção historiográfica, do pensar a história, pode assim significar em exercício de legitimação para uma comunidade de profissionais, cuja identidade encontra-se fortemente assentada e construída a partir de lugares socialmente definidos de produção do conhecimento, com suas regras próprias de consolidação. Como avalia Hobsbawm,

> O ponto do qual os historiadores devem partir, por mais longe dele que possam chegar, é a distinção fundamental e, para eles, absolutamente central, entre fato comprovável e ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são (1998, p. 8).

Embora possa responder as exigências contínuas de uma análise sistemática sobre métodos e lugar da teoria, os parâmetros da pesquisa e produção da escrita como uma forma de responder satisfatoriamente aos desafios, tanto da pesquisa em sentido restrito, quanto das demandas sociais impostas pela contemporaneidade das

sociedades em contínuo processo de transformações e de rupturas, historiadoras/es não operam milagres historiográficos.

Ao escrever sobre Futuro passado, Reinhart Kosseleck (2006), pondera que a História deve ser apreendida em sua historicidade, constituindo um objeto de reflexão teórica destinada a conhecer os seus limites. Assim, o emprego dos conceitos precisa estar articulados para não comprometer a análise, a discussão proposta para a tema/objeto em questão. Os conceitos são históricos e concebidos no interior de cada campo de discussão. A linguagem se modifica ao se submeter a um conjunto de processos simultâneos como de democratização, revolução, ideologias, cultura, identidade, representações e temporalidades. Os conceitos se dilatam e são ressignificados e adaptados, ampliam-se e imprimem novos sentidos a experiência contemporânea, basta nos atentarmos para a historiografia decolonial que vem ganhando um campo imenso nas pesquisas mais recentes sobre o sul global.

Nas assertivas de Kosseleck (2006), as fontes do passado são capazes de nos dar a informação imediata sobre fatos, sobre acontecimentos, mas não sobre o tempo histórico em si, aqui faz-se essencial a abordagem teórica. Por conseguinte, tornam-se fundamentais para definir as diretrizes que problematizará o objeto proposto e seus encaminhamentos teórico-metodológicos. E, na assertiva de Certeau, “a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita” (CERTEAU, 1982, p.66).

Pesquisar neste caso, é o ato que visa à criação de um conhecimento sobre o assunto e, por conseguinte, deve apresentar características específicas que visem ultrapassar uma explicação imediatista e conformadora, para além do senso comum e a dificuldade de acesso aos textos científicos, que por vezes, fica restrito a academia. A construção deste conhecimento pode vir a confirmar ou mesmo negar as explicações iniciais que agregam a obviedade das observações superficiais, não sistematizadas, ir além do fato com explicações consistentes baseados em referenciais teóricos e na utilização de metodologias apropriadas para a análise do processo que compõe a problemática. Portanto, “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural” (CERTEAU, 1982, p. 67), e não deve de este ser alijado, de modo a evitar leituras distorcidas e negacionistas dos fatos.

Em 1929, para os fundadores dos *Analles*, era necessário estender o campo da História e a concepção de documento. O conhecimento dos fatos no passado, deveria ser feito também através dos vestígios, conforme Bloch, e foi a partir de 1970, que se assiste o que Le Goff designa como revolução documental. Para além de um conjunto de fontes possíveis, tem-se uma crítica em profundidade da noção de documento, que para o autor, não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é sim um produto das sociedades que o fabricou, segundo as relações de forças que detinham o poder, o documento, cabendo ao historiador desmontar tal construção analisando as condições da produção desses registros, e para tal necessita ancorar-se em métodos e teorias.

Sobre essa questão, ao escrever sobre História e Memória, conclui Le Goff:

> A memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder." São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. A memória onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (1992, p.476-477).

Nas leituras propostas por Jacques Le Goff (1992;1999), não há realidade histórica acabada, que se entregaria por si própria ao historiador. Diante da realidade confusa e imensa o historiador deve fazer a 'sua opção' o que não significa arbitrariedade, nem simples coleta, mas construção científica dos documentos, cuja análise deve possibilitar a reconstituição ou reconstrução do passado. Os Annales, segundo o autor, procuraram proporcionar uma história não automática, mas problemática. E, mais do que nunca, permitir viver e compreender um mundo em estado de instabilidade definitiva.

Ainda segundo Le Goff a mais fecunda das perspectivas definidas pelos pioneiros da história nova foi a da longa duração. A história caminha mais ou menos depressa, porém as forças profundas da história só atuam e se deixam apreender no tempo longo. Um sistema econômico e social só muda lentamente e suas rupturas se configuram como continuidades gradualmente estruturadas.

Uma história política que se pauta pelas mudanças de reinados, de governos, não apreende a vida profunda: o aumento da estatura dos humanos, ligada às

revoluções da alimentação e medicina; as mudanças da relação com o espaço, decorrente da revolução dos transportes; a subversão dos conhecimentos, provocada pelo aparecimento dos novos meios de comunicação de massa, a imprensa, o rádio, o celular, a internet, não dependem das mudanças políticas, dos acontecimentos que ainda hoje ocupam as manchetes de jornais que já não são impressos e, digitais, as informações são fluídas, fragmentadas. Portanto é preciso estudar o que muda lentamente e o que se chama de estruturas, fazer com que a mudança seja mais bem apreendida.

Com relação à escrita da história, Chartier (2002) afirma que, mesmo a mais quantitativa, a mais estrutural, pertence ao gênero da narrativa, com a qual compartilha categorias fundamentais. As obras de Michel de Certeau (1982) e Paul Ricoeur (2007) evidenciavam que narrativas de ficção e narrativas e histórias têm em comum uma mesma maneira de fazer agir seus "personagens", uma mesma maneira de construir a temporalidade, uma mesma concepção de causalidade. Para Certeau é possível pensar duas concepções, dois tipos de história: "um primeiro tipo de história se interroga sobre o que é pensável e sobre as condições de compreensão; a outra pretende encontrar o vivido, exumado graças a um conhecimento do passado" (CERTEAU, 1982, p.29).

Segundo Chartier (2002), a escrita da história é comandada por uma intenção e por um princípio de verdade, que o passado que ela estabelece como objeto é uma realidade exterior ao discurso, e que seu conhecimento pode ser controlado. Destarte, a história é um saber produzido e controlado, partindo de um amplo leque de análises, universalmente aceitável, diferentemente das construções míticas que procuram confirmar memórias e aspirações particulares. Contra uma tal abordagem, deve-se lembrar que a meta do conhecimento é constitutiva da própria intencionalidade histórica. Ela funda as operações específicas da disciplina: construção e tratamento de dados, produção de hipóteses, crítica e verificação de resultados, validação da adequação entre o discurso de saber e seu objeto.

Peter Burke (1992) também apresenta discussão referente aos métodos de explicação histórica propostos pelo paradigma da Nova História. O autor observa que o recurso à narrativa muitas vezes é essencial para a apreensão do fluir temporal; conclui que a narrativa tem de ser outra, não a narrativa tradicional, mas sim uma

forma de narrativa que consiga escapar da superficialidade do acontecimentalismo, mas que também escapa da rigidez temporal de um discurso analítico. Para tanto, é necessário densificar a narrativa, e para isso, Burke apresenta quatro soluções encontradas nas obras de outros historiadores: a micronarrativa, narração da história de populares no tempo e no espaço, observando a presença das estruturas; utilizar várias vozes a fim de captar os conflitos e as permanências; redigir de trás para frente, mostrando o peso do passado; e, finalmente, encontrar o relacionamento dialético entre acontecimento e estrutura.

Na década de 1970, Hayden White (1994) alertava para os diferentes modos de narrar a História. Para este, o mesmo acontecimento pode ser contado e interpretado a partir de diferentes perspectivas, como também por diferentes modos de narrativas. O que estamos pontuando aqui é que todas essas questões, mostram que a produção do conhecimento histórico se aprofundou e mesmo sofisticou ao longo dos anos, ou melhor, a partir da década de 1970-80, e ainda resta muito a entender dos percursos e percalços da construção histórica para garantir a sobrevivência do campo de saber, focalizando os movimentos inesperados e as bruscas rupturas que temos vivido na e pela História.

O esboço uma ideia, uma análise de jogos histórico-temporais, proposto por François Hartog (2011), cujas combinações entre noção de passado, presente e futuro, levam ao que o autor chamou de regimes de historicidade, chamando a atenção do historiador para o presenteísmo, a ampla dominância, a partir das últimas décadas da História da humanidade, do presente sobre qualquer noção de passado.

O autor retoma o debate sobre a questão da associação entre o olhar do historiador e a História. Analisa que existe uma relação ampla do visível e do invisível que está associada ao dinamismo da própria história que abarca campos múltiplos e, que possibilitaria ao historiador a partir de seu ponto de vista e do lugar em que se encontra elaborar o estado da arte. Acrescenta a inserção de novos elementos como as tecnologias influenciado nas observações e análises do historiador, onde no processo investigativo, o ver e o ouvir indicariam de sobremaneira, o visível e o audível do discurso a ser construído pelo historiador, em sua escrita (HARTOG, 2011, p.143-144).

Ademais, não há mera pretensão por parte dos historiadores em ostentar a convicção de que estudam os fatos e que o passado estava lá, bem organizado para revelar a sua totalidade, cabendo a ele apenas interpretar com objetividade, sem nenhuma intervenção subjetiva. Essa relação mudou, ou seja, a relação do historiador com o seu objeto certamente muda, a produção do conhecimento histórico é bem mais complexa, posto que envolve inúmeras e profícuas discussões e problematizações, especialmente no que tange ao principal instrumento utilizado pelo historiador, isso é, as fontes que são produzidas e margeadas pelos interesses de quem as produziu, para o tempo em que as produziu.

Mesmo com a inserção de recursos como documentos, imagens, imprensa, é a partir dos textos escritos no passado e sobre o passado que procuramos entender o que se passou, reunindo fragmentos aqui e acolá, dispersos e aos quais damos forma e sentido, construindo uma trama sobre esse passado a partir das fontes dispostas. Sabendo que contemplam a intencionalidade de quem as produziu, as estudamos, apoiados nos recursos teóricos-metodológicos, de um olhar mais apurado dentre os mais variados possíveis, marcados por nossa atualidade, por nossa inserção cultural e social, por nossa subjetividade e também pela nossa intencionalidade.

A busca das fontes e a possibilidade de um olhar crítico sobre elas permite essa articulação. A análise auxilia e organiza a visibilidade do invisível na escrita do discurso, onde o olhar será o depositário da clareza, do segredo visível. O olhar do historiador sobre as fontes gera o entendimento da complexidade da história que se apresenta. É o historiador que apresenta o quadro no qual os pontos isolados convergem para a análise do não dito que o moldura, tornando-os visíveis para seu leitor (HARTOG, 2011, p.150-155).

Quando novas forças sociais étnicas, geracionais adentram ao espaço da história, exigindo a respeitabilidade tanto do pesquisador quanto no universo público, não se pode mais afirmar que a História é o registro do que aconteceu no passado, pois vários acontecimentos foram lembrados e registrados, mas muitos se perderam, seus rastros foram esquecidos, pois mesmo o silenciamento das fontes é proposital, ou mesmo deliberadamente apagados. Fatos negligenciados no passado, atenderam as demandas de uma sociedade em um determinado período de tempo, e na

contemporaneidade exige o revistar das fontes e suscita novas análises, mas não cabe os negacionismos.

Como o discurso do vencedor, identitário, é fechado sobre si mesmo, a História já foi bastante desmistificada. E muitos foram relegados ao esquecimento como sujeitos infames, sem gloria, sujeitos comuns, ausentes da visibilidade histórica. Se aproximando dessa concepção, os historiadores defendem uma história incorruptível, como exemplo citamos os movimentos feministas que reivindicaram muito mais que a presença das mulheres na História. Outrora inexistentes para e na História que tiveram participação fundamental para a historiografia, contestando a construção discursiva na qual os acontecimentos ganhavam sentidos, fazendo emergir a importância de uma história plural contada pelo feminino, pelos indígenas, pelos negros, pelos mais vulneráveis, marginalizados e excluídos por longos períodos na História.

Erigindo-se com isso a necessidade de repensar a História, como pondera Keith Jenkins (2007), marca uma ruptura na produção do conhecimento histórico, desestabilizando as certezas como propõe Chartier ou ainda questionando a ingenuidade do documento como propôs Le Goff (1999), ou ainda uma leitura a contrapelo, como um reflexo invertido do real, sem ignorar as descontinuidades ou descartar o imprevisível, não sabendo lidar com as diferenças.

Escrever e contar o passado, enumerando os fatos simplesmente indo aos arquivos ou folheando os documentos ilusoriamente munidos de um arsenal científico, não se configura em um procedimento que habilita a escrever História. Juntar peças, fragmentos, fontes, arquivos, não faz de ninguém um historiador. O documento não é o reflexo do acontecimento como bem analisa Jenkins (2007). O documento é em si um acontecimento, uma materialidade construída por camadas sedimentadas de interpretações, de representações e legitimidade de discursos. Documento pensado arqueologicamente como um monumento como salienta Le Goff (1992). É uma prática discursiva que produz efeitos. Os historiadores são obrigados a prestar atenção ao discurso em suas variadas formas, a maneira pela qual um objeto histórico é produzido discursivamente e culturalmente e como é portador da narrativa que constrói e reproduz os fatos, os acontecimentos temporalmente.

**O QUE FAZ O HISTORIADOR**, para que busque os acontecimentos, que instrumentos, teorias, valores concepções e recortes traz para analisar seus temas? Quais critérios utiliza ao selecionar o material documental e produz o passado em sua escrita? De qual passado falamos? Como resposta das indagações, entendemos que "cada resultado individual se inscreve numa rede cujos elementos dependem estreitamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a História de um momento dado" (CERTEAU, 1982, p.72).

Destarte, pluralizar a História, democratizar e libertar das hierarquias e exclusões do pensamento identitário, abrindo uma análise e discussão mais profundo e amplo para os múltiplos sujeitos sociais, para os enfoques, acontecimentos, métodos e procedimentos diferenciados. Se a História pretende ter várias faces (Burke,1992) é importante abrir para diferentes formas de produção do conhecimento histórico com base no respeito para um pensamento diferencial, especialmente em tempos de aceleradas mudanças e da emergência de distorções e revisões historiográficas. Talvez assim a História encontre caminhos e sentidos diante dos impasses colocados pela contemporaneidade, que inclui os negacionismos e as falácias documentais.

Contexto no qual não podemos negar a pertinência da afirmação de Collingwood, quando escreve que a História "é uma ciência, mas uma ciência de tipo especial" (COLLINGWOOD, 1972, p. 310). É notório que, uma pesquisa em História, busca a construção de um conjunto estruturado de conhecimento que vai auxiliar na compreensão de algo que, à primeira vista, estava posto de modo simplista e desordenado. Ademais, ao pensarmos a articulação da história com uma dada sociedade, seu lugar e condição de produção, obtém-se elementos de análise dessa sociedade e de como a história, enquanto conhecimento circula por ela.

Ao se pensar historicamente, cada sociedade articula-se e instrumentaliza conhecimentos que lhe são inerentes. Negar a história, nesse contexto, é o mesmo que alijar a sociedade na sua historicidade em seus aspectos articuladores concernentes a sua memória, ao seu presente-passado, alijamentos e esquecimentos atendem as demandas e interesses, portanto, podem ser propositais.

O trabalho de pesquisa, o ato de pesquisar, possibilita, portanto, a análise de características especificas e particulares resultantes na geração de um novo

conhecimento, uma nova reconstrução, não revestido de uma segurança absoluta, mas margeando incertezas, visto que para um historiador não é possível a existência de dogmas ou verdades absolutas. Segundo Pietro "o historiador constrói o conhecimento do passado a partir do próprio presente" (PIETRO, 1995, p.22), sendo assim, ele busca respostas para as questões concernentes com seu tempo, então ao mudar os conceitos, os modos de interpretação automaticamente sofrem alterações, questionam-se novos objetos e problemáticas que exigem novos métodos historiográficos para suas análises.

A pesquisa nesta concepção seria em primeiro lugar uma procura, uma preparação que consiste na reunião e contato inicial com as fontes que possibilitem vivenciar o encontro com o objeto, mesmo que neste momento ele se apresente fragmentado. A vivência e o fazer a História estaria contido na escrita e na dimensão da sua existência enquanto um novo conhecimento. Certamente, todos reconhecem que a objetividade absoluta não existe e sabe-se que não conseguiremos dominar essa verdade, mas apenas nos aproximar dela. O historiador reconstrói, busca conferir inteligibilidade através dos vestígios documentais. Há, portanto, uma correlação e reciprocidade entre o sujeito e o objeto.

Toda pesquisa resulta em novas abordagens de um mesmo fato, no entanto, a síntese deve estar pautada em consistência e ser plausível, vinculadas a critérios teóricos e metodológicos, com o cuidado de na sua escritura, não reproduzir apenas regras contidas em manuais. A questão que cabe aqui é que "tal como todas as ciências, a História é autônoma. O historiador tem o direito de escolher os métodos próprios para a sua ciência" (COLLINGWOOD, 1972, p.314).

O cuidado com a metodologia, não é mero capricho, não é algo abstrato, sim revela a forma organizativa e investigativa no desenvolvimento da pesquisa. O método é uma forma de construção de conhecimento permitindo maior solidez no trato e desenvolvimento da pesquisa, maior abrangência e conclusões mais corroborativas. Se considerarmos que a História enquanto um processo, envolve a construção de conceitos diretamente envolvidos na tarefa de investigação dos fatos e, que estes por sua vez não estão isolados do todo, temos que este processo implica em mobilidade e conflitos, uma forma específica de conhecimento que tem seus métodos distintos para chegar a este conhecimento, que por sua vez é diacrônico.

De acordo com Collingwood, “a História construída com base na extração e combinação dos testemunhos de diversas fontes chamarei de cola e tesoura [...] não é realmente História, porque não satisfaz as condições necessárias para ser considerada ciência” (1971, p. 316). Neste contexto, portanto, o método aplicado na construção do conhecimento deve ser crítico, não podendo ser neutro, é por sua vez totalizador e por que não dizer, até mesmo pessoal, político e sendo assim faz-se necessário à sua renovação e desenvolvimento constante, sem com isso se tornar apenas e tão somente um saber instituído ou uma estrutura impar e estável.

Neste sentido, este processo de construção do conhecimento histórico ultrapassa a questão da veracidade das fontes, que não falam por si, mas revelam respostas de questões, implicando basicamente na descoberta do seu significado enquanto um elemento constitutivo do conhecimento em construção, no desenvolvimento da pesquisa, no seu caráter contestatório das explicações simplistas do fato. Para tanto, cabe ao historiador a busca de dados, de fragmentos e rastros deixados, e “através de seu esforço minucioso de decodificação e contextualização de documentos, pode chegar a descobrir a ‘dimensão social do pensamento’ (CHALOUB, 1990, p.16). Articular, separar, perguntar, imaginar nos vazios, ler nas entrelinhas, perguntar aos silêncios, rearticular e reviver na elaboração de um mapa mental uma trajetória, os movimentos, os vestígios e captar que nas lacunas e entrelinhas está contido sempre o dizer mais e/ou menos que o vivido de cada elemento do conjunto que o comporta é tarefa do historiador.

Frente a impossibilidade da compreensão do todo, facilita o entendimento de aspectos particulares e específicos que permeiam o fato, tanto na dificuldade de classificar e organizar as fontes quanto na utilização de critérios de abordagens a serem utilizados na sua prática historiográfica. As respostas, no entanto, podem estar escritas ou não, serem verdadeiras ou falsas, mas o importante é perceber que trazem uma intencionalidade, seja de quem as produziu ou mesmo o que escondem nas suas entrelinhas. O historiador precisa da habilidade de ler o que está subentendido. Neste contexto, Mattoso ressalta que “os documentos só têm sentido quando inseridos numa totalidade, que é a existência do homem no tempo” (MATTOSO, 1998, p.17).

Cabe aqui, portanto ressaltar que os conceitos não explicam uma realidade como um todo, mas atuam como parâmetros de análises e não como um método

pronto e acabado sob risco de perdermos o fio particular e cada objeto, no entanto, todo conceito articula-se a certo contexto sobre o qual pode atuar, tomando-o compreensível, estando relacionado com o que se quer compreender está imbricado no conjunto texto/contexto. Neste processo de produção do conhecimento histórico, de acordo com Chaloub, não deve ser esquecido a dinâmica, o "movimento da história" (1990, p. 18).

O uso da teoria permite pensar o fato não apenas como algo dado, ou seja, pensar o fato baseado apenas no empirismo. A necessidade de uma análise criteriosa e critica leva a progressão das pesquisas com embasamento científico. De maneira menos dogmática, a descrição do fato pelo fato não corresponde à explicação do contexto histórico analiticamente, todavia, o domínio de conceitos vai propiciar credibilidade à pesquisa, mas não deve engessá-la, e sim viabilizar uma análise com critérios científicos pautado no conhecimento de forma ampla e completa. A teoria vai além da plasticidade.

Ao utilizar de teorias na prática historiográfica, o historiador busca a compreensão do contexto histórico através do tempo. O uso da teoria permite a explicação dos fatos, forma a metodologia. A teoria, é a bagagem que permite o entendimento e proporciona a explicação para a escritura do fato, para a construção da história pelo viés científico.

O processo de eleger um objeto, pesquisar, fazer as devidas críticas e posteriormente após uma análise rigorosa das fontes escrever a história, revela quem é o historiador. Para José Mattoso (1998, p.18), esta realidade é em si, a descoberta do símbolo, o desencadeamento da palavra poética, tendo em vista que não se pode negar que o homem busca "no passado algumas respostas fundamentais acerca de si próprio" (1998, p. 19). Seria pertinente ressaltar que como historiadoras/es, escolhemos nossos objetos e neles adentramos a partir de uma consciência mais ou menos clara da posição histórica em que nos situamos. E inversamente, assumimos posições específicas do nosso presente à medida que gradualmente adquirimos uma determinada compreensão do objeto estudado, o que culmina na produção de um novo conhecimento histórico.

Quando se refere ao fato de o historiador ter uma "atitude contemplativa" (1998, p. 21) diante de seu objeto. Mattoso chama a atenção no sentido de que ela nos leva

"a não nos contentarmos com os vestígios escritos do passado." Segundo ele o homem produz "discursos sobre si mesmo" e prossegue salientando também que este homem "deixa muitas outras marcas, cuja eloquência depende justamente da curiosidade e da receptividade do observador (MATTOSO, 1998, p.21).

A escritura da História seria então a resultante de um método, baseado em evidências, em representações estabelecidas a priori, que não se configuram apenas em fontes e/ou vestígios deixadas por outros, ou então, fruto da mente do historiador. Esta é uma lógica da qual o historiador, que pretende ser de qualidade, segue baseando-se em evidências para aproximar-se ao máximo do real, atingir a verossimilhança.

Em conformidade com José Mattoso (1998), temos que a história dá um sentido à realidade existencial, uma sensação de ordenação no mundo para uma melhor compreensão, classificando o tempo em passado e presente. O autor questiona se o conhecimento é real em si ou é apenas real na representação que dele fazemos. Mas é plausível salientar aqui que ao olharmos para o passado e quanto o interpretamos por meio da história, temos o texto histórico como a resultante da representação verbal. Assim o que pensamos ser real, o representamos através da História, "como harmonia dizível" (MATTOSO, 1998, p.24). Ou seja, "a descoberta da harmonia da História não é o resultado apenas de uma espécie de revelação direta e intuitiva", mas de acordo com o autor está apoiada "em longas análises e na investigação acumulada [...] durante muitas e muitas gerações" (1998, p.24).

Em *Paisagens da História*, Gaddis (2003) escreve que o presente tem a característica de acontecer, e que o passado é algo que não "poderemos possuir", isto posto, nós não podemos reviver o passado ou recuperá-lo o que nos resta é a possibilidade de analisar estes fenômenos e suas fontes e "*reapresentá-los* [...] como uma paisagem próxima ou distante [...]" Isto também significa afirmar que mesmo reapresentando não teremos realmente toda a imagem dos fatos tal qual aconteceram, pois somos limitados por nossa concentração e sentidos (GADDIS, 2003, p. 17). "Neste caso o que pode fazer o historiador é "descobrir um equilíbrio"" (2003, p.26). Destaca-se neste ponto a importância do método, a fim de não corremos o risco de fraudes, e o mais importante, enveredar por novos caminhos e até mesmo "ir aonde ninguém irá ou foi antes" (2003, p.33).

Na argumentação de Chauveau e Tetart (1999), “a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente” (1999, p.15). O historiador trabalha com o passado, mas não está condensado nele, deve estar articulado com o presente, tendo em vista que está inserido em uma sociedade dinâmica e mutável, tal qual a História. Le Goff salienta que “a História é o estudo do movimento e da mudança das sociedades humanas; não há história imóvel” (1999,p. 94). Ademais, nas últimas décadas, transformações significativas consentiram um leque de abrangência de temáticas e objetos no campo historiográfico das Ciências Humanas, em especial da História, e a ascensão da memória e sua relação com o tempo presente, com a História Cultural, Social, Ambiental, Econômica dentre outras, vem formalizando uma relação que há muito foi defendida por Hartog (2011) na ampliação do regime de historicidade. E não somente as fontes orais, como também as fontes imagéticas, tecnológicas, arquivistas atuam como produtoras de um alargamento documental e das problemáticas na produção dos documentos, margeando a credibilidade cientifica, considerada e confinada por uma relação incestuosa com o conservadorismo e formalismo nesse contexto de incertezas propositais.

Os procedimentos e perspectivas que pautam o trabalho de pesquisa, se utilizam de metodologias, como por exemplo da história oral, onde a atenção recai na escolha das fontes a partir do diálogo com a produção historiográfica. Basicamente todas as etapas de produção que incluem: definição do problema a ser investigado, pesquisa sobre o tema no âmbito historiográfico, teórico-metodológico, seleção e análises das fontes, elaboração do roteiro para produção textual, condução da leitura e escrita de maneira sincrônica, estabelecendo traços de singularidade em sua totalidade que convergem para o campo teórico em questão. As redes de vivências estabelecidas pelos entrevistados, não se explicam apenas pelo campo social ou cultural, mas também político, econômico religioso que abarcam suas experiências enquanto artífices de historicidades do presente. Como bem pondera Certeau, “em história como em qualquer outra coisa, uma prática sem teoria desemboca necessariamente, mais dia menos dia, no dogmatismo de “valores eternos” ou na apologia de um “intemporal” (CERTEAU, 1982, p. 66).

É importante esclarecer ainda que a história oral encarada como metodologia possível, apenas formula as perguntas e questionamentos, porém o amparo para as análises deve ser buscado na teoria da história que possui conceitos capazes de pensar abstratamente os problemas metodológicos gerados pelo fazer histórico. Para Marieta Moraes Ferreira "a história do tempo presente é a perspectiva temporal por excelência da história oral, é legitimada como objeto da pesquisa e da reflexão histórica" (2000, p. 15). E como a História é sempre construção, fazer história oral aqui, significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos "outros". Estas fontes estão "marcadas pelo próprio presente, inerentes a ele qualquer que seja a época" (FRANK, 1999, p. 103). Fator que emerge, por exemplo, quando fazemos uma entrevista para tratar de temáticas que envolvem a relação do humano com a natureza, com o meio ambiente, cujas experiências são relatadas do presente e retomando ao passado, elemento significativo para pesquisas em História Ambiental.

O acesso a informações significativas em uma entrevista requer cuidados essenciais visando à integridade do seu entrevistado. A entrevista deve vir cercada de cuidados que inclui a ética e postura do historiador, as formas adequadas de registro das fontes orais, a degravação, a análise dos dados. Tais cuidados se fazem indispensáveis para assegurar a cientificidade da técnica e a qualidade das informações. Temos que "a fonte oral é privilégio do historiador do presente" (FRANK, 1999, p. 107). E, como tal, exige um cabedal de ações para garantir a integridade, e quando solicitado, o anonimato de seus colaboradores.

Quando o historiador do presente utiliza as fontes orais está se utilizando da memória. É mais do que notório que "a memória como fonte para o historiador é insubstituível em muitos casos", no entanto cabe a atenção por parte do historiador tendo em vista que "é também geradora de erros, de mitos, de mitologia" (FRANK, 1999, p. 107). Assim, a memória "não é somente a construção, mas, reconstrução" (1999, p. 109), neste caso um cuidado especial se faz necessário em função dos sentimentos e emoções, do esforço de ocultar informações, dos lapsos e esquecimentos que norteiam esta memória em "reconstrução" no momento da entrevista e perceber até que ponto ela é confiável.

A utilização da história oral empreende a investigação das memórias tendo que enfrentar necessariamente a questão da subjetividade. É sabido que os abusos cometidos na utilização das fontes orais podem até mesmo invalidar a pesquisa em termos de conceituação científica, sendo que essa aplicabilidade se apoia na memória individual, mesmo moldada pelo meio social. A esse respeito Etienne François (1996), afirma que estas inovações não são próprias da história oral, estão acontecendo na medida em que a própria História foi se modificando conforme as exigências de seu tempo: "Essas razões não são próprias da história oral, pois as atenções dadas a novos objetos e a adoção de novas abordagens constituem apenas um aspecto entre outros das redefinições metodológicas e das mutações internas da pesquisa histórica atualmente em curso" (FRANÇOIS, 1996, p. 9).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que "a memória no seu sentido básico do termo é presença do passado" (ROUSSO, 1996, p. 94), portanto, no desenvolvimento de uma referida pesquisa, ela pode ser tomada como uma reconstrução tanto intelectual quanto psicológica, que acarreta de fato uma representação seletiva do passado. Como pondera Durval Albuquerque, não se pode tomar "as memórias como unidades e totalidades homogêneas" pois as mesmas são "multiplicidades, sujeitas a constantes deslocamentos" (1994, p. 40).

Assim, é possível compor uma combinação de abordagens teóricas comparativas de maneira coerente através das adaptações necessárias para o melhor entendimento do objeto de pesquisa proposto. Todavia, a abrangência teórica e a metodologia devem dispor de instrumentos capazes de encaminhar para uma síntese concisa, sem cair no formalismo árido, mas que deve também evitar o estereotipismo e empirismo das conclusões simplistas e estéreis.

A escritura final de um texto em História, deve ser a resultante de um trabalho de múltiplos esforços intelectuais que se contrapõem, somados a teoria, fontes e as conexões possíveis de bibliografias produzidas sobre a temática e/ou concernentes a ela. Se embrenhar em uma pesquisa na História, requer disciplina e estudos que perpassam a teoria e a metodologia, no entanto, apresenta-se, como bem escreve Durval Albuquerque (1994), como um deflorar, um gestar a História.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR. Durval M. de. Violar Memórias e Gestar a História. Abordagem de uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um "parto difícil". **CLIO-Série História do Nordeste**, n. 15, 1994. p. 39-52.

AMADO, J. e FERREIRA, M.M. **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia:** a história entre certezas e inquietudes. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHAUVEAU, A. e TETART, P. **Questões para a História do presente**. Trad. Ilka Stern Gohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

COLLINGWOOD, R.G. **A ideia de história**. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa Osvaldo Cruz/CPDOC Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FRANÇOIS, Etienne. A Fecundidade da História Oral. In: AMADO, J. e FERREIRA, M.M (orgs.). **Uso e Abusos da História Oral**. 5ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

FRANK, R. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, A. e TETART, P. **Questões para a história do presente**. Trad. Ilka Stern Gohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história**: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha [*et.al*]. **Cultura política e leituras do passado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HARTOG, François***. Evidências da História, o que os historiadores veem***. Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica, 2011.

HOBSBAWM, E. J. **Sobre História: ensaios**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

JENKINS, K. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2007.

KOSSELECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE GOFF, J. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, A. e TETART, P. ***Questões para a história do presente***. Trad. Ilka Stern Gohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Edunicamp, 1992.

MATTOSO, José. **A escrita da história: teorias e métodos**. Lisboa: Editorial Estampa 1998

PIETRO, Saturnino Sanches. **¿Y qué es la história?** Reflexiones epistemológicas para professores de Secundária. Madri: Siglo XXI de Espanha Editores, 1995.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alan François [*et. al*.] - Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J. e FERREIRA, M.M (orgs.). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996

WHITE, Hayden. O fardo da história; a interpretação na história. In: **Tópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura.** Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.

**Recebido em 09 de outubro de 2021.**

**Aprovado em 20 de maio de 2022.**

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

# A DEUSA DA CAÇA ENTRE MENINAS E MULHERES:
Reflexões sobre o santuário de Ártemis em Brauron e os atributos da Deusa

# THE GODDESS OF HUNT BETWEEN GIRLS AND WOMEN:
Reflections About the Sanctuary of Artemis in Brauron and the Goddess's Atributes

*BIANCA COSTI FARIAS*[1]

## RESUMO

O presente trabalho propõe-se a analisar os vestígios encontrados no santuário da deusa Ártemis em Brauron, localizado no litoral leste da península grega. Tais vestígios evidenciam a relação entre a deusa e aspectos da vida feminina, como a guarda e a iniciação das jovens na vida adulta e na proteção durante os partos. O estudo propõe combinar os atributos já característicos e conhecidos sobre esta divindade – conforme relatado pela mitologia grega e por outras fontes literárias -- com o conteúdo das evidências arqueológicas aqui analisadas, entendendo principalmente como seu culto pode ser relacionado aos ritos de transição e momentos importantes da vivência das mulheres. Para isso, faz-se necessário entender as relações entre cultura material e mitologia, percebendo assim as possibilidades de uso das fontes arqueológicas no estudo do panteão e mitologia grega. Busca-se, por fim, entender como as evidências encontradas em Brauron atuam como um indicativo dessa proximidade, já apontada na mitologia, entre Ártemis e momentos da vivência de meninas e mulheres, a partir da interação entre o mito e a materialidade.

**Palavras-chave**: Mitologia grega. Arqueologia clássica. Santuário de Brauron. Artêmis. Feminino.

## ABSTRACT

The present work proposes to analyze the remains found in the sanctuary of the goddess Artemis in Brauron, located on the east coast of the Greek peninsula, in which were found evidences regarding the connection between the goddess and aspects of female life, such as the guarding and initiation of young women into adulthood and protection in childbirth. The study proposes to combine the already known attributes about this deity - as reported by mythology and other literary sources - with the content

1 Discente do curso de História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail*: biancacof@hotmail.com

of the archaeological evidence that will be analyzed here, mainly understanding how her cult can be related to transition rites and important moments of women's lives. For this, it is necessary to understand the relationship between material culture and mythology, thus realizing the possibilities of using archaeological sources in the study of the pantheon and Greek mythology. Finally, it seeks to understand how the evidence found in Brauron acts as an indication of this proximity, already pointed out in mythology, between Artemis and moments of the experience of girls and women, based on the interaction between myth and materiality.

**Keywords:** Greek mythology. Classic archaeology. Brauron Sanctuary. Ártemis. Feminine.

## INTRODUÇÃO

Canto à brilhante Ártemis
Sua seta dourada,
Sua caça aos cervos,
Seu orgulho das flechas,
A sagrada virgem
(*The Homeric Hymns apud* CAMPBELL, 2020, p. 145)

Ela é ligada ao mundo natural, à caça e à lua que traz luz ao céu noturno. Ela é a eterna virgem, mas não por isso deixa de ser a deusa dos partos e das jovens. Na fronteira entre o selvagem e o civilizado, está Ártemis: deusa das transições, da jornada da infância à maturidade, do ventre materno à vida terrena, essa divindade nos abre os olhos para seu caráter curiosamente múltiplo. Tal multiplicidade de atributos não é uma característica exclusiva desta deusa. Também é comum que outras figuras do panteão grego possuam uma ampla gama de funções e atribuições, que podem variar dependendo do santuário em que os deuses são adorados. No caso de Ártemis, é notória sua fama como deusa da caça, sendo ela irmã de Apolo e guardiã da fronteira entre a civilização e o mundo selvagem.

Apesar da caça ser a primeira e principal função da deusa (BEZERRA, 2018, p. 3), registros tanto literários quanto arqueológicos demonstram sua ligação com outros aspectos e atributos. Um exemplo disso é a proximidade entre Ártemis e os cultos voltados à feminilidade, bem como os rituais de transição da infância para a maioridade. Tal função da deusa, além de aparecer em fontes literárias e narrativas míticas, pode ser observada em um importante sítio arqueológico ligado ao mundo

grego antigo: o santuário de Ártemis em Brauron, localizado a aproximadamente 40 quilômetros ao leste de Atenas.

O santuário era o destino de diversas meninas atenienses levadas para servir a deusa nas importantes festividades de transição conhecidas como *arkteia* (FERREIRA; RODRIGUES, 2014, p. 101). Uma vez lá, as garotas recebiam a proteção de Ártemis, sendo preparadas para os rituais de iniciação e passagem para a vida adulta. Tal cerimônia aparece registrada em vestígios cerâmicos encontrados no atual sítio arqueológico de Brauron, com representações gráficas de jovens mulheres realizando danças ritualísticas. Mas essa não é a única evidência de uma aproximação entre o culto de Ártemis e os momentos da vivência feminina: em outras fontes materiais do local, como as inscrições e objetos votivos, está retratada a relação entre a deusa e o sucesso nos partos.

A relação entre a deusa da caça e seu papel de guardiã das jovens mulheres, protetora dos partos e das transições para a vida adulta já é delineada no *Hino a Ártemis*, de Calímaco. Dentre os diversos pedidos que a deusa, ainda jovem, faz ao seu pai Zeus, está a habilidade de acolher as mulheres que, atormentadas pelas dores do parto, a invocarão como auxiliar (WERNER, 2001, p. 251). Em outras fontes literárias, melhor detalhadas adiante, a relação entre Ártemis e os ritos de maioridade também aparecem. Mas se tal associação entre Ártemis, os partos e a vivência feminina é verdadeira, não se pode deixar de reparar que tais atributos, apesar de serem indicados pela literatura, são ainda pouco explorados por estudiosos da mitologia.

Seria possível, entretanto, que o estudo das evidências materiais do santuário de Brauron permitiria alargar a compreensão acerca dos elementos associados ao culto a Ártemis, ajudando a explorar a relação da deusa com elementos ligados à vivência e trajetória das mulheres? Através de uma análise sobre os vestígios arqueológicos do santuário, objetiva-se entender os artefatos e representações encontrados em Brauron como um indicativo material dessa proximidade entre Ártemis e as mulheres – e também meninas – gregas, percebendo-se, por fim, a curiosa interação entre o mito e a materialidade.

## 1. ARQUEOLOGIA, CULTURA MATERIAL E O ESTUDO DO SAGRADO

O estudo da cultura material pode contribuir significativamente para uma melhor compreensão de elementos imateriais. O objeto material, ao ser produzido, carrega os fundamentos míticos e ideológicos do contexto social no qual ele se insere. "Um instrumento qualquer é parte da ideologia como também é produto da mesma" (MEGA; SILVA; MATOS, 2012, p. 122). Para Tania Andrade Lima:

> A cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante (LIMA, 2011, p. 21).

A materialidade se apresenta, portanto, como "a dimensão concreta das relações sociais" (LIMA, 2011, p. 22). Nessa mesma linha, Pedro Paulo Funari compreende a análise da materialidade como o estudo dos "sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo "(...) a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade" (FUNARI, 1988, p. 9). A arqueologia, ao estudar objetos de sociedades passadas, torna-se responsável por reideologizá-los, buscando seus significados e "(...) devolvendo a eles a parte que os fazem 'vivos', isto é, a imaterialidade da significação ideológica" (MEGA; SILVA; MATOS, 2012, p. 122).

No entanto, percebe-se que, ao longo da história da Arqueologia e dos estudos da cultura material, nem todas as camadas da humanidade e das sociedades receberam igual atenção. Neste sentido, a dimensão da religiosidade foi por vezes subjugada e estudada de modo significativamente generalizante ou religiocentrado, voltando-se principalmente para o estudo de crenças islâmicas e cristãs (INSOLL, 2004, p. 1). Mas como as práticas religiosas são encontradas em todas as sociedades humanas, deixando como rastro uma vasta gama de vestígios arqueológicos, os estudos da cultura material podem e devem ser empregados para melhor se compreender os diversos fenômenos religiosos e interações com o sagrado existentes no passado (INSOLL, 2004, p. 4).

Julian Droogan compreende que "(...) a religiosidade humana raramente é separada do ambiente material na qual esta se expressa"[2] (DROOGAN, 2013, p. 1. *Trad. nossa*). Neste sentido, separar a religiosidade da cultura material é apenas limitante e prejudicial para o entendimento de ambos os campos (DROOGAN, 2013, p. 1). A dimensão material atua como um dos principais vetores para a manifestação da religiosidade, seja por meio de templos, monumentos e santuários quando através de elementos e parafernália ritualística, arte, iconografia e paisagens ligadas às religiosidades (DROOGAN, 2013).

Por isso, os artefatos são uma fonte amplamente fecunda para os estudos religiosos e seus usos neste campo. No caso grego, a arqueologia é capaz de trazer riquíssimas informações acerca das práticas religiosas gregas e sua "(...) imensa variedade e especificidade" (FUNARI, 2012, p. 58). Mesmo havendo uma extensa tradição literária, de origem tanto grega quanto latina, acerca da religiosidade e da mitologia grega, a cultura material apresenta-se, também, como uma ótima ferramenta para enriquecer os estudos religiosos.

Do mesmo modo, faz-se importante que os arqueólogos ao estudarem possíveis entrelaçamentos entre a materialidade e as religiões, tornem-se, também, mitólogos, de modo a "(...) expandir seu horizonte conceitual e contextualizar melhor a própria cultura material que lhes chega às mãos" (MEGA; SILVA; MATOS, 2012, p. 124). Os objetos materiais só podem ser completamente explicados e desvendados, entendendo sua função, importância e simbolismo, se compreendermos também as estruturas míticas que fazem parte do imaginário da sociedade nas quais estão inseridos (MEGA; SILVA; MATOS, 2012).

Como tais discussões podem ser aplicadas ao contexto do santuário de Brauron? O estudo de um sítio como este não deve ficar restrito à sua descrição e categorização, mas necessita buscar também interpretar os significados, simbologias e importância mítica do local e seus vestígios. O santuário é ligado ao mundo e a mitologia grega, e fornece informações acerca atributos de Ártemis que sustentam o vínculo da deusa com atributos ligados à vivência feminina, os quais são perceptíveis nos vestígios materiais do sítio.

2 "(…) human religiosity is rarely separate from the material environment through which it is expressed" (DROOGAN, 2013, p. 1).

Mas antes do foco deste artigo ser transportado de volta para o santuário de Brauron, faz-se necessário um delineamento acerca da deusa Ártemis, sua história de origem e principais atributos.

## 2. ÁRTEMIS NAS NARRATIVAS MITOLÓGICAS

A mitologia grega nos diz que Ártemis e seu irmão gêmeo Apolo foram concebidos a partir da união entre Zeus e Leto, filha dos titãs Coios e Febe. Perseguida por Hera, Leto recebe asilo na ilha de Delos, onde "(...) sob a sombra de uma oliveira, na ilha flutuante, Ártemis nasceu instantes antes do irmão gêmeo (...)." (MARTINI, 2018, p. 77). Logo após nascer, a deusa auxiliou sua mãe a dar à luz Apolo, o que já demonstra sua ligação com o parto de crianças (CAMPBELL, 2020).

Nos hinos do poeta Calímaco, é relatado o pedido que Ártemis, ainda criança, faz a Zeus:

> Começando no momento em que, sentada nos joelhos do pai,
> A filha, ainda uma menina, disse isto a seu genitor:
> Dá-me, papai, conservar a virgindade eterna,
> e múltiplos nomes, de modo que Febo não me seja um rival,
> dá-me setas e arcos – deixa, meu pai, não te peço
> aljava nem grande arco, para mim, logo os Ciclopes
> forjarão flechas e, para mim, uma bem curvada arma;
> mas que eu porte a luz e um quíton de borda colorida,
> na altura dos joelhos, para eu matar os animais selvagens.
> (HINOS DE CALÍMACO: A Ártemis, 4-12, 2012, p. 237-239 *apud* MARTINI, 2018, p. 77)

Ártemis é associada aos bosques e florestas, e realiza festejos com música e danças junto às suas companheiras também virgens. Quando Apolo, o "sol do Olimpo", retira-se do céu à noite, ela representa "(...) a lua que ilumina com sua luz as profundezas do escuro céu" (MARTINI, 2018, p. 77). Sendo assim, ela é oposta e complementar ao seu irmão gêmeo, o deus da sabedoria, das artes e da razão: "(...) os gêmeos representam dois poderes: Apolo a força protetora e a mente racional, e Ártemis é o poder da natureza" (CAMPBELL, 2020, p. 148).

Tal associação de Ártemis com a caça e natureza costuma ser a mais reconhecida entre os acadêmicos e o público leigo entusiasta da mitologia (LÉGER, 2015), podendo ser verificado em fontes literárias gregas, como a *Ilíada* e a *Odisseia*,

por exemplo. Nesta última, a deusa é representada "(...) despejando flechas, deliciando-se com javalis e corças, percorrendo a selva com suas ninfas, dançando e brincando"[3](LÉGER, 2015, p. 25, *Trad. nossa*).

Mas quais seriam os outros atributos aos quais tal divindade se associa? Ártemis apresenta outras características e é também considerada mãe dos deuses, a deusa do parto, dos recém-nascidos e dos filhotes de animais, dos jovens, do casamento e dos ritos de passagem (LÉGER, 2015). Cada um desses atributos aparece com maior destaque dependendo do santuário e local em que a deusa está sendo cultuado, o que pode ser verificado pelas evidências arqueológicas encontradas em cada localidade.

> No Peloponeso ela era uma deusa da natureza, cuidava da fertilidade da terra e era dona de animais. Na Beócia e na Ática ela ajudava no parto e no casamento: um bom exemplo é o santuário brauroniano, onde as mulheres ofereciam suas vestes para Artemis Brauronia após o parto (LEGER, 2015, p. 26).[4]

Esta multiplicidade de atributos da deusa, evidenciada na passagem acima, pode ser relacionada com as interações culturais que ocorrem no ambiente mediterrânico, através dos contatos e trocas econômicas, culturais e intelectuais neste ambiente (LÉGER, 2015). A ligação entre Ártemis, o parto e os ritos de passagem e maturidade é presente em algumas fontes literárias gregas. Na tragédia *As suplicantes,* de Ésquilo, a deusa é mencionada como protetora dos partos, com a sua figura sendo combinada com a da deusa Hécate. Esta junção entre as duas divindades é comum, sendo inclusive encontrada uma estatueta de Hécate no santuário de Brauron. Em *Lisístrata*, de Aristófane, a deusa também aparece com a função atrelada ao nascimento, sendo chamada para auxiliar com as dores causadas pelo parto (LÉGER, 2015, p. 35).

> Platão mencionou que embora Ártemis seja uma deusa sem filhos, ela 'teve o parto atribuído a ela como seu atributo especial [...] ela não

3 "(…) showering arrows, delighting in boars and hinds, ranging the wild with her nymphs, dancing and playing" (LEGER, 2015, p. 25).

4"(…) the Peloponnese she was a nature goddess, taking care of the fertility of the land and she was a mIstress o f animals.In Boeotia and Attica she was a helper in childbirth and marriage: good example is the Brauronian sanc tuary, where women offered their garments to Artemis Brauronia after childbirth" (LEGER, 2015, p. 26).

> permitiu que mulheres estéreis fossem parteiras, [...], mas ela deu o cargo para aqueles que por causa da idade não estavam tendo filhos, honrando-os por sua semelhança com ela'"[5] (LÉGER, 2015, p. 33).

A associação de Ártemis com os pântanos e lagos, o que a mantém em um espaço entre o mundo selvagem e o civilizado, se relaciona com a transição da juventude e a vida adulta – já que, nestes momentos "(...) os jovens tomam uma posição liminar, incerta e equívoca, na qual ainda não estão claramente determinadas as fronteiras" (BEZERRA, 2018, p. 3). Por isso, um dos atributos da deusa é o auxílio aos jovens nesta passagem "(...) tornando-os sociáveis e distantes da selvageria e da impetuosidade próprias da juventude" (MARTINI, 2018, p. 77-78). Tal aproximação aparece também em Hipócrates, no tratado ginecológico *Pare Parthenion.* Nele, ao discorrer sobre doenças recorrentes em jovens mulheres, Hipócrates discorre sobre o hábito de se dedicar objetos a Ártemis após a menarca, fazendo referência "ao papel desempenhado por essa deusa em outros estágios da maturação feminina" (BEZERRA, 2018, p. 5).

Os ritos de passagem fazem parte de diversas culturas e são, geralmente, cerimônias secretas e misteriosas. Simbolizam, além do abandono da infância e entrada na vida adulta, também uma transição de *status* social. No mundo grego, o papel de Ártemis como protetora dos jovens fazia dela a deusa responsável por estes ritos, tanto masculinos quanto femininos. No caso das meninas, a deusa era a presente tanto na sua entrada na vida adulta quanto na maternidade, sendo a protetora de diversas etapas da vida feminina (LÉGER, 2015, p. 34).

É no santuário de Brauron que a proximidade entre a deusa com os ritos de maturidade femininos e com o parto encontra expressão na materialidade. O estudo deste sítio reforça o modo como a tal divindade possui atributos relacionados, à vivência feminina, contribuindo então para uma melhor compreensão dos seus múltiplos aspectos.

## 3. O SANTUÁRIO DE ÁRTEMIS EM BRAURON: ESTUDOS E EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS

5"Plato mentioned that even though Artemis is a childless goddess, she 'had childbirth allotted to her as her spec ial province […] she did not allow barren women to be midwives, but she gave the office to those who on accou nt of age were not bearing children, honouring them for their likeness to herself' (LÉGER, 2015, p. 33).

Um sítio arqueológico pode ser definido como um santuário – ou, usando uma terminologia mais generalizada, como lugar de culto, – se possuir objetos votivos ou algum local para realização de oferendas. Ainda, pode ser categorizado como tal se forem encontrados símbolos e representações iconográficas ligadas ao sagrado (LÉGER, 2015, p. 3). De acordo com Léger:

> A localização ou contexto natural é frequentemente um determinante importante na definição de um local de culto. Identificar um sítio arqueológico como cúltico nem sempre é fácil, pois é necessário levar em consideração vários dos materiais mencionados, bem como o tempo, o local e as tradições. Um foco em uma combinação de características do culto, tanto inerentes ao culto quanto como parte do contexto físico em que existia, dará a visão mais completa das evidências. Através da combinação com atributos inerentes ao culto, como votos e vestígios de sacrifício e o ambiente físico de uma estátua, por exemplo, a existência do culto pode ser reconstruída. (LÉGER, 2015, p. 4)[6]

O santuário de Ártemis em Brauron é identificado como o local onde os ritos de passagem ocorriam. Em especial, o sítio é identificado ao ritual de *arkteia,* que pode ser traduzido para o português como "fazer a ursa", evocando a associação entre Ártemis e este animal. Neste rito, as jovens provindas de famílias nobres eram levadas ao santuário e participavam de sacrifícios animais e outros louvores dedicados a Ártemis, marcando sua passagem para a vida adulta e a preparação para o casamento (EKROTH, 2003). As meninas eram chamadas de *aktoi* – traduzido como "ursinhas" - e diversas representações delas foram encontradas em estatuetas próximas a uma das muralhas do templo (PAPADIMITROU, 1963), bem como em desenhos gravados em vestígios cerâmicos. Para Enzo Lippolis, essa experiência ritual não envolvia somente a passagem das meninas para a vida adulta, mas articulava-se de modo a envolver diferentes momentos da condição feminina (LIPPOLIS, 2018).

6 "The location or natural context is quite often an important determinant in defining a cult site. Identifying an archaeological site as cultic is not always straightforward as one has to take into account several of the aforementioned materials, as well as time, place and traditions. A focus on a combination of cult features, both inherent in the cult and as part of the physical context in which it existed, will give the most complete view of the evidence. Through the combination with cult-inherent attributes such as votives and traces of sacrifice and the physical setting of a statue for example, the cult's existence can be reconstructed" (LÉGER, 2015, p. 4).

A existência do sítio de Brauron é conhecida, na modernidade, desde o século XIX (EKROTH, 2003). O santuário foi escavado a partir de meados do século XX pela Sociedade Arqueológica de Atenas, entre os intervalos de 1948 e 1950, e 1955 e 1963, em expedições lideradas por John Papadimitrou (THEMELIS, 2013). É importante salientar que, por conta das poucas publicações realizadas até o presente momento, muitos elementos do santuário ainda não são conhecidos publicamente, e, por isso, alguns dos dados conhecidos atualmente podem sofrer modificações a partir de estudos acadêmicos e relatórios de escavação futuros. Os principais estudos produzidos sobre o santuário até o momento são o de John Papadimitrou, em um artigo para a *Scientific American* publicado em 1963, e as publicações de Lilly Kahil, que analisam vestígios cerâmicos e em terracotta encontrados no sítio (EKROTH, 2003).

Brauron está localizado a aproximadamente 37 quilômetros do centro de Atenas, na costa leste da península grega. O santuário de Ártemis lá encontrado localiza-se em uma região fértil, a nordeste do vale do rio Erasinos (THEMELIS, 2013). É um dos santuários mais antigos da Ática, e suas principais estruturas remanescentes são suas fundações, bem como as paredes leste e sul do templo (PAPARIMITROU, 1963). Tendo sido utilizado entre os séculos VIII a III a.C., ele consistiu em uma pequena estrutura dórica não-peripteral, de 11 X 20 metros, com uma fonte sagrada que servia de depósito à objetos votivos – datados entre 700 e 480 a.C.

Há também uma estrutura conhecida como "stoa de *arktoi*", localizada ao norte do templo e medindo 75x55 metros (THEMELIS, 2013) e datada de 425 a 415 a.C. (TSIPOURA-VLACHOU; MICHOPULOS, 2007, p. 1861). A construção é formada por colunas no estilo dórico e pequenos espaços que aparentam corresponder a dez salas, entendido pelos arqueólogos como o local de residência das meninas que participavam do ritual de *arkteia*. John Papadimitrou, defende que esta hipótese se sustenta "(...) pelo fato de que do lado de fora dos quartos nós encontramos as estatuetas de jovens meninas. A maioria dessas estatuetas são retratos, e geralmente as figuras seguram objetos simbólicos como pássaros e frutas" (PAPADIMITROU,

1963, p. 118)[7]. O arqueólogo aponta ainda a possibilidade deste local ser denominado *Parthenon*, - significando "casa da deusa virgem" ou "casa das virgens" - por conta das inscrições desta palavra relacionado ao "(...) lugar onde as oferendas eram depositadas"[7] (PAPADIMITROU, 1963, p. 118).

É classificado como um santuário extra-urbano, por localizar-se fora do espaço da pólis (MARINATOS, 2010, p. 4). Quanto a isto, percebe-se que diversos santuários dedicados à Ártemis possuem esta localização mais recuada do ambiente urbano, geralmente em regiões de transição para o espaço rural. Isso pode ser um indicativo do atributo da deusa que a ligam às transições.

> Schachter, que percebe que Artemis pode ser encontrada na costa, bem como no interior, desenvolve uma interpretação mais abrangente e encontra unidade na associação desta deusa com territórios fronteiriços disputados, territórios de transição entre a cidade e o campo, e locais que marcam limites entre a terra e o mar. Ele sugere uma tipologia geral, argumentando que esses locais refletiam o caráter de Artemis como um deusa que presidiu as transições[8] (COLE, 2000, p. 473).

Além da estrutura do santuário, outros vestígios arqueológicos encontrados na região são vasos cerâmicos, terracotas e inscrições (EKROTH, 2003, p. 60). Os vestígios cerâmicos, datados principalmente de VI a V a.C., são encontrados por todo o santuário. Lily Kahil chamou atenção para as diversas figuras femininas representadas nestes fragmentos, feitas pela técnica das figuras negras, e que podem ser divididas em dois grupos:

> **1)** Pequenas figuras femininas, nuas ou vestidas com uma túnica curta com ou sem mangas, correm ao redor de um altar ou acendem uma chama: elas muitas vezes seguram uma tocha, ou mesmo uma coroa nas mãos; no campo costuma ter uma palmeira; **2)** Pequenas figuras femininas, nuas ou vestidas como antes, executam uma volta rítmica e lenta, sempre em torno de um altar, ou movendo-se em direção a um altar onde está acesa uma chama. Aqui, novamente, uma palmeira

7 "(…) by the fact that outside the rooms we found the statuettes of young girls. Most of these statuettes are portraits, and usually the figures hold symbolic objects such as birds and fruit" (PAPADIMITROU, 1963, p. 118).

8 "Schachter, who notices that Artemis was to be found at coastal as well as inland sites, develops a more comprehensive interpretation and finds unity in the association of this goddess with contested border territories, transitional territory between city and countryside, and locations marking boundaries between land and sea. He suggests a general typology, arguing that these locations reflected the character of Artemis as a goddess who presided over transitions (PAPADIMITROU, 1963, p. 118).

> parece aparecer na maioria dos casos (KAHIL, 1977, p. 86. *Trad. nossa*).[9]

Para a pesquisadora é evidente que as figuras representam jovens mulheres, de uma faixa etária dos 8 aos 13 anos e apresentam as jovens em "(...) uma dança rítmica, avançando lentamente em direção ao altar [10]" (KAHIL, 1977, p. 87). Estas evidências parecem demonstrar a relação do santuário com o festival de *arktoi*, representando as meninas que participam deste rito de passagem para a vida adulta. Nestas festividades, as danças ritualísticas eram muito presentes, ocorrendo principalmente durante a noite (LÉGER, 2015).

Além dos fragmentos cerâmicos, outras evidências encontradas no sítio são inscrições, que correspondem principalmente a listas de oferendas que contêm "(...) joias, anéis, espelhos e roupas de mulheres"[10] (PAPADIMITROU, 1963, p. 113. Trad. nossa). Há também os nomes das mulheres que fazem oferendas a Ártemis, após o sucesso nos partos. Tais oferendas foram transpostas para o templo de Ártemis da acrópolis ateniense durante a Guerra do Peloponeso, sendo por isso encontradas neste sítio também listas de oferendas à deusa, similares às de Brauron (PAPADIMITROU, 1963).

Os vestígios destas oferendas também puderam ser encontrados, localizados próximos a uma pequena fonte de água no lado noroeste do templo, e consistindo em artefatos em bronze, joias, vasos e estatuetas (PAPADIMITROU, 1963). Junto a uma das oferendas, por exemplo, pode ser encontrada a inscrição "Hippylla filha de Onetor a dedicou a Artemis em Brauron"[11] (PAPADIMITROU, 1963, p. 115. *Trad, nossa*). A região de encontro destas oferendas parece ser a mais sagrada de todo o santuário e grande parte dos vestígios lá encontrados datam de antes de 480 a.C. (PAPADIMITROU, 1963).

## 4. OS ATRIBUTOS DE ÁRTEMIS A PARTIR DAS EVIDÊNCIAS ENCONTRADAS EM BRAURON: DIÁLOGO ENTRE O MITO E O ARTEFATO

9 "**1.** Des petits personnages feminins, nus ou vetus d'un court chi- ton avec ou sans manches, courent autour d'un autel ou brule une flamme: ils tiennent souvent une torche, ou encore une couronne k la main; dans le champ est souvent figure un palmier; **2.** Des petits personnages feminins, nus ou habilles comme pre- cedemment, executent une ronde rythmee, lente, toujours autour d'un autel, ou en s'avangant vers un autel ou brule une flamme. Ici encore un palmier semble apparaitre dans la plu- part des cas" (KAHIL, 1977, p. 86).

10 "(…) jewels, rings, mirrors and women's clothing (PAPADIMITROU, 1963, p. 113).

11 "Hippylla the daughter of Onetor has dedicated it to Artemis in Brauron (PAPADIMITROU, 1963, p. 115).

Todas essas evidências apontam que o santuário de Brauron onde Ártemis atuava como principal guardiã em dois importantes momentos de maturação feminina: primeiramente, em sua passagem da infância para a vida adulta através do ritual de *arkteia*, e, ainda, no auxílio aos partos. Ruth Marie Léger aponta que Ártemis era a responsável pela proteção de mulheres em diversos estágios da vida, e "toda vez que meninas transitavam de um estágio para outro, Ártemis estava presente"[12] (LÉGER, 2015, p. 243. *Trad. nossa*). A deusa acompanhava-as durante sua jornada para a vida adulta e, posteriormente, durante a gravidez e o parto, protegendo tanto a mãe quanto a criança recém-nascida. Nos ritos de passagem femininos, que envolviam a reclusão das jovens em espaços sagrados e participação em rituais e festividades, era representado um importante momento de transição que as preparava para o casamento e a maternidade (LÉGER, 2015).

> Os ritos das mulheres jovens marcavam transições importantes no ciclo de vida feminino, mas significavam mais do que a passagem segura individual através de uma fronteira biológica pessoal. Em Esparta, como em outras pólis gregas, o casamento marcou a verdadeira entrada das meninas na sociedade. O rito de passagem marcou a transição para seu novo status adulto.[13] (LÉGER, 2015, p. 241-242. *Trad. nossa*)

As evidências encontradas em Brauron, como as representações gráficas em vestígios cerâmicos, as estatuetas de jovens meninas e inscrições com listas de oferendas para o sucesso nos partos, apontam para a relação entre Ártemis com as diversas faces da experiência feminina. É a deusa quem auxilia as mulheres na sua transição para a vida adulta, preparando-as para o casamento e acolhendo-as no parto e na maternidade. Mas de que modo as evidências encontradas em Brauron dialogam com os atributos da deusa apontados na mitologia? Para além de sua relação com o mundo natural e com a caça, ela aparece como uma divindade das transições, dos jovens e dos partos, ligando-a a diversas etapas da vivência e da

12 "Each time the girls transited from one stage towards another, Artemis was present" (LÉGER, 2015, p. 241-243).

13 'The rites of young women marked important transitions in the female life-cycle but signified more than the individual safe passage across a personal biological boundary. In Sparta, as in other Greek poleis, marriage marked the real entry into society for girls. The rite of passage marked the transition into their new adult status" (LÉGER, 2015, p. 241-242).

maturação feminina. Tal função, como salientado acima, também aparece em algumas narrativas mitológicas acerca dessa divindade, que serão retomadas a seguir.

Como já visto, o hino de Calímaco a Ártemis já delineia a aproximação entre a divindade e o nascimento de crianças. Ao fazer diversos pedidos a seu pai Zeus, a jovem deusa solicita que lhe seja concedida a possibilidade de auxiliar as mulheres nos tormentos do parto, visitando as cidades dos homens apenas para este objetivo (WERNER, 2001). No terceiro hino de Calímaco a Ártemis, ainda, é dito que "Eu [Ártemis] irei apenas visitar quando as mulheres irritadas pela dor aguda do parto chamarem-me para ajudá-las"[14] (CALÍMACO, *apud* LÉGER, 2015, p. 33. *Trad. nossa*). Em *Biblioteca*, de Apolodoro, tem-se que é Ártemis quem auxilia sua mãe Leto no parto de Apolo (BEZERRA, 2018, p. 2). Além disso, as tragédias *As suplicantes* e *Lisístrata*, como mencionado acima, também atrelam Ártemis aos partos.

As evidências de Brauron dialogam diretamente com tal função da deusa. Como descrito no subtópico acima, o santuário apresenta diversas evidências que atrelam Ártemis ao sucesso nos partos, sendo estas: as inscrições com listas de oferendas e os vestígios de objetos ofertados a deusa, localizados no noroeste do templo (PAPADIMITROU, 1963). Tais artefatos demonstram uma correspondência material dessa associação, evocada nos mitos e na tradição literária, entre a divindade e o nascimento de crianças.

E quanto à relação entre Ártemis e os ritos femininos de transição à maioridade? Na tradição literária, a proximidade entre essa divindade com a maturação aparece, por exemplo, no discurso *Contra Neaera,* de Demostenes. Nele, está descrito que era Ártemis quem acompanhava as jovens nos ritos de transição da infância para a maioridade (LÉGER, 2015, p. 33). Em *Lisístrata*, Aristófanes menciona Brauron como parte das etapas de passagem para a vida adulta, novamente evocando a relação entre este atributo e Ártemis (FERREIRA; RODRIGUES, 2014, p. 99-100). O texto de Suidas *Arktos e Brauroniois* faz também tal associação, mencionando o ritual de "fazer o urso" em Brauron, performado por jovens entre 5 e 10 anos (LÉGER, 2015).

14 "[Artemis] will only visit when women vexed by the sharp pang of childbirth call me to their aid (CALÍMACO, apud LÉGER, 2015, p. 33).

Novamente, as fontes materiais do santuário se entrelaçam com tais atributos descritos nos mitos e na literatura. Como detalhado acima, as gravuras de fragmentos cerâmicos apresentam cenas das danças ritualísticas que faziam parte do ritual de *arkteia*, indicando a prática dos rituais de maturação mencionados na literatura (FERREIRA; RODRIGUES, 2014, p. 101). Além disso, as estatuetas de jovens meninas, encontradas no local, também apontam para a presença de tais jovens no santuário, mais uma vez evidenciando o uso do local para tal propósito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a explorar os atributos da deusa grega Ártemis que a vinculam a importantes momentos da maturação feminina, entendendo-a como uma deusa das transições, guardiã dos jovens e protetora dos partos. Buscou-se, através do estudo das evidências encontradas no santuário de Brauron demonstrar como os indícios de que Ártemis era uma entidade vinculada a estes ritos de passagem femininos - apontados por textos da literatura grega e da mitologia, - encontram suporte na materialidade. Para isso, no entanto, foi necessário entender as possíveis relações entre cultura material e imaterial, e como o estudo dos artefatos pode auxiliar a entender e desvendar as relações e concepções religiosas da Antiguidade.

O santuário de Brauron é um excelente exemplo da interação entre materialidade e religiosidade. Através da análise das gravuras, inscrições e estatuetas encontradas no sítio, pode-se demonstrar como os atributos de Ártemis apontados pelos textos e mitos gregos manifestavam-se materialmente, ilustrando ainda os ritos de maturidade mencionados na literatura grega. Além disso, as inscrições votivas e evidências de oferendas dedicadas a deusa indicam sua face ligada aos partos e nascimentos, também apontada por registros literários do mundo grego. Como ainda estão para serem publicadas mais informações e dados de pesquisa arqueológica no sítio, é possível que, futuramente, sejam feitas novas contribuições e estudos a respeito dos atributos de Ártemis e sua relação com a vivência feminina. Como parteira e guardiã, Ártemis se demonstra presente em momentos relevantes da experiência feminina. E, em todos esses, há a transição: de menina à mulher, de virgem à mãe, do útero à vida: “A face de Ártemis, protetora dos partos, guarda ainda

outro limite, não só o da passagem da jovem ninfa a mulher/mãe, mas também, e principalmente, o que permite a entrada da criança no mundo." (MARQUETTI, 2006, p. 2-3).

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Karina Oliveira. Ártemis. **Das Questões**, *[S. l.]*, v. 5, n. 5, 2018. DOI: 10.26512/dasquestoes.v5i5.18539. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/18539. Acesso em: 24 fev. 2022.

CAMPBELL, Joseph. **Deusas**: os mistérios do Divino Feminino. In:_____. São Paulo: Palas Athena Editora, 2020.

COLE, Susan Guettel. Landscapes of Artemis. **The Classical World,** Vol. 93, No. 5, The Organization of Space in Antiquity (May - Jun., 2000), p. 471-481. Disponível em < https://www.jstor.org/stable/i402611> Acesso em 4 de dezembro de 2020.

DROOGAN, Julian. **Religion, Material Culture and Archaeology.** Londres: Bloomsbury, 2013. Disponível em < https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-9809.12464> Acesso em 4 de dezembro de 2020.

EKROTH, Gunnel. Inventing Iphigeneia? On Euripides and the Cultic Construction of Brauron. **Kernos**: Revue internationale et pluridisciplinaire de religiongrecque antiqu e, vol. 16, p. 59-118, janeiro de 2003. Disponível em < https://journals.openedition.org/kernos/811?lang=en> Acesso em 4 de dezembro de 2020.

FERREIRA, L.N. RODRIGUES, N.S. Tornar-se adulto na Antiguidade Clássica. FONSECA, António Carlos (ed.). **Jovens Adultos.** Coimbra: Edições Almedina, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia.** Porto Alegre: Editora Ática, 1988.
_____. Gregos. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu (org). **As religiões que o mundo esqueceu.** São Paulo: Editora Contexto, 2012.

INSOLL, Timothy. **Archaeology, Ritual, Religion.** Londres e Nova York: Routledge, 2004.

KAHIL, Lilly. L'Artémis de Brauron: rites et mystére. **Antike Kunst,** vol. 20, no. 2, 1977, pp. 86–98. Disponível em JSTOR, <www.jstor.org/stable/41320665>. Acesso em 4 de dezembro de 2020.

LÉGER, Ruth Marie. **Artemis and her cult**. 2015. 447 f. Tese (Doutorado) - Curso de School Of History And Cultures, College Of Arts And Lae, University of Birmingha m, Birmingham, 2015. Disponível em < https://etheses.bham.ac.uk/id/eprint/6257/> Acesso em 4 de dezembro de 2020.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.- abr. 2011. Disponível em < https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n1/a02v6n1> Acesso em 4 de dezembro de 2020.

LIPPOLIS, Enzo. Figure divine e azioni rituali nel culto di Brauron. In: Federica Fontana, Emanuela Murgia (org.). **Sacrum facere. Atti del IV Seminario di Archeologia del Sacro,** Trieste, EUT Edizioni Università di Trieste, 2018, p. 49-85

MARINATOS, N. What were Greek Sanctuaires? A synthesis. In: Marinatos, N. and Hägg, R. **Greek Sanctuaires.** New approaches. Londres, Routledge, 1993. p. 228-233. Disponível em < https://www.academia.edu/7681825/N_Marinatos_R_H%C3%A4gg_Greek_Sanctuaries_New_Approaches> Acesso em 4 de dezembro de 2020.

MARQUETTI, Flávia Regina. Limite e Transgressão: os caminhos que levam de Ártemis a Afrodite. **Revista Ártemis,** [S. l.], n. 5, 2006. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/2158.

MARTINI, Fátima Regina Sans. Virgem Ártemis: protetora e implacável. **Revista Interdisciplinar Internacional de Artes Visuais**, vol. 05, no. 02, p. 73 – 92, jul.-dez. 2018. Disponível em < http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/sensorium/article/viewFile/2340/1673> Acesso em 4 de dezembro de 2020.

MEGA, Orestes Jayme; SILVA, Antonio Carlos R. de Andrade Machado e; MATOS, Lennon de Oliveira. Arqueologia mítica: um breve esboço sobre a importância de abordagens mitológicas na arqueologia. **Nearco**: Revista eletrônica de antiguidade, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 121-128, jun. 2012. Semestral. Disponível em < http://www.neauerj.com/Nearco/arquivos/numero10/revistacompleta.pdf> Acesso em 4 de dezembro de 2020.

PAPADIMITROU, John. The Sanctuary of Artemis at Brauron. **Scientific American,** v. 208, n. 6, p. 111 – 120, jun. 1963. Disponível em < https://www.scientificamerican.com/article/the-sanctuary-of-artemis-at-brauron/> Acesso em 4 de dezembro de 2020.

THEMELIS, Petro G. Contribution to the topography of the sanctuary at Brauron. In: GENTILI, Bruno; PERUSINO, Franca (org). **Le orse di Brauron:** um rituale di iniziazione femminile nel santuario di Artemi de. Pisa: Edizioni ETS, 2002.

TSIPOURA-VLACHOU; M. MICHOPOULOS, K. Characterization and causes of the building stone decay at the Artemis temple, Brauron, E. Attica, Greece. e. **Bulletin of the Geological Society of Greece,** v. 40, n. 4, p. 1859-1873, 2007. doi:https://doi.org/10.12681/bgsg.17146

STEINHAUER, Julietta. Artemis Brauron sanctuary. In: Roger S. Bagnall, Kai Brodersen, Craige B. Champion, Andrew Erskine, e Sabine R. Huebner (org). **The Encyclopedia of Ancient History.** Oxford: Blackwel l Publishing, 2013. p. 796-797.

WERNER, Erika. Poesia e metáforas de luz no *Hino a Ártemis* de Calímaco. **Letras Clássicas,** Revista Letras Clássicas, n.5, p. 249-260, 2001.

**Recebido em 12 de fevereiro de 2021.**

**Aprovado para publicação em 9 de março de 2022.**

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

# ESPAÇO RESTRITO, ESPAÇO EXTENSO E O ESPAÇO ÊMICO:
A territorialidade Kaingang como unidade de análise

# ESPACIO RESTRINGIDO, ESPACIO AMPLIO Y ESPACIO EMIC:
La territorialidad Kaingang como unidad de análisis

*ALUÍZIO ALFREDO CARSTEN*[1]

**RESUMO**

Este trabalho apresenta as principais categorias utilizadas como delimitação espacial na escrita da História dos Kaingang. A partir de base bibliográfica aponta-se que: a falta de definições que justifique as opções por tais unidades de análise causa imprecisões conceituais que nem sempre correspondem com seus enunciados. A partir do agrupamento de categorias em a) *Espaço Restrito*, b) *Espaço Extenso* e c) *Espaço Êmico*, buscou-se relacionar as categorias aos conceitos de território e territorialização, tendo a territorialidade Kaingang como unidade de análise.

**Palavras-chave:** Espaços de Análises. Território. Territorialização. Territorialidade Kaingang.

**RESUMEN**

Este trabajo presenta las principales categorías utilizadas como delimitación espacial en la redacción de la Historia de los Kaingang. De la base bibliográfica, se señala que: la falta de definiciones que justifiquen las opciones de tales unidades de análisis provoca imprecisiones conceptuales que no siempre se corresponden con sus enunciados. A partir de la agrupación de categorías en a) Espacio Restringido, b) Espacio Amplio y c) Espacio Emic, fue buscado relacionar las categorías con los conceptos de territorio y territorialización, teniendo como unidad de análisis la territorialidad Kaingang.

**Palabras clave:** Espacios de Análisis. Territorio. Territorialización. Territorialidad Kaingang.

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/PPGH). Bolsista Capes. *E-mail*: aluizio.arsten055@academico.ufgd.edu.br

## INTRODUÇÃO

Estabelecer um recorte espacial para a pesquisa em História Indígena é um desafio que demanda atenção especial, pois a problemática de pesquisa nem sempre está atrelada às definições política-administrativas implementadas pelo Estado. A temática por diversas vezes, senão em sua maioria, extrapola os limites institucionalizados.

A delimitação espacial realizada pelo historiador que se debruça sobre o assunto é um dos casos que

> não coincide necessariamente com um recorte administrativo ou estatal: pode ser definida por implicações culturais, antropológicas, econômicas ou outras. Um grupo humano a ser examinado não estará necessariamente enquadrado dentro dos parâmetros de um Estado-Nação (BARROS, 2015, p. 43).

Essa justificativa está próxima da utilizada por Novak (2006) para descartar o recorte espacial com base nas divisões territoriais dos atuais estados da federação, uma vez que, essas fronteiras sofreram alterações no decorrer da história, e mais "a própria permanência e os deslocamentos das populações indígenas não obedecem a estes limites geográficos, nem a nível de estados, nem entre países" (NOVAK, 2006, p. 10).

Na bibliografia referente aos Kaingang existem diversos termos e conceitos utilizados como categorias espaciais, empregadas como recortes, ou seja, como delimitações espaciais da pesquisa. Neste artigo não é finalidade fazer uma revisão crítica sobre os usos dessas categorias. O objetivo é apontar e refletir sobre a aplicação dessas categorias enquanto espaço de análise para pesquisa em História Indígena, especificamente, a História dos Kaingang, levando em consideração seus territórios, processos de territorialização e sua territorialidade. Consequentemente, pretende-se contribuir para que novos pesquisadores reflitam sobre a delimitação espacial de suas pesquisas.

Embora o esforço teórico-metodológico ainda seja incipiente, propõe-se que as variadas categorias de análise aplicadas por diversos autores, embora distintas, possam ser reunidas em três grupos: a) o *Espaço Restrito*, b) o *Espaço Extenso e c) o Espaço Êmico*.

Nesse sentido, no *Espaço Restrito* as categorizações mais utilizadas para a delimitação espacial são: *Aldeia, Aldeamento, Reserva Indígena, Posto Indígena e Terra Indígena*. Como já demonstrou Cavalcante (2016) esses termos e conceitos são empregados de maneira imprecisa e sem diferenciação.

De uma forma geral, no *Espaço Extenso* as categorizações são definidas com base em unidades geográficas fluviais, sendo as mais comuns: *Bacia Hidrográfica*, *Vale* e *Rio*. Essas definições remetem a um espaço mais amplo, e quando não são bem definidas podem gerar confusões e ambiguidades.

Já no *Espaço Êmico* as unidades de análise espacial se dão a partir das concepções dos Kaingang, extraídas da revisão bibliográfica, sendo que as categorias de análise territorial mais utilizadas em língua Kaingang são: *Ĩn* (casa)*, Wãre* (acampamentos ou abrigos provisórios), *Emã* (aldeias fixas), e *Rê* (Campos).

## 1. OS ESPAÇOS DE ANÁLISE

Partindo da constatação da diversidade de termos e conceitos que são utilizados como categorias espaciais, empregadas como recortes, ou seja, como delimitações espaciais nas pesquisas acerca das áreas de ocupação indígena, aqui pretende-se refletir sobre a aplicação dessas categorias enquanto espaço de análise para pesquisa em História Indígena, especificamente, a História dos Kaingang.

Dentre as abordagens mais comuns sobre o tema, toma-se como base a ideia proposta de *Espaço Restrito* para a análise espacial, inicialmente discorre-se sobre as categorias: *Aldeia, Aldeamento*, *Reserva* e *Terra Indígena*, termos advindos das relações coloniais e com o Estado.

A categoria *Aldeia* é bastante recorrente nos trabalhos acadêmicos, sendo um termo genérico, de origem europeia, amplamente utilizado no senso comum para referenciar espaços habitados por grupos ou famílias indígenas.

> Na língua portuguesa falada no Brasil, esse vocábulo corresponde a uma categoria linguística forjada na situação do contato das populações indígenas com o Estado Nacional. Normalmente a palavra é utilizada para designar o local de maior concentração de famílias indígenas (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2009, p.47).

O termo *Aldeia* como delimitação do espaço de análise é utilizado sobretudo quando se trata de estudos que abordam diferentes aglomerados residenciais de grandes Terras Indígenas de ocupação Kaingang, sentido utilizado por Cimbaluk (2013).

Na situação do contato, a ideia de *aldeia* implicava no aglomerado de casas comunais de famílias extensas, o que não corresponde às formas de assentamentos Kaingang, organizados em núcleos familiares. Por outro lado, os próprios indígenas utilizam-se do termo para se referirem a divisões comunitárias no interior das terras indígenas que quase sempre possuem aldeia Sede e aldeias "adjacentes". Embora o termo seja inadequado, e muitas vezes confundido, ele se estabeleceu entre indígenas e não indígenas.

Derivado de aldeia, a palavra Aldeamento também é utilizada para referenciar a espacialidade da pesquisa, no entanto, o termo foi utilizado para designar uma política indigenista que teve como objetivo "agrupar os índios, afim de *civilizá-los* através do serviço de catequese, inserindo-os na sociedade nacional" (NOVAK, 2006, p. 17 – destaque do autor). Tal prática "foi intensamente promovida pelo Estado desde o período colonial, caracterizando a política indigenista oficial, em suas diversas formulações, até a promulgação da Constituição de 1988" (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2009, p. 46).

Outra categoria utilizada é a de Reserva Indígena, o termo está associado as atividades do Serviço de Proteção ao Índio - SPI, criado em 1910.[2] Na legislação indigenista vigente naquele período, a política do Estado consistia em "reservar", isso é, destinar algumas terras para os indígenas, sendo criadas, nesse contexto, as chamadas *Reservas Indígenas*. É importante ressaltar que as reservas não eram delimitadas com base na ocupação dos indígenas, mas pelo contrário:

> O critério principal para reservar terras aos índios durante a ação do SPI (1910-1967) foi principalmente o quesito de a área ser terra devoluta, ou seja, de não existir nenhum requerimento de particular interessado nela. As comunidades indígenas que se encontrassem vivendo ao entorno da área demarcada como reserva deveriam ser atraídas para aquele lugar (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2009, p. 49).

2 Para saber mais sobre as Reservas destinadas aos Kaingang no Paraná, ver Novak (2006).

Embora não corresponda exatamente a um recorte, é comum encontrar trabalhos acadêmicos que se referem aos "Kaingang do Posto Indígena...", ora, *Posto Indígena* foi implementado nas reservas como unidade burocrática administrativa do órgão indigenista, e tinha como dirigente um funcionário do SPI, em alguns casos a estrutura tinha como objetivo "atrair" os indígenas para viverem em uma terra delimitada pelo Estado. O chefe do posto, dentre outras coisas, era o responsável pela administração da terra, do patrimônio indígena e da "organização do trabalho indígena".

Atualmente, o termo mais comum para espacializar a pesquisa que envolve povos indígenas é *Terra Indígena*. No plano teórico, Terra Indígena, foi definida por Cavalcante (2016) enquanto um conceito jurídico construído historicamente, portanto, entende-se que não é necessário que o Estado a reconheça como tal para que ela seja o que é, uma vez que:

> [...] a demarcação de terras indígenas é tida tão somente como um ato declaratório do Poder Executivo Federal. Por isso, salvo em casos de criação de reservas indígenas, não há que se falar em "criação de terras indígenas", mas tão somente de seu reconhecimento por parte da União Federal. As terras indígenas, deste modo, são entendidas como tais, sendo a demarcação apenas um ato de reconhecimento do Estado. Apesar disso, tal ato assume enorme importância, pois, sem ele, os povos indígenas dificilmente conseguem ter posse plena de suas terras; mesmo quando detém a posse precária, enfrentam inúmeras dificuldades para a instalação de aparelhos destinados à prestação de serviços públicos (CAVALCANTE, 2016, p. 6-7).

É preciso reconhecer que é a delimitação física da terra pela demarcação é que constitui o espaço de análise de boa parte dos trabalhos acadêmicos que optam por esse "recorte". Nesse sentido, mais próxima de contribuir com essa perspectiva é a definição de Pacheco de Oliveira (2012) retomada, e ampliada por Amado (2020).

> No âmbito do debate da antropologia, e olhando particularmente para o Direito, Pacheco de Oliveira (2012) p. 370) apresenta as primeiras linhas do conceito de terra indígena: "unidade territorial definida juridicamente e criada por meio de procedimentos administrativos, com vistas a garantir a determinado grupo um espaço geográfico para uso e reprodução social" [...] Como pressuposto inicial, Pacheco de Oliveira (2012, p. 369) defende que uma terra indígena "não deriva necessariamente da vinculação natural de determinada população a um determinado lugar ou apenas a concepções nativas de territorialidade, inscritas nas práticas ou na cosmologia dessa população". Adotando tal pressuposto, o autor desloca o debate em

> torno das concepções que classificou como "divergentes e sociologicamente ingênuas" e direciona nosso olhar para investigar como o Estado brasileiro regula e cria territórios estatais destinados aos povos indígenas (AMADO, 2020, p. 199-200).

Esclarece-se que, a ideia de agrupar *Terra Indígena* no *Espaço Restrito* é como espaço demarcado estabelecido pelo Estado, não apenas por ser um local de moradia, mas sim como um espaço mais amplo que abarca concepções plurais de território e seus usos. Inclusive a própria Constituição Federal de 1988 ampliou essa compreensão. Veja como explica Cavalcante (2016):

> Ao tratar de terras de ocupação tradicional necessárias à reprodução física e cultural dos povos indígenas, ampliou-se a compreensão, antes limitada às terras habitadas (no sentido de local de moradia) pelos indígenas, para todas aquelas que sejam de importantes e necessárias para a reprodução física, cultural e social desses povos. Desta maneira, ao se realizar a identificação e a delimitação de uma terra indígena, o grupo técnico não se limita a levantar os espaços necessários para a habitação e reprodução econômica de um povo, mas também inclui aqueles locais de relevância para a sua cultura, religião e organização social (CAVALCANTE, 2016, p. 5-6).

Essa terra reconhecida pelo Estado não é devoluta, e embora seja de ocupação tradicional, ela não constitui uma concepção nativa de territorialidade, pois se restringe aos limites dos marcos estabelecidos pelos representantes do Estado na demarcação.

Também, há outras delimitações espaciais utilizadas por pesquisadores para estabelecerem seus espaços de análise, que nesse trabalho chamo de *Espaço Extenso*. Esses, de forma geral, se utilizam de delimitações geográficas que remetem a espaços mais amplos, que são referenciados intrinsecamente como: "Os Kaingang do rio..."; "Os Kaingang do vale..."; "Os Kaingang da bacia hidrográfica...".

A opção por unidades geográficas como rio, vale e bacia hidrográfica, opõe-se às divisões político-administrativas, no entanto, falta aos pesquisadores da História Indígena explicitarem as justificativas por suas opções de delimitação espacial, o que pode causar imprecisões analíticas, pois nem sempre o recorte geográfico condiz com a territorialidade indígena. É o caso da análise realizada por Mota e Novak (2008): os autores incluíram os *Koran-bang-rê* (Campos de Guarapuava), no recorte em que propuseram tratar dos Kaingang do vale do rio Ivaí. Porém, a maior parte dos *Koran-*

*bang-rê* estão irrigados por afluentes da bacia do médio rio Iguaçu. O que pode ter levado a esse desajuste é que, no vale do Ivaí, está localizada a Terra Indígena Marrecas, cuja demarcação como os historiadores afirmam "foi um passo definitivo a desterritorialização dos grupos Kaingang dos Koran-bang-rê." (MOTA E NOVAK, 2008, p. 84).

Na Geografia, a diferenciação entre bacia, vale e rio é bem estabelecida. Como exemplos, apresenta-se as definições formuladas por Cabral (2007), que define Bacia hidrográfica ou bacia de drenagem como:

> [...] à área abrangida por esse sistema hierárquico de canais responsável pela captação de toda a água que se dirige a um único rio damos o nome de bacia hidrográfica ou bacia de drenagem, a qual é limitada por linhas de cumeeira (divisores) que a envolvem num contorno mais ou menos regular e fechado (CABRAL, 2007, p. 141).

Sobre os vales, o autor explica que ao longo do tempo, com concentração de fluxos de água, "os rios vão se assentando no terreno, abrindo "fendas" ou "sulcos", seja no solo, seja no substrato rochoso sobre o qual correm. São esses "corredores" ou depressões longitudinais entalhados e ocupados pelos cursos de água que são chamados de vales fluviais" (CABRAL, 2007, p. 140).

Para o autor, os rios, "nada mais são do que correntes superficiais de água que tem por função ligar a fase atmosférica à fase marítima do ciclo hidrológico" (CABRAL, 2007, p. 139). Sendo assim, a utilização dos espaços naturais acaba gerando imprecisões que nem sempre correspondem à territorialidade indígena.

No *Espaço Êmico* as delimitações são realizadas a partir de concepções oriundas da espacialidade dos próprios Kaingang, que nesse texto, foram extraídas principalmente de etnografias. As categorias mais utilizadas por essa abordagem correspondem a espaços vividos pelos Kaingang.

Na Terra Indígena Barão de Antonina, no Paraná, Góes (2018) informa que os Kaingang propuseram as seguintes categorias de espaço:

> *Nën* – mata antiga. Espaço onde se busca remédios, alimentos vegetais e animais e matéria-prima para artesanato.
> *Goio* – rio (lit. água); espaço de pesca e lazer. A pesca é realizada através de diferentes técnicas, entre as quais se destaca *o pari*.
> *Vãnh kute vë* – mato baixo/capoeira. São áreas que não possuem mais do que 20 anos de preservação. Espaço onde se busca cabo de

> machado/foice e lenha. Esses são tipos de materiais que não se encontra no *nën*.
> *Kute* – capão. Mata em torno de nascentes/capão de mato. Espaço para proteger água, utilizado para beber água quando se está caçando ou trabalhando nas roças.
> *Re* – campo aberto.
> *Ga ëg rãnhrãj jafã* – terra/ lugar de trabalho. Abrange áreas de plantio e criação de animais.
> *Emã* – moradia. (Anotações de campo, 2011) (GÓES, 2018, p. 95).

Para o objetivo deste trabalho, posteriormente será tratado de duas categorias desta lista: *Emã* e *Rê*, mas primeiro, cabe discorrer sobre o espaço que se refere a habitação, nomeada de *Ĩn (casa),* espaço que é tratado de forma abundante pela etnografia sobre os Kaingang e que é composta também pela *ĩn sĩ* (casa pequena ou casinha de fogo), local onde se dá a sociabilidade da parentela. Sobre esse espaço explica Góes (2018):

> [...] *in sï* o é espaço da intimidade doméstica, lugar dos *kanhkó* e *jambré pe*, dos parentes efetivos. Frequentam esse espaço os corresidentes e aqueles que residem nas proximidades, em geral pertencentes a gerações mais novas. É comum que o *in sï* principal em uma família extensa seja o dos mais velhos, dos cabeças daquelas unidades residenciais. Assim, seus filhos e respectivos cônjuges, netos, filhos das irmãs e dos irmãos, ou seja, aquelas pessoas com relações efetivas de parentesco frequentam-no para o desjejum e muitos outros momentos cotidianos (GÓES, 2018, p. 94).

Severo (2020) converge ao mesmo sentido, apontando que esse espaço é "primordial de sociabilidade de um grupo doméstico Kanhgág" (SEVERO, 2020, p.86). O autor acrescenta que além das relações familiares é nesse espaço que:

> [...] o grupo doméstico também elabora estratégias reivindicativas frente ao Estado, pensam sobre a distribuição dos empregos na *ẽmã* e comentam algumas ações de outras famílias, opostas politicamente à sua (ou não), falam sobre as últimas decisões do *pã'ï mág* e demais lideranças (SEVERO, 2020, p. 86).

Associado a *ĩn sí* está *ĩn jy* (espaço em torno da casa, o pátio), esse "É um espaço doméstico intermediário, nele o convívio se amplia um pouco, se vê e ouve, se é visto e ouvido em um raio mais amplo. Pessoas que não compartilham o *in sï* daquela parentela podem transitar pelo espaço do *in jy* (GÓES, 2018, p. 96). Portanto,

são as unidades *ĩn sí* e *ĩn jy* que conforme Góes (2018) produzem o espaço de *ĩn* (casa), que equivale a uma unidade socioterritorial Kaingang.

Somadas a outras casas articuladas pelo parentesco forma-se as *emã*, espaço que será discutido sequencialmente. Antes, cabe tratar dos *Wãre* (acampamentos provisórios), que para Tommasino (1995), refletem a organização do espaço Kaingang a parir de seu modo de vida. Para a antropóloga os *wãre* são espaços associados às atividades de caça, pesca e coleta. Tommasino (2000b) reflete sobre a dinâmica cultural dos Kaingang no tempo, o que permite concluir que agora os Kaingang também estabelecem seus *wãre* em contextos urbanos: "os Kaingang de hoje "caçam" e "coletam" nas cidades os recursos que obtinham, no passado, nas suas imensas florestas" (TOMMASINO, 2000, p. 41). A partir das reflexões da autora, desenvolveram-se vários estudos sobre os *wãre* nas cidades.

Em sua tese de doutoramento, por exemplo, Severo (2020) adota essa perspectiva e discute a implantação dos *wãre* no contexto urbano do Rio Grande do Sul. O autor relaciona a implantação dos *wãre* como mecanismo de reivindicação territorial, "o *vãre* estabelece a mediação entre a saída de uma *ẽmã* e a conquista de um novo espaço" (SEVERO, 2020, p. 98).

Por sua vez, *Emã* é utilizado por Novak (2006) para dar título a sua dissertação, cuja definição o historiador traz em sua nota de rodapé 89: "Emã se refere ao toldo, aldeia (conjunto de habitações)" (NOVAK, 2006, p.123). Em diversas partes de seu trabalho o autor utiliza *Emã* atrelado a uma forma de territorialidade tradicional Kaingang.

Com a base etnográfica é possível ampliar essa definição. Severo (2020) apresenta diferenciações da escala espacial da *Emã.* Para ele "Uma *ẽmã mág* (aldeia grande) é definida como uma terra indígena, que possui várias *ẽmã*, sendo uma delas a "principal", nomeada de Sede ou Posto" (SEVERO, 2020, p. 93). É claro, que definir a *ẽmã mág* como Terra Indígena diz respeito ao presente etnográfico, o que pode permitir, ao menos teoricamente, tratar essa categoria enquanto um território, composto de várias *ẽmã sĩ* que segundo o antropólogo refere se as aldeias pequenas.

Já os *Rê,* consistem em um ecossistema da região Sul do Brasil com predominância de vegetação rasteira, associada com capões de floresta araucária (*Araucária angustifólia*). Para Tommasino (1995), há um vínculo entre os campos e a

sociabilidade Kaingang, tal relação pode ser percebida nas fontes referentes a conquista dos séculos XVIII e XIX:

> A identificação dos campos conquistados ou a serem conquistados é sempre referida pela denominação reconhecida à época, isto é, pelo nome do cacique do grupo ocupante. Assim temos no século XVIII os campos de Covó, que era assim conhecidos porque eram ocupados pelo grupo chefiado pelo cacique Covó, e da mesma forma os campos de Iranim, os campos de Inhoó, do cacique Gregório, de Manoel Aropquimbe. A região de Campos (**rê**) era sempre o local onde as aldeias ou os toldos (**emã**; **jamã**) eram construídos, sendo que todo o restante do território – florestas (**nen**), rios (**goj**) e serras (**kri tej**) – faziam parte do universo Kaingáng (TOMMASINO, 1995, p. 73 – destaque da autora).

Mota (2000) demonstrou a partir do confronto de documentos diversos com os mapas de John Henrique Elliot, que "as populações Kaingang ocupavam as extensas áreas cobertas de campos naturais entremeadas de bosques de araucária no Brasil meridional" (MOTA, 2000, p 83).

Moura (2021) enfatiza que as representações em textos, mapas e plantas foram em sua maioria associadas a governantes e seus funcionários, e que os indígenas têm sido vistos como meros coadjuvantes nesses processos. A autora sugere que é preciso avançar para além da crítica para que se possa chegar o mais próximo das territorialidades indígenas.

> [...] que território Macro-jê seria este que antecede e se sobrepõe ao inventado, política e administrativamente, pelas expedições de mapeamento e pelos tratados de limites do século XVIII? Este território possuiria uma paisagem étnica e política demarcadora de cultura, identidade, fronteiras e poderes nos processos de disputa e luta inerentes ao colonialismo, os quais os colonizadores ou exploradores não conseguiram apagar? Em que medida está paisagem não terminou por influenciar itinerários e logística de mapeamentos oficiais? (MOURA, 2021, p. 191).

Porém, a formulação que aqui se segue, já estava indicada em Mota (1994) quando este trata da "a produção do espaço dentro dos marcos da expansão capitalista" (MOTA, 1994, p. 9). O que o historiador questionava naquele momento era a ideologia da construção do vazio demográfico, mas na parte três do mesmo livro, quando trata das expedições de Afonso Botelho, o autor já trata os *Koran-bang-rê* como espaço de análise. Portanto, essa abordagem já vem sendo utilizada há quase

trinta anos por Lucio Tadeu Mota. Em Mota (2000) essa análise é ampliada, e o historiador relaciona outros campos aos territórios Kaingang: o historiador reconhece e indica dez campos identificados em mapa por John Henrique Elliot, aos quais Mota (2000) acrescenta os nomes desses campos em língua Kaingang. A análise é atualizada por Mota (2016) ao tratar dos *Rê* enquanto espaço de análise.

## 2. PROBLEMATIZANDO O ESPAÇO DE ANÁLISE

Cavalcante (2013; 2016) alerta que o termo *Aldeia* frequentemente não é entendido como direito, mas como espaço de segregação da sociedade nacional, carregando uma forte carga colonialista. Por outro lado, o termo é bastante arraigado no vocabulário indígena para se referir a núcleos populacionais dentro de uma mesma Terra Indígena, portanto entende-se que a delimitação espacial com base na *Aldeia* é justificável, no entanto é preciso se atentar para especificidades da concepção que os indígenas possuem sobre o termo. No caso dos Kaingang, é preciso levar em consideração sua organização social.

Já *Aldeamento* e *Reserva Indígena* são termos datados que devem ser utilizados em referência aos seus contextos históricos como delimitação espacial implantada pelo Estado, cujo objetivos, lembra Cavalcante (2013; 2016), era liberar a terra dos indígenas para colonização, reservar mão de obra e assimilar os indígenas à dita sociedade nacional. É preciso ressaltar que os povos indígenas não foram passivos nesse processo, diante do avanço da política de ocupação de terras, estes passaram a reivindicar, “a exigir a reserva de áreas destinadas a sua sobrevivência” (NOVAK, 2006, p. 103). O que Novak (2006) expõe detalhadamente ao longo de sua dissertação é que estas áreas reservadas, não são resultadas de uma ação unilateral do Estado, os indígenas também exerceram diversas estratégias para assegurarem ao menos parte de seus territórios. Por sua vez, *Posto Indígena* equivale apenas a uma unidade administrativa local do SPI, portanto não deveria ser utilizada enquanto unidade espacial de análise.

*Terra Indígena* em si é uma delimitação precisa, independentemente de seu reconhecimento pelo Estado. A definição de territorialidade proposta por Little (2002) leva em conta as condutas de territorialidade que colocam a *Terra Indígena* como um território “produto histórico de processos sociais e políticos” (LITTLE, 2002, p. 254).

Todas as categorias agrupadas no *Espaço Restrito* são instituídas pelo Estado, portanto, é preciso considerá-las também como "uma intervenção da esfera política que associa — de forma prescritiva e insofismável — um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados" (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p. 56). Ou seja, como processo de territorialização.

O *Espaço Extenso* tem por unidades geográficas delimitações que não correspondem a resultados de ações políticas ou administrativas, tampouco equivalem a categorias indígenas, portanto, é importante que o pesquisador justifique a opção de espaço de análise, para eventualmente não suprimir ou desconsiderar a territorialidade indígena.

Mota (2000) utiliza os rios (agrupados no *Espaço Extenso*) como contornos de recortes amplos, onde estão localizados os territórios dos Kaingang – no caso da análise do autor, entre rios Paranapanema e Uruguai. Porém, ao refletir sobre os Kaingang que habitaram a região do rio Tibagi, Mota (2000) está parcialmente de acordo com Kimiye Tommasino, para quem:

> os rios que separavam os Kaingang pesquisados das outras sociedades Kaingang são os rios Paranapanema, ao norte e rio Ivaí ao Sul. Os vários grupos locais formavam subterritórios interligados pelos afluentes do rio Tibagi. As serras de Apucarana e Agudos e todas as florestas e campos completavam o ecossistema que constituía o território ancestral dos Kaingang do Tibagi (TOMMASINO, 1995, p. 78).

Mota (2000) admite que a ideia é confirmada pelas relações de parentesco demonstradas pela antropóloga entre os indígenas da TI Apucarananinha e das Terras Indígenas situadas em São Jerônimo da Serra (TI São Jerônimo e TI Barão de Antonina) e Ortigueira (TI Queimadas e TI Mococa). O que Mota problematiza é que os territórios ancestrais dos Kaingang eram maiores e não se limitavam às serras citadas pela autora, mas se estendiam até as proximidades dos povoamentos brancos nos Campos Gerais:

> No meu entender, os Kaingang foram sendo empurrados para oeste conforme os fazendeiros foram instalando suas fazendas nas imediações de Ponta Grossa, Castro, Tibagi, Piraí do Sul, Jaguariaíva, Itapetininga e outras vilas ao longo do caminho das tropas (MOTA, 2000, p. 184).

O que Mota (2000) demonstra é que havia vários grupos Kaingang que ocuparam a região, cujas distinções entre "os tradicionais do rio Tibagi e os vindos dos campos do *Min-krin-ia-rê*" (MOTA, 2000, p. 185),[3] a diversidade de grupos são perceptíveis por seus conflitos e por suas diferentes dispersões, após o enfrentamento entre grupos no Aldeamento de São Pedro de Alcântara na segunda metade do século XIX.

Partindo dessa perspectiva de movimento para o oeste, entende-se que esse movimento consiste num processo de (re)territorialização Kaingang, que, repelidos dos campos reelaboram sua territorialidade, tendo, a partir de então, o principal curso hídrico da região como marcador do seu território, nesse caso – o rio Tibagi, ou melhor, toda sua bacia de drenagem. Porém, destaco que a bacia não restringe as relações sociais, não isolando os grupos a uma espacialidade restritiva.[4]

Porém, outro movimento de deslocamento dos Kaingang se dá em meados do século XX, ao qual [...] "com a implantação do decreto do governo federal de Getúlio Vargas (Decreto-lei 7.692, de 30/6/1945), os estados do Sul reduziram as áreas reservadas aos índios" (TOMMASINO, 2000a, p. 213). O argumento da necessidade de liberar terras para colonos nacionais e estrangeiros trouxe consequências aos Kaingang, isso pois, se a bacia do Tibagi havia sido constituída como território contínuo no século XIX, no XX ele foi dividido e aos Kaingang couberam apenas as atuais Terras Indígenas localizadas nessa bacia. No contexto do Rio Grande do Sul, Laroque (2017) apresenta panorama semelhante.

A partir das análises de Mota (2000) e Tommasino (2000a), destaca-se que a utilização da bacia hidrográfica como espaço de análise para a história Kaingang pode se dar de três formas: a) Como espaço extenso que engloba vários territórios distintos; b) Em regiões especificas como a do Tibagi, onde a área da bacia foi apropriada pelos Kaingang num processo de (re)territorialização; e c) Como espaços de análise que integra sociologicamente e historicamente os Kaingang de Terras Indígenas relacionadas a esse espaço.

3 Conforme Mota (2000), *Min-krin-ia-rê* corresponde aos Campos de Chagu, onde atualmente localiza-se o município de Laranjeiras do Sul – Pr.

4 Embora não haja espaço para ampliação do debate, ainda problematizo que a bacia do Tibagi não é um território fechado, os Kaingang mantem relações de reciprocidade e parentesco com indígenas Guarani e Kaingang, que vivem em três Terras Indígenas na bacia do rio Das Cinzas (TI Pinhalzinho, TI Laranjinha e TI *Ywy Porã).*

Embora as categorias do *Espaço Êmico* não sejam explicitamente empregadas como delimitações de espaço de análise, nesse primeiro esforço de definição, apresenta-se quatro espaços que podem ser utilizados como delimitação espacial: *Ĩn*, *Wãre, Emã* e *Rê*; tais espaços se dão pelas formas de assentamento dos Kaingang.

Para Tommasino (2000a) a unidade territorial de uma sociedade Kaingang pode ser resumida da seguinte maneira: [...] "constitui-se de um espaço físico – composto por serras (*krin*), campos (*rê*) e florestas (*nén*) – onde os grupos possam exercer suas atividades de caça, pesca, coleta e plantio" (TOMMASINO, 2000a, p.193).

Deter-se-á a análise aos *Rê*, pois trata-se de um ecossistema de campos presente no Sul do Brasil que engloba também o *krin* e a *nén,* assim como constituem o espaço de instalações das *ĩn, dos waré* e das *emã.* Para Tommasino (2000a) os *Rê* eram nomeados com o mesmo nome do cacique principal que neles habitavam. A autora cita como exemplo os campos do *Covó*, *Inhoó* e *Nonoay.*[5] Segundo Tommasino (2000a) essa relação implicaria na existência de direitos precisos e definidos sobre a terra.

Mota (2000) demonstrou a partir do confronto de documentos diversos com os mapas de John Henrique Elliot, que "as populações Kaingang ocupavam as extensas áreas cobertas de campos naturais entremeadas de bosques de araucária no Brasil meridional" (MOTA, 2000, p 83). O pesquisador identificou dez áreas de campos ocupadas pelos Kaingang. Segundo ele:

> (...) uma fotografia aérea da região, em meados do século XIX, nos mostraria as populações Kaingang ocupando vastos territórios das terras altas do segundo e terceiro planalto da província paranaense cobertas de campos e entremeadas de bosques de araucárias ricos em alimentos (pinhões e caças). Também veríamos que elas estavam em guerra contra as populações brancas que procuravam empurrá-las para os vales dos rios e para as florestas, desalojando-as de seus territórios tradicionais – campos com bosques de araucárias – para a implantação de suas fazendas de gado (MOTA, 2000, p. 188 -189).

5 Nota-se que *Koran-bang-rê* (grandes campos abertos) não leva um nome de cacique. A denominação *bang,* também não deve dizer respeito apenas a sua extensão territorial, mas podemos inferir sobre sua importância hierárquica entre os territórios vizinhos, assim como a referência *Pay-bang*, para os caciques principais.

O retrato vislumbrado por Mota (2000) esclarece a opção dos *Rê* (campos) como espaço de análise para a História Kaingang, para períodos anteriores ou aos momentos do processo de conquista. O autor também deixa explícito que a ocupação específica dos vales de rios e florestas consistem em uma (re)territorialização dos Kaingang provocada pelo processo de conquista, que embora desordenado, foi também promovido pelo Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Little (2002), cada sociedade tem suas próprias formas de se inter-relacionar com seus ambientes geográficos. A opção indiscriminada pelas categorias do *Espaço Extenso* como espaço de análise da História Kaingang, só parece fazer sentido quando levamos em consideração as relações socio-territoriais construídas pelos povos indígenas. Ao tomar a bacia hidrográfica como uma categoria de análise, deve-se atentar sobre o processo de (re)territorialização, constituído após a pressão da colonização e a territorialização instituída com a criação dos aldeamentos e reservas pelo Estado. Se a bacia é utilizada apenas como recorte sem critério, isto é, sem considerar o tempo e a forma de ocupação do recorte temporal, ela também acaba por suprimir as territorialidades indígenas, tal como as fronteiras política-administrativas. O que se pode considerar sobre a opção das categorias agrupadas no *Espaço Extenso* é que elas podem ser empregadas seja para englobar as concepções de territorialidades indígenas, ou para explicar processos de (re)territorialização e territorialização.

A bacia hidrográfica como espaço de análise para a história dos Kaingang comporta abordagens que enquadram no *Espaço Extenso* vários territórios, que por conta da amplitude, nem sempre serão identificados. Por outro lado, como demonstrou Mota (2000), a pressão exercida pelos brancos nos Campos Gerais propiciou que a concepção de território dos Kaingang fosse reformulada fazendo com que ocorressem transformações após o processo de espólio de suas terras, assim a bacia foi transformada em uma diferente territorialidade Kaingang.

No *Espaço Êmico* entende-se que o conceito de cosmografia utilizado por Little (2002) possa contribuir para o melhor entendimento da territorialidade dos Kaingang "definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades -

coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território" (LITTLE, 2002, p. 254).

Problematizar o recorte espacial justamente amplia a percepção da pesquisa, faz o espaço ganhar historicidade, se mostrando mais ou menos adequado para o enfoque pretendido. Nesse sentido, concordo que o recorte espacial deve "ser um espaço problematizado" (BARROS, 2015, p.45).

Pensar as categorias de organização territorial Kaingang, assim como seus regimes de propriedade comum, pode esclarecer suas apropriações do espaço geográfico, assim como a noção de lugar e a noção de pertencimento, também abordadas por Little (2002). Nesse sentido, tomando como base a perspectiva de território utilizada por Cavalcante (2013), o que se pode buscar é uma aproximação da territorialidade Kaingang e suas transformações na longa duração, definindo território como unidade de análise, compreendido tanto em sua forma integradora, quanto relacional.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Luiz Eloy Terena. **Vukapávano:** o despertar do povo terena para os seus direitos. Movimento Indígena e confronto político. 1. Ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. 244 pp. (versão eletrônica).

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história:** da escolha do tema ao quadro teórico. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CABRAL, Diogo de Carvalho. A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental. **Revista de história regional.** Ponta Grossa-PR. v. 12, p. 133-162, 2007. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2241/1725

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade:** a luta pela terra dos guarani e kaiowa em mato grosso do sul. 2013. 470 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

_____, "Terra indígena": aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. **História** (são paulo) [online]. 2016, v. 35, n. 00 [Acessado 3 agosto 2021], e 75. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-436920160000000075>. Epub 21 Jul 2016. ISSN 1980-4369. https://doi.org/10.1590/1980-436920160000000075.

CIMBALUK, Lucas. **A criação da aldeia água branca na terra indígena kaingang apucaraninha:** "política interna", moralidade e cultura. 2013. 250 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi. **Ñande ru marangatu**. Laudo antropológico e histórico sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Dourados: Editora UFGD, 2009.

GÓES, Paulo Roberto Homem de. **Morfológicas:** um estudo etnológico de padrões socioterritoriais entre os kaingang (dialeto paraná) e os mbya (litoral sul). 2018. 500 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Movimentações e relações com a natureza do Kaingang em territórios da bacia hidrográfica do Taquari-Antas e Caí, Rio Grande do Sul. In: GERHARDT, M., NODARI, E.S, and MORETTO, S.P., eds. **História ambiental e migrações:** diálogos [online]. São Leopoldo: Oikos; editora UFFS, 2017.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série antropologia**, n. 322, p. 251-290, 2002.

MOTA, Lucio Tadeu. **As guerras dos índios kaingang.** A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 – 1924). Maringá: EDUEM, 1994.

_____. Os índios Kaingang nos campos do Brasil meridional na metade do século passado. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva.; TOMMASINO, Kimiye (Orgs*.).* **Uri e wãxi**: estudos interdisciplinares dos kaingang. Londrina: EDUEL, 2000.

MOTA, Lucio Tadeu.; NOVAK, Éder da Silva. **Os kaingang do vale do rio ivaí:** história e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2008.

MOURA, Denise Aparecida de. Etnopaisagem Jê e reterritorialização do Brasil Meridional (1768-1773). **Revista brasileira de História**. São Paulo, v. 41, nº87, p. 187 – 212. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/GxzPDKkry7QpJpCVKbBn4bh/

NOVAK, Éder da Silva. **Tekohá e emã**: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no paraná da primeira república – 1889 a 1930. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2006.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana.** v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos kaingáng da bacia do tibagi:** uma sociedade jê meridional em movimento. 1995. 351 f. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

TOMMASINO, Kimiye. Território e Territorialidade Kaingang. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva.; TOMMASINO, Kimiye (Org*.). **Uri e wãxi*:** estudos interdisciplinares dos kaingang. Londrina: EDUEL, 2000a.

TOMMASINO, Kimiye. Algumas considerações acerca das exposições proferidas pelos representantes dos povos indígenas no simpósio "as cidades de e os povos indígenas: mitologias e visões". In: MOTA, Lucio Tadeu. (Org.). **As cidades e os povos indígenas:** mitologias e visões. Maringá-PR: Eduem, 2000b.

**Recebido em 09 de junho de 2022.**

**Aprovado para publicação em 06 de setembro de 2022.**

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

# O CORPO COMO REPRESENTAÇÃO:
Mulheres em Crimes Sexuais (Bragança - PA, 1916 -1940)

# THE BODY AS REPRESENTATION:
Women In Sexual Crimes (Bragança - PA, 1916 -1940)

*IPOJUCAN DIAS CAMPOS*[1]
*ALESSANDRA PATRÍCIA DE OLIVEIRA DIAS CAMPOS*[2]

## RESUMO

Este artigo investigou valores e representações do corpo da mulher na cidade de Bragança (PA) e vilas por ela administradas entre 1916 e 1940. O seu eixo central consistiu em entender a relevância do corpo outorgada pelas vítimas, réus, juízes, peritos, promotores, delegados e testemunhas no lugar e no tempo em questão. À vista disso, de forma mais específica, as preocupações a seguir concentraram-se na concepção de que o corpo era apresentado e representado à sociedade de forma diversificada e ampla, por exemplo, aquando dos crimes sexuais, ele foi fundamentado por meio de certos significados (o da desonra, o da imoralidade), porém, aquando do exame pericial, o sentido concentra-se no de vê-lo "restaurado" à ofendida, à sua família e à coletividade. Assim sendo, as pilastras a sustentar essas reflexões foram 13 exames de corpo de delito (presentes em autos de defloramento, estupro e rapto-defloramento), legislação e obras coevas.

**Palavras-Chave**: Corpo. Representação. Defloramento. Rapto. Família.

## ABSTRACT

This article investigated values and representations of women's bodies in the city of Bragança (PA) and towns administered by it between 1916 and 1940. Its central axis consisted in understanding the relevance of the body granted by victims, defendants, judges, experts, prosecutors, delegates and witnesses at the place and time in question. In view of this, more specifically, the following concerns focused on the conception that the body was presented and represented to society in a diversified and broad way, for example, when sexual crimes were committed, it was based on certain meanings (that of dishonor, that of immorality), but during the expert examination of

[1] Professor Associado da Faculdade de História (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA). *E-mail:* ipojucancampos@gmail.com
[2] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). *E-mail:* alessandra.patricia.oliveira@gmail.com

the offended woman's body, the meaning was to see it “restored” to the offended one, her family and the community. That said, the pillars supporting these reflections were 13 criminal body examinations (present in defloration, rape and abduction-defloration records), legislation and contemporary works.

**Keywords:** Body. Representation. Deflowering. Abduction. Family.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da cidade de Bragança e das vilas por ela administradas[3]. A sua cronologia inicia-se em 1916 e se estende até 1940. As fontes que o sustentaram consistiram em exames de corpo de delito, legislação e obras coevas. Por conseguinte, a inquietação elementar nele presente se fundamentou na compreensão dos valores que vítimas, réus, testemunhas, juízes, promotores, delegados e peritos conferiram ao corpo das mulheres defloradas e estupradas na Comarca de Bragança no início do século XX. Em outras palavras, o texto se ocupou a vislumbrar o corpo a partir daqueles delitos, logo, tudo se pautou no entendimento de como os envolvidos direta e indiretamente naqueles crimes sexuais, assim como determinados profissionais da medicina e do judiciário, compreenderam o corpo daquelas que deveriam ser controladas. Em conformidade com isso, a sua problematização pode ser aprofundada da forma seguinte: o corpo das mulheres, na sociedade bragantina, formatava-se em campo de poder (delas) de maneira imediata e específica, todavia a importância e a preocupação a ele oferecidas “apenas” conheceram sobeja valia porque os homens, o Estado e a Igreja lhe atribuíram valores descortinados inalienáveis à moralidade masculina, à da coletividade e à da própria mulher.

Quanto a estes campos investigativos, é *mister* afirmar que emanaram essencialmente da catalogação, leitura, interpretação documental e de intensos diálogos entre as fontes já indicadas com as bibliografias específica e tangencial a versar a respeito das representações indicadas. Nesta perspectiva, corroboraram com

[3] Para este período (1916-1940) integravam a Comarca de Bragança diversas vilas e povoados, dentre inúmeros foram citados nos processos de defloramento, rapto e estupro: São Thomé, Campos de Baixo, Atoleiro, Bacury, Urumajó, Cachoeira do Urumajó, Acarajó, Lago, Icarahú, Campos de Cima, Alto Quatipurú, Quatipurú, Campos do Pery, Tatu, Benjamin Constant, Travessa do 29, Ponta Alegre, São João, Campo do Cajueiro, Cortiçal, Mata-Sêde, 8ª Travessa, Boa-Vista, Villa Cuera, Lago do Povo, Ferreira, Igarapé-Assú e Maniteua.

o desenvolvimento da citada inquietação o contato mantido com Joan Scott (1995), especificadamente com o artigo "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", pois, nestas reflexões, a intelectual apresentou a lógica que os elos homem e mulher devem ser vislumbrados em conjunto, isto é, buscando perceber as relações de poder que decorrem dos deslocamentos construídos pelos sujeitos em sociedade. Do mesmo modo, as contribuições de Roger Chartier (1990) foram primordiais à confecção dos caminhos conceituais que orientaram a pesquisa, porquanto o historiador também forneceu suporte teórico acerca do entendimento da categoria representação como força reguladora da vida coletiva.

No tocante às balizas cronológicas, elas foram definidas exclusivamente a partir dos documentos pesquisados. Desse modo, por seu turno, 1916, se justifica em virtude da promulgação do primeiro Código Civil brasileiro, o qual dedicou parcela relevante dos seus artigos e incisos para explicar as funções do casamento e as da família, bem como apresentar à sociedade a imprescindibilidade do corpo imaculado às núpcias e à moral. Por outro lado, 1940, fundamenta-se em decorrência da publicação de um novo Código Penal (substituto do de 1890) que apresentou relevantes mudanças concernentes aos crimes sexuais, as quais contribuíram para política de controle dos corpos das mulheres.[4]

Os documentos de cunho jurídico a sustentar essa investigação se concentraram em 11 autos de defloramento, em 01 de rapto seguido de defloramento, em 01 de estupro e em 13 exames de corpo de delito. A localização dessas fontes segue a seguinte ordem: no antigo Arquivo do Fórum de Bragança (AFMB)[5] foram compulsados 08 processos de defloramento e 01 de rapto e defloramento e no Centro de Memória da Amazônia da Universidade Federal do Pará (CMA-UFPA), compilaram-se 03 litígios de defloramento e 01 de estupro. Acerca dos exames de corpo de delito, trabalhou-se com um total de 13, porém é *mister* afirmar que esses manuscritos compõem os autos de defloramento, os de estupro e os de rapto-defloramento. As reflexões a seguir também mantiveram consistentes diálogos com

[4] Os crimes sexuais foram classificados no Código Penal de 1940 sob o "Título VI – Crimes contra os costumes", medida que reafirmava o valor social do corpo da mulher. In: Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.

[5] Os documentos que compunham este arquivo foram doados à Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança.

os Códigos Penais de 1890 e com o de 1940 e com o Código Civil de 1916 e, igualmente, com as seguintes obras coevas: Clovis Bevilaqua (*Código Civil dos Estados Unidos do Brasil,* 1941), Francisco José Viveiros de Castro (*Os delitos contra a honra da mulher,* 1932), Chrysolito de Gusmão (*Dos crimes sexuais,* 1954), Afrânio Peixoto (*Sexologia forense,* 1934), João Vieira de Araujo (*O Código Penal interpretado,* 1901). Em relação às obras de época, aos Códigos Penais e ao Código Civil, constituem-se acervo pessoal.

A metodologia empregada foi a do cruzamento documental, isto é, intercruzaram-se as fontes apresentadas no sentido de equalizar o problema central proposto, porquanto compreendemos esse caminho como o mais viável para se identificar discursos convergentes e divergentes fabricados acerca dos corpos das mulheres. À vista disso, para os objetivos desse artigo, reitere-se que a metodologia do entrelaçamento prosperou acentuadamente quando se apreendeu a necessidade de se construir diálogos no âmbito das ciências médica e jurídica e articulá-las com a História, bem como quando se compreendeu a imprescindibilidade de ligações entre elas e o aporte teórico a versar em torno das relações sociopolíticas relativas ao corpo. Por conseguinte, seguem algumas representações a cobrir os sentidos do corpo na sociedade bragantina.

## 1. Corpo e representação; peritos e experiências

> Art. 267. Deflorar mulher de menor idade, empregando seducção, engano ou fraude: Pena – de prisão cellular por um a quatro annos. Art. 270. Tirar do lar domestico, para fim libidinoso, qualquer mulher honesta, de maior ou menor idade, solteira, casada ou viuva, attrahindo-a por seducção ou emboscada, ou obrigando-a por violencia, não se verificando a satisfação dos gosos genesicos: Pena – de prisão cellular por um a quatro annos. § 1º Si a raptada for maior de 16 e menor de 21 annos, e prestar o seu consentimento: Pena – de prisão cellular por um a tres annos. § 2º Si ao rapto seguir-se defloramento ou estupro, o rapto incorrerá na pena correspondente a qualquer destes crimes, que houver commettido, com augmento da sexta parte. (Decreto 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Typ. da Imprensa Oficial, 1891.).

Tornava-se elementar ao curso jurídico dos crimes sexuais a constatação de que o corpo havia sido violado. Diante desta indispensabilidade, submetiam-se as

mulheres ditas defloradas, raptadas ou estupradas à exibição pública e, assim, defronte de peritos, testemunhas, delegados, por exemplo, o corpo era revelado, observado, estudado. Este contexto, à cidade de Bragança e vilas por ela administradas, foi sinalizado pelo promotor público Raul da Costa Braga ao narrar as condições às quais se sujeitou a queixosa Serafina Teixeira de Mello Lima, 14 anos, paraense, doméstica, residente na comunidade Lago do Povo, município de Bragança, deflorada por Raymundo Pereira da Silva, 19 anos, solteiro, lavrador, filho de Leopoldina Maria da Silva (pai incógnito), residentes na comunidade do Ferreira, município de Bragança. A respeito da multiplicidade de agentes frente ao corpo nu, expressou a autoridade constituída: "era esta a situação da infeliz Serafina, em seu todo exibida na justiça, perante as testemunhas, perante os medicos peritos".[6] Quanto ao exame, é *mister* afirmar que a sua função não se limitava a atestar o rompimento da membrana himenal, ou seja, as análises também tinham a atribuição de indicar se o corpo estava ou não habituado às práticas sexuais. Destarte, incumbidos deste propósito, os peritos exploravam as partes íntimas da mulher e registravam as suas variadas características, tais como: a condição do hímen, o tamanho e a consistência dos seios, o estado do penil,[7] clitóris, fúrcula,[8] fossa navicular,[9] vulva, a forma dos pequenos e grandes lábios, atestavam a presença e a quantidade de pelos axilares e pubianos, bem como a existência de corrimentos e o nível de resistência à introdução do dedo no "orifício da sua principal saliência".[10] Investiam-se em determinadas características do corpo da mulher como a da flacidez dos seios e a da facilidade à realização do toque vaginal, as quais ajudavam, segundo técnicas da época, a atestar se a ofendida era dada ao sexo, se se prostituía, se aquela foi a primeira e a única vez em que manteve contato carnal, se estava em "estado de prenhez".

Nesta esteira, trazer para o bojo dessas intervenções Chrysolito de Gusmão com a obra *Dos crimes sexuais* torna-se fulcral. Segundo o autor, como os

[6] Auto crime de defloramento, 1912. Réu: Raymundo Pereira da Silva. Ofendida: Serafina Teixeira de Mello Lima. Centro de Memória da Amazônia. Bragança C, CX 27.
[7] Penil, monte de Vênus ou monte púbico é uma concentração de tecido adiposo localizada logo acima do púbis.
[8] Fúrcula é a comissura posterior formada pelos pequenos lábios da vulva.
[9] Fossa navicular corresponde à área entre o hímen e a comissura posterior da vulva.
[10] O toque vaginal ou digital consistia no ato de introduzir o dedo indicador no canal vaginal e tinha por objetivo constatar a presença do hímen, além disso, a ciência médica da época acreditava que a frequência sexual promovia um alargamento do canal vaginal e o exame de toque poderia verificar o grau de resistência encontrada na introdução do dedo no referido canal.

indivíduos são dotados de desejos e vontades, tornava-se necessária à preservação da ordem familiar e social normatizar os instintos, sendo que o controle passava pelo corpo feminino, afinal a responsabilidade pela moral social provinha dele, mas prioritariamente da preservação do "lacre virginal". (GUSMÃO, 1954). Quanto ao corpo, o selo da virgindade resultava em conjunturas morais onde tudo se concentrava nas dignidades da deflorada, nas da sua família e nas da coletividade; em suma, o afã era o de que tudo ficasse mancomunado entre o corpo e a virgindade. Na sociedade em estudo, estes substantivos eram ditos afortunados e detiveram domínio e significado objetivos, porquanto a eles atribuíram-se aptidões como as de serem os responsáveis pela construção de reputações. De outro modo, a mulher deveria guardar essas qualidades, ou seja, a moralidade somente funcionaria a partir dessas permanentes qualificações, por um lado; por outro, caso as estruturas assim não se organizassem, ela e a família ficariam mergulhadas na desgraça absoluta. Em síntese, com o corpo maculado "ninguém" conservava-se às margens de diversos constrangimentos como os da zombaria, os do achincalhamento, os da caçoada, os do mais ínfimo comentário. Exemplar neste sentido são as declarações das testemunhas presentes no processo de defloramento de Domingas Maria Epiphania, 16 anos, solteira, doméstica, filha de Joaquina Maria da Conceição, residentes em Icarahú, município de Bragança. Estes personagens acusavam do crime de defloramento o senhor Benedicto Alfredo Maximiano da Costa, 23 anos, solteiro, agricultor, residente do Icarahú, município de Bragança.[11] As declarações de Hilário Ignácio Ribeiro, 40 anos, lavrador, também morador do Icarahú, município de Bragança, procuravam deixar inteligíveis que os vizinhos rotulavam a reclamante de "rapariga" devido aos seus vários namoros e afirmou que o réu não era o autor do desvirginamento daquela mulher porque vários outros homens da comunidade declaravam, publicamente, terem se relacionado sexualmente com a dita ofendida. O citado depoente e o acusado – mas também outras testemunhas arroladas no processo – foram uníssonos ao alegar que a facilidade com que a reclamante cedia aos seus interesses carnais [e aos dos outros] comprovava a existência de elevados níveis de corrupção moral, então, por esse motivo, a acusação a repousar sobre

[11] Auto crime de defloramento, 1921. Réu: Benedicto Alfredo Maximiano da Costa. Ofendida: Domingas Maria Epiphania. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.

Benedicto não merecia gozar de progresso. Nesta seara, enfatize-se o quanto as pessoas sabiam empunhar locuções para atestar como a desonrada expusera a constrangimentos não apenas a si, mas a coletividade, veja-se:

> (...) examinando a menor Domingas Maria Epiphania constataram o seu desvirginamento achando-se a paciente gravida de treis para quatro mezes; quando naturalmente teve lugar o defloramento.[12]

As instituições de controle da vida social consideravam a família um dos pilares da sociedade, portanto, o defloramento antes do enlace era indesejado e consoante a este domínio o Código Civil de 1916, capítulo VI, artigo 219, inciso IV, preceituava que caso aquele estado fosse comprovado pelo ofendido a celebração ficaria passível à anulação.[13] À vista disso, para tal debate, Clovis Bevilaqua demonstra-se seminal, pois sentenciou o autor:

> a virgindade na mulher, que contráe primeiras nupcias, por isso que é indicio de honestidade e recato, é qualidade essencial, de tal modo que, para falar com o canonista VAN ESPEN, *implicite nolit personam, si ipsi desit qualitas, in qua errat* (em que a pessoa em erro fará ou não, se eles estão querendo a qualidade do implícito). O marido, naturalmente, não quereria o casamento, se soubesse que à mulher faltava esse predicado. (BEVILAQUA, 1941, p. 90).

Bevilaqua entendia a virgindade como fundamental à moralidade da mulher, porquanto compreendia que o desvirginamento antes das núpcias abria caminho à vida sexual desregulada, ao mesmo tempo em que fechava, segundo as normas desejadas, as portas ao casamento. (BEVILAQUA, 1941). Estas ponderações feitas pelo jurista corroboram às interpretações do processo de defloramento de Benedicta Maria do Rozario, 15 anos, solteira, serviços domésticos, residente na Colônia do Urumajó que em companhia de sua mãe Emilia Maria Joaquina do Rozario e de seu padrinho e tio Manoel Antonio do Rozario, denunciaram o seu presumível deflorador, João Alexo do Nascimento, 17 anos, solteiro, lavrador, residente em Cachoeira do Urumajó. O encaminhado matrimônio foi desfeito a partir do momento em que o noivo tomou conhecimento, supostamente através da própria nubente, de que a amada já havia perdido a "flor da laranjeira" ao tempo em que ele teve acesso

[12] Auto crime de defloramento, 1921. Réu: Benedicto Alfredo Maximiano da Costa. Ofendida: Domingas Maria Epiphania. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.
[13] Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. da Imprensa Oficial, 1917.

[antes do enlace] ao seu corpo. A respeito, a testemunha Raymundo Correa de Sousa, 19 anos, solteiro, lavrador, residente na Colônia do Urumajó, expressou:

> (...) realmente teve vontade de cazar-se com Benedicta Maria do Rozario, com quem esteve de namoro quatro mezes, acontece que no correr do mez de Novembro do anno próximo findo, Benedicta declarou ao respondente em converça intima e a propósito do dito namoro, não ser ella mais virgem pois que havia sido deflorada pelo afilhado e sobrinho de sua mãe de nome Raymundo de Tal, razão porque o depoente se afastou de Benedicta e não mais falou em casamento (...). (Auto crime de defloramento, 1921. Réu: Joao Alexo do Nascimento. Ofendida: Benedicta Maria do Rozario. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.).

A imputação de que a menor já tivesse mantido contatos sexuais prévios, para além de se caracterizar ou não em uma estratégia jurídica da defesa, não anula o argumento aqui sustentado. O corpo presumivelmente dominado por outro homem inviabilizou o ato conubial, o qual já se encontrava há muito apalavrado. Para a conquista do bom matrimônio, a cultura da continência carnal não envolvia somente a mulher, pois os homens se demonstravam vigilantes à causa, ou melhor dito, o corpo imaculado das futuras esposas continha valores que sintetizavam – de maneira vasta – a fabricação de pósteros honrados maridos. Ele com suas estruturas erógenas deveria ser contido, dominado, corrigido e purgado amiudadamente, porque ninguém estava/está autorizado a pensar que estivesse [no tempo e no espaço em estudo] completamente doutrinado, aliás, nada em totalidade pode ser compreendido adestrado na sua totalidade. Ele, recorrentemente, representava diversidades de mensagem: a da celebração do casamento, a do triunfo, a do triunfo da honra, a da dignidade, a da moralidade, por um lado; mas também, por outro, poderia revelar a do crime, a da delinquência, a do comportamento desonesto, a da debilidade, a dos seres ordinários. Tornava-se urgente preservar a família e a coletividade da sexualidade descontrolada, assim deliberou-se pela disciplinarização das condutas sexuais de homens e mulheres, posto que regras e penalidades incidiam, inevitavelmente, sobre o corpo delas. De forma pontual e esclarecedora, Pascal Ory em *O corpo ordinário* considerou: “o ordinário dos corpos humanos se acha, por definição – entenda-se, por delimitação –, submetido à influência do movimento geral das sociedades”. (ORY, 2008, p. 155). O corpo sempre esteve frente às regras e às penalidades e, neste particular, se mulheres e homens articulassem ligações entre desejo e corpo para que

pudessem acalmar pulsões e assim fazer com que excitações provenientes dele ficassem numa sintonia prática, muitas estruturas morais estariam em perigo, pois inúmeras prescrições seriam arruinadas.

A tentativa de domínios do corpo foi usada pelo Estado como ferramenta a moldar hábitos e a controlar condutas. Com efeito, citar as enriquecedoras elucubrações de Francisco José Viveiros de Castro é trivial. Ao jurista, o controle sobre o corpo feminino era o caminho para se conquistar uma sociedade evoluída, organizada e controlada. Portanto, proteção e disciplinarização foram interpretadas como medidas adequadas a conter os instintos sexuais masculinos, cujo descontrole causava grave dano à família e às propostas de moralidade coletivas. (CASTRO, 1932). João Vieira de Araújo esteve alinhado a este pensamento. Suas observações no tocante ao Código Penal de 1890 são capitais, uma vez que nelas encontrou-se a concepção de que a lei tinha a obrigação de proteger o corpo da mulher, dado que este era bem essencial à moral pública, à segurança e à constituição das linhagens. (ARAÚJO, 1901). Todavia já Afrânio Peixoto defendia o oposto. Pensava que a honra familiar e social circunscrita no corpo da mulher – em específico no hímen – era demonstração de estagnação, visto que, em virtude das mudanças sociais ocorridas no início do século, o rompimento da membrana não era fator determinante à formação de uma sociedade dita higiênica. Além disso, segundo sua experiência como médico e professor de medicina legal, Peixoto contribuiu sobremaneira ao refinamento das práticas dos exames periciais, afinal, este processo que reunia exposição, observação e classificação do corpo era importante dispositivo a comprovar a sua violação. Por esse motivo, o intelectual apresentou minuciosas orientações sobre como proceder à realização do exame de corpo de delito, isto é, ajudou a implementar [no Brasil] a noção de que a polícia e o judiciário poderiam ser orientados pelo conhecimento científico. (PEIXOTO, 1934).

Por assim dizer, o laudo pericial firmava-se como peça fundamental no bojo dos autos, visto que as análises realizadas sobre o corpo forneciam elementos a materializar o crime. Essa dinâmica evidenciou-se no processo de defloramento de Maria Antonia do Rozario, 16 anos, filha de Joana do Carmo Ribeiro, doméstica, residentes em Ponta Alegre, Campos de Baixo, município de Bragança. Nesta trama, o acusado era Sebastião Nunes Laranjeira, 20 anos, solteiro, lavrador, filho de

Venceslau Laranjeira, residente no Campo Sapecado, município de Bragança. O médico Bernardo Rutervistes e o microscopista Alberto Sousa, profissionais da perícia corporal, descortinaram da forma seguinte as partes íntimas da suposta "vítima":

> (...) estatura e compleição fraca. O exame dos órgãos genitaes resultou o seguinte: púbis quase desprovidos de pelos, grandes lábios encobrindo perfeita os pequenos, lábios roseos e normaes, fúrcula e vagina normaes; do hymem retalhos perfeitamente cicatrizados resultando defloramento antigo. Gravidez de três meses prováveis. Na ocasião do exame a pressão dos seios revelou a presença de colostro. (Auto crime de defloramento, 1926. Réu: Sebastião Nunes Laranjeira. Ofendida: Maria Antônia do Rosário. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.).

Quando o corpo era maculado, a família e a vizinhança [por exemplo] o pensavam de maneira vasta. Vinham à tona o que o amigo poderia estar a pensar, mas também o juízo do colega, o julgamento dos membros da linhagem, enfim essas apreciações tinham o poder de fabricar desassossegos. Aqui, queremos dizer que preocupações com rumores privados (os provenientes da família) e públicos (os emanados do externo) foram estruturas a importunar de forma devastadora os responsáveis pelas ofendidas. Conservar e defender o corpo [mesmo depois de "perdida a flor da laranjeira"] equivalia salvar a honra e as aparências. Todavia o que tinha o poder de corrigir as faltas e ofensas cometidas? A celebração matrimonial. Antes, entretanto havia a necessidade de se perscrutar o corpo da deflorada, deter a convicção de que o acusado era o desvirginador, ter a certeza de que ela não era dada à prática sexual ou ao seu comércio, lograr a segurança de que era menina honrada e se praticou o ato por meio de sedução e engano do casanova ou se foi por conta própria que deixou o namorado percorrer o seu corpo; em síntese, investigações sobre o corpo poderiam oferecer essas respostas. Assim sendo, foi necessária a verificação da anatomia íntima de Maria Antônia, isto é, seu púbis, grandes e pequenos lábios com suas colorações, fúrcula, vagina, hímen e seios foram lugares percorridos pelos peritos Bernardo Rutervistes e Alberto Sousa. Mesmo direcionando atenção para outro tempo e lugar, Alain Corbin na interpretação intitulada "O encontro dos corpos" demonstrou o quanto o corpo fala, o quanto ele consegue se expressar diante do par amoroso e do quanto dele é possível estudar formas, sexo, sexualidades e condutas político-culturais. (CORBIN, 2009, p. 181-266).

Ainda no tocante ao corpo e à virgindade, contudo para o Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX, Sueann Caufield se ocupou. A historiadora buscou compreender a função do papel da honra feminina – materializada no corpo virgem – ao projeto de construção de uma Nação civilizada e moderna. Segundo a pesquisadora, a moralidade a cingir o corpo, esteve relacionada aos diálogos dos juristas quando o assunto se relacionava à elaboração da dignidade da mulher de família. (CAULFIELD, 2005). Outro importante estudo à fundamentação dessas interpretações realizado no final da década de 1980, igualmente ao Rio de Janeiro, foi o de Martha de Abreu Esteves. A autora demonstrou o quanto os discursos médico e jurídico correspondentes à normatização do corpo e da sexualidade da mulher revelaram-se em respeitáveis propostas a integrar "fórmulas" de controle dos corpos femininos. (ESTEVES, 1989). Então, quer ao Rio de Janeiro, quer à Bragança, embora os alvos da legislação fossem os crimes cometidos por homens, o ônus da investigação incidia sobre o corpo feminino. Às reflexões desenvolvidas em Bragança, a devassa do corpo não se restringia às análises circunscritas ao estado do hímen, ou seja, a medicina da época pensava que as averiguações para além da membrana poderiam ser úteis à produção da prova material. Sendo assim, as investigações se estendiam a outras partes, tais como: arcada dentária, seios, pelos axilares e pubianos, penil, grandes e pequenos lábios, clitóris, fúrcula, fossa navicular. Bom exemplo da observação dessas partes do corpo encontrou-se no exame de corpo de delito do processo de defloramento de Maria de Nazareth da Conceição, 19 anos, brasileira, solteira, lavradora, moradora da Colônia Benjamin Constant, município de Bragança que acusava, em 1925, a Lindolpho de Paula Barros, 23 anos, solteiro, lavrador, residente na travessa do Vinte e Nove do crime de desvirginamento.

Bernardo Rutervistes, doutor em medicina e Aristides de Amaral Araujo, guarda sanitário, foram os profissionais executores do exame de corpo de delito na hipotética ofendida. Veja-se:

> (...) cor branca, sem signal algum de violência; apresenta os seios firmes; a região pubiana coberta abundantemente de pelos; grandes lábios desenvolvidos cobrindo os pequenos; os pequenos lábios fortemente regmentados; hymem despedaçado e os seus retalhos frescamente cicatrizados formam saliências na entrada da vagina, são extreitos apresentando alguma difficuldade ao exame pelo toque degetal; nenhum corrimento existe; o clytoris e a fúrcula nada de

> anormais apresentam. Conclusão – deflorada recentemente e não se vem entregue ao comercio sexual. (Auto crime de defloramento, 1925. Réu: Lindolpho de Paula Barros. Ofendida: Maria de Nazareth da Conceição. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.).

Parte da sociedade de Bragança se interessava pelo corpo maculado tanto quanto pelo inviolado. À vista disso, exames sistemáticos e atentos a respeito da estrutura física das defloradas permaneceram necessários à coletividade e também aos interesses jurídicos da ofendida. Pierre Darmon, ao dedicar empenho à compreensão da "virilidade e fracassos conjugais na antiga França", deixou transparente o quanto as desvirginadas receberam atenção da sociedade da época, pois narrou que um certo doutor Venette se dirigiu da forma seguinte a uma suposta "vítima de defloramento":

> os seios caídos, ou seja o colo murcho; os pentelhos embaraçados, ou seja o pêlo; o dom ampliado, ou seja a natureza da mulher que pode tudo; a proeminência escorchada, ou seja os clitóris; o biboquê fendido, ou seja o colo do útero; o parque de diversões ampliado, quer dizer, o canal do pudor; a *"dame du milieu"* retirada, ou seja o hímen. (DARMON, 1988, p. 180).

Ao se interconectar considerações realizadas para lugares e tempos distintos (a Bragança do início do século XX com a França dos séculos XVI ao XIX) há a ocorrência de apreciáveis similitudes. Nos dois casos, a perícia do corpo se ligava à necessidade de observá-lo (comprovar) se estava corrompido ou se ainda havia estado virginal. Isto posto, à Bragança e adjacências esses foram os propósitos de Bernardo Rutervistes e de Aristides de Amaral Araujo em relação a deflorada Maria de Nazareth da Conceição. Desse modo, jamais foi finalidade desses personagens sociais deixar às margens o que conseguiam entender ou "como realmente se encontravam" os seios, a região pubiana, os pequenos e grandes lábios, o hímen, a vagina, o orifício vaginal, o clitóris e a fúrcula da ofendida. A partir desses aspectos, os argumentos desse artigo passaram a se firmar mais e mais; isto é: o corpo era construído como projeto que se fortalecia no dia a dia, na continuidade e na permanência das formas de linguagem ditas imprescindíveis à "dominação". Diante disso, o papel dos peritos era fundamental à produção da prova material da delinquência, contudo, apesar das orientações para que a perícia fosse realizada por

especialistas em medicina legal,[14] as fontes compulsadas indicaram variados casos em que os responsáveis pela investigação declararam desempenhar a função de guarda sanitário, farmacêutico, odontólogo, microscopista, parteira e simplesmente "não profissionais".

No entanto, repita-se: médico, guarda sanitário, farmacêutico, odontólogo, microscopista, parteira eram as personagens que recebiam orientações de como explorar a maior propriedade das ofendidas. Tais atribuições encontraram-se no discurso do delegado de polícia Oscar Lopes da Silva ao conduzir o exame pericial realizado em Joana Maia da Cunha, 21 anos, morena, paraense, solteira, doméstica, residente na Vila de Urumajó, município de Bragança que buscava incriminar a Andre Avelino da Costa, 22 anos, solteiro, paraense, pescador, residente na Vila de Urumajó. A autoridade policial comunicou aos peritos que desempenhavam a profissão de guardas sanitários, Geraldo de Castro Lima e Odilon Bastos Rotterdan, em quais diretrizes deveriam conduzir as análises. Segue o excerto: "(...) a autoridade deferiu aos peritos a affirmação das leis de bem e fielmente sem dolo e nem malicia desempenharem suas funções declarando com verdade o que descobrirem e encontrarem e o que em suas consciências entenderem e encarregou-os de procederem ao exame".[15] Assim exposto, ao estudo desta peculiaridade foi crucial interpretar as recomendações como mecanismos de "intimidação" frente às ações dos peritos no sentido de favorecer uma das partes envolvida na querela, além de representar um alerta para que, durante o exame, os "profissionais" se concentrassem em manejá-lo (o corpo) apenas como objeto de estudo, evitando toques que pudessem ser interpretados como carícias.

Dessa forma, é *mister* considerar que, se as estruturas a abranger o corpo formatavam-se em delicadas e tensas quando do ato praticado pela "ofendida" e "acusado", "tudo" com os peritos se repetiria: toques, observações e contatos no corpo nu. Afinal, em quais particularidades se encerravam a competência desses

[14] A este respeito Afrânio Peixoto observou que o emprego de peritos sem formação em medicina legal poderia acarretar em erro na elaboração do exame de corpo de delito, tendo em vista que: "erraram, porque não souberam vêr, não souberam dizer o que viram, e nomearam e classificaram mal, dando um resultado errôneo e insanável á perícia". PEIXOTO, Afrânio. *Sexologia forense*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934, p. 123.
[15] Auto crime de defloramento, 1939. Réu: Andre Avelino da Costa. Ofendida: Joana Maia da Cunha. Centro de Memória da Amazônia. Bragança B, CX 26.

"profissionais" que cotidianamente descortinavam diversas mulheres nuas? Eles tinham a função de estudar a forma, a aparência, o feitio, o estado dos órgãos genitais, isto é, por meio da apreciação classificavam a continência-honestidade ou não das ditas ofendidas. Com este poder, estes agentes direcionavam a justiça e a coletividade para lugares mais amplos, quais sejam: aos efeitos imediatos do ato praticado sobre a sociedade. Em outros termos, a lascívia, a existência de contatos carnais anteriores ou posteriores ao ato em investigação e o desejo sexual às margens da resistência eram características vistas como perigosas à manutenção da ordem familiar. Efetivamente as estruturas em pauta constituíam-se em medos "coletivos", os quais foram constatados, nas tramas em pauta, pelos guardas sanitários Geraldo de Castro Lima e Odilon Bastos Rotterdan que evidenciaram o seguinte acerca do corpo de Joana: "(...) estatura regular, com pleição robusta, residente neste Municipio e verificamos que a paciente apresenta regras pubianas provida de pelos, grandes e pequenos lábios carnaes, vulva normal, hymen dilacerado com as bordas com pequenos carnuculos, toque digital muito franco". (Auto crime de defloramento, 1939. Réu: Andre Avelino da Costa. Ofendida: Joana Maia da Cunha. Centro de Memória da Amazônia. Bragança B, CX 26.).

Se por um lado, no bojo dessas condições, determinadas mulheres expuseram seus corpos desnudados aos "qualificados profissionais"; por outro, houve casos em que certas mulheres implicadas em casos de defloramento e rapto rejeitaram a interferência da justiça em suas vidas e se recusaram a submeter-se ao exame de corpo de delito. Esta conjuntura, se encontrou no processo de defloramento da jovem Maria Thereza da Silva, 18 anos, brasileira, solteira, doméstica, residente no Pery, Campos de Cima, município de Bragança, que no auto de declaração afirmou "não se sujeitar ao exame de corpo de delicto, conforme exige a lei; que pode perder tudo quanto a lei, ella quizesse dar ou comparar, mas não se sujeita de forma alguma ao tal exame de corpo de delicto".[16] Isso posto, é trivial conjecturar que esta jovem compreendeu como mais conveniente enfrentar a família, os rumores, a lei, a justiça e o desejado pela coletividade e, assim, impedir que homens ditos profissionais tocassem nos seus seios, vulva, vagina, pequenos e grandes lábios para realizar o

[16] Auto crime de defloramento, 1925. Réu: Raymundo Sampaio. Ofendida: Maria Thereza da Silva. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.

exame que a legislação recomendava. Por esses ângulos, é *sine qua non* considerar o quanto o ato sexual desencadeava diversificados significados. Com efeito, a desvirginada Maria Thereza da Silva dispunha de consciente discernimento das fímbrias da elaboração dos jogos a cingir a concupiscência da atitude cometida, das tramas a contornar os tecidos da resistência e, naturalmente, dos afãs a questionar encaminhamentos entendidos – por alguns – como mediadores do mal cometido. Se por uma óptica, nas leituras realizadas pelos peritos, o corpo não poderia ser maculado antes do himeneu; por outro, na interpretação desta deflorada, o seu corpo também seria conspurcado na medida em que indivíduos o tocassem sem a sua autorização.

Na mesma linha da de Maria Thereza esteve Jesuína Osória do Rozário, 16 anos, solteira, doméstica filha de Margareth Maria Osoria, moradoras no Alto Quatipurú, município de Bragança. Elas declararam: "se opõe formalmente a qualquer exame, que prefere morrer que se sujeitar a exame".[17] Em conformidade com isso, a investigação desses aspectos do cotidiano ajuda a apreender o quanto o ato sexual e o corpo sinalizavam a diversificados aspectos da vida moral, cotidiana e higiênica. Por outros termos, através dessas condutas apreendem-se comportamentos "incomuns", os quais se distinguiram do usual das vítimas de defloramento, estupro e rapto-defloramento, afinal, estas jovens contrariaram determinações provenientes da família e da justiça para interditar ações daqueles responsáveis à execução do exame pericial. De acordo com o exposto, constata-se que nos processos crimes impetrados na Comarca de Bragança, os traços que os destacam se concentram na variedade de sentidos ligados ao corpo. Se por uma perspectiva, a boa moralidade encontrava-se sustentada numa armadura a protegê-lo (o corpo) de investidas sexuais; por outra, a efetiva honra àquelas mulheres, se amparava não na aparência que se lhe atribuía, mas num sistema de relações que colocava seja Jesuína, seja Maria Thereza na qualidade de agentes sociais responsáveis pelos seus deslocamentos cotidianos.

Em síntese, do corpo poderia emanar "bons" casamentos, "boas" famílias, "bons" filhos, assim como bons amasiamentos, numerosos filhos "espúrios", mas também dele provinham expressivos e legítimos significados de resistências e

[17] Auto crime de defloramento e rapto, 1921. Réu: Miguel Pinheiro dos Reis. Ofendida: Jesuina Osoria do Rosario. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.

enfrentamentos social e moral. Nestes campos, para compreender as mulheres na faculdade de sujeitos sociais conscientes dos significados da virgindade e da honra sexual, *Adoráveis e dissimuladas* de Cristina Donza Cancela foi vital. A historiadora ao fundamentar suas análises em dezenas de processos de defloramento impetrados em Belém no final do século XIX e início do XX, apresentou as mulheres como personagens conhecedoras dos valores da virgindade, destarte a autora enfatizou que a percepção dos significados do corpo foi útil às mulheres enquanto ferramenta nas disputas de poder travadas no seio das relações familiares, sociais e jurídicas. (CANCELA, 1997).

A construção social do corpo partia da ideia de que a castidade feminina estava para além da preservação do hímen intacto, ela representava a honra da família. Nestes casos, as propostas para se compreender o dia a dia apresentadas por Fernando Arthur de Freitas Neves, à cidade de Vigia-PA, se aproximam às observadas nos processos de crimes interpretados à Bragança. Ao associar casamento, moralidade e norma, o pesquisador verificou o quanto o casamento exercia papel importante, porque servia tanto como mecanismo de sedução e conquista da "presa cobiçada" quanto ao restabelecimento da ordem moral da família ultrajada pela "cópula ilegal". (NEVES, 2019). Também para Vigia-PA, José Renato Carneiro do Nascimento pôs-se a estudar a partir de processos de defloramento e de ferimento – impetrados naquela Comarca – as funções atribuídas aos homens e às mulheres. Nos litígios, eles tentavam fazer crer que viviam de acordo com o simbolizado pela coletividade, ou seja, que eram personagens honestos e honrados, entretanto no cotidiano as condutas variavam de acordo com os interesses individuais de cada qual. (NASCIMENTO, 2016).

A partir destas perspectivas contidas na historiografia e essencialmente das interpretações documentais, reforça-se a concepção de que para o espaço e a cronologia em pautas, preservar a virgindade feminina localizada na membrana himenal não expressava [na sua essência] a proteção da coletividade quanto aos riscos de desregramentos sexual e moral, e sim ela (a virgindade) mais estava localizada a obstar que as mulheres cultivassem o ponto de vista de que os seus corpos quando usados "adequadamente" representavam poder e domínio sobre a sua vida e frente a dos homens. Desta feita, depreende-se que diversificados indivíduos

vislumbravam o corpo para além das definições físico-biológicas, conferindo-lhe conceitos que o vinculavam, principalmente, aos princípios da força do poder feminino. Muito embora tenha refletido para outro tempo, espaço e objeto, as intervenções de Dominique Kalifa foram seminais para se pensar alguns apontamentos existentes neste texto, pois ajudou a reforçar os eixos dessas intervenções ao dizer que: "da potência do corpo procede igualmente certo número de atitudes e traços de caráter". (KALIFA, 2013, p. 305).

Todavia, a respeito do exame de corpo de delito – enfatize-se – olhar, tocar, investigar as partes íntimas das mulheres era o único caminho à elaboração da prova material e à construção de uma sentença favorável para elas, ou melhor, a materialidade do crime somente se alcançaria através de "cuidadosas" incursões frente ao corpo "maculado". Esta assertiva ficou evidente no veredicto proferido, em 1935, pelo juiz Luis Rosa Damião Barbosa no caso do estupro de Christiana Raymunda de Jesus, 10 anos, paraense, morena, filha de Carlos Antonio Furtunato e Raymunda Eleotheria de Jesus, residentes em Japerica, município de Bragança, que culminou na prisão do acusado Albino Nunes Penafort, 37 anos, brasileiro, paraense, solteiro, carpina, nascido no município de Marapanim, sabendo ler e escrever, filho de Balduino Ferreira da Silva, residentes no lugar denominado Cortiçal, município de Bragança. Leia-se:

> Considerando que, – A materialidade do crime está plenamente provada pelo exame de corpo de delicto de fls.4, declarações da victima, assim como provado também se acha a responsabilidade do denunciado. Considerando que, a menor Christiana tem dez annos de idade, como faz certo o exame medico de idade, corroborado pelo depoimento das testemunhas, quer de accusação, quer de defesa (...) (Auto crime de estupro, 1935. Réu: Albino Nunes Albuquerque Pennafort. Ofendida: Christiana Raymunda de Jesus. Centro de Memória da Amazônia. Bragança C, CX 27.).

Como a própria sentença direciona, preventivamente diversos encaminhamentos eram necessários percorrer para que se chegasse numa decisão, dentre eles constava o exame de corpo de delito, neste caso, realizado pelos profissionais Antunes Luiz Gonzaga Alexandre de Freitas, médico e Charles Platon, odontólogo. Interprete-se o narrado:

> (...) constatamos que a paciente apresenta à inspecção geral desenvolvimento proporcional a sua edade. "Penil glaboso" em toda a

> sua extensão, até a parte correspondente aos grandes lábios. Clytores exíguo revestido ligeiramente pelo capuz. Pequenos lábios reduzidos e occultos pelos grandes lábios que se acham em contacto na linha mediana. Pelo afastamento dos grandes lábios observa-se a membrana hymem de contextura carnosa de orifícios anteriormente annular, mostrando na linha perpendicular extremidade inferior ponto de junção dos dois quadrantes inferiores direito e esquerdo uma ruptura completa, prolongando-se até a insercção vaginal, mostrando os seus bordos já cicatrisados mas de coloração rósea. Furcula e fossa auricular nada de anormal apresentam. (Auto crime de estupro e rapto, 1935. Réu: Albino Nunes Albuquerque Pennafort. Ofendida: Christiana Raymunda de Jesus. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.).

O corpo servia à justiça como vestígio material da infração e, além disso, a prova pericial era peça crucial à produção da sentença. Ademais, o exame caracterizava-se em importante dispositivo de disciplina, posto que, por intermédio das tarefas inerentes à sua execução – exposição, observação e classificação do corpo – tornava-se possível supor se as regras de controle e normatização estavam a contento. O trabalho dos peritos não se restringia em atestar o rompimento do hímen, porquanto havia a necessidade de comprovar se o corpo, agora desvirginado, antes apresentava atributos de castidade. Por conseguinte, trama ocorrida, em 1932, que ajuda sobejamente nestas explicações é a do defloramento da menor Benedicta Furtado da Silva, 18 anos, solteira, doméstica, moradora na Vila Cuera, município de Bragança[18] que acusava como responsável pelo seu desvirginamento o jovem Pedro Ferreira da Costa, 22 anos, casado, lavrador, morador em Boa-Vista, município de Bragança. Aquela personagem ao ter o corpo esquadrinhado, concluiu-se que, pelos vestígios, o desvirginamento era antigo. Em outras palavras, os peritos Armando Bordalo da Silva, médico e Gregório Pinheiro, denominado nos autos como não profissional, queriam convencer o juiz Sadi Montenegro Duarte, bem como parte da sociedade de que Benedicta Maria havia sido há tempo desonrada. Isto posto, os ditos especialistas dissertaram em relação ao corpo da ofendida: "(...) morena, estatura baixa, compleição robusta, penil coberto de pêllos, grandes e pequenos lábios bem formados e coloração normal. Afastados os pequenos lábios foi visto hymen com ostio transversal franzido e com coloração normal e com uma ruptura incompleta com

[18] Auto crime de defloramento e rapto, 1932. Réu: Pedro Ferreira da Costa. Ofendida: Benedicta da Silva Furtado. Centro de Memória da Amazônia. Bragança B, CX 06.

bordas cicatrizadas denotando tratar-se de um defloramento não-recente".[19] No entanto, o citado julgador argumentou contrariamente às conclusões dos senhores Bordalo e Gregório. Analise-se o excerto:

> o corpo de delicto por sua ves não favorece as alegações da defesa quando dis não ser recente o defloramento, visto como é principio corrente na Medicina Legal e firmado pela jusrisprudencia, que a partir do oitova dia o hymen apresenta evoluções de continuidade, cuja a data exata escapa á avaliação. Ora, a offendida foi deflorada em dias do mez me Março, e o exame pericial teve lugar em 21 de abril. O defloramento portanto, não era recente em technologia scientifica; o que, porem não quer diser, como pretende a defesa, que antes de março já a offendida estivesse deflorada. (Auto crime de defloramento e rapto, 1932. Réu: Pedro Ferreira da Costa. Ofendida: Benedicta da Silva Furtado. Centro de Memória da Amazônia. Bragança B, CX 06.).

Para além das observações acerca das características físicas do corpo, os autos crimes sexuais demonstravam que o papel do judiciário ultrapassava o da responsabilidade do julgamento, visto que também exercia a função de controlador de condutas, ou seja, buscava determinar de que maneira as pessoas deveriam se comportar e viver a sua sexualidade. Isso ocorria porque o corpo era intrigante. Dele emanava "tudo" e "todo" espécime de significado. A título de exemplo, o impoluto representava potência não apenas à sua proprietária, pois dele também provinha a honra, a dignidade, a grandeza, a hombridade aos homens. A inviolabilidade da membrana vaginal e a inexistência de toques em quaisquer partes do corpo (seios, ancas, nádegas) suscitavam respeito quer à mulher, quer ao homem e, ao mesmo tempo, exprimiam balizas de valor que fundamentavam parte das dimensões culturais do lugar em estudo, logo essas estruturas foram procuradas por juízes e peritos da cidade de Bragança do início do século XX. Estes domínios observaram-se nas tramas a envolver João Campello da Silva, 28 anos, lavrador, paraense, solteiro, residente nos Campos de Baixo, município de Bragança e Camilla Soares de Sousa, 17 anos, paraense, solteira filha de Raymunda Soares da Silva, moradoras na vila de São Thomé, município de Bragança. Segundo análises ditas pormenorizadas dos peritos farmacêuticos João da Costa Rodrigues e João Rodrigues da Silva Sardinha, ficou "comprovado":

[19] Auto crime de defloramento e rapto, 1932. Réu: Pedro Ferreira da Costa. Ofendida: Benedicta da Silva Furtado. Centro de Memória da Amazônia. Bragança B, CX 06.

> (...) seus órgãos sexuais normaes, a púbis e as axilas com pelos, os grandes encobrem os pequeninos, que o clytoris e a fúrcula nada de anormal apresentam, a membrana hymem completamente dilacerada por uma ruptura que parece antiga e era representada por retalhos circulares, situados de cada lado da vagina, oferecendo uma coloração vermelho pálida. O canal da vagina bastante dilatado permittia a introdução do dêdo indicador, concluindo que Camilla Soares de Sousa está offendida na sua virgindade. (Auto crime de defloramento, 1918. Réu: João Campello da Silva. Ofendida: Camilla Soares de Souza. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.).

Repita-se: do corpo emanavam muitas preocupações. Nele diversificados perigos comportavam. Na sua estrutura se "ocultavam" pensamentos, necessidades, desejos das defloradas e defloradores, mas também variegadas inquietações às famílias e à coletividade. O corpo inquieto acabava por desassossegar a alma, todavia quando isso ocorria outros indivíduos – ao se abrir processos de defloramento, estupro, rapto seguido de defloramento – poderiam tocá-lo novamente. Para Bragança e vilas por elas administradas, esta dimensão ocorreu com a menor Camilla e com dezenas de outras mulheres, as quais por razões diversificadas (vontade própria, sedução, forçadas ao ato) mantiveram contato carnal com seus namorados, sedutores, estupradores. A menor em questão se expôs aos referidos farmacêuticos e teve, outra vez, suas partes íntimas observadas, ou seja, púbis, clitóris, fúrcula, hímen, vagina, canal vaginal foram lugares dedilhados e trilhados na busca da compreensão sobre o que se passou com o corpo de Camilla. Neste caso, o juiz, Manoel Marya Netto, por meio do resultado do exame pericial, de narrativas testemunhais e do comportamento da reclamante, sentenciou: "considerando que a virgindade da mulher é um dos elementos indispensáveis do defloramento, consta que a menor Camilla de Souza, entretanto, já não era virgem quando da primeira vez que o denunciado teve cópula com ella. Julgo improcedente a denuncia a fls. 2 e absolvo o réo João Campello da Silva da acusação que lhe foi intentada".[20]

Depreende-se deste contexto o quanto o corpo era construído como um projeto, como um processo diário, contínuo e permanente, sendo a ele atribuídos valores e símbolos, disciplinas e regras e assim culminaria naquilo que seria o modelo idealizado de comportamentos social e sexual. A perda da membrana hímen era

[20] Auto crime de defloramento, 1918. Réu: João Campello da Silva. Ofendida: Camilla Soares de Souza. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.

desastrosa à mulher e à sua família, porquanto tratava-se de retrato físico deprimente, uma vez que o corpo havia sido enodoado pela penetração; no entanto, no sentido oposto, quando imaculado, tinha o poder de fabricar reputações, de alimentar conquistas e de firmar honra e hierarquias. A moralidade entremeada ao corpo, em nenhuma hipótese pode ser vislumbrada na condição de expressão apenas dela, era igualmente e talvez, acima de tudo, uma indispensabilidade para ela mesma existir, ou melhor, constituía-se num objeto de sobrevivência no seio de um ambiente social que se queria fundamentar nas instâncias da própria moral. O "bom" comportamento ligava-se, brigatoriamente, à "boa" moralidade e, nestas condições, o termo moralidade compreendido por "ele mesmo" e chegando às fronteiras do que poderia querer dizer, preconizava a virtuosidade do corpo feminino. Todavia é urgente considerar (e vários exemplos já foram oferecidos) o quanto esta representação da sociedade em estudo esteve edificada sobre as balizas do imaginário.

Se por um ângulo, o desvirginamento consistia em profanação do corpo realizada às escondidas; por outro, o exame de corpo de delito significava segunda violação, porém, pública. A exposição do corpo da mulher configura-se em condição inerente à prática da perícia e tinha o objetivo de examinar minuciosamente características físicas e biológicas que pudessem corroborar à comprovação do delito, mas também as investigações periciais se empenhavam a compreender como ele era dado a conhecer: se a mulher o manejava habilidosamente, por exemplo. Assim sendo, peritos o transformavam em objeto de estudo e cada detalhe tornava-se alvo de escrutínio, "tudo" era anotado, "tudo" era registrado e "tudo" se convertia em documento. O excerto a seguir, extraído do exame pericial realizado em Raymunda do Nascimento Lima, 19 anos, solteira, doméstica, filha de José Paixão e Candida Lima do Nascimento, moradores da comunidade Tatu, município de Bragança é parte do processo de defloramento impetrado contra Manoel Paulino de Mello, 33 anos, casado, lavrador, residente no Campo do Cajueiro, município de Bragança. Analise-se:

> (...) branca, compleição robusta, estatura mediana, no exame do corpo verificamos: púbis providos de pellos, grandes e pequenos lábios, fúrcula e vulva normaes, hymem dilacerado com bordos cicatrizados, com toque digital franco, vagina normal, útero cheio, aureola do mamilo escurecida sendo visível os tubérculos do Monte Gomeri, a pressão dos seios revelou colostro, ventre muito desenvolvido,

> gravidez de oito meses. (Auto crime de defloramento, 1926. Réu: Manoel Paulino de Mello. Ofendida: Raymunda do Nascimento Lima. Arquivo do Fórum de Bragana/PA.).

O corpo sempre foi alvo de severas preocupações [mais uma vez reitere-se], por parte da sociedade. Um ideal a ele direcionado era o de mantê-lo virgem ao casamento, contudo, quando o desejado se tornava longínquo, o seu interesse pela sociedade não se suprimia. Investigações tornavam-se imprescindíveis, porquanto fundamentar argumentos que conseguissem explicá-lo revelavam-se capitais. À coletividade, quando o assunto se circunscrevia ao corpo os diálogos inevitavelmente eram pautados em terrenos que lhe convinham. Efetivamente a coletividade ou parte dela, em quaisquer estágios em que o corpo feminino pudesse se encontrar, compreendia ser função sua exigir bem mais do que ele poderia oferecer. Em outras palavras, quer o corpo compreendido na sua "vileza", quer na sua "retidão", o contato da sociedade com o mesmo não cessava, visto que se tratava de fonte inesgotável de aflição, então, sejam os juízes, sejam os advogados, sejam os "namorados", sejam os peritos eram personagens que o industriavam distintamente, isto é, que definiam – conforme o ângulo de cada qual – como o mesmo deveria funcionar. Em 1926, o caso a envolver Manoel Paulino de Mello e Raymunda do Nascimento Lima não foi possível deixar às margens o denominado enquanto "consideráveis agravos e ofensas cometidos ao corpo", aliás, o desvirginamento não passou incólume às apreensões dos seus vigilantes mais interessados: a família e a coletividade.

Por meio do exame de corpo de delito realizado na ofendida, lembranças e sentimentos vieram à tona. Mas também há a se acentuar o constrangimento, a aflição, o mal-estar, o embaraço, a vergonha e o vexame pelos quais Raymunda passou. Em outras palavras, para que a causa gozasse de alguma possibilidade de sucesso no seio da justiça os "profissionais legistas" deveriam olhar, observar, tocar, introduzir o dedo, comentar e sentenciar (favorável às acusadas) acerca do estado em que se encontrava o corpo das presumíveis ofendidas. Nesta dimensão, o íntimo era exposto e outra vez se tocava nos grandes e pequenos lábios, no clitóris, nos traços da membrana himenal, na vagina e em suas bordas, na fúrcula e na fossa navicular, ou seja, os "homens da justiça" mais e mais viam a necessidade de a mulher mostrar novamente suas "saliências", porém agora por meio de "métodos" a preservar

e a restaurar as moralidades privada e pública. Nesta esteira, é imperativo jamais deixar às margens a lógica do quanto o corpo expressava um pensar complexo recheado de preocupações infinitas e, talvez, o essencial: o desejo de que ele sempre estivesse interdito a servir à imoralidade. A esta altura, é importante trazer para estes debates as interpretações realizadas por Jorge Crespo. O autor dissertou que "o corpo não é um dado imutável, antes se revelando na sua historicidade, sendo a origem e o resultado de um longo processo de elaboração social". (CRESPO, 1990, p. 08).

Destarte, sendo o corpo a fonte do crime a tarefa dos peritos não se restringia em atestar a conjunção carnal. Mais do que isso: fazia-se imperiosa a comprovação de que a mulher se comportava de acordo com as normas moral e sexual desejadas estabelecidas. A título de exemplo, outro caso a reforçar essa ideia é o exame de corpo de delito procedido em Rosa Maria da Conceição, 16 anos, solteira, doméstica, residente no Lago, município de Bragança, filha de Pompilho Antonio Ferreira Primo. Pai e filha acusavam do crime de defloramento a Marçal Telles Ferreira de Britto, 19 anos, solteiro, paraense, lavrador morador do Acarajó, município de Bragança. Neste caso, os peritos concluíram o laudo com observações que ultrapassavam as análises meramente física e biológica. A respeito disseram:

> Que examinaram Roza Maria da Conceição, constatando ser recente o seu desvirginamento datando de uns três para quatro mezes, achando-se a mesma grávida de dois para trez mezes pela a abertura da vulva, e pela rezes da vagina, notam-se que foram poucas as vezes que a offendida teve relações sexuaes com homens. (Auto crime de defloramento, 1921. Réu: Marçal Telles Ferreira de Brito. Ofendida: Rosa Maria da Conceição. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.).

A sociedade bragantina representava o corpo para além dos atributos físico-biológico, logo, este aspecto era compreendido com características que distinguiam as mulheres entre honestas e desonestas, puras e impuras, dignas da proteção da justiça ou não, aptas a contrair matrimônio ou destinadas à prostituição ou ao amasiamento.

Finalmente, outra vez, é imprescindível reafirmar: o controle do corpo foi um projeto que não alcançou determinadas mulheres em virtude de que algumas preferirem seguir deslocamentos próprios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quis este artigo explicar o quanto na cidade de Bragança-PA e vilas por ela administradas o corpo foi um projeto individual, coletivo e familiar. Sempre pensado como lugar a ser controlado sejam pelos homens (maridos, namorados, pais), sejam pelas instituições (Estado, família, Igreja) também dominadas pelos homens, enfim, frente a esse propósito sistematicamente se revelou escorregadio. Aprofunde-se: procuramos deixar evidente o quanto essas estruturas apresentaram diversas fissuras, fendas, rachaduras, isto é, tudo se firmou numa pretensão, porquanto mulheres escaparam desse desejo a elas pouco favorável ao escapulirem à capoeira, ao fundo do quintal, ao caminho da roça, ao rio, ao igarapé, ao fundo da rede com os seus namorados, raptores e sedutores.

Diante disso, é *mister* jamais deixar às margens que dele sempre emanaram preocupações quer quando inviolado, quer ao tempo da sua violação. Se por uma óptica, o corpo para qualquer homem deveria ser guardado e cultuado como lugar intangível até o ato matrimonial; por outra, quando da sua desonra, os desassossegos não amainavam, pois ele obrigatoriamente voltava a ser tocado, no entanto agora não mais pelos casanovas e sim pelos profissionais peritos. Ao lugar e ao tempo em estudo, chegou-se à consideração de que a interdição total do corpo recorrentemente se revelou num grande problema aos pretensos dominadores: pais, mães, irmãos, tios, tias, padrinhos, Igreja e Estado. Então, se por um ângulo torna-se de suma importância acentuar que se muitos homens obtiveram êxito frente à dominação da mulher [mesmo que esta reflexão não tenha sido alvo deste artigo]; por outro, se torna inevitável lembrar que outras tantas mulheres conseguiram escapar do que foi pensado para elas.

No bojo das estruturas do projeto em que o corpo da mulher estava inserido, ele era destinado ao marido, ao parto, ao filho, ao lar e, logicamente, às moralidades privada e pública; assim sendo, o projeto idealizado era de que ele nunca poderia ficar à disposição de dois homens, ao parto fora das núpcias, aos filhos de pais distintos, às indignidades morais. À vista disso, estas análises procuraram apresentar a ideia de que tudo isso se tratava de aspirações, de desejos e que entre o aspirado e o que efetivamente acontecia havia profundas distâncias a separá-los.

Em conformidade com isso, educar a mulher indicando-a como e em quais circunstâncias o seu corpo deveria ser apresentado (apenas no seio do himeneu) nunca foi "fórmula" a circunscrever a todas, ou seja, sem quaisquer dúvidas as "desonradas" a compor essas invertidas interpretativas ouviram dos seus responsáveis quais funções o corpo poderia exercer, quando e como deveriam mostrar as suas saliências, no entanto diversificadas acabaram por trilhar outras veredas.

## DOCUMENTOS

### Legislação (acervo pessoal)

Decreto 847, de 11 de outubro de 1890. **Código Penal dos Estados Unidos do Brazil.** Rio de Janeiro: Typ. da Imprensa Oficial, 1891.

Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: Typ. da Imprensa Oficial, 1917.

## OBRAS COEVAS (ACERVO PESSOAL)

ARAÚJO, João Vieira de. **O Código Penal interpretado.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.

BEVILAQUA, Clovis. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.** Vol. II. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1921.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher.** Rio de Janeiro: Editora Livraria Freitas Bastos & CIA, 1932.

GUSMÃO, Chrysolito de. **Dos crimes sexuais: estupro, atentado violento ao pudor, sedução e corrupção de menores.** São Paulo: Freitas Bastos, 1954.

PEIXOTO, Afranio. **Sexologia forense.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934.

## ARQUIVO DO FÓRUM MUNICIPAL DE BRAGANÇA (AFMB)

Auto crime de defloramento, 1918. Réu: João Campello da Silva. Ofendida: Camilla Soares de Souza. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.

Auto crime de defloramento, 1921. Réu: Joao Alexo do Nascimento. Ofendida: Benedicta Maria do Rozario. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.
Auto crime de defloramento, 1921. Réu: Marçal Telles Ferreira de Brito. Ofendida: Rosa Maria da Conceição. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.
Auto crime de defloramento, 1921. Réu: Benedicto Alfredo Maximiano da Costa. Ofendida: Domingas Maria Epiphania. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.
Auto crime de defloramento e rapto, 1921. Réu: Miguel Pinheiro dos Reis. Ofendida: Jesuina Osória do Rosario. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.
Auto crime de defloramento, 1925. Réu: Raymundo Sampaio. Ofendida: Maria Thereza da Silva. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.
Auto crime de defloramento, 1925. Réu: Lindolpho de Paula Barros. Ofendida: Maria de Nazareth da Conceição. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.
Auto crime de defloramento, 1926. Réu: Sebastião Nunes Laranjeira. Ofendida: Maria Antônia do Rosário. Arquivo do Fórum Municipal de Bragança/PA.
Auto crime de defloramento, 1926. Réu: Manoel Paulino de Mello. Ofendida: Raymunda do Nascimento Lima. Arquivo do Fórum de Bragana/PA.

## ARQUIVO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA (CMA)

Auto crime de defloramento, 1912. Réu: Raimundo Pereira da Silva. Ofendida: Serafina Teixeira de Mello Lima. Centro de Memória da Amazônia. Bragança C, CX 27.
Auto crime de defloramento e rapto, 1932. Réu: Pedro Ferreira da Costa. Ofendida: Benedicta Furtado da Silva. Centro de Memória da Amazônia. Bragança B, CX 6.
Auto crime de estupro, 1935. Réu: Albino Nunes Albuquerque Pennafort. Ofendida: Christiana Raymunda de Jesus. Centro de Memória da Amazônia. Bragança C, CX 27.
Auto crime de defloramento, 1939. Réu: Andre Avelino da Costa. Ofendida: Joanna Maia da Cunha. Centro de Memória da Amazônia. Bragança B, CX 26.

## REFERÊNCIAS

CANCELA, Cristina Donza. **Adoráveis e dissimuladas:** as relações amorosas das mulheres das camadas populares da Belém do final do século XIX e início do XX. 1997. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

CAULFIELD*,* Sueann*.* **Em defesa da honra*:*** moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: UNICAMP, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORBIN, Alain. O encontro dos corpos. In: **História do corpo:** da Revolução à Grande Guerra. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 181-266.

CRESPO, Jorge. **A história do corpo:** memória e sociedade. Lisboa: DIFEL, 1990.

DARMON, Pierre. **O tribunal da impotência:** virilidade e fracassos conjugais na antiga França. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas:** os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KALIFA, Dominique. Virilidades criminosas? In: COURTINE, Jean-Jacques. **História da virilidade.** A virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Vol. III. Rio de Janeiro, 2013, p. 302-331.

NASCIMENTO, José Renato Carneiro do. **Relações conjugais e amorosas em Vigia, Pará:** códigos, crime e poder (1890-1945). 2016. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (IFCH-UFPA) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas. Amor, sedução e violência. In: **Revista IHGP,** Belém, v. 06, n. 01, p. 60-83, jan/jun, 2019.

ORY, Pascal. O corpo ordinário. In: COURTINE, Jean-Jacques. (Dir.). **História do corpo:** as 'mutações do olhar (o século XX). Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 155-195.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Revista Educação e Realidade***,* Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul/dez, 1995.

**Recebido em 19 de janeiro de 2022.**

**Aprovado para publicação em 13 de março de 2022.**

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

# GEORGE ORWELL E A ESQUERDA INGLESA:
Caminhos que se entrecruzam pela Práxis e o Romantismo

# GEORGE ORWELL AND THE ENGLISH LEFT:
Ways that intercross through Praxis and the Romanticism

*MIRIAM MENDONÇA MARTINS*[1]

**RESUMO**

Este artigo analisa as interlocuções entre a obra de George Orwell e dois expoentes da esquerda inglesa, E. P. Thompson e Raymond Williams. Embora esses autores tenham negado a importância de George Orwell para o pensamento crítico de esquerda, acreditamos que suas ideias se entrecruzam através da práxis e do romantismo. Baseando-nos nas pesquisas de Michael Löwy e Robert Sayre acerca do romantismo como uma visão de mundo, pretendemos evidenciar o quanto o projeto político de George Orwell dialoga com o pensamento de autores consagrados pela tradição marxista. Assim como Walter Benjamin e Antonio Gramsci, o literato inglês respondera ao chamado de sua época, comprometendo-se política e socialmente com o combate ao fascismo. Ainda que a sua perspectiva política tenha alternado, ao longo das décadas de 30 e 40, entre a revolução e o reformismo, George Orwell reafirmaria o seu compromisso com o socialismo democrático até a sua morte.

**Palavras-Chave**: George Orwell. Práxis. Romantismo. Esquerda inglesa. Socialismo democrático.

**ABSTRACT**

This article analyzes the interlocutions between the George Orwell's work and two exponents of the English left, E. P. Thompson and Raymond Williams. Although these authors had denied the George Orwell's importance for the left critical thought, we believe that his ideas intercross through praxis and romanticism. Relying on the studys of Michael Löwy and Robert Sayre about the romanticism as a worldview, we intend to highlight how much the George Orwell's political project dialogues with the thought of the renowned authors by marxist tradition. As well as Walter Benjamin and Antonio Gramsci, the English literate had responded to the call of his time, committing hisself politically and socially to the fight against fascism. Even his political perspective had alternated, throughout the 30s and 40s, between the revolution and the reformism, George Orwell would reaffirm his compromise with the democratic socialism until his death.

**Keywords**: George Orwell. Praxis. Romanticism. English Left-Wing. Democratic Socialism.

[1] Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU/PPGHIS).
*E-mail:* mmm.miriam.martins@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Em 21 de outubro de 1932, o *Brixton Free Press* trouxe em sua primeira página a seguinte manchete: "Polícia ataca desempregados turbulentos". Tratava-se de mais um tumulto causado pela fome. Em Lambeth – bairro pobre do sul de Londres –, a manhã de 18 de outubro despontou em polvorosa. Lojas foram invadidas e saqueadas pela turba, os manifestantes entraram em confronto com a polícia e dezenas foram presos. Ainda assim, os protestos se arrastaram dias a fio. Entre 27 e 30 de outubro, houve um grave enfrentamento no coração de Londres, protagonizado por mulheres e homens famintos e desempregados[2].

Eric Arthur Blair acompanhava tudo pelos jornais. Cada pedra de calçamento do cenário desses tumultos lhe era profundamente familiar, visto que ele fizera, no ano anterior, inúmeras incursões ao centro da miséria londrina. À cata de baganas em Lambeth, seu olhar havia sido treinado para encontrar, nas fissuras sinuosas da pavimentação, as pontas de cigarros recém-apagados. Ofício tedioso, sem dúvida, mas era apenas um dos muitos passatempos empreendidos pela chusma de desempregados que, impedidos de mendigar, aguardavam a abertura das *Workhouses* para fazerem a primeira refeição do dia. Afortunadamente, Blair era um privilegiado: quando bem lhe aprouvesse poderia retornar ao conforto de seu lar com aquecimento no inverno. Contudo, ele jamais seria capaz de conter os sobressaltos provenientes da leitura de jornais matutinos. Em carta à sua amiga Eleanor Jaques [19 de outubro de 1932], encontramos, acerca dos últimos acontecimentos, o comentário que se segue;

> Os jornais dessa manhã noticiam distúrbios bastante graves em Lambeth, em torno da prefeitura. Foi evidentemente um distúrbio da fome, pois as padarias foram saqueadas. Isso aponta para condições muito graves e pode ser o diabo no inverno, se as coisas já estão tão ruins agora. Espero, no entanto, que façam o suficiente para evitar que aconteça alguma coisa violenta. Eu conheço muito bem o bairro onde a coisa aconteceu e ouso dizer que alguns de meus amigos participaram dela (ORWELL, 2013, p. 57).

[2] Ver ORWELL, George. *Uma vida em cartas*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 56-57.

Em 1931, a Europa vivia o maior colapso financeiro desde a Grande Depressão. Em *História de Inglaterra* (1914-1945), A. J. P. Taylor destaca que a dívida externa do país alcançara a estarrecedora soma de 700 milhões de libras. A fim de restaurar a confiança internacional na moeda inglesa, as soluções para a crise foram buscadas nos cortes de gastos do governo – sobretudo no fundo de desemprego – e no aumento dos impostos. A guerra de classes, adormecida durante toda a segunda metade dos anos 20, renovou-se. O corte de 10% do apoio a desempregados mergulhou o país no submundo da fome. Havia nada menos que "dois milhões de desempregados vivendo em circunstâncias duras", o que fez com que os anos 30 ficassem conhecidos como "a década negra, para os que viveram nela e para a posteridade" (TAYLOR, 1989, p. 312). O acirramento da luta de classes foi marcado pelas marchas da fome: manifestações de ingleses famélicos e desempregados que perduraram durante todo o ano de 1932. De acordo com Taylor, a presença abundante de *cockneys* do East End invadindo as padarias do centro londrino em busca de comida havia se tornado, naquela época, um episódio quase habitual. Embora surtissem poucos efeitos, as marchas da fome sensibilizaram a sociedade civil da situação calamitosa enfrentada pelo país. De modo que "as pessoas da classe média sentiram o chamado da consciência. Levantaram postos de comida grátis para os manifestantes, e lhes deram dormitório nas escolas locais" (TAYLOR, 1989, p. 316).

Em *A formação da classe operária inglesa*, E. P. Thompson nos permite assegurar que semelhantes distúrbios eram uma espécie de herança social, dado que a fome causara tumultos recorrentes ao longo dos séculos na Inglaterra. Durante todo o século XVIII, por exemplo, foram registrados repetidos casos de ações turbulentas articuladas sob bases populares e legitimadas por profundas tradições. A gritaria generalizada e o saque a lojas amparavam-se no pressuposto de uma economia moral em que os salários e o custo dos víveres deveriam ser orientados pelo costume. Considerava-se "imoral qualquer método desonesto de aumentar o preço dos alimentos, para se aproveitar das necessidades do povo" (THOMPSON, 1987, v. 1, p. 66). O ano de 1795, em especial, foi palco de agitações efervescentes, já que a multidão londrina – movida pela carestia e incitada pelas

ideias jacobinas – dera vazão a uma energia revolucionária. A repressão a tal impulso não foi menos vigorosa, de modo que a transição para uma economia livre de mercado, fomentada pela Revolução Industrial, processou-se em paralelo às sanções coercivas germinadas no seio da contrarrevolução. Nesse contexto, o agravamento da divisão de classes na Inglaterra relegou os trabalhadores a um estado de *apartheid* em que os "direitos sociais e políticos recuavam à medida que as novas técnicas e formas de organização industrial avançavam" (THOMPSON, 1987, v. 1, p. 196). Os efeitos deletérios desse processo arrastaram-se, evidentemente, para as páginas do *Brixton Free Press* – como uma herança maldita que volta e meia suscitava distúrbios inflamados tanto pela fome, quanto pela renhida objeção ao fenecimento no monturo da indigência.

Inumeráveis escritores aventuraram-se na sondagem das condições de vida e formas de sobrevivência dos sujeitos relegados às franjas do novo sistema econômico e social desenhado pelo industrialismo. Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* [1845] – um dos relatos precursores do gênero –, Friedrich Engels elabora as mais variadas reflexões acerca do operariado inglês, em razão de vinte e um meses de convivência com o mesmo. Dirigindo-se aos protagonistas de sua pesquisa como a leitores potenciais, Engels lhes confidencia que ansiava "ser uma testemunha de suas lutas contra o poder social e político de seus opressores" (ENGELS, 2010, p. 37). A recusa por um conhecimento apenas abstrato do tema estimulou, a partir da segunda metade do século XIX, o desenvolvimento de uma prática jornalística – posteriormente conceituada como *undercover journalism* – permeada por diferentes concepções ideológicas a respeito do modo de vida nos substratos da sociedade moderna. Os efeitos produzidos por esses relatos matizavam-se consoante ao grau de aceitação alcançado pelo jornalista em seu disfarce. Somente a camuflagem poderia conferir ao observador uma experiência de *insider*, assegurando-lhe acesso irrestrito à comunidade objeto de sua investigação. O caráter de denúncia assumido por tais reportagens atraiu simpatizantes nos mais diversos domínios, sobretudo no meio literário. Havia, nessas incursões, uma necessidade flagrante de aceder ao centro da ação mediante a experiência concreta. Não por acaso, em *O povo do abismo* [1903], Jack London desafiaria seus leitores a uma visita aos miseráveis de *East End*, de maneira a

convencerem-se "pelas evidências" de seus olhos, "e não pelos ensinamentos de quem pouco havia visto" (LONDON, 2004, p. 65).

Mapeando historicamente a origem do interesse pelos modos de vida e formas de sobrevivência dos membros da classe trabalhadora, retornamos ao surgimento do realismo literário na primeira metade do século XIX. O jornalismo investigativo é herdeiro da tradição realista moderna que se iniciou na França, como consequência direta da Revolução Francesa. Em *Mimesis*: a representação da realidade na literatura ocidental [1946], Erich Auerbach pontua que a Revolução de 1789, enquanto "o primeiro grande movimento moderno em que participaram as grandes massas humanas", foi responsável por inaugurar o protagonismo das pessoas simples na escrita da História e nos enredos da Literatura (AUERBACH, 2021, p. 490). Em 1830, por representarem a vida contemporânea em sua totalidade social, política e econômica, Stendhal e Balzac foram considerados por Auerbach como os precursores do realismo literário[3]. As diversas gerações seguintes de realistas – dos irmãos Goncourt a Gustave Flaubert – se desenvolveriam sob a influência do "entusiasmo científico dos primeiros decênios do Positivismo", de forma que o conceito de experiência concreta passou a ser admitido como o método mais válido para a representação literária (AUERBACH, 2021, p. 534). Na esteira desse processo, Émile Zola se consagraria como um dos maiores nomes do realismo moderno, escrevendo romances fundamentados nas suas experiências e observações pessoais. *Germinal* [1888], por exemplo, é o resultado literário de mais de dois meses de convivência direta entre os operários franceses em greve, um dos livros que inspirou dezenas de escritores a fazerem a sua obra "a partir dos grandes problemas sociais da época" (AUERBACH, 2021, p. 551).

A opinião cautelosa manifesta por Eric Arthur Blair na aludida passagem de sua correspondência sobrevém, portanto, de uma compreensão pragmática dos acontecimentos. Na iminência de desdobramentos violentos, a sublevação em Lambeth tratava-se, inicialmente, de um incidente a ser contido. Ora, "conhecendo muito bem" as condições em que "a coisa aconteceu"[4], não caberia alimentar

[3] Ver AUERBACH, Erich. *Mimesis*: a representação da realidade na literatura ocidental. Tradução de George Bernard Sperber. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021, p. 496.
[4] Ver ORWELL, George. *Uma vida em cartas*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 56-57.

expectativas quanto à organização politicamente subversiva do fenômeno. *Na pior em Paris e Londres* [1933] – sua primeira lição prática como *insider* em meio à pobreza – já estava no prelo. Após o lançamento, Blair deveria não só assinar como George Orwell, mas, nomeadamente, sopesar seus julgamentos por intermédio de dados e impressões registrados durante a realização dessas observações. Em direção à miríade de sobreviventes dos subterrâneos inópios da década de 30, os primeiros passos de sua carreira literária foram orientados pelo desafio imprimido por Jack London. Tal como esse, George Orwell exploraria o mundo do trabalho em suas diversas facetas. Conquanto, muito além de circunscrever-se à categoria de relato-denúncia, o seu primeiro livro revelaria um interesse – continuamente renovado *a posteriori* – pelo protagonismo dos sujeitos anônimos: trabalhadores e desempregados esquecidos nas fímbrias pustulentas do sistema capitalista.

Em *Cultura e Sociedade*, Raymond Williams pondera que as observações do literato inglês sobre o mundo do trabalho são registros filtrados por um sujeito que se afasta de sua classe para contemplar outra, inevitavelmente, de um ponto de vista exterior. Sob esse ângulo, Orwell é um repórter que jamais compreenderá, "em profundidade, a vida a respeito da qual escreve" (WILLIAMS, 1969, p. 299). Há nos seus escritos, todavia, certo pioneirismo concernente à representação dos trabalhadores enquanto agentes sociais que transformam a necessidade de sobrevivência em formas de resistência. Assim, vez ou outra somos surpreendidos pela presença despretensiosa de um *plongeur* que, em sua resistência silenciosa e passiva, torce "um pano de prato sujo na sopa do cliente antes de servi-la, apenas para se vingar de um membro da burguesia" (ORWELL, 2006, p. 130). Noutra ocasião, nos comovemos com a solidariedade horizontal da classe operária inglesa. Ora, fosse onde fosse que se reunisse, "havia uma partilha geral de comida e era consenso dar alimento àqueles que estavam desempregados" (ORWELL, 2006, p. 153). A despeito das inúmeras críticas pontuadas pela *New Left* à sua obra, podemos dizer que Orwell estava delineando o que apenas três décadas depois os marxistas ingleses anunciariam como um movimento historiográfico: a escrita enquanto testemunho da práxis, cujo fim último visa conferir destaque às experiências do sujeito comum. Não gratuitamente, Williams reconhece, em *A política e as letras*, que "nos anos 1950, a figura de Orwell parecia estar nos

esperando em qualquer caminho pelo qual nos movêssemos. Se tentássemos desenvolver um novo tipo de análise cultural, lá estava Orwell. Se quiséssemos reportar o trabalho ou a vida cotidiana, lá estava Orwell" (WILLIAMS, 2013, p. 393).

Apesar das recorrentes tentativas de negação do espólio intelectual de George Orwell para a contribuição crítica do pensamento de esquerda britânico[5], Raymond Williams situa a obra do referido literato na tradição de combate ao capitalismo e ao industrialismo, encabeçada por autores como John Ruskin e Bernard Shaw. Conforme veremos mais adiante, o debate acerca do pensamento político de Orwell e os caminhos assumidos por ele até o entrecruzamento com as ideias de autores ligados à tradição marxista estende-se, ampla e visceralmente, pelas veredas sinuosas da práxis e do romantismo. É somente através delas que podemos arriscar dizer que o humanismo socialista de E. P. Thompson comunga da mesma visão de mundo do socialismo democrático de Orwell, embora ambos estejam separados pelo marxismo como *modus operandi*. De igual forma, dentro do espectro abrangente do romantismo, a preocupação de Orwell com a ameaça do fascismo alcança quase o mesmo tom agudo e diáfano dos escritos de Antonio Gramsci e Walter Benjamin sobre o tema. O que os torna tão próximos e equivalentes é, talvez, o fato de cada um deles ter respondido, a seu modo, ao chamado social de sua época.

## 1. O Romantismo como via de mão única

No ensaio "Outside the Whale" – presente em *The Poverty of Theory and Other Essays* –, E. P. Thompson evidencia que Orwell seria aprisionado em *Animal Farm* e *Nineteen Eighty-Four*, em virtude do imenso efeito antissocialista fomentado por estas obras. A rejeição indiscriminada do literato inglês à doutrina do Partido Comunista "possibilitou o desenvolvimento de um pessimismo generalizado que sobreviveu ao contexto em que surgiu". Se na década de 40, a sua oposição à ortodoxia comunista fora tomada como uma provocação, nos anos 60, transformou-se em uma avaliação histórica séria. Ora, a rebeldia sem causa e pouco fundamentada dos anos 60 forneceu o terreno fértil para uma leitura a-histórica de

[5] Ver WILLIAMS, Raymond. *George Orwell*. New York: The Viking Press, 1971.

*1984*. Nas palavras de Thompson, “o desencantamento da geração de Orwell ajudou a cegar a geração posterior”, minando a esperança no “potencial revolucionário, não apenas dentro da sociedade russa, mas dentro de qualquer sociedade, dentro do próprio homem” (THOMPSON, 2008, p. 298-301).

Atribuir tais reflexões a um impasse de ordem ideológica daria ensejo a uma análise por demais rasa das causas que envolvem a negação do espólio intelectual de George Orwell por parte da esquerda. É preciso levar em conta que neste caso o contexto histórico exerce, a um só tempo, a dupla função de pano de fundo e ponto central ao qual todo o resto se movimenta. O fato é que as circunstâncias históricas fizeram dos anos 30 a nota tônica do século XX. Em *Era dos Extremos*, Eric Hobsbawm (1995, p. 174-176) pontua que o avanço do fascismo na Europa, bem como a ameaça real de uma invasão nazista à Grã-Bretanha – mitigada apenas em 1941, quando do irromper de uma segunda frente de batalha em território russo –, transformaram a URSS no baluarte da democracia: o personagem determinante no confronto ao fascismo. Diante dessa conjuntura, parecia não haver espaço para especulações sobre a legitimidade dos Processos de Moscou, a atuação fraticida dos generais soviéticos na Guerra Civil Espanhola, ou até mesmo a ruptura do Pacto *Molotov-Ribbentrop* – assinado dois anos antes. Conforme Thompson, era preciso não oferecer resistência às forças do imperativo histórico que transformavam a luta por liberdade, igualdade e fraternidade em um processo mundial. Fazia-se improtelável uma “resposta política àquele contexto político definido”, por isso, “entre 1941 e 1945, ocorreu o maior influxo de intelectuais registrados nos Partidos Comunistas da Europa” (THOMPSON, 2008, p. 304). As diferenças ideológicas foram postas de lado, como se houvesse um acordo tácito pela suspensão temporária dos dilemas morais, em benefício da formação de uma frente única dirigida por atores conscientes da disputa que ora travavam pela história.

As expectativas revolucionárias da geração de Orwell, alimentadas pela tradição humanista que se formara após a Revolução Francesa, foram canalizadas pelos eventos deflagrados na Espanha de 1936. Em *George Orwell*: uma biografia política, John Newsinger (2010, p. 139) destaca que muitos intelectuais e artistas projetaram naquele contexto as esperanças de uma revolução socialista. Com efeito, o ímpeto insurgente que conduzira centenas deles ao engajamento nas milícias

catalãs e madrilenas fundava-se na perigosa assimetria entre as aspirações idealistas e a realidade concreta. Quando esta última sobressaiu-se à primeira, a geração de 30 entregou-se, segundo Thompson (2002, p. 90-91) em *Os românticos*, a um desencantamento muito similar ao experimentado pelos poetas associados, retroativamente, às origens do movimento romântico na Inglaterra. Desapontados com o malogro da insurreição de 1795 e frustrados com o curso assumido pela Revolução Francesa, Coleridge e Wordsworth negaram quaisquer referenciais objetivos passíveis de promover novas mudanças sociais.

A Guerra Civil Espanhola acendeu nos artistas do século XX a mesma chama que a Revolução Francesa fizera arder nas mentes líricas dos homens de letras, quase um século e meio antes. Nos dois casos, as crenças políticas do humanismo viram-se profundamente abaladas quando a realidade concreta destruiu a golpes de martelo as aspirações idealistas. Enquanto a geração de Wordsworth conseguira "transformar a desilusão em grande arte", a geração de Orwell, "transpondo a etapa da apostasia", produziu o arsenal ideológico que seria utilizado contra as convicções políticas outrora defendidas (THOMPSON, 2002, 99-100). Ante a impossibilidade de correspondência entre o ideal e o real, Wordsworth apegara-se a um objetivo moral sem valor, a fim de suportar as tensões entre "uma visão do espírito universal e as marchas e contramarchas dos exércitos através da Europa" (THOMPSON, 2002, p. 95). Semelhante padrão de pensamento, conceituado por Thompson como o *impulso wordsworthiano*, encontrara – com o avanço do fascismo e as incertezas quanto ao futuro do ideal democrático – novas mentes para germinar.

Em *Revolta e Melancolia*: o romantismo na contracorrente da modernidade, Löwy e Sayre consideram excessivamente limitado situar a gênese do romantismo na desilusão política que se seguiu à Revolução Francesa, como proposto por E. P. Thompson. Convencionou-se associá-lo ao século XIX e aos poetas ingleses Coleridge e Wordsworth, todavia, Löwy e Sayre defendem que o seu nascimento está estreitamente atrelado ao desenvolvimento do modo de vida capitalista. Mais do que um movimento artístico datado, os autores definem-no como uma "estrutura mental coletiva" que surgiu como "resposta ao advento do capitalismo" (LÖWY; SAYRE, 2015, 34-38). Assim, o romantismo como visão de mundo – e não como movimento artístico – pode ser situado em meados do século XVIII, quando o

sistema capitalista e a sociedade burguesa já estavam plenamente estabelecidos. Apesar de suas muitas alterações, o capitalismo adentrou os séculos até os nossos dias, de forma coextensiva, as manifestações românticas fizeram-se presentes na cultura ocidental. Facilmente identificáveis, a crítica romântica à modernidade sustenta-se no enaltecimento de ideais e valores do passado. A tradição e o senso de comunidade das sociedades pré-capitalistas são exaltados, em detrimento das relações vazias e artificiais da vida moderna. A visão de mundo romântica encontra-se fundamentada em toda uma estrutura de pensamento, cujos temas mais comuns aparecem na cultura sob as formas de "desencantamento do mundo, crítica da quantificação, da mecanização, da abstração racionalista, do Estado, da política moderna, e da dissolução dos vínculos sociais" (LÖWY; SAYRE, 2015, p. 194).

Nos romances de Orwell, a visão de mundo romântica aparece condensada nos pensamentos e ações dos protagonistas que, no geral, são sujeitos desencantados com a vida moderna, buscando a sua identidade no senso de pertencimento a uma comunidade que promova relações sociais mais significativas. Esse é o caso, por exemplo, de Gordon Comstock, o herói de *A flor da Inglaterra* [1936]. Vivendo em Londres, aos seus olhos, a cidade tomava a forma de "quilômetros e mais quilômetros de casinhas solitárias, não eram lares nem comunidades, só aglomerados de vidas sem sentido que rumavam à deriva para a sepultura em meio a uma espécie de caos sonolento!" (ORWELL, 2007, p. 108). A falta de propósito na vida de Comstock confunde-se com a própria falta de sentido da vida moderna. À espera de que a guerra que se avizinhava destruísse toda a civilização europeia, "a sensação de desintegração, de decomposição, endêmica no nosso tempo, impunha-se a ele com toda a força". O herói, ao mesmo tempo que sucumbe ao desespero e ao fracasso pessoal, busca tormentosamente uma forma de salvação, algum meio de abster-se a tomar parte no "grande desejo de morte do mundo moderno. Pactos suicidas. Cabeças enfiadas no forno a gás de conjugados solitários. E a reverberação de guerras futuras" (ORWELL, 2007, p. 26). A redenção, finalmente, é atingida quando Gordon Comstock constitui a sua família e passa a pertencer a uma comunidade. A partir daí, ele não está mais sozinho no mundo, dado que estabelece vínculos sociais duradouros com os membros da classe média baixa, a qual passa a pertencer. A sua última reflexão é, como veremos a seguir,

uma ode ao modo de vida do homem comum, um dos traços mais característicos da visão de mundo romântica que se destaca em toda a produção artística e ensaística de George Orwell;

> Nossa civilização está fundada na cobiça e no medo, mas na vida dos homens comuns o medo e a cobiça transmutam-se misteriosamente em algo mais nobre. Os membros da classe média baixa que ali viviam, por trás de suas cortinas de renda, com seus filhos, seus móveis descombinados e suas aspidistras – viviam de acordo com o código do dinheiro, claro, mas ainda assim conseguiam manter-se decentes. [...]. Eles tinham seus padrões, seus pontos de honra invioláveis (ORWELL, 2007, p. 295-296).

O *impulso wordsworthiano* não é, por assim dizer, o único padrão de pensamento legado pelos poetas ingleses aos seus epígonos do século XX. E. P. Thompson sustenta que o cerne do conflito entre as aspirações idealistas e a realidade concreta reside na deificação da "experiência daqueles que se encontram fora da cultura letrada" (THOMPSON, 2002, p. 28). Rastreando as origens desse fenômeno nos escritos de Coleridge, Thompson conclui que o referido poeta conferiu à visão de mundo romântica um senso de valor que superestima a cultura comum e os padrões da comunidade simples, em detrimento da educação formal e seus atributos racionais. Desenvolvida através de "experiências no trabalho, no sofrimento e de relações humanas básicas", a concepção da "igualdade de valor do homem comum repousa em atributos morais e espirituais" perenes (THOMPSON, 2002, p. 25). Da forma como é elaborada, a mesma apresenta-se como inacessível ao movimento dialético da história. Ora, a despeito de qualquer atuação social ou política desempenhada, a condição de superioridade moral dos sujeitos simplórios estará sempre pressuposta.

Arthur Koestler, em seu livro *En busca de la utopía*, reflete exatamente sobre como os anos 30 e 40 foram marcados tanto pelo culto às experiências do homem comum, quanto pela depreciação à *intelligentsia*. Naquele contexto de polarização política, fosse à direita ou à esquerda, diversos escritores rendiam louvores ao operariado; como uma "nova variante dos cultos românticos aos pastores, aos camponeses e aos bons selvagens do passado" (KOESTLER, 1983, p. 78). Conquanto não se tratasse de uma tendência essencialmente progressista, foi entre

os grupos aglutinados em torno deste viés político que tal visão de mundo mais fortemente se desenvolveu. Acreditava-se que o "instinto de consciência de classe estava enraizado à condição do proletariado", por isso "os membros da classe trabalhadora, de qualquer nível de inteligência e educação, sempre tinham um enfoque mais correto com respeito a qualquer problema político do que um intelectual instruído" (KOESTLER, 1983, p. 111).

Corolário dessa perspectiva, Orwell nos diz que "qualquer trabalhador sempre é um socialista mais verdadeiro do que o marxista ortodoxo", acima de tudo porque a práxis faz parte de seu cotidiano, não sendo, apenas, um conceito abstrato retirado dos livros (ORWELL, 2010, p. 197-199). Significativamente, Löwy e Sayre assinalam que, quase um século e meio antes, a angústia quanto ao caráter abstrato das teorias revolucionárias suscitara inúmeros questionamentos no jovem Coleridge, incitando-o a buscar o sentido, mais profundo, de uma "fraternidade que deve arraigar-se nas ligações humanas concretas" (LÖWY; SAYRE, 2015, p. 159). Embora Thompson credite essas expressões ao retorno a um padrão de pensamento que se manifesta nos períodos de crise política, não podemos deixar de destacar que a geração de Orwell fora muito influenciada pelo debate acerca da produção de uma literatura realista, cuja razão de ser centrava-se na elaboração de narrativas que conferissem visibilidade às experiências objetivas da classe trabalhadora.

Operado por diferentes núcleos da *intelligentsia* marxista na Europa, George Lukács destacou-se nas contribuições referentes a essa abordagem. Em seu ensaio "Trata-se do Realismo" [1938], o filósofo húngaro defende que a literatura realista, em oposição à vanguardista, é emissária de uma mensagem social que deve estar em estreito "desenvolvimento progressista com as próprias experiências das massas" (LUKÁCS, 1998, p. 229). A demanda por uma arte engajada e popular suplantou as fronteiras erigidas pela ortodoxia, vindo a tornar-se, naqueles anos, predicado formal para a representação literária. Na França, essa discussão foi encabeçada por Jean-Paul Sartre. Em *Que é a literatura* [1947], ele nos diz o quanto a historicidade daquela época impusera ao escritor a inevitabilidade de concordância entre o ser e o fazer. Não havia como ficar alheio às imposições sociais que exigiam do artista um compromisso com a literatura da práxis, cujo tema por excelência

relacionava-se ao operário que "reivindica o direito de fazer a história", enquanto agente "produtor e revolucionário" (SARTRE, 2015, p. 185). A ética da literatura engajada impedia, no entanto, que o escritor dispusesse seus serviços a soldo de grupos políticos ou alinhamentos ideológicos, uma vez que o pressuposto de liberdade é, nada mais, do que a essência própria do agir consciente do literato no mundo. Inquerido sobre o ajustamento partidário ao comunismo, Sartre seria categórico ao afirmar que "a política do comunismo stalinista é incompatível com o exercício honesto do ofício literário" (SARTRE, 2015, p.188).

Dissidente assumido, George Orwell tomou parte nessa discussão, sendo por ela profundamente influenciado. Em seu ensaio "A literatura e a esquerda" [1943], ele nos diz que "considerando a época em que vivemos, a crítica literária de esquerda não tem errado ao solicitar que a literatura seja primordial e principalmente propaganda"; acessível e consumida pelo homem comum (ORWELL, 2017, p. 51). O empenho em simplificar a escrita, tornando-a concisa e certeira, ocupou uma parte muito expressiva da reflexão que dispensara ao ofício. Incansavelmente esquadrinhado tanto nos ensaios – dentre os quais, o mais conhecido é, sem dúvida, "A Política e a Língua Inglesa" [1945] –, quanto nos escritos pessoais, o compromisso com a linguagem demótica apresenta-se reiteradamente reafirmado no conjunto de sua obra. Nos *Diários*, por exemplo, Orwell pondera acerca da "falta de impacto das palavras abstratas", bem como sobre a dificuldade da cultura letrada em produzir qualquer conteúdo que "toque a classe trabalhadora mais pobre, ou mesmo que seja nitidamente inteligível" (ORWELL, 2014, p. 386).

E. P. Thompson julga que semelhante crítica à cultura letrada é um reflexo involuntário da visão de mundo romântica. Em *Lyrical Ballads* [1798], Coleridge e Wordsworth propuseram transformar cada poema em uma experiência correspondente ao sistema de valores da cultura popular. A enunciação clara respaldava-se, entretanto, na pressuposição da desigualdade cognitiva do sujeito comum, visto que o acesso deste ao mundo das letras estava condicionado pela necessária interlocução entre a escrita e a oralidade. Os poetas ingleses incorriam, assim, a uma variante mais sofisticada do paternalismo, na medida em que empreendiam esforços para tornar a cultura letrada acessível ao entendimento do homem vulgar. Ora, a educação formal nunca esteve avessa ao mundo do trabalho,

muitos cronistas do movimento operário "eram trabalhadores autodidatas, que se sobressaíam por esforços de autodisciplina" (THOMPSON, 1987, v. 1, p. 61). Mesmo nas cidades industriais do norte da Inglaterra, alguns tecelões amalgamavam os fios fortes do popular e do erudito no hábito de apoiar um livro no tear para lê-lo durante o trabalho. Há, inclusive, registros que dão conta de histórias de trabalhadores de aldeias isoladas que, em 1830, "aprenderam geometria sozinhos, escrevendo com giz sobre lajes, e que discutiam avidamente problemas de cálculo diferencial" (THOMPSON, 1987, v. 2, p. 146-147).

Ainda que E. P. Thompson – muito influenciado pela tese de Lukács acerca do romantismo como uma estrutura de pensamento reacionária – vincule as ideias paternalistas à visão de mundo romântica, Löwy e Sayre defendem que o romantismo é a engrenagem central da grande maquinaria do pensamento de esquerda na Inglaterra. No artigo "A corrente romântica nas ciências sociais da Inglaterra: Edward P. Thompson e Raymond Williams", os autores refletem que os ingleses são herdeiros de uma longa tradição de pensamento crítico ao capitalismo, remontando a figuras como Carlyle, Ruskin e William Morris. O interesse de Thompson por manifestações tradicionais da cultura comum, bem como por formas de organização social pré-capitalista – em *Senhores e Caçadores* –, para não dizer seu fascínio pessoal por William Morris, demonstra que "a visão romântica do mundo corre como um fio vermelho através dos seus escritos políticos, teóricos e historiográficos" (LÖWY; SAYRE, 1999, p. 47). A antipatia de Thompson pela idealização romântica do modo de vida do homem comum, assim como pelo apelo passadista a um mundo bucólico e ausente de conflitos, justifica-se à luz do que ele conceituara como o *humanismo socialista*. Os sujeitos, enquanto agentes transformadores de sua própria história, são dotados de uma "natureza humana potencialmente revolucionária" (THOMPSON, 2008, p. 244). Muito além de uma atitude sonhadora e utópica quanto ao passado, o imperativo do presente é o que move os agentes sociais a fazerem do pretérito uma fonte de encorajamento para a práxis revolucionária. A função do humanismo socialista é, consequentemente, a de organizar as "forças reais dentro das tradições britânicas", no sentido de encaminhá-las às "possibilidades de ação" pavimentadas por "experiências válidas" (THOMPSON, 2008, 245).

Em *Cadernos do Cárcere*, Antonio Gramsci observa que a rejeição de grandes sistemas filosóficos abstratos é cultural entre os ingleses, verificando-se, muito frequentemente, uma tendência a concepções do mundo que se apresentem "como expressões do senso comum, complementado pela crítica e pela reflexão" (GRAMSCI, 1999, V.1, p. 288). A condição experimental do senso comum, enquanto uma apreensão do mundo baseada na observação direta da realidade, nos permite auferir que o humanismo socialista de Thompson compartilha da mesma estrutura mental que comporta o anseio de Orwell por conhecer o modo de vida dos trabalhadores mediante um contato terra-a-terra. A práxis desempenha, para ambos os autores, a função de elemento catalisador da busca por uma experiência carregada de tradição, que abriga em seu ventre as sementes do ideal revolucionário. No entanto, para Orwell, o homem comum dispõe, em sua filosofia de rua, de todas as condições espirituais para a revolução; ao passo que para Thompson, é papel do humanismo socialista projetar tais condições em conjunto com os seus executores: a classe operária. Tanto num caso como noutro, destaca-se a crença no potencial revolucionário do senso comum.

Conceituado por Gramsci como uma filosofia espontânea penetrada nos costumes, o senso comum é "todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir" absorvidos "acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio" (GRAMSCI, 1999, V.1, p. 93-114). Assim como o humanismo socialista de Thompson, a filosofia da práxis de Gramsci visa orientar o homem simples à emancipação. Através da superação de preconceitos e superstições – contidos no senso comum –, aspira-se à formação de uma frente única que congregue a *intelligentsia* e a classe operária em torno de um projeto social que torne "politicamente possível o progresso intelectual de massa" (GRAMSCI, 1999, V.1, p. 103). O que há de conciliatório nos projetos políticos de Thompson, Orwell e Gramsci é, nem mais nem menos, o que os liga à visão de mundo romântica: a invocação do passado e da tradição como propulsores da práxis revolucionária. Sob tal perspectiva, as circunstâncias pouco favoráveis do presente suscitam a lembrança de um passado que, muito além de meramente contemplativa, "serve como uma arma na luta pelo futuro" (LÖWY; SAYRE, 2015, p. 46-47). A corriqueira

tendência romântica a uma leitura desencantada e pessimista do mundo cede lugar a um romantismo revolucionário, capaz de transformar até mesmo os mais sombrios augúrios sobre o porvir em combustível para o motor da causa progressista.

Este é o caso, por exemplo, do romance *Um pouco de ar, por favor!* [1939]. George Bowling, irmão mais velho de Gordon Comstock, alimenta a mesma frustração e desesperança quanto ao mundo moderno manifesta pelo herói de *A flor da Inglaterra*. Vivendo na Londres de 1938, na iminência de uma nova guerra, Bowling busca esconder-se em uma ilusão utópica do passado, a fim de sublimar o medo e o terror causados pelos pensamentos que lhe assaltam a mente acerca do mundo no pós-guerra. No passado, para ele, podia-se respirar ar puro e o verão parecia durar o ano inteiro; o futuro, ao contrário, desfilava ante seus olhos sob a forma de "filas para comprar comida, a polícia secreta, e os alto-falantes nos dizendo o que pensar" (ORWELL, 2021b, p. 181-182). A sua tentativa desesperada de voltar ao passado culmina com uma pequena viagem ao vilarejo em que crescera, seguida da imediata decepção com a industrialização do lugar. A Inglaterra campestre e bucólica da Era eduardiana fora esmagada pelas cidades de "tijolos vermelhos e, o rio Tâmisa, contaminado por óleo de motor e sacos de papel" (ORWELL, 2021b, p. 240). De nada adiantava buscar o conforto na sensação de segurança que apenas o passado proporcionava, a vida antiga acabara, e a nova realidade exigia de cada um o sacrifício e a resiliência para suportar os tempos difíceis. George Bowling não tinha mais dúvidas de que "os cassetetes de borracha, o arame farpado, as metralhadoras cuspindo das janelas de quartos" estavam próximos demais para serem negados. A única alternativa era se preparar para lutar "contra isso, se quiser, ou olhar para o outro lado e fingir não perceber ou pegar sua chave inglesa e correr para fazer sua parte e espatifar alguns rostos" (ORWELL, 2021b, p. 254). De toda forma, a coragem para travar a luta definitiva contra a barbárie provinha da certeza de que a memória e a tradição deveriam ser preservadas.

## 2. O senso comum e a tradição: o passado como arma na luta ao fascismo

Em *O caminho para Wigan Pier* [1937], acompanhamos o florescer de um escritor interessado pelas questões sociais de seu país. A análise cuidadosa que George Orwell realiza das condições de vida no norte da Inglaterra o faz "adotar uma atitude bem definida acerca da questão, terrivelmente difícil, das classes sociais" (ORWELL, 2010, p. 143). É justamente nesta obra que ele se apresenta como um membro da classe média em desconstrução, empenhado em tornar-se um socialista a partir da vivência e da experiência oriundas do contato com o mundo do trabalho. Após entregar o manuscrito ao seu editor – Victor Gollancz – Orwell parte para lutar ao lado dos republicanos na Guerra Civil Espanhola. De lá, ele voltaria tal como o conhecemos hoje: um opositor feroz a toda forma de totalitarismo. O sucesso estrondoso de *A fazenda dos animais*[6] e *1984* o levaria, postumamente, a caminhos distintos da tradição do pensamento de esquerda britânico. A partir de uma leitura que vê a obra de Orwell como "bastante reacionária devido ao anticomunismo que ajudou a desencadear no período da Guerra Fria", E. P. Thompson e Raymond Williams buscam entender quais fatores foram determinantes para a apostasia de um escritor que "voltou da Espanha como um socialista revolucionário" e desde então, "esmagado pela experiência dos anos 30", operou "uma mudança abrupta em sua opinião política" (WILLIAMS, 2013, p. 394-398).

Como vimos, E. P. Thompson sustenta a hipótese de que a geração de Orwell projetara na Guerra Civil Espanhola uma esperança de revolução social internacionalista sem bases efetivamente concretas. Muitos literatos, jornalistas e intelectuais partiram para a Espanha movidos por um impulso romântico e idealista que quando frustrado transformara-se, rapidamente, em desencantamento. Nessa medida, a geração de Orwell exibia um padrão de pensamento bastante semelhante ao experimentado pelos poetas ingleses Coleridge e Wordsworth, por ocasião do desapontamento de suas expectativas com os rumos tomados pela Revolução Francesa. O que Thompson qualifica como o *impulso wordsworthiano* é, assim, a sua explicação para o que a esquerda inglesa considera como a virada

[6] Optamos por citar a mais recente tradução da obra, organizada por Marcelo Pen e traduzida, em 2020, por Paulo Henriques Britto. Ver ORWELL, George. *A fazenda dos animais*: um conto de fadas. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

conservadora de um escritor que cedeu aos impulsos pessimistas de sua época, negando a causa revolucionária em benefício da reacionária.

Alguns biógrafos e estudiosos da obra de Orwell têm apontado que a grande falha desse ponto de vista reside na conclusão de que o literato inglês abandonara a luta pela causa socialista. John Newsinger observa que "os ataques de Orwell ao comunismo não foram escritos para benefício da direita, mas numa tentativa de agrupar a esquerda contra o stalinismo" (NEWSINGER, 2010, p. 261). A força do "mito russo" exercia uma influência acachapante no movimento socialista inglês, havia a necessidade premente de buscar uma segunda via socialista emancipada da influência totalitária do comunismo soviético. No espectro político dos anos 30 e 40, Orwell vincara posição à esquerda da esquerda oficial, o que, sem dúvida, o tornara alvo tanto da rejeição destes, quanto do interesse de grupos políticos conservadores. Em *O mesmo homem*: George Orwell e Evelyn Waugh no amor e na guerra, David Lebedoff revela que o literato inglês pagara um alto preço por seu ardoroso anticomunismo, sendo visto como "um pária aos olhos de muitos de seus colegas socialistas" (LEBEDOFF, 2011, p. 214). Escrevendo nos intervalos de uma ou outra réplica a ataques publicados em jornais, a sua carreira esteve sempre marcada pela rejeição de editores que julgavam suas críticas inadequadas para o momento político em voga. A aura de devoção ao comunismo que pairava sobre o ambiente cultural britânico, volta e meia, revertia-se em achaques de intelectuais ortodoxos que odiavam "mais os seus apóstatas que os seus contrários" (LEBEDOFF, 2011, p. 214).

Em *Orwell*: um homem do nosso tempo, Richard Bradford descreve o quanto Orwell ficara preocupado e constrangido com a recepção positiva de sua última obra – *1984* – entre os círculos políticos à direita. O livro havia recebido "uma enxurrada de elogios na imprensa conservadora", o que fez com que o seu autor prontamente se dispusesse a reafirmar o seu apoio ao socialismo democrático e ao Partido Trabalhista Britânico (BRADFORD, 2020, p. 284). John Newsinger esclarece que nos sete meses que se seguiram entre a publicação de *1984* e a sua morte, Orwell esteve profundamente abatido, não só pela luta que travara contra a tuberculose, como também pela intensa preocupação quanto à subversão da ideia que presidira a sua escrita. De modo que, "se tivesse continuado a viver, teria dado passos para

firmar a origem socialista do livro e o seu ininterrupto compromisso com o socialismo" (NEWSINGER, 2010, p. 224). A teoria de que os dissabores da luta revolucionária na Espanha abrira uma fenda reacionária no conjunto da obra de Orwell é colocada à prova pela grande maioria dos estudiosos que se debruçam sobre a vasta produção escritural do autor. De acordo com Thomas Ricks, é leviano buscar na vida e obra do literato inglês supostos indícios de devoção a qualquer visão de mundo ortodoxa, uma vez que "o tema que atravessa poderosamente todos os seus escritos é o abuso de poder no mundo moderno, tanto pela esquerda quanto pela direita" (RICKS, 2019, p. 255).

Christopher Hitchens, um dos mais ardorosos defensores de Orwell contra as invectivas ideologizantes à sua obra, sustenta que a esperança do literato inglês na capacidade de mudança social proposta pelo socialismo nunca arrefeceu ao longo de sua carreira. Para Orwell "havia a esperança de que os socialistas poderiam ser a favor da liberdade, mesmo se o socialismo em si contivesse tendências burocráticas e autoritárias" (HITCHENS, 2010, p. 88). Não obstante, a sua concepção sobre o que conceitualizara como o "socialismo democrático" sofreu inúmeras variações ao sabor da progressão dos acontecimentos históricos vivenciados por seus contemporâneos. Ora, se na década de 30, Orwell era um revolucionário idealista crente de que a revolução socialista aboliria de vez o iníquo sistema capitalista, na década de 40, encontramos um escritor bastante cético quanto a "qualquer esperança verdadeira de mudança revolucionária no futuro próximo" (NEWSINGER, 2010, p. 183). A alteração de perspectiva política entre uma década e outra é, por pressuposto, o que suscitara a desconfiança dos intelectuais da *New Left* em relação à sua obra. No pequeno intervalo entre o desfecho da Guerra Civil Espanhola e o início da Segunda Guerra Mundial, Orwell parecia ter se entregado a um pessimismo desmesurado que se agudizou indefinidamente até *1984*; seu último suspiro. Algo que, em absoluto, fez com que a "esquerda moderna nunca tenha ficado à vontade com o Orwell do pós-guerra" (RICKS, 2019, p. 255).

Baseando-nos nas recentes pesquisas desenvolvidas acerca do conjunto da obra do literato inglês, propomos uma outra leitura quanto ao pensamento político de Orwell, a partir da década de 40. O ensaio "O leão e o unicórnio: o socialismo e o gênio inglês" [1940], recém traduzido no Brasil na coletânea *Por que escrevo e*

*outros ensaios*, é expressivo da nova concepção de socialismo que ele começou a engendrar, muito influenciado pelos acontecimentos e incertezas vivenciados no momento de sua escrita – entre agosto e outubro de 1940 –, no auge da guerra. No referido ensaio, o escritor argumenta que o sentido de unidade nacional gerado pelo patriotismo era como uma visão de mundo para os trabalhadores ingleses, portanto, deveria ser explorado enquanto um importante instrumento de captação do interesse do homem comum pela causa do socialismo democrático. Conforme Orwell, a única maneira eficiente de atrair a classe operária é "apelando ao seu patriotismo. Um movimento socialista inteligente deve usar este patriotismo, em vez de meramente insultá-lo, como fez até aqui" (ORWELL, 2021a, p. 106).

Em *George Orwell*: biografia intelectual de um guerrilheiro indesejado, Jacinta Matos pontua que naquele momento muito específico de luta contra o nazismo de Hitler e o fascismo de Mussolini, o projeto político de Orwell tinha como pressuposto básico "reforçar a identidade nacional, levantar o moral da população e relembrar os valores a defender" (MATOS, 2019, p. 276-277). O respaldo ao patriotismo, tão duramente criticado por Thompson e Williams[7], era a maneira que Orwell encontrara de dialogar com os valores comuns compartilhados pela massa da população inglesa. Na prática, a lógica era muito simples, enquanto a esquerda renegava o nacionalismo, a direita chegava ao poder, com o apoio das massas, mediante um discurso que tocava fundo no sentimento de união nacional. Logo, o jogo deveria ser invertido, "o patriotismo, contra o qual os socialistas lutaram por tanto tempo, tornou-se uma tremenda alavanca em suas mãos" (ORWELL, 2021a, p. 105). Em especial na Inglaterra, onde o nacionalismo era o alicerce da cultura comum do país, havia a necessidade imediata de organização de um movimento socialista que congregasse a unidade emocional das classes mais baixas – até então utilizada nas engrenagens do motor populista de direita.

Muito embora o movimento fascista inglês, concentrado em torno da figura de Oswald Mosley, não representasse qualquer ameaça à democracia, Orwell pondera que o fracasso político do movimento de extrema-direita no país era uma consequência direta da mentalidade insular do homem comum inglês. Em quase

[7] Ver THOMPSON. E. P. *The Poverty of Theory and Other Essays.* London: Merlin, 2008. WILLIAMS, Raymond. *A política e as letras*. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

todos os países, “os pobres são mais nacionalistas do que os ricos”, mas “a classe operária inglesa se destaca por sua aversão aos costumes estrangeiros” (ORWELL, 2021a, p. 61). Enquanto um movimento essencialmente oriundo da Itália, o fascismo, com seu rigor militarista e seu pendor por demonstrações de autoritarismo, era alvo de deboche entre os trabalhadores com quem Orwell travava contato. Os camisas negras britânicos – milícia paramilitar da União Britânica de Fascistas – volta e meia eram recebidos sob vaias e altas gargalhadas, logo após algum desentendimento nas reuniões esvaziadas que promoviam[8]. A insularidade dos ingleses, e a consequente aversão a qualquer reprodução irrefletida de costumes estrangeiros, “desempenha um papel na mística inglesa. No fundo, trata-se da mesma qualidade no caráter inglês que repele o turista e mantém afastado o invasor” (ORWELL, 2021a, p. 61-62).

O grande trunfo do socialismo democrático proposto por Orwell era, precisamente, o de congregar não só os operários, mas também a classe média baixa ao redor de um projeto político progressista e essencialmente inglês. O apego aos costumes tradicionais, bem como a resistência e desconfiança ao novo, eram características que uniam ambas as classes e as tornavam herdeiras de um senso comum compartilhado. Em *As utilizações da cultura*, Richard Hoggart destaca que a despeito dos novos hábitos modernos, uma camada muito expressiva da classe operária e média baixa continuava “a viver de forma tradicional vidas significativas, resistindo aos convites em contrário que lhes são dirigidos pelas influências novas” (HOGGART, 1973, v.2, p. 206). Orwell acreditava firmemente na decência das pessoas simples, um código de conduta compartilhado que as fazia “sentir da mesma forma e agir em conjunto nos momentos de crise suprema” (ORWELL, 2021a, p. 64). Em parte, esta crença fora reforçada pelo contato terra-a-terra com os trabalhadores espanhóis, durante a Guerra Civil na Espanha. De acordo com Bradford, Orwell ficara profundamente impressionado com o senso de união e decência das milícias revolucionárias catalãs, atentando-se, particularmente, à “disposição de todos, do lavrador analfabeto ao hábil artesão, para derrubar a

[8] Ver ORWELL, George. *Diários*. Tradução de Daniela Carvalhal Garcia. Alfragide: Dom Quixote, 2014, p. 373.

ortodoxia e lutar contra aqueles que desejavam restaurá-la" (BRADFORD, 2020, p. 287).

Naqueles meses decisivos em que o destino da nação estava por ser deslindado, ante a possibilidade de uma invasão nazista em solo britânico, Orwell, inevitavelmente, parecia reviver a atmosfera geral de tensão e ansiedade que a ameaça do fascismo causara na Espanha. Os seus escritos, datados de 1940, associam, recorrentemente, a classe operária inglesa e espanhola como portadoras de culturas e visões de mundo semelhantes. É por isso que, muito influenciado pela miscelânia de segmentos políticos catalães, Orwell passara os anos de guerra refletindo "nos contornos de um socialismo democrático que, ao contrário de modelos anteriores, apelasse ao centro da nação e congregasse forças de todos os quadrantes sociais, recrutando adeptos de um vasto espectro político" (MATOS, 2019, p. 264). A estratégia a seguir parecia ser muito simples, os socialistas deveriam abrandar o seu discurso revolucionário, – repleto de jargões ininteligíveis à experiência do homem comum – de modo a atrair o maior número de sujeitos para uma causa política em que eles realmente se sentissem representados. Para tanto, a esquerda inglesa teria de abandonar suas rinhas ideológicas, em proveito da formação de uma frente democrática ampla e unida. Ao invés do já repisado conceito de luta de classes, tal frente seria presidida pelo senso universal de patriotismo, único sentimento "mais forte que o ódio de classe", capaz de mover a nação "como um todo e na mesma direção", tal qual "um rebanho bovino diante de um lobo" (ORWELL, 2021a, p. 62).

Semelhante proposta, em parte, era justificada por uma tentativa, algo meio desesperada, de incentivar a organização da esquerda à volta da concepção de que a guerra forjaria o cenário ideal para a revolução. Naquele momento, Orwell dava como certo que "o patriotismo e a inteligência vão ter de se encontrar de novo. O fato de estarmos travando uma guerra, e um tipo de guerra muito peculiar, é que vai tornar isso possível" (ORWELL, 2021a, p. 77). Tomando como exemplo os eventos que desencadearam a Revolução Russa e, mais contemporaneamente, a Guerra Civil Espanhola, ele supunha que a guerra traria a revolução, posto que a história mostrara que ambas caminham inseparáveis. A revolução pensada por ele era, contudo, de uma natureza muito particular. Nada de "bandeiras vermelhas e

confronto nas ruas", as pessoas comuns tomariam o poder através de uma "revolta aberta e consciente contra os privilégios de classe" (ORWELL, 2021a, p. 92). A esquerda deveria fazer surgir um movimento socialista que abandonasse a antiquada ideia de "revolução proletária", em nome de um novo ideário que "permita à classe trabalhadora entrever uma razão pela qual lutar e que conquiste as classes médias em vez de antagonizá-las" (ORWELL, 2021a, p. 105).

Orwell estabeleceria, nesse sentido, um diálogo profícuo com as ideias trotskistas a respeito do encaminhamento da revolução socialista na esteira da guerra. Em *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* [1933], Leon Trotsky analisa que a Primeira Guerra Mundial abalou qualquer "perspectiva de continuidade do processo de crescimento do capitalismo", de modo que uma guerra vindoura seria a grande oportunidade de a classe operária atirar a última pá de terra sobre o seu sepulcro (TROTSKY, 1979, 45-49). Orwell parecia estar de acordo com tal prognóstico, muito embora a ideia de revolução por ele pensada se afastasse, sobremaneira, do internacionalismo e da expectativa de rupturas estruturais na ordem vigente. A mudança abrupta na sua opinião política com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, tão assiduamente destacada por Raymond Williams[9], não parece ter sido resultado de uma suposta virada conservadora ou reacionária. De acordo com Newsinger, ainda que o literato inglês tenha, no caso da Grã-Bretanha, "rejeitado a importância da revolução, isso não significa que rompera "o diálogo com o socialismo revolucionário" (NEWSINGER, 2010, p. 275). Na realidade, a partir da década de 40, toda a sua obra passou a ser marcada por uma espécie de trotskismo literário. Em *O ministério da verdade*: uma biografia de 1984, Dorian Lynskey (2021, p. 198) observa que, durante esse período, Orwell esteve em constante interação com os círculos políticos dissidentes, e a coleção de panfletos anarquistas e trotskistas encontrados em seus pertences é um dos muitos indícios do fato. A própria ideia de aproveitar "as convulsões sociais e econômicas inerentes a qualquer guerra" para executar a revolução é, segundo Matos, uma forte evidência do quanto

[9] Ver WILLIAMS, Raymond. *A política e as letras*. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 394.

Orwell pensava a realidade política de seu país através de conceitos trotskistas herdados, anos antes, da "linha de orientação do POUM" (MATOS, 2019, p. 261).

Salvaguardando-nos das devidas ressalvas, não seria de todo ousado dizer que o seu projeto político bebia na fonte gramsciana de criação emergente de um programa socialista que "o povo reconheça como expressão de suas necessidades vitais" (GRAMSCI, 1999, V. 1, p. 365). Ainda que a revolução não instaurasse a ditadura do proletariado, o literato inglês tinha a consciência de que o senso comum – enquanto visão de mundo do homem simples – deveria ser manejado pelos progressistas como mecanismo de cooptação dos trabalhadores. Com a ascensão meteórica do fascismo, havia a preocupação de que "a experiência cotidiana iluminada pelo 'senso comum', ou seja, pela concepção tradicional popular do mundo", fosse apropriada e subvertida pelos movimentos totalitários de direita (GRAMSCI, 2017, V. 3, p. 180). Gramsci, tanto quanto Orwell, atentara-se para o fato de que a ameaça do fascismo colocava em risco não só a democracia, como também o passado e a tradição de luta e resistência das classes subalternas.

Em *1984*, o pior dos cenários urdidos pelo totalitarismo, "a esperança está nos proletas". Winston Smith crê na possibilidade de sublevação do homem simples, embora tal ação perpasse por uma conscientização dificultada pela ausência de história. Alijados de seu passado e do arsenal de resistência amealhado pelas mentes revolucionárias de seus ancestrais, os proletas são facilmente controlados pelo Partido. A possibilidade daquelas massas – entretidas por "filmes, futebol, cerveja e, antes de mais nada, jogos de azar" – se conscientizarem "da força que possuíam" alcançava, na mente de Winston, a dimensão espiritual do milagre (ORWELL, 2009, p. 88-90). No seu íntimo, Smith pensava sob a lógica de um romântico revolucionário que, assim como Gramsci e Orwell, acreditava na ideia de que "a lembrança do passado serve como uma arma na luta pelo futuro" (LÖWY; SAYRE, 2015, p. 47). Daí a sua busca desesperada por vestígios deixados pela memória de um passado outro que não o forjado pelos manuais da história oficial do Partido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o avanço do totalitarismo na Europa, escritores como Antonio Gramsci, Walter Benjamin e o próprio George Orwell transformaram o pessimismo melancólico – tão característico do desencanto romântico com a modernidade – no que Löwy e Sayre conceituaram como uma espécie de pessimismo militante. Ignorado pelos partidos comunistas e pelos social-democratas, no início da década de 30 o fascismo era visto como um fenômeno isolado; uma loucura à italiana. Ora, não seria possível que o capitalismo evoluísse para uma versão piorada de si mesmo quando o fim de seus dias fora decretado pelo movimento dialético da história. A crença de que o progresso era o bilhete de passagem que conduziria o século XX diretamente à revolução proletária anuviava a capacidade de julgamento quanto ao risco iminente de um colapso da democracia na Europa. Na contramão do que podemos chamar de otimismo ortodoxo, em *Walter Benjamin*: aviso de incêndio, Michael Löwy destaca que assim como muitos de seus contemporâneos, Walter Benjamin refutara "a certeza da vitória inelutável das forças progressistas", em proveito de um "pessimismo revolucionário que nada tem a ver com a resignação fatalista" (LÖWY, 2005, p. 23-75). Ao invés de alimentar a perspectiva de uma revolução socialista projetada para emancipar as gerações vindouras, Benjamin propunha que a revolução deveria ser executada como desforra do passado, em nome da memória e da tradição dos oprimidos. A sua fonte de ação haveria de provir, portanto, do mesmo objetivo universal que inspirara "a promessa não cumprida de 1789: liberdade, igualdade e fraternidade" (LÖWY, 2005, p. 154). O passado e a memória viva dos oprimidos, sustidos pelas chamas da tradição, fariam arder nas mentes dos homens comuns o fogo da resistência à opressão.

Em *O anjo da história*, Walter Benjamin tece duras críticas à social-democracia de Weimar por ter abandonado a consciência de que o operariado é a "última classe escravizada, vingadora e libertadora". Ao projetar no futuro a colheita dos frutos da práxis revolucionária do presente, a esquerda alemã abrira uma grande brecha ao populismo sedutor da extrema-direita. Caberia aos grupos progressistas chegarem a um "conceito de história no qual o estado de exceção" fosse a regra (BENJAMIN, 2019, p. 182-192). Rememorando as lutas dos seus antepassados, os trabalhadores buscariam em sua tradição as armas que empunhariam contra a ameaça opressora representada pelo fascismo e o nazismo.

O estado de emergência precisava ser convocado, o alarme de incêndio soaria para despertar a consciência adormecida da classe operária; única capaz de conter o avanço genocida da extrema-direita. O pessimismo de Benjamin quanto ao determinismo fatalista da ação revolucionária dos operários – tese basilar da ortodoxia marxista – circunscreve-se em um universo mental semelhante ao de George Orwell e ao de Antonio Gramsci. Todos eles acompanhavam, céticos e apreensivos, o desenrolar dos acontecimentos históricos da década de 30; e todos eles alertaram, incansavelmente, que a negligência da esquerda quanto ao perigo fascista poderia erodir a civilização europeia e os séculos de cultura humanista que a ela se somaram.

## REFERÊNCIAS

AUERBACH, Erich. *Mimesis*: a representação da realidade na literatura ocidental. Tradução de George Bernard Sperber. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BRADFORD, Richard. *Orwell*: um homem do nosso tempo. Tradução de Renato Marques de Oliveira. São Paulo: Tordesilhas Livros, 2020.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. V. 1.

_____. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, V. 2.

_____. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, V. 3.

HITCHENS, Christopher. *A vitória de Orwell*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos:* o breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura*. Tradução de Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 2. V, 1973.

KOESTLER, Arthur. *En busca de la utopía*. Traducción de David Rosembaum. Barcelona: Editorial Kairós, 1983.

LEBEDOFF, David. *O mesmo homem:* George Orwell, Evelyn Waugh no amor e na guerra. Tradução de Pedro Jorgensen. Rio de Janeiro: Difel, 2011.

LYNSKEY, Dorian. *O ministério da verdade*: uma biografia de 1984, o romance de George Orwell. Tradução de Claudio Alves Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

LONDON, JACK. *O povo do abismo*. Tradução de Hélio Guimarães e Flávio Moura. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. A corrente romântica nas ciências sociais da Inglaterra: Edward P. Thompson e Raymond Williams. Crítica Marxista, n.8, p. 43-66, 1999.

_____. *Revolta e melancolia:* o romantismo na contracorrente da modernidade. Tradução de Nair Fonseca. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. *Walter Benjamin*: aviso de incêndio. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. – São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, George. Trata-se do Realismo. In: MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. *Um capítulo da história da modernidade estética*: debate sobre expressionismo. São Paulo: Unesp, 1998.

MATOS, Jacinta Maria. *George Orwell*: biografia intelectual de um guerrilheiro indesejado. Lisboa: Edições 70, 2019.

NEWSINGER, John. *George Orwell*: uma biografia política. Tradução de Fernando Gonçalves. Lisboa: Antígona, 2010.

ORWELL, George. *1984*. Tradução de Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *A flor da Inglaterra*. Tradução de Sergio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Diários*. Tradução de Daniela Carvalhal Garcia. Alfragide: Dom Quixote, 2014.

_____. *Na pior em Paris e Londres*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *O caminho para Wigan Pier*. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *O que é fascismo*?: e outros ensaios. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *Por que escrevo e outros ensaios*. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2021a.

_____. *Um pouco de ar, por favor!* Tradução de Regina Lyra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2021b.

_____. *Uma vida em cartas*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

RICKS, Thomas E. *Churchill & Orwell*: a luta pela liberdade. Tradução de Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* Tradução de Carlos Felipe Moisés. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

TAYLOR, A. J. P. *Historia de Inglaterra* (1914-1945). Traducción de Federico Patán. México: Fondo De Cultura Económica, 1989.

THOMPSON. E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, V. 1.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução de Renato Busatto Neto e Claúdia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, V. 2.

_____. *Os românticos:* a Inglaterra na era revolucionária. Tradução de Sérgio Morais Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____*. The Poverty of Theory and Other Essays.* London: Merlin, 2008.

TROTSKY, Leon. *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha.* São Paulo: Livraria e Editora de Ciências Humanas, 1979.

WILLIAMS, Raymond. *A política e as letras*. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____. *Cultura e Sociedade* – De Coleridge a Orwell. Tradução de Vera Joscelyne. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

_____. *George Orwell*. New York: The Viking Press, 1971.

**Recebido em 19 de janeiro de 2022.**

**Aprovado para publicação em 13 de março de 2022.**

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

# ECOS POLÍTICOS NA HISTORIOGRAFIA:
O Debate de Fustel de Coulanges e Theodor Mommsen acerca da Alsácia-Lorena e as tendências interpretativas da Guerra Franco-Prussiana

# POLITICAL ECHOES IN HISTORIOGRAPHY:
The debate between Fustel de Coulanges and Theodor Mommsen about Alsace-Lorene and the interpretative trends of the Franco-Prussian War

*LUCAS ARANTES LORGA*[1]

## RESUMO

O presente texto pretende analisar a discussão entre dois historiadores consagrados da cena europeia oitocentista, Fustel de Coulanges e Theodor Mommsen, acerca da verdadeira nacionalidade do território da Alsácia-Lorena: francesa ou alemã. A partir de excertos traduzidos de tal debate, pretende-se, em um primeiro momento, historicizar a documentação, expondo o contexto político de produção, ou seja, a Guerra Franco-Prussiana, e seu contexto editorial, resgatando as disputas entre alguns dos principais jornais europeus da época: o *La Perseveranza*, o *Il Secolo* e a *Revue des Deux Mondes*. Em seguida, é construído um argumento em favor da tese de que as grandes linhas interpretativas acerca da Guerra Franco-Prussiana encontradas durante o século XX e começo do XXI foram, de certo modo, já elaboradas sincronicamente ao conflito. Com isso, busca-se mostrar as imbricações epistemológicas entre nacionalismo e historiografia.

**Palavras Chaves:** Fustel de Coulanges; Theodor Mommsen; Alsácia Lorena; Guerra Franco-Prussiana

## ABSTRACT

The present text intends to analyze the discussion between two renowned historians of the 19th century European scene, Fustel de Coulanges and Theodor Mommsen, about the true nationality of the territory of Alsace-Lorraine: French or German. From translated excerpts of this debate, it is intended, at first, to historicize the

[1] Discente do curso de História na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Este trabalho é oriundo da pesquisa de iniciação científica orientada pelo Prof. Dr. Glaydson José da Silva e faz parte do grupo CNPQ "Antiguidade e Modernidade: História Antiga e Usos do Passado". O presente texto foi realizado sob o processo de número 2019/26912-2 e as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP. *E-mail:* lucaslorga1@gmail.com

documentation, exposing the political context of production, that is, the Franco-Prussian War, and its editorial context, rescuing the disputes between some of the main European newspapers of the time: *La Perseveranza*, *Il Secolo* and the *Revue des Deux Mondes*. Then, an argument is made in favor of the thesis that the main lines of interpretation about the Franco-Prussian War found during the 20th century and the beginning of the 21st were, in a way, already elaborated synchronously to the conflict. With this, we seek to show the epistemological imbrications between nationalism and historiography.

**Keywords:** Fustel de Coulanges; Theodor Mommsen; Alsace Lorraine; Franco-Prussian War

## INTRODUÇÃO

É relativamente fácil encontrar, na historiografia contemporânea, alguns temas envoltos em certa bruma de mistérios. Autores franceses - como Michel Foucault (2008) e Michel de Certeau (1982) - ou alemães - como Reinhart Koselleck (1992;1993) e Hans-Georg Gadamer (1997) - mostram-nos, de maneira provocadora e instigante, que o trabalho do historiador não pode ser desconectado de sua carga subjetiva, intertextual e ideológica do sujeito histórico que escreve.

Surgem, desse modo, alguns períodos categorizados como *Légendes Noires* (Lendas Escuras). O Regime de Vichy (1940-1944) é um bom exemplo, sendo até hoje uma etapa política francesa com diversas lacunas e dúvidas. Com um esforço notável de historiadores tidos como periféricos (SILVA, 2006; ROLLEMBERG, 2011), por exemplo, esse período, felizmente, está sendo aos poucos sendo resgatado do oblívio acadêmico.

Nesse sentido, a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), que é o cenário histórico no qual o presente artigo foca-se, pode ser considerada como uma *Légende Noire* (LEMIEUX, 2009). Grande parte das publicações feitas sobre o período foram escritas até a década de 1970, comemorando o centenário do conflito e focando-se principalmente nos grandes personagens, como Guilherme I, Bismarck ou o infame Napoleão III. Além disso, a maioria do que está escrito foi redigido por historiadores alemães em sua língua pátria, dificultando o acesso para o público geral ou acadêmico

(LEMIEUX, 2009). Podemos, também, verificar a falta de textos traduzidos para o português não só do alemão, mas do inglês e francês.

O foco das análises historiográficas sobre o período mostrou-se, também, uma grande questão, como ficará claro ao longo do artigo. Diversos pesquisadores que se debruçam sobre o conflito procuram fazer uma "pré-história" da guerra, buscando suas origens, motivações e, principalmente, um culpado (LEMIEUX, 2009). A acusação por parte de historiadores franceses contra os alemães, e vice-versa, de que o país vizinho começou a guerra marcou intensamente os debates acadêmicos acerca do tema (HALPERIN, 1973).

Porém, para deixar claro, a Guerra Franco-Prussiana não foi esquecida pela academia. O conflito foi, de fato, um dos momentos mais estudados pela historiografia contemporânea (LEMIEUX, 2009). Mesmo assim, devemos lembrar que parte dos documentos oficiais diplomáticos alemães só foram liberados após a Segunda Guerra e catalogados após a década de 1950, tornando, para alguns, obsoleto grande parte do que se escreveu até então (HALPERIN, 2015). Além disso, a patrimonialização e o ufanismo exagerado trouxeram alguns casos quase cômicos, como, por exemplo, monumentos históricos a soldados franceses mortos na guerra que nem mesmo existiram (KANTER, 1986).

O presente artigo, portanto, tentará afastar-se ao máximo de tais pretensões. Não se procura, então, descobrir factualmente quem começou a guerra, nem julgar as ações de Napoleão III e seu malfadado Segundo Império, ou do belicismo imperialista de Bismarck.

Ao contrário, focaremos em dois fatores: 1) resgatar e introduzir para o público acadêmico brasileiro as principais inovações historiográficas acerca da Guerra Franco-Prussiana, problematizando alguns pontos que tornaram-se clichês na historiografia do conflito; 2) e analisar um debate pontual entre dois importantes historiadores, Fustel de Coulanges e Theodor Mommsen, em jornais de renome na Europa, mostrando que a tendência historiográfica para analisar a guerra já se formava sincronicamente ao seu andamento. Nesta segunda parte, procuraremos expor as principais impressões dos historiadores acerca da guerra, assim como colocar algumas passagens traduzidas dessa contenda, escrita originalmente em francês e italiano, respectivamente.

A partir de metodologias próprias da historiografia de jornais, procurar-se-á, neste artigo, seguir as advertências e conselhos da historiadora Maria Helena Capelato (1988, pág. 21). Segundo a autora:

> O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade (...). A categoria abstrata da imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social.

Sendo assim, as cartas de Coulanges e Mommsen não serão utilizadas como espelhos da realidade da guerra, com o intuito de provar alguma das correntes historiográficas posteriores. Ao contrário, pretendemos mostrar a imbricação epistemológica entre nacionalismo e historiografia desde a gênese do conflito.

O trajeto e a metodologia do presente capítulo segue, assim, uma estrutura ligada à hermenêutica. Seguindo o exemplo de diversos intelectuais de renome, como Robert Darnton (1986), entendemos a dialética expositiva da hermenêutica em um movimento circular como um meio satisfatório de análise e estruturação de um texto. Passando do particular para o geral e retornando ao primeiro, pretende-se cobrir as principais impressões dos sujeitos históricos mencionados acerca da Guerra Franco-Prussiana a partir de suas publicações em jornais.

Portanto, em um primeiro momento do texto, será exposta a etapa pragmática, no sentido dado por Johann Gustav Droysen (DROYSEN, 2009), envolvendo o contexto editorial e midiático que deu suporte às fontes primárias. Depois, passaremos para a interpretação das condições, indo para o contexto histórico. Por último, apresentaremos as maiores questões da historiografia do conflito e como as argumentações políticas de Coulanges e Mommsen ecoam na academia até a atualidade.

## 1. CORPUS DOCUMENTAL E SEU CONTEXTO DE PRODUÇÃO

A discussão de Mommsen e Coulanges, em um nível mais imediato, tratou de um assunto bem específico. Basicamente, os autores tentaram cooptar o auxílio diplomático e militar da Itália durante a Guerra Franco-Prussiana. Exatamente por

isso, faz-se necessário entender o contexto editorial das revistas que acolheram seus textos, tendo em vista que parte da discussão foi publicada em jornais italianos.

A disputa entre os historiadores foi iniciada por Theodor Mommsen, escrevendo uma carta em 23 de julho de 1870 e publicando-a em 10 de agosto do mesmo ano, no jornal milanês *La Perseveranza*. O periódico possuía um caráter conservador moderado, apoiando a monarquia e as políticas de Cavour, por quem Mommsen nutriu grande estima e admiração. Ao contrário de outros jornais, como o ambíguo *Il Secolo*, o *La Perseveranza* preocupou-se em realizar debates mais comedidos e menos inflamatórios da opinião pública. Fundada em 1859 e regida pelo espírito de unificação, sua pretensão maior foi reunir a antiga elite italiana com a nascente burguesia (MORONI, 2005).

Sua carta, porém, não saiu como Mommsen gostaria. Em 20 de agosto do mesmo ano, o historiador alemão resolveu endereçar um novo texto, mas desta vez ao jornal milanês *Il Secolo*, rival editorial do *La Perseveranza*. O periódico preocupava-se em atingir as camadas mais populares, sendo um dos primeiros a utilizar imagens e desenhos na primeira página, devido à grande taxa de analfabetismo em seu público alvo (MORONI, 2005). Chegou até a ser referido, em alguns momentos, como "*The Worker Gospel*" (A Bíblia do Trabalhador) (SUTCLIFFE, pág 182, 2014)

Não só isso, como seu posicionamento editorial estava ligado fortemente à democracia (COOPER, 1991). O jornal *Il Secolo*, por exemplo, foi um dos primeiros a comemorar a posse do primeiro-ministro Francesco Crispi (SUTCLIFFE, 2014), que tinha, inicialmente, um discurso alinhado ao republicanismo revolucionário. Quando Crispi assumiu o poder, as relações ítalo-germânicas melhoraram bastante, tendo em vista que o ministro tinha mais simpatia pela Alemanha e por Bismarck do que pela França e Napoleão III (DUGGAN, 2008). Isso pode explicar, de certa forma, o porquê de Mommsen ter feito uma segunda carta e endereçado para um jornal com o editorial tão diferente do primeiro.

Porém, a questão do porquê Mommsen trocou o jornal conservador moderado das elites pelo republicano revolucionário das classes baixas foi exposto por ele mesmo em sua segunda carta. Segundo o historiador alemão, o *La Perseveranza* retirou parte de sua carta original, assim como publicou-a juntamente com uma

resposta às suas alegações. Segundo Mommsen, em sua segunda publicação no *Il Secolo* :

> La *Perseveranza* quis acolher algumas de minhas palavras em suas colunas acerca da situação política atual, e especialmente a relação entre a Itália e a Alemanha. Se este jornal considerou adequado fazer suas próprias reservas, e remover aquelas passagens que não pareciam compatíveis com seu profundo respeito por Tulherias[2], isto não é tanto culpa do honorável editor, de quem reconheço a benevolência e boa fé, tanto quanto do autor, que não soube distinguir o *La Perseveranza* que foi para o *La Perseveranza* que é (MOMMSEN, 1870, pág. 7, tradução nossa).

Sendo assim, Mommsen deve ter escolhido o jornal *Il Secolo*, entre alguns motivos aqui já expostos, como meio de protestar contra a censura sofrida no *La Perseveranza*.

Uma questão, entretanto, apareceu no decorrer do trabalho. Devido a dificuldade de acesso aos documentos originais, a ordem das cartas não fica absolutamente clara. Não foi possível descobrir se Mommsen, ao enviar sua segunda carta ao jornal *Il Secolo*, adicionou também a parte cortada pelo *La Perseveranza*. Isso porque a segunda parte do texto no jornal *Il Secolo*, denominada "*La Pace*" (A Paz), não se identificou nem como reprodução do que foi cortado, nem como uma nova produção de Mommsen. Felizmente, esse fato não afeta gravemente a proposta do artigo, pois o historiador alemão deixou bem claro em todos os seus textos seu posicionamento acerca da Guerra.

Fustel de Coulanges, vendo as cartas de Mommsen, resolveu retrucar com um texto bem conhecido. "A Alsácia-Lorena é alemã ou francesa? Resposta ao Senhor Mommsen, professor em Berlim", como Coulanges intitulou, foi escrita em 27 de outubro de 1870. Entretanto, novamente, possuímos em nossas mãos outra questão acerca da localização editorial da documentação.

Parte das fontes consultadas para acessar o documento de Coulanges fornecem-nos um dado curioso. Alguns institutos de divulgação *online* de documentações, como o instituto SPIN (*Study Platform on Interlocking Nationalisms*) ligado à Universidade de Amsterdã; a *Digithèque de matériaux juridiques et politiques*

[2] Mommsen refere-se ao palácio de Tulherias, residência particular de Napoleão III. Provavelmente, o historiador alemão está inferindo uma simpatia do jornal *La Perseveranza* ao Segundo Império Francês.

ligada à Universidade de Perpignan; e *La Bibliotheque Electronique De Lisieux* ligada *à Médiathèque communautaire André Malraux*, por exemplo, afirmam que tal carta foi publicada na famosa e influente revista parisiense *Revue des Deux Mondes*.

Porém, não foi possível encontrar, nem a partir da plataforma *Gallica*, nem pelo próprio acervo online fornecido pela *Revue Des Deux Mondes*, o referido texto de Coulanges. Os textos acadêmicos que referenciam a carta de Coulanges (HARTOG, 2003; JURT, 2017) não tem como fonte primária a suposta carta na *Revue*, mas sua reedição na obra *Questions contemporaines* de 1919, no caso de Joseph Jurt, e a edição da editora parisiense Dentu de 1870, no caso de François Hartog. Nesse sentido, Joseph Jurt (2011, pág. 9, tradução nossa) afirma, de passagem e sem entrar em muitos detalhes, que "[Coulanges] respondeu em carta aberta, datada de 27 de outubro de 1870, ao Sr. Mommsen, com seu texto "A Alsácia é alemã ou francesa?", publicado como panfleto e não inserido na *Revue des Deux Mondes*, como às vezes se afirma". Mesmo assim, existem alguns motivos para que Coulanges possa, realmente, ter publicado no referido periódico.

A *Revue des Deux Mondes* foi fundada em 1829 e tinha uma conotação política levemente similar à da *La Perseveranza*. O jornal, até uma sutil alteração editorial após a década de 70, com a instauração da Terceira República Francesa, pôde ser solidamente considerado como uma revista conservadora. Apoiando muitos movimentos monárquicos, incluindo um interesse curioso por D. Pedro II e o seu Império no Brasil[3], a *Revue des Deux Mondes* tornou-se uma das revistas conservadoras mais prestigiadas da Europa e do mundo (CAMARGO, 2015).

Uma suposta escolha de Coulanges da *Revue des Deux Mondes* como suporte para sua carta pode não ter sido ao acaso. A revista, desde sua fundação, tratou com especial atenção os assuntos italianos, colocando até mesmo grandes nomes da intelectualidade francesa, como Hypolite de Taine, historiador colega e contemporâneo a Coulanges, para escrever sobre suas viagens ao país recém unificado (FUNARO, 1969).

[3] Dos 510 artigos publicados na revista sobre o Novo Mundo, cerca de 30 foram sobre o Brasil. Ver CAMARGO, K. A. F. DE. Indícios de leitura e leitores da Revue e do Annuaire des Deux Mondes no Brasil na segunda metade do século XIX. Revista Graphos, v. 17, n. 1, p. 31-48, 25 jul. 2015.

O tom de admiração ao espírito de unificação era, entretanto, moderado. O escritor Marc Monnier, por exemplo, sempre deixou clara sua admiração pela unificação italiana e das habilidades políticas de Cavour. Porém, ao mesmo tempo condenou um espírito belicista e expansionista italiano, temendo que eles seguissem o exemplo do outro país vizinho também recém unificado: a Alemanha (FUNARO, 1969). Esse posicionamento dúbio da revista sobre a Itália combinou de sobremaneira com os intentos de Coulanges.

Além desses fatores, Coulanges pode ter publicado na *Revue des Deux Mondes*, pois ela foi o veículo preferido de um movimento quase catártico de diversos intelectuais franceses de peso. Assim como Coulanges, diversos outros filósofos, historiadores e pensadores, como Ernest Renan, François Buloz, que também foi diretor do periódico, Ernest Lavisse, E.M Caro, Emile Montégut, etc. focaram suas atenções e forças (no sentido mais reativo da palavra) em redigir textos que avaliassem a causa da derrota francesa na guerra. A figura de Mommsen, em especial, foi o grande foco dessa reação inflamada por parte da intelectualidade francesa (HARTOG, 2003).

Tendo em vista tais atrativos da revista a Coulanges, é possível dizer, no mínimo, que é verossímil que a carta tenha sido publicada em algum momento na *Revue de Deux Mondes*. Aliado a isso, não tivemos acesso físico ao acervo documental do periódico. Por tais fatores, não descartamos totalmente a veracidade das informações dadas pelas bibliotecas virtuais referenciadas. Porém, se a documentação disponível de maneira *online*, tanto na plataforma *Gallica* quanto no acervo disponibilizado pela revista, estiver em sua integralidade - como parece-nos que está -, a possibilidade da publicação de Coulanges na *Revue des Deux Mondes* deverá ser descartada. Mesmo assim, ressaltamos que, ainda que com as diferentes origens, a documentação textual continua igual em todos os veículos consultados, o que possibilita uma análise de seu discurso sem grandes percalços.

Desta forma, Coulanges tinha entendido as cartas de Mommsen como uma afronta direta à sua nação. Segundo ele:

> O senhor mandou recentemente três cartas ao povo italiano. Essas cartas, que apareceram primeiro nos jornais de Milão e que foram, então, combinados em panfletos, são um real manifesto contra nossa nação. Você deixou seus estudos

> históricos para atacar a França; eu farei o mesmo para te responder (COULANGES, 1870, pág. 1, tradução nossa).

Interessante notar que a correspondência aberta de Coulanges e Mommsen não foi única e inusitada. Quase ao mesmo tempo, com a primeira carta aberta sendo publicada no final de julho de 1870, dois intelectuais de igual peso a Coulanges e Mommsen debateram por jornais, com argumentos muitos semelhantes. O historiador francês Ernest Renan também apelou para o nacionalismo típico da revolução francesa, de caráter liberal e rousseauniano (HOFFMAN, 1993), assim como Coulanges (RENAN, 2006). Do outro lado, o teólogo protestante David Friedrich Strauss (1804-1874) recorreu a argumentos étnicos e linguísticos, assim como Mommsen, alegando que o território da Alsácia-Lorena pertencia ao mundo germânico. Os dois sentiram-se próximos, mantendo certa cortesia que Coulanges não dispôs a Mommsen, pois tinham se digladiado igualmente com as autoridades eclesiásticas de seus respectivos países por terem produzido pesquisas acerca da figura de Jesus (JURT, 2015).

Após passar pela etapa pragmática, envolvendo o contexto editorial e midiático que deu suporte aos documentos, seguimos com o desenvolvimento do texto. A próxima parte consiste basicamente em interpretar as condições políticas que geraram as fontes, a saber, a Guerra Franco Prussiana, assim como introduzir o debate historiográfico acerca do conflito.

## 2. INÍCIO E FIM DA GUERRA FRANCO PRUSSIANA

Antes de chegar ao conflito entre o povo francês e o alemão, é necessário trazer à baila outra nação: o Reino da Espanha. Parece um pouco estranho estudar a Guerra Franco Prussiana a partir de outros países que não a França e a Prússia, mas asseguro-lhes que não o é. Parece impossível entender o dito conflito sem transitarmos pelas interseções entre políticas locais e continentais, tendo em vista que as animosidades entre os países começou com a disputa pelo trono espanhol (JURT, 2015).

A Espanha passava pelo período chamado de Sexênio Revolucionário, que começou em 1868 e terminou somente em 1874. A política interna espanhola tentava, principalmente na figura do político hegeliano Emílio Castelar, implantar o

republicanismo e livrar-se dos costumes retrógrados do Antigo Regime. Porém, parte dos políticos espanhóis ainda via a ideia de uma República como sinônimo de anarquismo, caos social e desordem, devido às experiências fracassadas das duas primeiras Repúblicas Francesas (GARCÍA, 1998).

A solução encontrada foi a criação de uma monarquia constitucional, à revelia de Castelar e dos republicanos. A grande questão foi que ninguém, até então, tinha aceitado o Trono da Espanha. Nomes como Fernando de Portugal e o duque de Aosta acharam melhor não assumir o trono no momento (GARCÍA, 1998). Não só isso, como a própria França, utilizando-se de sua influência diplomática, vetou diversos nomes (LEMIEUX, 2009) e chegou até a indicar o Príncipe das Astúrias para o trono (MARCEL, 1969). Essa interferência levou a uma aproximação entre a Prússia e a Espanha, que estava cansada da interferência francesa em sua política interna. Abriu-se, então, no inverno de 1869, a possibilidade de indicar o príncipe alemão Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen.

Leopoldo tinha diversas qualidades interessantes para a Espanha e para a Prússia, dando quase certo sua nomeação. Ele era relativamente jovem, com 3 herdeiros homens já nascidos e foi casado com Antônia de Portugal, o que lhe concedeu uma possível herança do trono Português e, talvez, uma nova união da Península (HALL, 2016). Se não aceitassem a indicação de Leopoldo, era possível que a Espanha oferecesse o trono para um membro da família Wittelsbach, da Baviera, o que colocaria em risco o poder geopolítico da Prússia no mundo germânico (LEMIEUX, 2009). Além disso, a indicação de um Hohenzollern agradou o ramo católico do Sul da Alemanha (KITCHEN, 2013).

O governo francês sabia que se o Príncipe Leopoldo subisse ao trono espanhol, a Prússia teria um aliado ao sul da França. Isso a obrigaria a separar defensivamente suas tropas para proteger as bordas ao norte, temendo uma invasão prussiana, e ao sul, temendo a invasão espanhola (HALL, 2016). Além disso, o monarca francês, aproveitando a oportunidade, usou a indicação como uma forma de denunciar a política selvagem e expansionista prussiana, que diferia do suposto genuíno nacionalismo da Itália e da Polônia, para angariar aliados internacionais (KITCHEN, 2013).

Mesmo com diversas vantagens para a Prússia, a indicação do príncipe Leopoldo teve diversos contratempos dentro da própria família real prussiana. Em um primeiro momento, nem o próprio príncipe, nem seu pai - Guilherme I, líder da família Hohenzollern e Rei da Prússia - aceitaram o convite da corte espanhola, devido à instabilidade política da Espanha (WAWRO, 2005). Mesmo que mais tarde Bismarck tenha tentado convencer o Rei Guilherme I do contrário - o que muitos entenderam como indício de que o primeiro-ministro estaria envolvido na indicação ao trono desde o começo - sabe-se que Bismarck, nesse momento, permaneceu passivo sobre o assunto. O primeiro-ministro prussiano só se pronunciou em fevereiro de 1870 (LEMIEUX, 2009).

Até então, tudo estava em um estranho sossego e um estado de "paz idílica" dominava as relações entre França e Prússia durante os meses de março e abril de 1870 (LEMIEUX, pág. 46, 2009, tradução nossa). Porém, em 21 de junho do mesmo ano, as negociações foram concluídas para a ascensão de Leopoldo ao trono espanhol (HALL, 2016), mesmo que ainda em segredo (WAWRO, 2003). Aliado a isso, após uma troca confusa de ministros do exterior pelo chefe do governo francês, o liberal Émile Ollivier, entrou em cena uma das personagens centrais do conflito e da historiografia acerca do período: o Duque de Grammont. Mais especificamente em maio de 1870 é que Antoine-Alfred Agenor, duque de Gramont (1819-1880), é apresentado a Napoleão III, que confirmou sua posição para o Ministério das Relações Exteriores (LEMIEUX, 2009).

O protagonismo de Gramont deveu-se justamente pelo fato de que o ministro teria dado passos mais longos do que suas pernas podiam sustentar contra Bismarck. Em 6 de julho de 1870, por um engano entre as correspondências de embaixadores, o governo francês descobriu as maquinações em segredo para a sucessão de Leopoldo. Exigiu-se, então, a retirada imediata da candidatura do príncipe, e sua exigência foi inesperadamente aceita em 12 de julho do mesmo ano (MURET, 1909).

Esse fato foi tido como uma vitória diplomática inconteste, por diversos intelectuais e políticos da época, independente da nacionalidade. O embaixador inglês Lord Lyon, por exemplo, descreveu o evento como um "triomphe diplomatique" (triunfo diplomático) (LYON *apud* MURET, 1909, p. 306, tradução nossa). O político alemão Friedrich Beust, por sua vez, enviou a Metternich um telegrama exortando o governo

francês pelo "*succès diplomatique incontestablement obtenu"* (sucesso diplomático incontestável obtido) (BEUST *apud* MURET, 1909, pág 306, tradução nossa). Internacionalmente, a França teria ganho a disputa pelo trono espanhol nesse momento.

O governo francês - na figura ora de Napoleão, ora de Grammont, ora de Émile Ollivier e ora, até mesmo, da Imperatriz Eugénia[4], na interpretação futura dos historiadores - decidiu ir além. Os franceses resolveram pedir para que o diplomata Vicente Benedetti voltasse para Ems, onde o príncipe Guilherme I estava, com o objetivo de exigir a confirmação tácita da retirada da candidatura do príncipe Leopoldo e algumas garantias de que nenhum membro da linhagem Hohenzollern tentaria apossar-se do trono espanhol novamente (MURET, 1909).

O Rei Guilherme I, porém, decidiu negar mais uma reunião com Benedetti. Aparentemente, o monarca estava indignado com as novas demandas francesas e cansado das visitas de Benedetti, que já havia frequentado regularmente sua residência em Ems em missões nos meses anteriores. Sem saber, Guilherme I criou a oportunidade para o surgimento de um dos documentos mais citados e polêmicos na historiografia sobre a Guerra Franco-Prussiana: o infame Despacho de Ems[5].

Guilherme I, ao negar o encontro com o diplomata francês, pediu para enviar um telegrama aparentemente ordinário ao governo central prussiano, avisando sobre seu contratempo. Bismarck, junto com os militares Albrecht Von Roon e o gênio estrategista Helmut Von Moltke, resolveu editar o telegrama do rei prussiano, fazendo com que a reação de Guilherme I parecesse muito mais hostil a Benedette. Logo depois, o documento, que deveria ser de caráter ordinário e com a devida discrição, foi vazado, causando uma reação agressiva por parte da opinião pública francesa (WAWRO, 2005).

Mommsen, inclusive, refere-se ao documento ao dizer que a Prússia, por ter ganho a guerra sozinha, não aceitaria ameaças disfarçadas de conselhos de outros

[4] Adolphe Thiers, um dos grandes líderes da Terceira República que sucedeu Napoleão III, chegou a declarar que a Imperatriz Eugênia, junto com Grammont e Ollivier, eram os grandes mentores da declaração de guerra de 1870, temendo que a "França estava perdendo seu lugar entre as nações, e deveria reavê-lo, ou morrer" (tradução nossa). Ver em WAWRO, Geoffrey. The Franco–Prussian War: The German Conquest of France in 1870–1871 (Cambridge: Cambridge University Press, 2005), pág 35.

[5] Há uma tradução do despacho para o português, feita pelo Prof. Luiz Arnaut da UFMG para a sua disciplina de história contemporânea.

países sobre as resoluções do fim do conflito. Em suas palavras: "conselhos amigáveis, vindos de amigos que não são *de la veille*[6], serão pesados; o que não é um conselho, mas uma ameaça, terá de pronto a mesma resposta de Ems" (MOMMSEN, 1870, pág. 12, tradução nossa).

O Chefe de Estado francês Olivier, então, se apresentou à Assembleia Nacional no dia 14 de julho de 1870, com o objetivo de pedir 50 milhões de francos para a guerra contra a Prússia (WAWRO, 2003). É possível perceber, como será mostrado adiante, desde a discussão de 14 de julho para iniciar a guerra, um tema que ficou marcado em ferro e sangue tanto na sociedade francesa e alemã, como para a historiografia posterior.

Olivier, em um primeiro momento, conseguiu cooptar a opinião dos membros da assembleia, que gritaram por uma guerra patriótica. Porém, dezesseis deputados republicanos, liderados por Léon Gambetta, protestaram, chamando atenção para a falta de razões em uma declaração de um conflito daquelas proporções. Nas palavras de um dos dezesseis: "nós seríamos os primeiros a nos erguer por uma guerra em defesa de nossa terra natal. Nós não vamos nos levantar por uma guerra agressiva, dinástica!"[7] (WAWRO, 2003, pág. 57, tradução nossa). Esta frase sintetizou um tema sensível política e historiograficamente, que veremos melhor ao longo do próximo tópico: a guerra foi defensiva ou ofensiva por parte da França?

A guerra, então declarada pela França em 19 de julho de 1870, já começou com diversos contratempos para os atacantes. As justificativas dadas por Olivier e Grammont, como visto anteriormente, não foram aceitas em sua totalidade por grande parte do público civil, político e militar francês. Desde cedo, a guerra já foi impopular. Externamente, a maioria dos países potencialmente aliados à França, como Itália, Áustria e até mesmo a Rússia, não viram com bons olhos a declaração. Grammont, que contou cegamente com o apoio desses países, logo surpreendeu-se em uma querela diplomática que potencialmente mudou os rumos da guerra (WAWRO, 2003).

[6] De la veille pode ser entendido, aqui, como uma referência ao passado. A tradução mais exata seria "que não são de véspera", mas escolheu-se por manter a versão em francês, pois o próprio Mommsen, mesmo escrevendo em italiano, preferiu escrever especificamente esta palavra na língua francesa.

[7] Tradução do autor da frase: we would be the first to stand for a national war in defense of our homeland. We will not stand for an aggressive, dynastic war!

Como as cartas que serão analisadas não focam-se inteiramente no decorrer do conflito, mas debatem questões sobre seu início, citarei somente alguns pontos chaves da guerra. Em um primeiro momento, o confronto foi visto por todos como uma ofensiva francesa. Porém, de maneira inesperada, a Prússia conseguiu diversas vitórias militares importantes logo de cara, graças ao seu inovador método de combate (PITZ, 2016), e continuou a atacar a França já afugentada. Esse fato, como veremos mais à frente, garantiu certa antipatia diplomática e historiográfica pelos métodos alemães de batalha.

A *Auftragstaktik*, como ficou conhecida a técnica criada pelo já citado Helmut Von Moltke, foi um dos grandes motivos da Prússia ter vencido a guerra com tamanha veemência. Basicamente, a *Auftragstaktik* pregou uma maior autonomia das classes subalternas, que não necessariamente deveriam esperar ordens de seus superiores. Essa maior maleabilidade garantiu uma velocidade de resposta altíssima das tropas, que de maneira independente tomavam decisões mais precisas no calor da batalha (PITZ, 2016). Mommsen, inclusive, chegou a afirmar que seria mais fácil reconhecer indubitavelmente a grandeza de Moltke do que de Bismarck, dizendo: “Que Moltke é um grande capitão nós já sabíamos: se Bismarck é igual, julgarão nossos netos.” (MOMMSEN, 1870, pág. 11, tradução nossa)

Enquanto isso, a França, principalmente pela herança das reformas militares de 1932, criou um exército letárgico, amador e desacreditado pela sociedade. Dividindo o exército em três contingentes, Napoleão III somente treinou efetivamente um deles - sua “guarda pretoriana” como foi chamada -, que foi completamente derrotada em Metz e Sedan (KOVACS, 1946). Essa derrota repentina em 1 de setembro de 1870 decidiu a primeira fase da guerra, deixando a França virtualmente sem exércitos devidamente treinados e submetendo mais de 10.000 soldados, e até o próprio imperador, à catividade (SCIANNA, 2019).

Sem grandes chances para ganhar a guerra, a França pediu urgentemente ajuda dos italianos, que haviam tido auxílio militar de tropas francesas durante a guerra austro-italiana. Porém, parte do povo italiano ainda tinha receios em ajudar Napoleão III por dois grandes motivos. Primeiro, porque o monarca teria mandado tropas a Roma em 1848 para assegurar a continuação do governo espiritual e secular do Papa Pio IX, assegurando ao pontífice que não haveria uma unificação italiana a

partir da anexação por parte do governo Piemontês (WAWRO, 2003). Mommsen, inclusive, aponta esse último fato em sua carta, dizendo que:

> Se vocês querem estabelecer aquelas restrições que proíbem seus batalhões de tomar o caminho para Roma, então estabeleçam o atual governo da França; aquele santo homem de Napoleão nunca governará sem o apoio dos padres (MOMMSEN, 1870, pág. 5, tradução nossa).

Mommsen também criticou a "[...] engenhosa teoria de que a liberdade italiana consiste na continuação da meia servidão francesa" (MOMMSEN, 1870, pág. 7, tradução nossa), explicitando sua aversão às intervenções da França na Itália.

Segundo, como já foi dito anteriormente, foi nítido para a política internacional que a França havia iniciado a batalha despropositadamente. Somente após a batalha de Sedan, com a invasão de territórios como a Alsácia-Lorena, é que parte da opinião internacional virou a favor da França. Coulanges, inclusive, admitiu esse fato, declarando que:

> Nas suas primeiras duas cartas, que foram escritas ao fim do mês de julho, você fez um esforço de mostrar que a Prússia, acidentalmente atacada, estava apenas se defendendo. E é verdade que naquela época parecemos os agressores e que foi compreensível se enganar. Você não teria cometido o mesmo erro dois meses mais tarde e, principalmente, não teria repetido que "A Prússia nunca tinha feito e nunca faria nada além de guerras defensivas" (COULANGES, 1870, pág. 4, tradução nossa).

A França, em face desses percalços, não conseguiu lutar mais de 10 meses, chegando a guerra ao seu fim em 10 de maio de 1871, após um cerco penoso a Paris. Sem apoio internacional, que foi uma das garantias de Grammont para declarar a guerra (WAWRO, 2003); sem noções atualizadas do efetivo militar prussiano, que havia passado por diversas melhorias após a década de 1860 (HOWARD, 1990); e com técnicas de guerra ultrapassadas perto da inovadora mobilidade dos efetivos independentes prussianos (KOVACS, 1946), a França sofreu uma derrota que a assombrou até o século XX. Nas palavras de Mommsen "Da *blague*[8] ao desespero não é mais que um passo; e os desafortunados têm a triste habilidade de combinar uma com a outra." (MOMMSEN, 1870, pág. 9, tradução nossa)

[8] *Blague*, em francês, pode ser traduzido como piada, ou, na versão inglesa da carta, como bravata. Escolheu-se por manter a versão em francês, pois o próprio Mommsen, mesmo escrevendo em italiano, preferiu escrever especificamente esta palavra na língua francesa.

Sendo assim, mesmo com o apoio de tropas italianas, principalmente lideradas pelo maior republicano europeu da época, Garibaldi, a França foi obrigada a se render. Com o fim do Segundo Império, início da Terceira República, cerco a Paris, perda de territórios importantes como o da Alsácia-Lorena e, mais tarde, em 18 de março de 1871, uma tentativa de revolução socialista - que não entrará no presente texto, pois aconteceu após a feitura das fontes analisadas - a França viu-se humilhada por um de seus maiores rivais no cenário europeu. Esse fato, como veremos a seguir, marcou não só a política europeia, como a historiografia posterior sobre o conflito, que replicou argumentos extremamente similares aos dos comentaristas contemporâneos, como Coulanges e Mommsen.

## 3. ECOS POLÍTICOS NA HISTORIOGRAFIA

Como dito anteriormente, a historiografia acerca da Guerra Franco-Prussiana é marcada por diversos vieses políticos ao longo de sua história. De um lado, temos uma França arrasada, humilhada, à procura de desculpas e, principalmente, de um culpado. Do outro, podemos encontrar uma Alemanha que agora assume um papel de protagonismo no cenário europeu e que, mais tarde, terá toda sua história ressignificada pelos acontecimentos marcantes das duas guerras mundiais.

Nesse sentido, foi possível perceber, a partir dos debates historiográficos consultados, uma certa dicotomia permeando a discussão. Foi relativamente difícil encontrar um trabalho sólido que conseguisse julgar a guerra sem tentar encontrar um lado mais racional e outro mais emocional. Algumas vertentes, como dito anteriormente, colocam no povo alemão uma total ciência dos objetivos da guerra e os franceses como iscas emocionadas pelo clamor nacionalista, principalmente na figura do duque de Gramont. Outros percebem uma quase total apatia dos franceses, mas uma irracionalidade quase barbara dos alemães. Poucos foram os que conseguiram, debruçando-se nesse período, analisar a guerra de forma a admitir que emoção e razão poderiam coexistir em uma mesma nação, ora em seus governadores, ora em seu povo.[9]

[9] Tal dicotomia entre razão e emoção é semelhante à problemática do nacionalismo civil *versus* nacionalismo étnico. Desde obras como a de Hans Kohn, houve na academia um certo uso desses termos, porém com uma

A corrente mais admitida na historiografia tradicional, principalmente a francesa e a anglo-americana, seria a de Bismarck como o grande arquiteto da guerra. Alguns autores, como o já citado Todd. H. Hall (2016), William Halperin (1973), Josef Becker (2008), Geoffrey Wawro (2003)[10], Stephen Badsey (2003), Colin de Berri Webb (1966), e Pierre Renouvin (RENOUVIN apud. LEMIEUX, 2009), entendem todo o processo, desde a indicação do príncipe Leopoldo até a declaração de guerra, como uma maquinação de Bismarck em busca de sua *Reichsgründung* (Fundação do Reich). Essa posição, inclusive, pode ser encontrada em diversas passagens de Coulanges, dizendo que

> Assim, do mês de agosto, você indicou com perfeita perspicácia o verdadeiro ponto que estava em disputa entre a França e a Prússia. S. Bismarck ainda não havia se pronunciado. Ele ainda não tinha dito em voz alta que fazia a guerra para meter a mão na Alsácia e na Lorena (COULANGES, 1870, p. 4, tradução nossa).

Outros tentaram advogar pela inocência de Bismarck e uma maior culpa da França no processo. Autores como Carl Rudolf Lemieux (2009)[11], Sanford Kanter (1986), David Wetzel (WETZEL *apud* Lemieux, 2009; BECKER, 2008), Eberhard Kolb (*apud* HALPERIN, 1973), e A. J. P. Taylor (1955 *apud* WEBB, 1966) argumentam, por exemplo, que Bismarck não seria ingênuo o suficiente para fazer uma aposta tão grande quanto uma guerra para a sua anexação. A tendência dessa linha é colocar a

conotação positiva e negativa respectivamente. O nacionalismo civil, representado principalmente pela França, era símbolo da razão, cosmopolitismo e direitos civis. Já o nacionalismo étnico, representado pela Alemanha, seria vinculado à violência, autoritarismo e propensões belicistas. O grande problema dessas caracterizações é a generalização, pois suprimem franceses autoritários e alemães democráticos de sua narrativa, e possuem certo teor neorientalizante. Parece-nos que a historiografia da rivalidade entre esses dois países criou diversas dicotomias conceituais e analíticas, que dificultam a admissão de um contexto múltiplo e complexo. Ver BRUBAKER, Roger. Nacionalismo "cívico" e "etnico". Soc. e Cult., Goiânia, v. 20, n. 1, p. 295-312, jan./jun. 2017.

[10] É necessário salientar que Wawro também chega a colocar certa culpa em Napoleão III e sua necessidade de "ensinar aos prussianos uma lição" (tradução nossa). Porém, entendemos que, mesmo fazendo esse balanço entre as duas interpretações, Wawro pende mais para a culpabilização de Bismarck, principalmente na questão do trono espanhol. A visão de Wawro, em resumo, está mais ligada a uma pintura de Bismarck como um estrategista calculista e Napoleão III como um estadista em crise, com pouco controle sobre sua política nacional. Ver WAWRO, Geoffrey. The Franco–Prussian War: The German Conquest of France in 1870–1871 (Cambridge: Cambridge University Press, 2005), pág. 22.

[11] O texto de Lemieux faz o melhor balanço historiográfico sobre o tema encontrado até agora. É interessante notar que, mesmo tentando enxergar os dois lados, Lemieux ainda vê a França como a mais culpada pelo conflito no final das contas. Ver LEMIEUX, Carl Rudolf. *Guerre défensive provoquée ou duel pour la prépondérance ?* Mémoire de maîtrise, université de Montréal 2009.

culpa da guerra nas atitudes agressivas da França[12]. Mommsen, nesse sentido, foi um dos primeiros a argumentar nesse caminho, dizendo que "como eu acredito e acredita, se não me engano, quase toda a nação, que toda a França é responsável por esta guerra" causada principalmente pela "covardia diplomática [referindo-se, provavelmente, a Gramont e Napoleão III] como da aspiração de conquista!" (MOMMSEN, 1870, pág. 10, tradução nossa).

Vejamos, então, como um autor de cada corrente explica, por exemplo, o papel de Bismarck na indicação do Príncipe Leopoldo para o trono espanhol. O grande político por trás da nomeação do Príncipe, segundo Lemieux (2009), pode ser identificado mais com os espanhóis Eusébio Salazar e o Ministro da Guerra Juan Prim y Prats do que com Bismarck, em contramão da interpretação clássica da historiografia francesa. Salazar, nessa visão, planejou a indicação praticamente em segredo da França e Prússia durante os primeiros meses, tendo contato com Bismarck somente através de uma carta entregue em 27 de fevereiro de 1870, argumentando sobre as vantagens de um membro da família Hohenzollern no trono espanhol.

Somente a partir dessa carta, segundo Lemieux (2009), contrariando principalmente Josef Becker, é que o prussiano passou a ser favorável e advogar pela indicação de Leopoldo. Depois de algum tempo enviando diplomatas para a Espanha, que deveriam averiguar a chance de sucesso da indicação de Leopoldo, Bismarck conseguiu convencer o príncipe e o Rei das vantagens de um Hohenzollern no trono espanhol. Porém, até então ele não teria tido nenhum interesse ou mesmo sabido da possibilidade da indicação. Bismarck aparece, aqui, como um político que soube aproveitar as correntes diplomáticas, não como um tirano que as forjava por ele mesmo.

Webb (1966), por outro lado, olha quase para os mesmos fatos que Lemieux, mas vê nas lacunas oferecidas pela falta de informação um sinal da mão do primeiro-ministro prussiano. Como exemplo de argumento, o autor cita a ida aparentemente sem propósito do militar Friedrich von Bernhardi à Espanha ainda em 1869, que já tinha sido empregado tanto por Bismarck em missões passadas quanto por Moltke,

[12] Como pôde ser visto, as citações feitas acerca desta segunda tendência são, em partes, indiretas. Isso se dá, principalmente, pela dificuldade de acesso a algumas obras citadas por serem escritas em alemão. Reconhecemos que isso pode, em partes, enfraquecer o argumento central do texto.

com uma quantia de £50.000 em seu bolso. Para Webb, isso seria um indicador de que Bismarck agia também em segredo, mandando seus asseclas averiguar a situação longe dos olhos tanto da França quanto da sua própria nação. O líder prussiano aparece, aqui, como um maquinador sombrio, que mesmo em suas memórias não admitiu que tivesse sido o grande arquiteto da guerra.

Ainda falando de Bismarck, curioso ver como a historiografia tratou o despacho de Ems. Alguns pesquisadores (HALL, 2016; BECKER, 2008; WAWRO, 2003) enxergaram a edição do documento como um dos indícios mais sólidos que o prussiano desejou a guerra. Outros, como Lemieux (2009) e Jacques Droz (1984), preferiram interpretar que mesmo antes do documento ser editado, já haveria uma intenção clara de declarar a guerra por parte da França.

Porém, Bismarck não foi o único culpado ao longo da historiografia. O Duque de Grammont foi visto por muitos como o personagem principal, além de Bismarck, do estopim do conflito. A historiografia tradicional trata-o como o maior erro de Napoleão III (LEHAUTCOURT, 1921 *apud* LEMIEUX, 2009), e sua participação ativa na declaração de guerra serviu, por vezes, como uma forma de expiar os erros ora de personagens como o Chefe do Governo Émile Ollivier[13], ora da figura do próprio Imperador, que foram encarados muitas vezes como agentes quase passivos nesse processo (MURET, 1910).

Mesmo assim, Napoleão III também esteve no banco dos réus da historiografia. Alguns historiadores, como Lehautcour, chegaram a ressaltar o pouco interesse que Napoleão tinha nas questões políticas e que a nomeação de Grammont foi confirmada porque "(...) não importa quem concordará [em aceitar o cargo], pois estamos decididos a não fazer nada"[14] (LEHAUTCOURT, 1921 *apud* LEMIEUX, 2009, pág. 47, tradução nossa). Halperin (1973), por outro lado, afirma que exatamente a nomeação de Grammont foi um aviso do governo francês de que o próximo ano ia ser, se necessário, tumultuoso diplomaticamente.

[13] Nesse sentido, o próprio Émile Ollivier começou a publicar, em 1895, seu livro *l'empire libéral: études, récits, souvenirs*, que basicamente tentou tirar sua culpa da declaração de guerra e colocava-a em Bismarck. Ver HALPERIN, S. William. "The Origins of the Franco-Prussian War Revisited: Bismarck and the Hohenzollern Candidature for the Spanish Throne." Chicago: *The Journal of Modern History*, vol. 45, no. 1, 1973, pp. 83–91

[14] Tradução do autor.

Mommsen, ao comentar essa questão, advoga pela interpretação de que tanto Grammont quanto Napoleão III, e até mesmo a Imperatriz, nada mais eram do que "pobres fantoches" (MOMMSEN, 1871, pág. 13, tradução nossa). A culpa, por outro lado, recai sobre o povo francês, que ansiava a guerra há muito. Em suas palavras:

> Hoje, particularmente depois que o senhor de Gramont, contra cada regra cênica, fez preceder à tragédia da guerra a brutal e burlesca "declaração de guerra", muitos o responsabilizaram, não digo ele, pobre fantoche, mas o diretor desses fantoches. Eles descontam em Napoleão III não só pela escolha feliz do momento e pela concomitante amenidade dessa declaração, como é bem da razão, mas também pela própria guerra. Mas as verdadeiras e gigantescas proporções da terrível luta entre alemães e franceses estão diminuindo, e não tiveram como autor Napoleão Terceiro. Que a imensa responsabilidade não pode ser posta a um indivíduo, mesmo que autocrata. Para dizer a verdade, os alemães - e isso é perfeitamente perdoável - agora julgam o imperador não com a justeza com que educam seus soldados. Quem faz dele um Calígula e Nero, ou um incapaz liderado por sua esposa, *une médiocrité méconnue*, segundo o ditado espiritual daquele francês infeliz, que, enredado nas redes da obliquidade imperial, viu, quando tarde demais, o abismo que se abria sob ele, e em um momento de desespero fez-se sua primeira vítima (MOMMSEN, 1870, pág. 13, tradução nossa).

O culpado, para Mommsen, em uma interpretação deveras inovadora até para a historiografia contemporânea, não podia ser personificado em um ou dois personagens. Ao contrário, deveria ser creditada a toda vontade nacional francesa. Porém, só o fato que Mommsen chega a citar outros intelectuais que culpabilizam tanto Napoleão III quanto Grammont e a Imperatriz Eugênia mostra a capilaridade de tais opiniões na cena europeia, sustentando o argumento de que as principais linhas historiográficas já estavam presentes durante o conflito.

Esse ponto de Mommsen, culpando o povo francês pela guerra, nos leva a mais uma discussão importante na historiografia do conflito, que é centro de debates até hoje: qual foi a participação civil na guerra do lado francês? Quantos homens, aparentemente patrióticos, lutaram bravamente a partir de guerrilhas contra o invasor alemão? Mesmo que os estudos sobre esses grupos, que formavam pequenas milícias de resistência lideradas, principalmente, pelo italiano Gambetta, não tenham sido alvo de grandes pesquisas (SCIANNA, 2019), é interessante como já conseguimos encontrar certas tendências historiográficas bem delimitadas no campo.

Alguns autores, como Armel Dirou (2009), argumentam que a participação da França, principalmente na figura dos *franc-tireurs* (franco atiradores), tendeu a uma guerra total. Normalmente, vemos nessa interpretação uma tendência a afirmar que a política de *levée en masse* (recrutamento ou levante em massa) e a disposição dos *franc-tireurs* estendeu a duração da guerra. Normalmente vemos um uso político dessa linha de interpretação, exaltando a força patriótica dos soldados informais, que resistiram às duras ofensivas alemãs apenas pelo amor à pátria. Coulanges, inclusive, ressaltou esse espírito patriótico, quando diz que:

> A Alsácia, destituída de tropas, estava aberta aos alemães. Como ela os recebeu? Os camponeses alsacianos pegaram seus antigos rifles de pedra e suas picaretas para combater o estrangeiro. Muitos deles, não sendo capazes de suportar a presença do inimigo em suas aldeias, refugiaram-se nas montanhas e, no momento, ainda estão defendendo cada desfiladeiro e cada ravina (COULANGES, 1870, pág. 12, tradução nossa).

Outros autores, como Bastian Scianna (2019) e Sanford Kanter (1986), ressaltam que os franceses civis, principalmente no mundo rural, pouco se importaram com os invasores prussianos. Kanter, inclusive, ressalta que grande parte dos *partisans* desobedeceu a seus comandantes e até mesmo Napoleão III negociou secretamente um acordo para si mesmo, sem se importar com seu exército. Para essa linha mais moderna de interpretação, o mito da resistência francesa serviu como combustível para futuras rivalidades que logo despontaram em duas guerras mundiais.

Aliado com o mito heróico dos franceses, encontramos diversas vezes na historiografia seu vetor contrário: a brutalidade quase animal dos alemães. Parte das interpretações acerca da história alemã segue por uma linha que atualmente está sendo revista. A partir de uma leitura relativamente comum, alguns historiadores tentaram argumentar a favor do *Sonderweg*, ou "caminho separado", que tentou entender o que aconteceu na história alemã para surgir o Terceiro Reich. Mais especificamente, tais autores, representados principalmente por Fritz Fischer e Hans-Ulrich Wehler após a década de 60 e 70, procuraram mostrar desvios na modernização alemã durante o século XIX que levaram ao nazismo (EVERETT, 2015). Benjamin Madley (2005), por exemplo, tentou ver como as experiências

coloniais da Alemanha no Sudoeste Africano foram precursoras cruciais no imperialismo nazista e sua política genocida.

Essa leitura, que ressignificou a história alemã inteira à luz da Segunda Guerra, deu uma atenção especial à Guerra Franco-Prussiana. Muitos, como o próprio Armel Dirou (2009), utilizaram relatos pós-guerra dos *franc tireurs* como documentos comprobatórios das atrocidades alemãs. Nessa linha, os invasores do exército prussiano foram vistos como assassinos, destruidores de casas e, em diversos momentos, até mesmo torturadores. Coulanges, à época, chega a afirmar que:

> E esses soldados alemães, que lançaram bombas contra Estrasburgo, que miravam na catedral, que queimaram o *Temple-Neuf*, a biblioteca, as casas, o hospital, que, respeitando as muralhas e poupando a guarnição, não eram impiedosos apenas com os habitantes, diga francamente, com a mão no coração, se sentem seus compatriotas! (COULANGES, 1870, pág. 13, tradução nossa).

Atualmente, porém, temos uma quantidade crescente de trabalhos que tentam quebrar a lógica do Sonderweg (EVERETT, 2015). O já citado Bastian Scianna (2019), por exemplo, revê os números de capturados, mortos, feridos e de casas destruídas ao longo do conflito, e argumenta que percentualmente tais números não diferem tanto de outros combates entre nações europeias. Muito pelo contrário, as ações do exército prussiano foram muito mais passivas do que a opinião pública pintava e que a historiografia aceitou mais tarde, sem muita hesitação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, portanto, que diversas tendências historiográficas contemporâneas, que vêm se tornando focos de debate recentemente, estavam já apresentadas na discussão política da época. Mommsen e Fustel, ao longo de sua argumentação, tentaram achar os culpados e as vítimas da guerra e grande parte dos trabalhos sobre o período ainda não saíram dessa lógica.

Ainda existem, é verdade, diversas lacunas no estudo da Guerra-Franco Prussiana, que inflamam a opinião dos historiadores até os dias de hoje. Felizmente, como mostrado ao longo do artigo, essa tendência inquisitorial e incriminatória da historiografia sobre o conflito está, aos poucos, sendo criticada.Tal análise pode

contribuir para as perspectivas que entendem a História e a historiografia como um produto intelectual perpassado pela subjetividade do sujeito histórico que as enuncia. Espera-se, também, que esse artigo seja proveitoso à comunidade brasileira, que carece de textos devidamente críticos de releitura da literatura acadêmica sobre o período.

Mais do que isso, abre-se, agora, uma oportunidade para futuras análises mais aprofundadas do debate de Coulanges e Mommsen. Na realidade, o presente artigo nada mais é do que o primeiro capítulo de uma monografia financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que está sendo dividida em 4 partes.

A segunda parte focar-se-á, principalmente, em uma história do conceito de nação apresentado por Coulanges e Mommsen em suas cartas. O terceiro capítulo procurará entender como a tradição historiográfica dos dois personagens influenciou em sua argumentação política, tentando encontrar contradições ou coerências entre seus métodos históricos e seus nacionalismos. Por último, será feito o caminho inverso: em vez de entender como os historiadores lidaram com o nacionalismo, analisaremos como os nacionalistas usaram a história, a partir do caso do movimento de extrema direita Action Française e seu Círculo Fustel de Coulanges, já no século XX. Sendo assim, ainda há muito o que discutir, tanto sobre Coulanges e Mommsen, quanto sobre a Guerra Franco-Prussiana e, no limite, sobre a produção acadêmica de conhecimento acerca do passado.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M.; GOMES, A. C. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. Niterói: Revista Tempo UFF, volume 13, número 26, 2009.

BADSEY, S. The Franco-Prussian War 1870-1871. Essential Histories. OSPREY PUBLISHING, Oxford, 2003.

BECKER, Josef. “The Franco-Prussian Conflict of 1870 and Bismarck's Concept of a ‘Provoked Defensive War’: A Response to David Wetzel.” *Central European History*, vol. 41, no. 1, pp. 93–109, 2008.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. “Vista do Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa Histórica: Reflexões sobre uma Experiência Didática | Revista de Teoria da História | rth”, v. 3, n. 1, p. 6-19, 11. 2010.

CAMARGO, K. A. F. DE. Indícios de leitura e leitores da Revue e do Annuaire des Deux Mondes no Brasil na segunda metade do século XIX. Revista Graphos, v. 17, n. 1, p. 31-48, 25 jul. 2015.

CAPELATO, M H. Imprensa e História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da história; tradução de Maria de Lourdes Menezes;

Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COOPER, S.E. Patriotic Pacifism: Waging War on War in Europe 1815-1914. New York: Oxford University Press, 1991.

COULANGES, Fustel. L'Alsace est-elle allemande ou française? Réponse à M. Mommsen, Professeur à Berlin. Paris: E. Dentu, 1870.

DARNTON, Robert. O grande massacre de gatos. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

DROYSEN, J. G. Manual de Teoria da História. Tradução: Sara Baldus e Júlio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

EVERTT, Annie. "The Genesis of the Sonderweg." *International Social Science Review*, vol. 91, no. 2, 2015, pp. 1–42.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984 7.ed. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz

Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FUNARO, L. Elda. "L'ITALIA NELLA «REVUE DES DEUX MONDES» (1860-1915)." *Belfagor*, vol. 24, no. 3, pp. 350–356, 1969.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método. Traços fundamentais de uma

hermenêutica filosófica. Trad: Flávio Paulo Meurer. Editora Vozes: Rio de Janeiro,

1997

GARCÍA, Jorge Vilches. *Castelar y la República posible. El republicanismo del sexenio revolucionario, 1868-1874.* Revista de Estudios Políticos (99). pp. 133-159, 1998

HALL, T. H. *On Provocation: Outrage, International Relations, and the Franco–Prussian War. Security Studies, 26(1), 1–29,* 2016.

HALPERIN, S. William. "The Origins of the Franco-Prussian War Revisited: Bismarck and the Hohenzollern Candidature for the Spanish Throne." Chicago: *The Journal of Modern History*, vol. 45, no. 1, 1973, pp. 83–91

HARTOG, F. O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HOFFMANN, S. The Nation, Nationalism, and After: The Case of France. THE TANNER LECTURES ON HUMAN VALUES . Princeton University, 1993.

HOWARD, Michel. The Franco-Prussian War: The German Invasion of France, 1870-1871. Routledge, Londres: 1990.

JURT, Joseph. Deux conceptions de la nation: le débat franco-allemand entre David Friedrich Strauss, Mommsen, Renan et Fustel de Coulanges en 1870-1871. In: Académie des sciences, Belles Lettres et Arts de Besançon et de Franche-Comté. Procès-Verbaux et Mémoires, vol. 203, 2017, p. 41-58.

KANTER, S. . *Exposing the Myth of the Franco—Prussian War. War & Society, 4(1), 13–30*, 1986.

KITCHEN, M. *História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje.* Editora Cultrix: São Paulo, 2013.

KOVACS, Arpad F. "French Military Institutions before the Franco-Prussian War." *The American Historical Review*, vol. 51, no. 2, 1946, pp. 217–235.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134·146.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1993.

LEMIEUX, Carl Rudolf. *Guerre défensive provoquée ou duel pour la prépondérance ?* Mémoire de maîtrise, université de Montréal 2009.

MADLEY, B. (2005). *From Africa to Auschwitz: How German South West Africa Incubated Ideas and Methods Adopted and Developed by the Nazis in Eastern Europe. European History Quarterly, 35(3), 429–464.*

MARCEL, Émerit. L'opinion de Napoléon III sur la question du trône d'Espagne en 1869. In: Revue d'histoire moderne et contemporaine, tome 16 N°3, Juillet-septembre 1969. pp. 431-438;

MENDES, B. A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: linguagem, narrativa, verdade . História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 8, n. 19, 3 jun. 2016.

MOMMSEN, Theodor. Agli Italiani: Florença, 1870.

MORONI, Andrea. **Alle origini del Corriere della sera:** da Eugenio Torelli Viollier a Luigi Albertini (1876-1900). Itália, FrancoAngeli, 2005.

MURET, Pierre. Émile Ollivier et le duc de Gramont les 12 et 13 juillet 1870 (1er article). In: *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, tome 13 N°3,1909. pp. 305-328.

PITZ, Igor Berta A atuação do Exército Prussiano na Guerra Franco-Prussiana de 1870-71: a influência da auftragstaktik na vitória prussiana. DOUTRINA MILITAR TERRESTRE EM REVISTA: 2016, v. 4 n. 9, p. 50-61.

RENAN, E. O que é uma nação. Tradução de Glaydson José da Silva. Revista Aulas, Unicamp: Campinas, 2006.

ROLLEMBERG, Denise. Aos grandes homens a pátria reconhecida: os 'justos' no Panteão. IN: Angela de Castro Gomes (coord.). Direitos e cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro, FGV, 2007, p.45-63.

SCIANNA, Bastian Matteo. A predisposition to brutality? German practices against civilians and francs-tireurs during the Franco-Prussian war 1870–1871 and their relevance for the German 'military Sonderweg' debate. Small Wars & Insurgencies, 2019, P. 4-30

SILVA, Glaydson José da. Antiguidade, arqueologia e a França de Vichy: usos do passado. 2005. 263p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

SUTCLIFFE, Marcella Pellegrino. *Victorian Radicals and Italian Democrats*. NED-New edition. Boydell & Brewer, 2014.

WEBB, De B. C. "THE ORIGINS OF THE FRANCO-PRUSSIAN WAR: A RE-INTERPRETATION." *Theoria: A Journal of Social and Political Theory*, no. 27, 1966, pp. 9–20.

WAWRO, Geoffrey. The Franco–Prussian War: The German Conquest of France in 1870–1871 (Cambridge: Cambridge University Press, 2005)

**Recebido em 06 de outubro de 2021.**

**Aprovado para publicação em 09 de junho de 2022.**

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

# AS REPLICAÇÕES VISUAIS DO INFERNO DE DANTE:
O Caso da Igreja de Santa Maria Novella

# THE VISUAL REPLICATIONS OF DANTE'S HELL:
The Case of The Church of Santa Maria Novella

*LUANA BARBOSA MIRANDA SOUZA*[1]

## RESUMO

Nada mais popular do que a expressão "vá para o inferno!". No entanto, embora seja fácil merecer tal destino, não o era chegar lá. Nosso trabalho versa, justamente, a respeito do processo de transformação do Inferno de um não-lugar (*utopos*) em uma localização precisa, detalhada e inteligível. Temos como objetivo demonstrar que esse processo de constituição do Inferno em um lugar detalhado, possível de ser visualizado nas pinturas, advém da formulação dantesca sobre o assunto. Para tanto, analisaremos a partir de uma perspectiva alinhada a Nova História Cultural, assim denominado, o Inferno, primeira parte da *Divina Comédia* de Dante Alighieri (século XIV) e o afresco de mesmo nome pintado na Capela de Strozze (século XIV). Empregando à fonte escrita uma Análise Categorial como proposto por Laurence Bardin (1977), e à fonte imagética o conceito de imagem-objeto do historiador Jérôme Baschet (2006), bem como a perspectiva de análise relacional dos significantes das imagens e seus respectivos significados do historiador Jean Claude Schmitt (2007).

**Palavras-chave:** Inferno Dantesco. Imagens do Inferno. Iconografia Medieval. Medievo Tardio.

## ABSTRACT

Nothing is more popular than the expression "go to hell!". However, while it is easy to deserve such a fate, it was not to get there. Our work is precisely about the process of transformation of Hell from a non-place (*utopos*) into a precise, detailed and intelligible location. We aim to demonstrate that this process of constitution of Hell in a detailed place, possible to be visualized in the paintings, comes from the Dantesque formulation on the subject. In order to do so, we will analyze Hell from a perspective aligned with the, so called, New Cultural History, the first part of Dante Alighieri's Divine Comedy (14th century) and the fresco of the same name painted in the Strozze Chapel (14th century). Using as written source a Categorical Analysis, proposed by Laurence Bardin (1977), and as image source the concept of image-

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES/PPGH).

object of the historian Jérôme Baschet (2006), as well as the perspective of relational analysis of the signifiers of the images and their respective meanings of the historian Jean Claude Schmitt (2007).

**Keywords:** Dante's Hell. Images from Hell. Medieval Iconography. Late Medieval.

## INTRODUÇÃO

Dos primórdios da teologia cristã até à denominada Idade Média Central pode-se constatar que seu pós-morte se dividia entre o Céu, destino dos eleitos e o Inferno, destino dos condenados. Além disso, como bem analisou Jacques Le Goff (1995), na Idade Média Central houve o acréscimo do Purgatório como estação intermediária para as almas. No entanto, devemos ressaltar que durante séculos o Inferno teve função definida, mas lhe faltavam formas específicas, mesmo que pela tradição cristã seja o local de destino eterno dos pecadores condenados após o Juízo Final. No correr do medievo, paulatinamente, o Inferno começou a ser formatado e sua iconografia também se tornou um importante suporte para a doutrinação dos fiéis durante o período. Todavia, o século XIV pode ser visto como um ponto de inflexão nesse processo devido à extraordinária complexificação que passa a estar presente nas representações iconográficas das plagas infernais. Assim, nosso trabalho pretende analisar como as representações imagéticas do Inferno elaboradas pós-Dante passaram a ter características oriundas das descrições encontradas em sua obra, como por exemplo, a organização do espaço em círculos, a ordem de classificação dos pecados, das punições, os personagens etc.

Para tanto, empregaremos uma Análise Categorial, como proposto por Laurence Bardin (1977), à nossa fonte escrita. Esse tipo de análise, segundo a autora, é o mais antigo e o mais utilizado até hoje, que permite criar categorias ou classificações dos elementos de significação constitutivas da mensagem. Para isso, ela criou um método que consiste em quatro etapas: organização da análise; codificação; categorização; inferência e; tratamento informático. Além de compreender os itens de sentido de texto, buscaremos também seus polos de

comunicação, para assim compreender como um texto foi pensando e recebido em determinado contexto.

E, no que tange a análise do afresco, faremos uso do conceito de imagem-objeto do historiador Jérôme Baschet (2006), um medievalista especialista em iconografia. Para esse autor, existe uma conexão indispensável entre imagem, lugar e ritual para entendermos as suas funções. Nesse sentido, devemos dar significativa atenção à norma, à intenção, aos usos e ao papel de cada imagem. Pois esta é um objeto que dá lugar a usos dos mais diversos, uma representação do mundo e da sociedade que está inserida e ligada a um objeto/lugar já possuidor de uma função própria. Alinhado ao Baschet, também buscaremos analisar os significantes e seus respectivos significados, tudo de forma relacional como propõe Jean Claude Schmitt:

> Os elementos figurativos, os motivos ornamentais, formas e cores apenas adquirem pleno sentido em suas relações, suas posições relativas de oposição e de assimilação, a distância que as separa ou, ao contrário, as maneiras pelas quais se aproximam, justapõem-se e por vezes se fundem. Uma única figura pode ser compósita e condensar - como nas imagens oníricas - diversas imagens em princípio distintas, a fim de expressar, pela contradição nas posturas e nos movimentos, a dialética das intenções significantes (SCHMITT, 2007, p. 38-39).

O objetivo é identificar como o Inferno de Dante, conciliando o que já existia tanto na cultura eclesiástica quanto na cultura popular, conseguiu criar uma imagem mental dessa estação do Além cristão da qual os pintores e iluminadores pudessem utilizar seu texto como uma espécie de mapa. E para demonstrar como as representações imagéticas do Inferno passam por mudanças expressivas após o épico dantesco, analisaremos o afresco de Nardo di Cione paralelo ao texto, para assim confirmamos a hipótese de que Dante foi capaz de influenciar o imaginário coletivo e contribuiu para que a configuração do Inferno cristão fosse definida.

## 1. O INFERNO DE DANTE E SEU CONTEXTO DE PRODUÇÃO

Seguindo a ordem dos polos de comunicação de Laurece Bardin, devemos identificar primeiramente o emissor da mensagem, pois, esse “exprime com toda a sua ambivalência, os seus conflitos de base, a incoerência do seu inconsciente” (BARDIN, 1977, p. 170) e assim podemos identificar dentro de um discurso que

segue uma lógica socializada, elementos que expressam o objetivo do autor, onde "'bem ou mal' a sua fala torna-se necessariamente um discurso" (BARDIN, 1977, p. 170). Dante Alighieri nasceu em Florença em 1265, numa família da aristocracia local, estudou na escola dominicana do convento de Santa Maria Novella e no convento franciscano de Santa Croce. Conventos que tiveram importante atuação na cultura religiosa toscana de modo geral. E já adulto, estudou Direito na Universidade de Bolonha. No tempo de Dante:

> Florença já era uma cidade-Estado organizada, com governo democrático independente, embora vez por outra submetida a intervenções das duas forças que concorriam em toda a região: o papado, que tinha um vasto poder temporal com sede em Roma, e os restos do Sacro Império Romano, que sucedera à queda do Império Romano (Mauro, 2014, p. 19-20).

Faz-se necessário retornar ao contexto da época, por estar inserido em um período de mudanças sociais que não deixam de impactar nas concepções religiosas, e porque a família de Dante pertencia a uma facção política que defendia umas dessas forças citadas acima, os guelfos (representado pela baixa nobreza e o clero). Além disso, Dante tinha participação ativa nas lutas partidárias, a ponto de disputar eleições para *priori* em Florença, conseguindo seu objetivo em 1300. Os guelfos tinham muita influência na cidade, mas por algumas divergências de ideias acabaram se subdividindo entre *bianchi* e *neri*[2]. No mandato de Dante, ele ajudou a exilar muitos líderes dos dois partidos, e mesmo sendo um diplomata exímio, não conseguiu resolver seus impasses com o papa Bonifácio VIII. Mesmo depois do seu mandado de 2 meses, que era o tempo máximo para o cargo que exercia, ele continuou na vida pública como membro da embaixada de Florença. Em uma das ações como membro dessa embaixada, acabou caindo em um golpe e foi exilado. Para se livrar da acusação de corrupção que sofreu, deveria pagar uma multa e se abdicar todos os seus cargos públicos, o que ele recusou. Sendo assim, foi impedido de voltar a Florença e caso tentasse, seria acometido com pena de morte. Conforme Tamara Quírico (2014), em seu exílio conheceu várias cidades, estudou filosofia, teologia e física, conheceu vários pensadores dos quais trocou muitas experiências,

[2] Não é nosso objetivo tratar dos conflitos de Florença do século XIII, para mais informações sobre essas disputas, indicamos a leitura de duas teses de dissertação, uma de Paula Monteleone Robin intitulada: "Beatriz, musa de Dante Alighieri, com suas transfigurações na Vita Nova e incursões na Divina Comédia". E a outra de Mariana Amorim Romero intitulada: "Dante Alighieri e a busca do Paraíso: de Florença à Ravena (1265-1321)".

frequentou bibliotecas que guardavam livros importantes e pouco conhecidos, tudo isso influenciou na redação de seus livros, inclusive da *Comédia*[3]. E mesmo que não seja nosso foco neste trabalho, muito do seu texto é reflexo destes conflitos dos quais participou, evidenciado pelos personagens que escolheu punir, bem como as referências históricas aos confrontos entre guelfos e gibelinos em seu Inferno.

Conforme Bardin (1977) é fundamental para compreensão da mensagem, identificar a quem ela se destina. Acreditamos que Dante tinha como público-alvo os cidadãos de Florença. Seu texto foi escrito para ser lido em praça pública e ser ouvido pelo maior número de pessoas possível (informação verbal)[4]. Para isso, optou por escrevê-lo em toscano (dialeto local florentino) ao invés do *Latim*. Devemos levar em consideração também que, nas três subdivisões de seu Além, há personagens importantes da política florentina, sendo assim, causando uma familiaridade e assimilação mais fácil de sua mensagem.

Outro polo de comunicação importante é o canal por onde a mensagem será transmitida. A *Divina Comédia* de Dante foi iniciada entre 1306 e 1307. O poema é dividido em três livros: o Inferno, o Purgatório e o Paraíso. O primeiro com 34 cantos e os dois últimos com 33, "escritos em *tercentos* de decassílabos rimados de modo alternado e encadeado, segundo o esquema ABA BCB CDC DED, e assim por diante" (MAURO, 2014, p. 21). Ou seja, seu canal é um poema altamente técnico que rendeu para posteridade até cursos de como se ler a *Comédia*. Utilizaremos aqui o Livro I, provavelmente concluído em 1314, para exemplificar como Dante influenciou a construção da iconografia cristã do século XIV, especificamente no que tange o Inferno. Neste Livro, Dante faz uma viagem ao lado de seu guia, Virgílio[5],

[3] Dante deu à sua obra o nome de Comédia, uma vez que seu texto foi construído e estruturado conforme as comédias da Grécia Antiga. Com textos em versos, usando da parodia e da fantasia para tratar temas cotidianos, com humor e sarcasmo. E, acreditando que sua obra trata-se de uma metáfora sobra a monarquia, Dante convida seus leitores a sair da tragédia e ir para comédia, fazendo uma analogia com a história sacra da humanidade que começa no pecado original e termina com a redenção. O adjetivo "divina" foi atribuído ao título pelos seus posteriores comentadores e tradutores que reconheciam a grandiosidade da obra em seus vários aspectos.

[4] Fala da Prof.ª Dra. Paula Ferreira Vermeersch na reunião do Grupo de Estudos em História Medieval da Unimontes (GEHM), intitulada "A influência dantesca na construção de representações imagéticas do inferno", que ocorreu no dia 06 de maio de 2020 às 15h na plataforma do Google Meet.

[5] Segundo Lima (2018) Virgílio é considerado o maior poeta latino de todos os tempos. Natural da região de Mântua (70-19 a.C.), foi o responsável por escrever a epopeia erudita, a Eneida, que tem como objetivo dar aos romanos ascendência não-grega, formulando a cultura latina como original e não tributária da cultura helênica. No poema de Dante ele aparece como representação da razão humana que se propõe a ajudar o poeta florentino no percurso pelo Inferno e Purgatório.

pelos nove círculos do Inferno, relatando detalhadamente suas características, explicando os pecados e as penas que eram pagos em cada um deles.

Georges Minois (1991), em sua obra, discute sobre os vários infernos coexistentes desde o que convencionamos chamar de Antiguidade até a Modernidade, e ao falar de Dante, mostra que ele não trouxe nenhuma novidade sobre o assunto, pois tudo que poderia ser discutido sobre, já tinha sido. Tamara Quírico (2014) também lembra as diversas influências que Dante teve antes de compor sua obra, principalmente visuais como o afresco do *Juízo Final* do Bastitério de San Giovanni, que a autora cita como exemplo. Entretanto, acreditamos que ele foi importante por unir e dar coesão a todas essas informações existentes. Para nós, Dante resolveu o problema de séculos. Minóis fala:

> A visão infernal de Dante pode ser interpretada literal ou alegoricamente. É um amálgama do inferno popular e do inferno teológico e a união do inferno mitológico e cristão; isto é, é uma síntese de todos os infernos de tormentos encontrados até agora e isso é inspirado tanto na Eneida como no Apocalipse de São Paulo. O guia é o mesmo Virgílio, que, sem dúvida, encontrará um inferno bem diferente de quando contou a descida de Enéias (MINOIS, 1991, p. 217)[6].

Enquanto Quírico, em seu trabalho, ao analisar a mudança na composição do Juízo Final, elenca algumas hipóteses, entre elas, a redação da *Comédia*. Em suas palavras:

> Dante oferece uma descrição do Além quase visual, tão rica em detalhes é: não é difícil, por meio da leitura do poema, criar imagens mentais das cenas narradas. Deste modo, a *Commedia* não somente parece ter atingido o ponto máximo de desenvolvimento dessas descrições de viagens ao outro mundo, como também pode ter fornecido os elementos necessários para ampliação iconográfica do Inferno especialmente, mas também do Paraíso (QUIRICO, 2014, p. 94).

Para os cristãos, o Inferno nunca foi uma dúvida, como aponta os autores citados, existiam várias especulações sobre o assunto, mas a sua localização era incerta. Segundo Daniel Lula Costa e Solange Ramos de Andrade (2012), mesmo que já existisse na tradição cristã a noção de que o Inferno era um buraco na Terra

[6] Tradução do trecho original: "La visión infernal de Dante puede interpretarse de manera literal o alegórica. Es una amalgama del infierno popular y del infierno teológico y la unión del infierno mitológico y del cristiano; es decir, ES una síntesis de todos los infiernos de tormentos encontrados hasta ahora y que se inspira tanto en *La Eneida* como em el *Apocalisis de San Pablo*. El guía es el mismo Virgilio, quien, sin lugar a dudas, encontrará un infierno bien distinto de cuando él contó el descenso de Eneas."

em forma de cone causado pelo impacto da queda de Lúcifer do céu após seu conflito celestial com o Criador, foi Dante que determinou suas coordenadas: "e agora embaixo estás do oposto céu/ a que o chão seco cobre e o seu sagrado/ centro, onde o Homem foi morto que nasceu," (Canto XXXIV, 112-114). Diferentemente do que aconteceu com a *Visão de Túndulo*[7], o épico dantesco foi capaz de influenciar o imaginário coletivo, oportunizando a criação de um verdadeiro mapa do Inferno, como parte de sua detalhada geografia do Além, na qual pode-se perceber todas as segmentações também do Purgatório e do Paraíso. Como exemplifica a imagem na página seguinte.

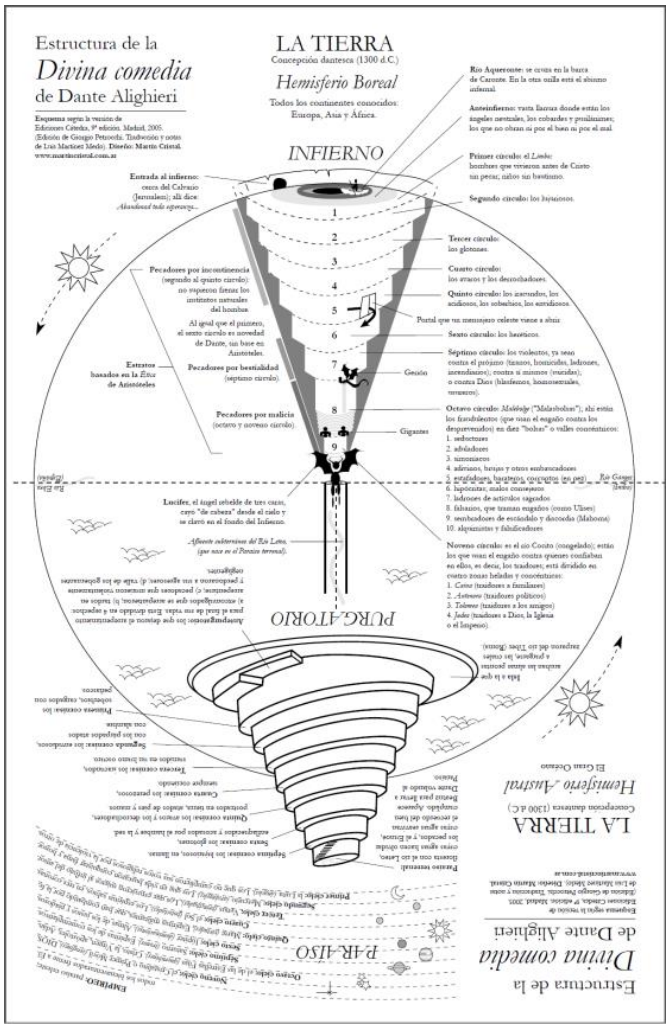
Antes de discorrer sobre nosso exemplo, se faz necessária uma breve apresentação do artista responsável pela representação do Inferno de Dante, pintada numa capela da Igreja de Santa Maria Novella em Florença em 1357. Nardo di Cione (1320-1366) era um pintor florentino bastante conhecido em sua época, "deve ter sido treinado sob a influência de pintores como Maso e Stefano" (BOSKOVITS, 2016, p.15). Ele e sua irmã foram contratados pela família Strozzi para decorarem a já referida capela. Boa parte do programa dos afrescos foi ideia do estudioso Pietro Strozzi, que havia visitado em 1350 o convento de Santa Maria Novella, do qual retirou parte da sua inspiração. Prokopp (s.d.) argumenta que mesmo Nardo não sendo muito conhecido hoje, ele pode ser comparado a Giotto da segunda metade do *Trecento* e mesmo que havia um plano pré-estabelecido sobre os afrescos, é perceptível no trabalho a sua vontade expressiva. Nas palavras da autora:

> Ele criou uma nova iconografia do inferno, ele inventou novas composições e formas, tanto como um todo quanto nos detalhes. Ele foi o primeiro intérprete do príncipe dos poetas, vinte anos antes dos primeiros comentários literários de Boccaccio em 1372. Então, sua representação foi o primeiro reconhecimento, a primeira homenagem à Comédia pelos pais dominicanos que, 20 anos antes, em 1335, eles proibiram os monges e seus alunos de lerem a Comédia (PROKOPP, s.d., p. 67)[8].

[7] Visão do além-túmulo proveniente do século XII, muito popular no Ocidente medieval até meados do século XVI. É considerada a visão mais completa e consistente do Além cristão desenvolvida antes da *Divina Comédia* de Dante Alighieri. Para saber mais orientamos a leitura: SOUZA, L. B. M.. A recepção do Inferno na Visão de Túndalo pela iconografia medieval. Revista Tempo, Espaço e Linguagem, v. 11, p. 99-124, 2021.

[8] Tradução nossa do trecho original: "Lui era il primo interprete del principe dei poeti, venti anni prima dei primi commentari letterari di Boccaccio nel 1372. Allora, la sua rappresentazione era il primo riconoscimento, il primo omaggio alla Commedia da parte dei padri domenicani che 20 anni prima, nel 1335, hanno proibito la lettura della commedia ai monaci e loro studenti."

Figura I – Mapa do Inferno




Fonte: https://pt.scribd.com/document/244399488/DivinaComedia-estructura-pdf. Acesso dia 1 mar. 2018.

Como já mencionado, Baschet (2006) e Schmitt (2007) frisam veemente a função da imagem e de seu suporte. No caso da imagem sob análise, seu suporte é a própria igreja, que por seu próprio funcionamento simbólico, litúrgico e social é considerado como um local ritual. Neste caso, o afresco irá funcionar dinamicamente com seu suporte, contribuindo para fortalecer a sacralidade do local. Então, sabendo que "ao estudar uma decoração pintada, nunca se deve esquecer a dialética entre o edifício - o monumento construído - e o local instituído simbolicamente" (VOYER;

LEONI, 2015, p. 65)[9], antes de apresentar a imagem propriamente dita, devemos entender como ela foi pensada e como interage com a igreja.

O afresco faz parte de um programa tríptico que ocupa três paredes. Em relação ao expectador, a parede do centro está a representação do Juízo Final, a da esquerda, do Paraíso e de frente para esta, na direita, do Inferno. Porém, é importante lembrar que "as imagens do Juízo Final constituem o paradigma: a direita e a esquerda não são definidas de acordo com o espectador, mas com Cristo colocado no centro" (MÉHU, 2015, p. 277)[10]. Logo, os condenados ficaram a esquerda de Cristo. "A polaridade positiva associada ao direito em detrimento da esquerda é uma construção cultural que não é específica do Ocidente medieval, mas que se tornou profundamente enraizada nas relações sociais" (MÉHU, 2015, p. 276-277)[11]. Essa noção hierárquica também se aplica aos outros espaços da igreja, o altar, por exemplo, é onde a presença de Deus se materializa, logo sua arquitetura e as imagens que o ornamentam serão pensadas de formas diferentes dos demais pontos. Como afirmar Baschet, desde o século VIII se discutia a dinâmica e disposição dos fiéis dentro da nave, no século XII de forma ainda mais rigorosa, deixando frequentemente os fiéis "leigos" em lugares onde sua visão do altar era violada. Pois é "o edifício cultual e sua indispensável decoração, que o transforma em lugar fora do comum, constituem então, a forma privilegiada assumida pelos polos sagrados que ordenam e hierarquizam o espaço social" (BASCHET, 2006, p. 509). No caso desse afresco, por ficar numa capela particular, quem tinha acesso a ele de forma integral eram os membros da família e clérigos, o que não impedia os demais fiéis de se aproximarem do transepto, mas confirmando a teoria de Baschet, ainda assim conseguiram visualizar apenas parte do Inferno representado.

Como dito por Bardin, a parte mais importante da comunicação é a mensagem pela qual todos os outros polos passam a fazer sentido. Vamos buscá-la a partir da coincidência ou não do texto com a imagem. Extraindo as categorias:

[9] Tradução nossa do trecho original: "Lorsque Ton etudie un decor peint, il ne faut jamais oublier la dialectique entre l'edifice - le monument construit - et le lieu, institue symboliquement."
[10] Tradução nossa do trecho original: "Les images du Jugement dernier en constituent le paradigme : la droite et la gauche ne sont pas definies en fonction du « spectateur » mais du Christ place au centre."
[11] Tradução nossa do trecho original: "La polarite positive associee a la droite au detriment de la gauche est une constructionculturelle qui n'est pas propre a l'Occident medieval, mais qui s'est alors inscrite profondement dans les rapports sociaux."

geografia, pecados, pecadores e punições. Lembrando, como afirmam Hye-Min Lee e Maud Perez- Simon (2015), mesmo uma imagem que se pretende sincrônica ao texto, são fontes de natureza distintas, e a imagem tem limitadores que dificultam a representação total de elementos apenas narrados.

## 2. ANÁLISE DO AFRESCO DE NARDO DI CIONE

Partindo para a análise imagética e textual, a imagem está representando em arcos sobrepostos dando a impressão de círculos onde os condenados estão sendo punidos pelos seus respectivos pecados. A sensação que as almas representadas passam é de muita dor e sofrimentos e em cada subseção desse Inferno há um demônio de chifres e asas; estão coloridos de amarelo ou marrom com pouquíssimas variações de tons, cores que, segundo Michel Pastoureau (2005) representam covardia, brutalidade e traição dando um aspecto mais pejorativo à cena.[12] Como podemos ver na página seguinte.

No topo da pintura, assim como mostra a figura 3[13], há uma inscrição indicando o Vestíbulo, local onde, segundo o poema, se encontram as almas desprezadas por Deus e pelo Diabo, almas essas que não praticaram o Mal, porém, foram relaxadas na escolha do Bem, sendo assim serão atormentadas por vespas pela eternidade. Além dos preguiçosos que tem como pena carregar uma bandeira de sua nação sem descanso. O pintor escolheu a extremidade esquerda para assim representar, por ser uma imagem retirada de um domínio digital, talvez não fique evidente as pessoas sendo perseguidas pelas vespas, mas podemos visualizar bem a bandeira, que inclusive é amarela a balançar.

[12] Michel Pastoureau em seu livro *Breve historia de los colores* descreve os significados e os simbolismos de algumas cores chaves ao longo do tempo, entre elas o amarelo. O amarelo em outras culturas não européias e na Antiguidade tinha uma conotação positiva, ligado a riqueza, poder e sabedoria, diferentemente do Ocidente, onde a cor assumia uma ligação com a tristeza, faz menção ao outono, a decadência, a doença e etc. Foi na Idade Media que a cor perdeu prestígio e se tornou um símbolo de traição, engano e mentira. Bem como o marrom, que não chega nem a ser considerado uma cor, mas uma semi-cor. Não era muito apreciada pelos homens do medievo e ainda carregava conotações negativas como pobreza e brutalidade.

[13] Para melhor análise das cenas eu mesma elaborei recortes, provendo assim uma melhor visualização dos elementos descritos.

Figura 2 – Inferno



Fonte: http://libraryexhibits.uvm.edu/omeka/items/show/1560. Acesso dia 08 out. 2021.

Figura 3 – Vestíbulo



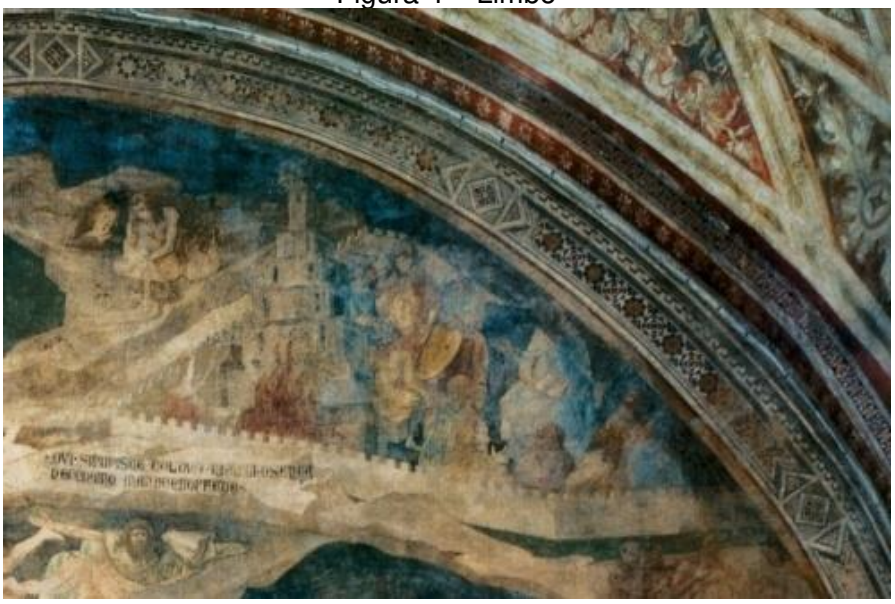
Bem como descrito por Dante no Canto III do Inferno, (31-69):

> E eu, co' a cabeça já de horror tomada: / "Que gente essa é", indaguei, "nesse clamor,/ que parece em sua dor tão derrotada?".
> E ele: "As almas que vês nesse amargor,/ são dos que têm no mundo – e ora deploram –/ vivido sem infâmia e sem louvor.
> Co' aqueles anjos vis agora moram/ que a Deus não opuseram rebeldia/ nem lhe foram fiéis, mas por si foram.
> O Céu exclui-os porque o aviltaria,/ e o fundo Inferno também os proscreve,/ que tê-los certa glória aos réus traria".
> E eu: "Mas que pena têm, que tanto deve/ pesar-lhes que clamar os faz tão forte?"./ Respondeu ele: "Escuta, serei breve:
> Eles não têm esperança de morte,/ e essa cega sua vida é-lhes tão crassa/ que inveja têm de qualquer outra sorte.
> Lembranças deles o mundo rechaça;/ misericórdia, e justiça, os ignora./ Deles não cuides mais, mas olha e passa".
> E eu que olhei vi, em disparada agora,/ um lábaro que parecia sujeito/ a rodear sem pouso e sem demora;
> imensa turba o seguia, que o conceito/ deu-me, numa visão medonha e abstrusa,/ de quantos tinha a morte já desfeito.
> Alguns reconheci nessa confusa/multidão, e eis que aquele apareceu/que fez por covardia a grã recusa.
> Certo então fui, no entendimento meu, /que o objeto grupo aquele era da gente/que a Deus despraz e ao inimigo seu.
> Esses, de quem foi sempre a vida ausente, /estavam nus, às picadas expostos./de uma nuvem de vespas renitente,
> que lhes fazia riscar de sangue os rostos,/ que, às lágrimas mesclado, a seus pés/colhiam molestos vermes ali postos (ALIGHIERI, 2014, p. 47-48).

Ainda na figura 3, é possível perceber o demônio azul fazendo o papel de quem na *Comédia* seria Caronte[14], indo transportar as almas para o outro lado do rio Aqueronte, como descrito também no poema: "Chegava agora um barco e, em seu governo,/ um velho, branco por antigo pelo,/ gritando: "Almas ruins! Castigo eterno" (Canto III, 82-84). Ao lado direito do Vestíbulo está o Limbo, ou primeiro círculo, lugar das almas virtuosas que por não terem sido batizadas, não podem pertencer ao Paraíso, seguindo a sequência do poema. Como podemos ver a seguir:

[14] Segundo Brandão (2000) Caronte (Charon) é o clássico barqueiro dos mortos na mitologia grega. Transportava almas cujos corpos houvessem recebido sepultura, para além dos rios do Hades, mediante o pagamento de um óbolo. Parece que ele apenas dirige a barca, mas não rema, sendo isso tarefa das próprias almas que estão sendo transportadas. Representado como um velho feio, magro, vigoroso, barba hirsuta e grisalha, coberto com um manto sujo e roto, chapéu redondo.

Figura 4 – Limbo



A figura 4 busca demonstrar o “nobre castelo,/ de altos muros em sétupla clausura, também cercado de um arroio belo,” (Canto IV, 106-108) que abriga as almas que “não pecaram, mas não têm validez,/ sem batismo, seus méritos, e isto/ faz parte dessa fé na qual tu crês;/ e os que tenham vivido antes de Cristo/ não adoraram Deus devidamente” (Canto IV, 34-38), como dito por Virgílio a Dante.

No Canto V, Dante descreve o segundo círculo do Inferno. Nele se encontra Minós, criatura da mitologia grega, que no poema assume o papel de ouvir as confissões dos pecadores e os distribuir pelos diversos círculos da “instituição’’ usando sua cauda. Na imagem a seguir vemos um grupo de pessoas com as mãos prostradas a confessar seus pecados a Minós. Aqui já podemos observar que diferentemente de Dante, que optou por desenvolver suas criaturas hibridas e próximas de suas mitologias, Nardo di Cione, propõem características comuns a todos eles, mantendo um elemento ou outro do texto, como por exemplo, a cauda. E para não gerar dúvidas sobre quais criaturas estavam sendo representadas, ele fez a opção de legendar seus demônios conforme a sequência do poema.

Ainda no mesmo círculo, tanto do poema quanto no afresco, vemos “a procela infernal, que nunca assenta,/ essas almas arrasta em sua rapina,/ volteando e percutindo a atormenta” (Canto V, 31-33). Aqui são punidos os luxuriosos que transgrediram a razão e se deixaram levar pelos prazeres da carne, agora são arrastados por essa densa e escura ventania.

Figura 5 – O círculo dos luxuriosos



No Canto VI, Dante descreve o terceiro círculo, lugar onde penam os glutões sob uma chuva gélida e pesada. Ele é guardado por uma criatura, Cérbero[15], "fera monstruosa e perversa,/ caninamente co' as três goelas late/ para a gente que está na lama imersa" (Canto VI, 13-15). Nardo di Cione em sua pintura segue a sequência do poema, porém, a figura que está indicada como Cérbero é um demônio de apenas uma cabeça, e a pena que está sendo paga também é diferente. Na pintura as almas são condenadas a comerem mesmo sem vontade por toda eternidade. Como é possível ver na figura seguinte:

[15] Segundo Brandão (2000) Cérbero (Kerberos), na mitologia grega, cão do Hades, um dos monstros que guarda o império dos mortos. De acordo com Hesíodo, ele possui cinquenta cabeças e voz de bronze, Na maioria das versões, entretanto, ele é apresentado com três cabeças, cauda de dragão, pescoço e dorso eriçados de serpentes. Ele representa o terror da morte, e simboliza o próprio Hades e o inferno interior de cada um. Cabe ao Cérbero interditar a entrada dos vivos no Inferno, mas acima de tudo, impedir a saída de quem ali entrou. Poucos heróis conseguiram sair de lá, entre eles, Hércules e Orfeu.

Figura 6 – O círculo dos glutões



Na sequência da pintura, bem como na sequência do poema encontram-se figuras de padres, clérigos, cardeais condenados por terem sidos avaros e pródigos a empurrarem grandes pedras pelo círculo entrando em confronto umas com as outras e que após colidirem tem de retornar ao ponto oposto, num movimento ininterrupto, numa alusão ao mito de Sísifo[16]. Aqui, as almas são guardadas por Plutão, demônio que desafiou São Miguel, mostrando que assim como Lúcifer, as demais criaturas que compõem o Inferno também são punidas por suas ações. Dante aqui faz uma crítica aos religiosos que em suas vidas terrenas não comediram seus gastos e foram injustos: "Deles o duplo berro isso declara/ nesses dois encontrões que os acaroa/ e por opostas culpas os separa;/ clérigos foram esses de coroa/ pelada e também papas e cardeais,/ que os que mais são que a avareza acorçoa" (Canto VII, 43-48). Como mostra a figura a seguir:

Figura 7 – O círculo dos avaros e pródigos



[16] Segundo Camus (2018) Sísifo, considerado pela mitologia grega, um dos mortais mais ardilosos, tenta enganar os deuses e acabar por despertar suas irás só para satisfazer seu desejo humano de eternidade, de vencer a morte. Sendo assim, é condenado a rolar um rochedo incessantemente até o cimo de uma montanha, de onde a pedra caía de novo por seu próprio peso. Pois concluíram, com as suas razões, que não existe punição mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança realizado pela eternidade.

Continuando os Cantos VII e VIII, Dante acompanhado por Virgilio adentra ao quinto círculo do Inferno. Ele começa por uma vala que ferve em banha, que se faz borbulhar pelo suspiro dos que nela estão submersos, no caso, os rancorosos; na parte visível estão as almas que se contorcem tomadas pela ira. Dante nesse canto trabalha mais a descrição do rio e dos pecadores, e não descreve guardião. Nardo, seguindo sua própria lógica representativa, inclui em seu afresco um demônio azul, a atravessar esse rio, como mostra a figura 8. Essa vala desaguará no rio Estige que leva até a cidade de Dite, ou Lúcifer.

Figura 8 – O círculo dos iracundos e rancorosos



A cidade de Dite é guarnecida por uma muralha e anjos rebeldes caídos dos céus. Entre esses guardiões da cidade estão as três Fúrias infernais que como descritas no poema pareciam “Hidras verdíssimas cingidas,/ traziam por cabeleira, serpes bravas/ envolvendo suas têmporas infidas.” (Canto IX, 40-43). Dante explica que são Megera, Tesífone e Medusa[17] e elas também foram representadas na pintura de Nardo di Cione, mais especificadamente na guarnição do meio:

Figura 9 – Cidade de Dite



[17] Segundo Luker (1993), essas três figuras são as górgonas, filhas do deus marítimo Fórcis. Eram criaturas aladas, de línguas proeminentes e cabelos de serpente. O gorgonaion, uma representação da aterrorizante cabeça das gorgó, era usado em templos e sepulturas para afastar os poderes malignos. Dentre as três irmãs, apenas Medusa era mortal.

O épico dantesco descreve no Canto X o sexto círculo do Inferno, lugar dos heréticos em geral, como os seguidores da doutrina de Epicuro[18], que negava a sobrevivência da alma após a morte corpórea. Neste círculo, as almas ficam em túmulos abertos, porém em chamas, fazendo lembrar a sentença dada aos condenados por heresia pela Igreja, que eram queimados em fogueiras. Interessante notar, que Nardo opta por destacar esse círculo em relação a todos os outros. Triplicando seu tamanho em relação aos supracitados, mesmo sem a exigência de personagens. O que pode caracterizar de sua parte, um alerta maior para as heresias, um julgamento maior das mesmas, ou ambas.

Figura 10 – O círculo dos heréticos



O sétimo círculo do poema é subdividido em valas, e assim o fez o autor da pintura em questão. Pintou um rio de sangue fervente guardado por centauros onde se encontram os tiranos ou almas que em vida praticaram a violência contra o próximo, como por exemplo, homicidas e assaltantes, representando a primeira vala do sétimo círculo do Inferno de Dante. Ainda seguindo a sequência do poema, pintou a segunda vala onde estão os que cometeram violência contra si próprios ou contra seus bens, como os suicidas e perdulários, bem como um denso arvoredo composto pelas próprias almas que são atormentadas por harpias monstruosas que "têm asas amplas e rostos "humanos,/ garras nos pés e emplumados os ventres;/ lançam dos cimos lamentos arcanos." (Canto XIII, 13-15). A terceira e última vala padecem os blasfemos, os usuários e os sodomitas, que cometeram violência contra

[18] Segundo Lima (2018) Epicuro foi um filósofo grego que ensinou em Samos e Atenas. Sua filosofia materialista defende que todas as coisas são formadas por átomos cujas combinações dão ao mundo sua estrutura particular. A moral de Epicuro – diferentemente da reputação que adquiriu junto à igreja – recomenda gozar os bens materiais e espirituais com ponderação e medida, de forma que seja possível perceber o que neles há de melhor. O Epicurismo na opinião da Igreja era uma heresia, pois considerando todas as coisas materiais, negava a existência da alma e da vida após a morte.

Deus, contra a natureza e contra a arte, descrito da seguinte maneira no Canto XIV, (13-42):

> O lugar era um árido areão/ semelhante à planura percorrida/ pelos pés, noutros tempos, de Catão.
> Ó vingança de Deus, como temida/ deves ser por quem, lendo-me, a reporte/ a essa cena que me era oferecida!
> De almas nuas havia várias coorte:/ todas choravam miseravelmente,/ e era aparente a sua diversa sorte:
> Supina, ao chão jazia alguma gente,/ outra sentava, toda reunida,/ caminhava outra continuadamente.
> Mais numerosa era essa turma erguida,/ menos a que jazia para o tormento,/ mas tinha à dor a língua irreprimida.
> Sobre todo areal, em jorro lento,/ chovia chispas de fogo dilatadas,/ como de neve em montanha sem vento.
> Como Alexandre viu, nas abrasadas/ terras d'Índia, por sobre a sua legião,/ chispas caindo até o chão inflamadas,
> pelo que ele as mandou calcar no chão,/ por suas tropas, para que o seu calor/ fosse extinto antes de sua difusão;
> aqui tombava esse eterno fulgor,/ do qual a areia se acendia, como isca/ sob o fuzil, nelas dobrando a dor.
> Sem descanso, uma dança barbarisca/ faziam co´as mãos, pra cá pra lá a estendê-las,/ pra sacudir de si nova faísca (ALIGHIERI, 2014, p. 115-116).

Assim, segue o recorte da pintura, inclusive, mostrando o riacho de águas vermelhas que corre entre margens de pedras:

Figura 11 – O círculo dos violentos e bestializados



O oitavo círculo, Dante inicia descrevendo a organização, lugar dos fraudulentos – sedutores, rufiões, aduladores, lisonjeiros, simoníacos, magos, adivinhos, traficantes, hipócritas, ladrões, maus conselheiros, cismáticos, intrigantes, falsários -, da seguinte forma no Canto XVIII, (1-18):

> O lugar que no Inferno se nomeia/ Melebolge é de pedra de ferrenha/ cor, como a encosta que todo o rodeia.
> E, bem no meio da maligna penha,/ abre-se a cava muito larga e funda/ de que em próprio local farei resenha.
> Portanto, a faixa que resta é rotunda/ e dez valas a sulcam, desde a dura/ encosta, até esse vão que ela circunda.
> Qual aos castelos pra guardar segura/ fossos mais fossos cingem os bastiões,/ aqui aparentam a mesma figura

> essas valas, co' as mesmas formações./ E como em tais castelos, da soleira/ até o limite externo, há pontilhões,
> aqui há pontes que desde a penhasqueira./ atravessam as ribas e os valados,/ até à cava onde os liga a última beira (ALIGHIERI, 2014, p. 139-140).

Sendo assim, o afresco do pintor italiano, em sua representação do oitavo círculo, também apresenta uma divisão em dez valas concêntricas separadas por diques que rodeiam o que já adianto, é o nono círculo. As valas aqui seguem uma lógica DIREITA- ESQUERDA, DIREITA-ESQUERDA, assim, não será possível promover recortes, mas tentarei sinalizar onde cada uma se localiza. Essa estratégia de Nardo di Cione pode ser utilizada para economizar espaço, mas acabou por deixar todas as valas de número ímpar ao lado esquerdo e as de número par ao lado direito do nono círculo, promovendo organização para o Inferno. Como dito por Dante, na primeira vala as almas de sedutores e rufiões estão agrupadas em filas que se movimentam em sentidos opostos, assim como no ano do primeiro Jubileu em Roma, enquanto são surradas com "fereza abjeta" por demônios chifrudos. E assim são representados na pintura, onde é possível perceber homens nus enfileirados e um dos demônios com um chicote nas mãos. Na segunda, a punição é ficar submerso num limo asqueroso "que de comuns cloacas parecia" (Canto XVIII, 114) que representa a sujeira que aduladores e lisonjeadores fizeram no mundo. Essa representação está do lado direito da primeira vala. Na terceira, ao lado esquerdo da primeira vala, é possível ver os simoníacos de cabeças para baixo em estreitos buracos redondos, só com as pernas para fora e com fogo ardendo sobre as plantas dos pés, bem como na descrição do poema, onde Dante visualiza inclusive papas e outros líderes religiosos. Em seguida, a vala dos magos e adivinhos que "vê como peito e dorso foi trocado;/ porque demais quis ver para adiante: pra trás ele olha, e anda recuando." (Canto XX, 37-39). A pintura está muito gasta nesta parte, não é possível dizer se há ou não correspondência. A quinta vala, ao lado direito terceira, os traficantes estão transbordando a ferver num pegajoso pez como descrito no poema, o diabo que deveria estar carregando as almas nos ombros para jogá-las no pez, na pintura aparece de cócoras, como se vigiasse as almas.

Figura 12 – O círculo dos fraudulentos



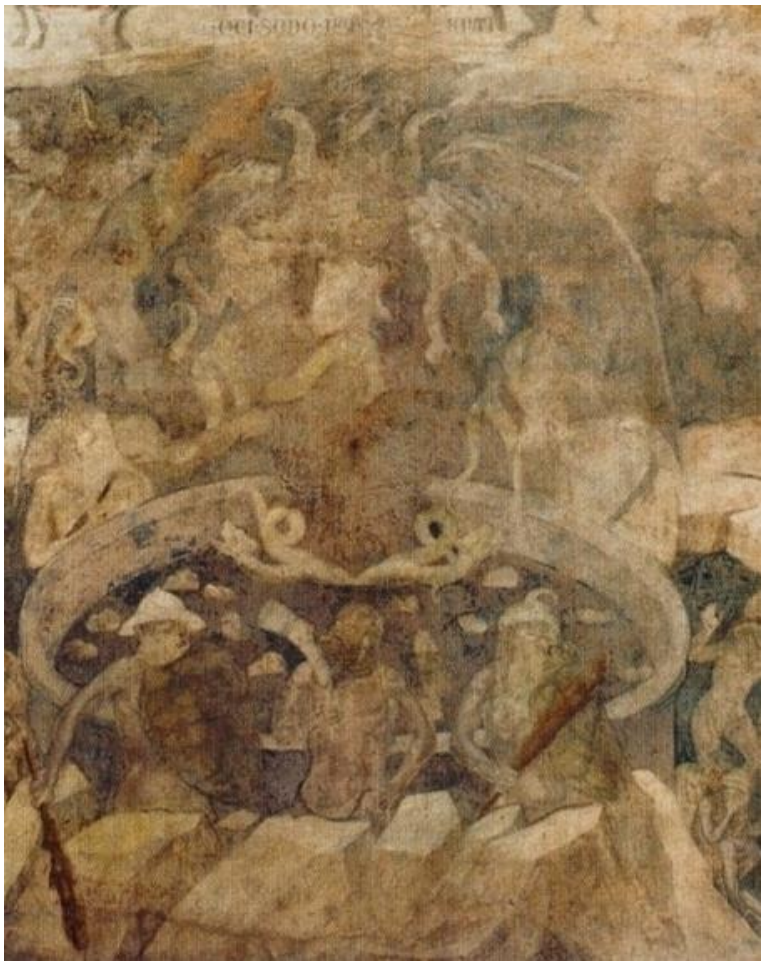
Ainda na figura 12 podemos ver a sexta vala como descrito na *Comédia*. Onde, seguindo a lógica direita-esquerda, as almas condenadas por hipocrisia "muito arriada usavam o capelo,/ frente aos olhos, das capas que vestiam,/ que lembravam das de Cluny o modelo. De ouro brilhante, fora, o olhar feriam;/ dentro de chumbo que, pesadas tanto,/ palha as de Frederico se creriam" (Canto XXIII, 61-66). No afresco, essa vala é a única onde os condenados estão vestidos, justamente para criar essa correspondência com a vestimenta dos membros do convento de Cluny como propôs Dante. A sétima vala no poema é cheia de serpentes de todas as espécies que atacam os ladrões e os submetem a profundas transformações. Na pintura, infelizmente é a vala mais desgastada do lado esquerdo, logo também, não podemos confirmar a correspondência.

No épico dantesco, a oitava vala é a dos maus conselheiros, eles ficam presos em chamas que se movem continuamente e os envolvem por inteiro. Na pintura, há uma incidência de vermelho, que pode ser sim chamas, mas a qualidade não permite certeza. A bem como a nona vala da *Comédia*, a dos cismáticos-intrigantes, a pintura tem representada um arco que a corta e "há um diabo que aqui nos atavia/ assim, cruelmente, ao gume de sua espada:/ todos golpeia desta companhia" (Canto XXVIII, 37-39). A última vala do oitavo círculo são punidos os falsários, seus corpos estão cobertos de sarnas e estão quase incapazes de se movimentarem. Na pintura, encontra-se um grupo de pessoas, mas não há nada que indique sua pena.

A partir do Canto XXX, Dante começa a descrever o círculo mais cruel e tenebroso da *Comédia*. O nono e último círculo do Inferno dantesco é onde se encontram os traidores. O lugar é o centro da "instituição'', guardado por três

gigantes que se assemelham a torres. Efialte, Briareu titãs que tentaram, desafiando Júpiter, sobrepor duas montanhas para alcançar o Olimpo. E por fim, Anteu, titã que não participou da Titanomaquia contra Júpiter com os outros filhos da terra, e por isso não está acorrentado na descrição de Dante. Vivia em Zama, na África, onde Cipião derrotou Aníbal, e se alimentava de carne dos leões que caçava. Na pintura, Nardo di Cione representa os três titãs soltos e armados.

Figura 13 – O círculo dos traidores



A figura não está nítida, porém, ainda é possível perceber que a figura de Lúcifer foi a maior representada, mas designar o seu poder. Suas asas e seus chifres ainda são perceptíveis. Não dá para perceber se possui três cabeças como na *Comédia*, mas parece ter trên s almas suspensas na altura da face, que seriam como Dante propôs: Judas Iscariotes, Bruto e Cássio, os traidores dos benfeitores. A imagem não tem representada a subdivisão que existe no poema, e mesmo que não

tenha representado o gelo, entende-se que aqui seja a Judeca, uma das subdivisões do nono círculo, onde Bruto e Cássio, por terem traído e matado César, o primeiro imperador romano, recebem a mesma punição que Judas Iscariotes: serem mastigados pela eternidade por uma das cabeças de Lúcifer. Dante deixando claro seu saudosismo romano ao equivaler um imperador a um representante direto de Deus na Terra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esse detalhamento, fica nítido que o artista de Nardo di Cione utilizou em seu afresco elementos do texto de Dante, mas teve liberdade artística para representar alguns personagens a sua maneira e incluir ou retirar elementos da forma que lhe foi mais conveniente. Lembrando que essa liberdade comunga com a tradição cristã, é sim uma abertura inventiva, mas como lembra Baschet (2015), dentro de um espaço social e ideológico dominado pela instituição eclesial. A imagem em questão cumpriu sua função de repressão a vários vícios humanos, postulando uma conduta padrão de comportamento, e deu início a utilização do esquema geográfico que Dante propôs nas artes, que foi muito utilizado por outros artistas, principalmente na Itália, onde inclusive vão passar a ser figurados Dante e Virgilio.

Mesmo em representações que não pretendem ilustrar o poema, algumas alusões ainda são feitas. Ora pela estrutura do Inferno – círculos concêntricos em forma de espiral-, a representação de Satanás – com três cabeças e três pares de asas e geralmente no centro do Inferno -, de personagens como Maomé – que antes não eram figurando e depois do poema passou a ser com certa frequência-. Além de muitas outras possibilidades. Concluímos assim, que a partir do épico dantesco o Inferno não tinha apenas função, mas localização detalhada e precisa. Alguns autores, como a já citada Gardiner, acreditam, inclusive, que o texto de Dante encerra as especulações sobre o Além cristão. “Certamente existem outros fatores, intelectuais e religiosos, responsáveis pelo fim do gênero, mas com Dante ele não

choraminga, mas goza de uma apoteose final gloriosa" (GARDINER, 1989, p. 12)[19]. O que não significa que o interesse no assunto desapareceu, mas poucas novidades foram incorporadas, e quando sim, com pouca interferência no modelo proposto por Dante.

Quírico (2014) nos apresenta uma argumentação pertinente sobre como esse tipo de pesquisa pode configurar uma primazia da literatura sobre as artes visuais, como se necessariamente o eixo fosse exclusivamente texto-imagem. E para que esse tipo de confusão não ocorra, concordando com a autora, se faz necessário relembrar que bem como Dante influenciou no desenvolvimento das imagens infernais, seu texto também foi resultado de influências de outras fontes imagéticas. E devemos considerar também o grande papel das imagens mentais compartilhadas pelo imaginário do homem medieval. Como argumenta Schmitt (2007), toda sociedade produz um imaginário que garante a sua coesão e sua identidade, do qual tanto a literatura e as artes visuais irão se beneficiar.

Nossa abordagem, no entanto, foi focada em mostrar a coincidência ou não entre texto e imagem, levando em consideração as categorias de análise como geografia, pecados, pecadores e punições. Com o objetivo de confirmar nossa hipótese de que a estrutura do poema por possuir uma descrição muito detalhista, não só dos pecados e punições, mas principalmente do espaço, viabilizou sua replicação visual mais frequente e quase que imediata.

Sendo assim, podemos confirmar a influência dantesca nas mudanças das representações imagéticas do Inferno, principalmente porque, seu texto estava alinhado com a ortodoxia latina. Porém, a recepção da concepção de Inferno que Dante criou na Literatura se estendeu para além do domínio religioso, tornou-se uma imagem mental comungada na retórica política, na cultura popular e na mídia até os dias atuais. Mesmo depois de vários processos que o Ocidente passou, a ideia amadurecida no século XIV ainda não se esvaziou. A concepção de Inferno permanece e ao que tudo indica permanecerá por muito tempo ainda presente no imaginário do homem ocidental, religioso ou não.

## REFERÊNCIAS

[19] Tradução nossa do trecho original: "here are certainly other factors, intellectual and religious, responsible for the end of the genre, but with Dante it does not whimper away but enjoys a final, glorious apotheosis."

ALIGHIERI, Dante. “Inferno”. In: **A Divina Comédia**. São Paulo: Editora 34, 2014. p. 29- 253.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**. Tradução: Marcelo Rede; prefácio de Jacques Le Goff. São Paulo: Globo, 2006.

BASCHET, Jérôme. Introdução: a imagem-objeto. In: BASCHET, Jérôme; SCHMITT, JeanClaude. **L'image. Fonctions et usages dês images dans l'Occident médiéval**. Tradução: Maria Cristina C. L. Pereira Paris: Le Léopard d'Or, 1996. p. 7-26.

BASCHET, Jérôme. Introdução: Pensé e figurative et analys e dês images. In: BASCHET, Jérôme; DITTMAR, Pierre-Olivier (Orgs.). **Les images dans l’occident medieval**. Turnhout: BrepolsPublishers, 2015. p. 195-197.

BOSKOVITS, Miklós. **“Nardo di Cione,” Italian Paintings of the Thirteenth and Fourteenth Centuries**. The Systematic Catalogue of the National Gallery of Art. Washington, 2016. Disponível em: https://purl.org/nga/collection/constituent/1745. Acesso dia 15 nov. 2020.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia Grega**. vol. I. Petrópolis, RJ: Vozes, 4ª Edição, 2000.

CAMUS, Albert. O mito de Sísifo: Ensaio sobre o absurdo. Disponível em: < http://sanderlei.com.br/PDF/Albert-Camus/Albert-Camus-O-Mito-de-Sisifo.pdf>. Acesso dia 17 jun. 2018.

COSTA, Daniel L.; ANDRADE, Solange R. Algumas considerações sobre o Diabo na Divina Comédia. In: MAGALHÃES, ACM., et al., orgs. **O demoníaco na literatura** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 149-160. ISBN 978-85-7879-188-9.

DI CIONE, Nardo. **Inferno**. Disponível em: http://libraryexhibits.uvm.edu/omeka/items/show/1560. Acesso dia 08 out. 2021.

**Divina Comedia Estructura**. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/244399488/DivinaComedia-estructura-pdf. Acesso dia 1 mar. 2018.

GARDINER, Eileen. **Visions of Heaven & Hell before Dante**. New York: Italica Press, 1989.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

LEE; PÉREZ-SIMON. Relations texte/image. In: BASCHET, Jérôme; DITTMAR, Pierre-Olivier 81 (Orgs.). **Les images dans l’occident medieval**. Turnhout: Brepols Publishers, 2015. p. 291- 303.

LIMA, José Carlos. **A Divina Comédia – Inferno – Personagens, Símbolos e Notas**. Disponível em: http://advivo.com.br/blog/jose-carlos-lima/a-divina-comedia-%E2%80%93-inferno-%E2%80%93-personagens-simbolos-e-notas. Acesso dia 18 jun. 2018.

LURKER, Manfred. **Dicionário de deuses e demônios**. Tradução: Cécilia Camargo Bartalotti, Marcelo Brandão Cipolla. – São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MAURO, Italo Eugenio. Dante, sua obra e eu tempo. In: **A Divina Comédia**. São Paulo: Editora 34, 2014.

MÉHU, Didier. Lesrapports dans l'image. In: BASCHET, Jérôme; DITTMAR, Pierre-Olivier (Orgs.). **Les images dans l'occident medieval**. Turnhout: BrepolsPublishers, 2015. p. 275-290.

MINOIS, Georges. **Historia de lós infiernos**. Tradução: Godofredo González. Paris:Librairie Arthcme Fayard, 1991.

PASTOUREAU, Michael. El color. In: **Una historia simbólica de la Edad Media occidental**. Buenos Aires: Katz, 2006. p. 122-234.

PASTOUREAU, Michael. La couleur. In: BASCHET, Jérôme; DITTMAR, Pierre-Olivier (Orgs.). **Les images dans l'occident medieval**. Turnhout: Brepols Publishers, 2015. p. 227- 237.

PASTOUREAU, Michael; SIMONNET, Dominique. **Breve historia de los colores**. Barcelona: Paidós, 2005.

PROKOPP, Mária. **Dante e la pittura del trecento. Nardo di Cione: Gli affreschi della Cappella Strozzi Santa Maria Novella, Firenze, 1352-57**. Disponível em: http://www.verbumanalectaneolatina.hu/pdf/3-1-05.pdf. Acesso dia 29 jul. 2020.

QUÍRICO, Tamara. **Inferno e Paradiso. Dante, Giotto e As Representações do Juízo Final Na Pintura Toscana do Século XIV**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

QUÍRICO, Tamara. **Inferno e Paradiso: As representações do juízo Final nas pinturas toscanas do século XIV**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média**. Tradução: José Rivair Macedo. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

VOYER, Cécile; LEONI, Simona Boscani. La peinture murale: l'mage ET Le lieu rituel. In: BASCHET, Jérôme; DITTMAR, Pierre-Olivier (Orgs.). **Les images dans l'occident medieval**. Turnhout: BrepolsPublishers, 2015. p. 65-82.

**Recebido em 13 de outubro de 2021.**

**Aprovado para publicação em 08 de junho de 2022.**

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

# "JOGANDO COM A IMORTALIDADE"[1]:
Contribuições de Clidenor de Freitas Santos para uma psiquiatria piauiense.

# "PLAYING WITH IMMORTALITY":
The Contributions of Clidenor de Freitas Santos to a Piauí Psychiatry.

*DOUGLAS ARAÚJO DE MEDEIROS DANTAS*[2]

## RESUMO

Este artigo possui o objetivo de analisar as contribuições do médico, Clidenor de Freitas Santos, para a psiquiatria piauiense num contexto de modernização de Teresina (1940-1950), capital do Piauí. A partir do estudo bibliográfico e da investigação de fontes como jornais, relatórios e crônicas, é possível compreender como o médico chega à cidade num cenário de desassistência à saúde mental daquela população, reforma a administração da antiga instituição de tratamento de loucos, instaura métodos terapêuticos até o momento desconhecidos na região e constrói seu próprio nosocômio, o Sanatório Meduna, para a assistência dos psicóticos. Como fontes foram utilizados diferentes jornais desse contexto e o relatório do Clidenor de Freitas Santos expondo as péssimas condições de assistência à saúde mental em Teresina. O diálogo entre bibliografia e fontes permite compreender as circunstâncias que se encontrava o louco e como se dava à assistência a este, podendo assim, entender, através de comparações, as contribuições do médico para a psiquiatria piauiense.

**Palavras-Chave:** Clidenor de Freitas Santos. Psiquiatria. Modernização. Saúde Mental. Sanatório Meduna.

## ABSTRACT

This article aims to analyze the contributions of the doctor, Clidenor de Freitas Santos, to Piauí psychiatry in a context of modernization in Teresina (1940-1950), capital of

1 Palavras de Luís da Câmara Cascudo, no periódico *O Piauí,* à Clidenor de Freitas Santos, se referindo as contribuições deste último para a psiquiatria piauiense. Segundo Cascudo, com a construção do Sanatório Meduna, o médico estaria fazendo um feito que poucos fizeram na História do Piauí, por isso de "jogar com a imortalidade". CF. CASCUDO, Luís da Câmara. Nas Terras do Piauí. **O Piauí**. Teresina, 16 de fev. de 1950.

2 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/PPGH). *E-mail:* dougsdantas@hotmail.com

Piauí. From the bibliographic study and the investigation of sources such as newspapers, reports and chronicles, it is possible to understand how the doctor arrives in the city in a scenario of lack of assistance to the mental health of that population, reforms the administration of the old institution for the treatment of the insane, establishes therapeutic methods hitherto unknown in the region and builds its own hospital, the Meduna Sanatorium, for the assistance of psychotics. With significant contributions, he becomes an important name in Piauí psychiatry.

**Keywords:** Clidenor de Freitas Santos. Psychiatry. Modernization. Mental health. Meduna Sanatorium.

## INTRODUÇÃO

Ao pensarmos sobre o tema da loucura, modernização e o espaço urbano de Teresina no contexto das décadas de 1940 e 1950, devemos levar em conta, primeiramente, a construção histórica acerca desses aspectos, considerando que a cidade nesse período era relativamente nova, já que foi fundada no ano de 1852, ou seja, ainda estava formando suas primeiras estruturas urbanas e administrativas. Dessa forma, com o intuito de conhecermos e entendermos melhor alguns dos elementos históricos que constituíam a cidade e a sociedade teresinense, dando foco, é claro, às questões envolvendo a psiquiatria piauiense e o tratamento para com o sujeito considerado louco,[3] é necessário compreendemos como foi constituída não só a organização da cidade, como também o pensamento e concepções que os seus habitantes possuíam sobre essas questões. Só assim chegaremos no nosso objetivo, que é compreender as contribuições de Clidenor de Freitas Santos para com a psiquiatria piauiense, num contexto de modernização da capital.

Teresina foi "fundada" em 1852, sendo a primeira capital planejada do Brasil. Possuía uma planta em formato xadrez, ruas lineares com interseções, com a intenção de facilitar a circulação de pessoas e mercadorias, dando à cidade uma faceta mais urbana. Esse esquema também facilitava a vigilância do espaço urbano,

3 Quando falamos de "louco" trazemos esse conceito de forma genérica, pois a discussão sobre o conceito é muito densa, sendo impossibilitada a discussão de um tema tão complexo. Dessa forma, quando se fala de louco nesse contexto, além dos sujeitos que possuíam transtornos psicológicos, são considerados sujeitos que não se encaixam nos padrões normativos estabelecidos por uma elite política e econômica, como o mendigo, o bêbado, o indigente, a prostitua, entre outras minorias.

sendo muito mais simples incorporar e fiscalizar se os habitantes obedeciam às leis e normas de higiene, por exemplo, além de facilitar também a ação policial, caso fosse preciso (ARAÚJO, 2010, p. 33).

Alguns estudiosos, como Maria Mafalda Araújo (ARAÚJO, 1997, p. 44-45), devido ao processo de transferência (antes de 1852, a capital do Piauí era Oeiras) e o projeto de desenvolvimento urbano, consideram que Teresina já nasceu como uma cidade moderna. Inicialmente esse pensamento, aos poucos, amadurecia no imaginário da jovem elite teresinense, que a princípio, na sua maioria, foi constituída por fazendeiros e autoridades políticas que chegavam à localidade após esta se tornar capital. A mudança da condição de vila para capital, a elevação de status, mexia com o ego da elite da capital. A chegada de objetos, roupas e outros bens, ideias, estabelecimentos, entre outros elementos que ainda eram estranhos àquela população, como o rádio ou a televisão, que veio tempo depois, ajudavam a construir uma ilusão de grandeza e prosperidade na mente daquela elite, principalmente.

Em contraste, a província ainda carregava elementos que lembravam um aspecto colonial, principalmente quando levamos em conta a ausência da indústria, os complexos problemas sociais intensificados pela seca[4], a precária infraestrutura da cidade, entre outros fatores que eram visíveis em todo o seu território. Na nova sede da capital da província também não era diferente. A mesma possuía grandes problemas de infraestrutura, além de aspectos sociais marcados pelas secas e pela pobreza, a quase inexistência de prédios públicos ou privados, a ausência de pavimentação, luz, saneamento, com a grande maioria das habitações consistindo em casebres com tetos de palha. Por esses motivos alguns estudiosos do tema, como Teresinha Queiroz, consideram que a modernização da cidade tem início após a

4 Os problemas de higiene e saúde no Piauí sempre causaram danos perversos à população, e esse problema tinha um grande catalisador: a seca. Boa parte do estado do Piauí se encontrava em uma região conhecida como "polígono das secas". Uma vasta área que contava com territórios como o do Pernambuco, da Bahia, do Ceará, além do Piauí. Essa região sofria (e ainda sofre) as terríveis consequências de longas estiagens, e se tornou uma espécie de corredor de imigrantes indigentes, que partiam dessas regiões citadas em buscas de melhores condições de vida no Maranhão e na região Norte. Entretanto, devido a viagem ser demasiadamente longa, ainda mais quando consideramos que é feita por pessoas pobres, famintas e doentes, muitos dos imigrantes encerravam sua peregrinação ao chegar na capital piauiense, inchando a cidade cada vez mais de doentes, desempregados e sem teto. Para mais informações sobre o assunto, ler: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **O poder político e a seca de 1877/79**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal de Pernambuco, 1991.

década de 1930. Ao tratar da conjuntura da capital no início do século XX, a autora afirma que mesmo nas primeiras décadas do século XX

> "[…] Teresina não dispunha de qualquer equipamento urbano que a definisse como uma cidade moderna. Ausência total e absoluta de calçamento, água tratada e canalizada, transporte público, luz elétrica, esgoto, telefone, etc. As pretensões de modernização e de alteração na estrutura urbana ainda não passavam de projetos[...]." (QUEIROZ, 1994, p. 23)

Como vemos acima, tratando do ponto de vista estrutural, se compararmos com grandes capitais desse período, como Rio de Janeiro e São Paulo, Teresina tinha deficiência de uma infraestrutura básica para ser apontada como uma grande capital moderna. Inclusive quando abordamos o tema da saúde, podemos dizer que o único hospital da cidade era precário, era voltado mais à caridade, a assistir aos sujeitos indigentes e flagelados pela seca do sertão, que morriam de sede e fome. Não ofereciam de fato uma medicina clínica que curasse as enfermidades. Com os indivíduos acometidos pela loucura, não seria diferente, talvez até um pouco pior, como iremos enfatizar ao decorrer deste ensaio.

Entretanto, concordando com Lopes (LOPES, 2011, p. 67), considerando as práticas discursivas desse contexto, nos referindo, principalmente, a jornais, relatórios do Estado, crônicas, entre outros documentos, como o autor mostra, e o "peso que estes exerciam sobre a condição de existir na cidade", é possível considerar que existiu sim uma pensamento, uma preocupação, da elite teresinense, em erguer nas bases da nova capital e na mente daquela população, uma ideia que atrelava o nascimento da capital, a uma imagem de uma capital moderna. Dessa forma, já a contar do início de sua fundação, era visto como necessário seguir os passos de outras capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo, que eram vistas como modelo de capital moderna no Brasil.

## 1. CLIDENOR DE FREITAS SANTOS E AS INOVAÇÕES TERAPÊUTICAS NA ÁREA DA SAÚDE MENTAL NO PIAUÍ

Segundo Queiroz (2008), novas concepções de civilidade penetravam na população teresinense desde o início do século XX, mas ainda com um pouco de

dificuldade e resistência. Era necessário abandonar as tradições desagradáveis e os maus costumes (que iam desde normas de etiqueta a questões de higiene social) em locais públicos e privados, mas esse processo requeria tempo. Queiroz ainda afirma que, segundo os jornais da época, crianças e adultos necessitavam de boas maneiras e comportamento enquanto estivessem inseridos no meio social. Por conta disso, era necessário aprender:

> [...] a manter as distâncias sociais, a frequentar de modo adequado os eventos, a bater palmas - aplaudir é também um saber, uma arte – a receber, a comportar-se à mesa, enfim, a não "avançar'. Os adultos deveriam deixar as crianças em casa à noite, delimitando assim um espaço para os adultos, ensinando a não roubar objetos das toaletes alheias e outros vários aprendizados do jogo social e da etiqueta moderna. A toda hora os redatores puxavam a orelha da sociedade local, indicando reiteradamente as novas normas de civilidade (QUEIROZ, 2008, p. 16).

Existia a necessidade de reparar hábitos e comportamentos considerados desviantes, procurando atingir o que a alta sociedade desejava. Esse foi um dos fatores que contribuíram para o surgimento dos Códigos de Postura na capital. O primeiro do século XX foi criado em 1905 para substituir o considerado ultrapassado Código de Postura de 1867.[5] Essas novas normas de condutas estabelecidas pelas autoridades municipais, tentava conduzir os costumes e comportamentos a partir da imposição de um controle social regulado pelo Código de Postura. Dentre as diversas imposições que podem ser observadas, as preocupações com o comportamento do citadino e com a higiene da cidade estavam sempre em evidências.

É importante destacar, que quando falamos em "civilidade" nos aproximamos do conceito trabalhado por Norbert Elias, em *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Na obra o autor o define como um processo que ocorre de forma lenta, como uma autotransformação dos hábitos sociais, quando necessário, dando origem a um conjunto de normas que regula a sociedade. A incorporação desses padrões, conduz ou tenta conduzir, a forma de agir e as emoções dos indivíduos, ditando a maneira certa de se portar nos diferentes ambientes, construindo uma noção do que

5 TERESINA. Diário oficial de Teresina: Código de Posturas. Lei n. 69, 2 set. 1905.

fazer e não fazer, sempre pensando no fato de que as ações e os comportamento dos indivíduos podem incomodar ou ofender outras pessoas (ELIAS, Norbert, 2011, p. 85-86). Obviamente, é importante deixar claro, nem todos os grupos sociais conseguiam se adequar as novas normas. Existiam minorias que não se encaixavam nessas normas de conduta e higiene social que a elite tentava estabelecer.

Com o processo de modernização, os novos elementos trazidos por este, proporcionou e impôs ao cidadão, principalmente às camadas mais pobres, novas práticas, novos espaços, novas maneiras de sociabilidade, e novas formas de compreender o mundo ao seu redor. Isso implica dizer que posturas e comportamentos mais tradicionais, principalmente aqueles que constrangiam ou magoavam outras pessoas, começam a ser considerados atos não-civilizados. De maneira geral, o comportamento deveria estar fortemente associado aos novos aspectos da modernidade e com isso o abandono de antigos hábitos. Frequentar os mais novos locais julgados refinados como Cafés, restaurantes, bares, era visto como hábito civilizado, por exemplo.

Nesse sentido, também era preciso civilizar a população na intenção de ajustar hábitos antiquados em padrões sociais considerados modernos. Um exemplo é quando nos referimos aos hábitos negativos de higiene, que mesmo após 40 anos da fundação da cidade, ainda se mostravam um sério problema sanitário, como podemos observar na crônica publicada no jornal *O Commercio:*

> É sobretudo reprovável e anti-hygienico, procedimento de se mandar atirar, nos largos e ruas, aves e outros bichos mortos, cujo máu cheiro prejudica a saúde dos transeuntes. Nestes últimos dias, as praças Uruguayana e Marechal Deodoro tem sido ponto escolhido para semelhante irregularidades, sujeitas à severa punição pelas posturas municipais (CARTEIRA Local. O Commercio, Teresina, Ano II, n. 77, 8 dez. 1907, p. 2).

Pelo trecho, sobre a situação das ruas da capital, é perceptível que os problemas de higiene – um dos muitos - ainda permaneciam como práticas sociais de boa parte da população. Esses hábitos considerados ruins iam na contramão de uma sociedade civilizada. Porém, é evidente que existia uma preocupação, uma tentativa de barrar esses maus costumes e a forma usada era através de punições.

O passo a ser dado, levando em conta o conjunto de processos que tiveram como modelo de progresso e desenvolvimento urbano a sociedade europeia,[6] seria seguir normas de comportamento e civilidade adequadas. Podemos considerar que o poder público do Piauí foi um importante instrumento responsável pela remodelação da cidade e dos grupos sociais. Nessas primeiras décadas do século XX, os governos custeavam as obras públicas, melhorava a infraestrutura da cidade, criava novos ambientes de sociabilidade, como feiras, praças, cinemas, teatros. Isso acabava interferindo nos hábitos e costumes dos moradores, na cidade, principalmente a parte da população que tinha uma condição financeira melhor e podiam frequentar esses locais.

Com o tempo, ficava cada vez mais nítido que algumas minorias não se encaixavam nessas normas de conduta e higiene social que a elite tentava estabelecer. Uma dessas minorias, a qual daremos atenção, são os indivíduos considerados loucos. Esses sujeitos, desde o início, eram vistos como um grande problema social. Viviam nas ruas onde causavam uma má impressão a quem visitava a cidade, além de contribuir para o mal cheiro nas ruas, já que viviam ali a maior parte do tempo, se alimentando, dormindo e fazendo nuas necessidades fisiológicas. Isso veio a se tornar um entrave cada vez maior no que se refere ao desenvolvimento de uma sociedade moderna.

Além de tirar os loucos da rua, era necessário oferecer-lhes um local e tratamento adequado. Até início do século XX, não existia um espaço próprio para assisti-los. Os loucos considerados agressivos, que causavam qualquer tipo de aborrecimento ou transtorno para os habitantes da cidade, eram retirados das ruas e levados à cadeia pública. Já os “loucos mansos”, como eram chamados, quando

6 Quando tratamos a progresso ou até mesmo de modernidade, nos referimos a questões diretamente ligadas ao desenvolvimento do capital, da acumulação de riquezas. Esse progresso estaria diretamente ligado às novas tecnologias presentes (ou não) que beneficiariam, principalmente, as gerações futuras. Por exemplo, a chegada de energia elétrica possibilitaria um avanço técnico nos meios de produção, substituindo o animal e aperfeiçoando o ofício. Serve também para melhorar o padrão de vida das pessoas, trazendo novos conhecimentos. A televisão é um exemplo, que além do entretenimento, divulgavam informações que poderiam ajudar na vida profissional dos indivíduos ou mostrar qual a última moda em Paris. Esse conceito de progresso se aproxima com o que discute Stonier e Hague. Para um maior conhecimento sobre o assunto sugiro a leitura: STONIER, A.W.; HAGUE, D. C. **Teoria Econômica**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

necessário, recebiam assistência nos hospitais da Santa Casa.[7] Essa não possuía psiquiatras ou tratamento específicos para lidar com transtornos mentais. Foi apenas nos primeiros anos do século XX, após apelo de autoridades políticas e da elite teresinense, com o apoio da imprensa local, que a súplica foi atendida.

O principal responsável pela mobilização em busca de um local de tratamento da loucura, foi o então vice-governador do estado, o médico Areolino Antônio de Abreu,[8] que junto à sociedade civil, a elite e a classe médica teresinense, os poderes estadual e federal, conseguiu verbas para a construção da primeira instituição de tratamento para indivíduos considerados loucos, do Estado do Piauí, o chamado "Asylo de Alienados". Erguido em Teresina, mais tarde veio a se chamar Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu, em homenagem ao médico e político que lutou pela sua construção (LIMA, 2015, p. 30-32).

É importante ressaltar que nesse contexto o louco no Piauí ainda era visto como um alienado, por isso o nome do asilo foi pensando dessa forma. A loucura é uma construção discursiva e inúmeras foram as teorias das variadas concepções sobre a loucura até o olhar médico recair sobre ela. Phillipe Pinel,[9] foi a principal figura do alienismo, que surgiu na França, no século XVIII. Para o alienista (médico especializado nas moléstias mentais), a loucura impactava no intelecto e na moral do

7 A Santa Casa de Misericórdia foi construída em Teresina no ano de 1961, nas bases do antigo Hospital de Caridade de existia na cidade. Até o início da República, a Santa Casa pode ser vista mais como um local de acolhimento, que oferecia cuidados básicos, como um teto e comida para os necessitados, do que de fato um espaço médico-hospitalar. Como instituição religiosa, seus serviços estavam voltados à caridade e ao abrigo, do que na verdade um tratamento médico. O estado não possuía um sistema de assistência pública eficiente, capaz de oferecer tratamento a população do Piauí, por isso a Santa Casa tem papel fundamental no início da assistência no estado.

8 Areolino Antônio de Abreu, nasceu em Teresina, ano de 1865. Faleceu em União (PI), 1908. Em 1887, o então formando em medicina, Areolino Antônio de Abreu, apresenta sua these à Faculdade de Medicina da Bahia, a fim de obter o grau de Doutor, denominada: "Glycosúria (diabetes assucarado)". Se tornou doutor em medicina pela Faculdade da Bahia. Na capital piauiense desempenhou elevadas funções: Deputado provincial; Presidente do Conselho Municipal e do Tribunal de Contas; e Vice-governador do Piauí. Na ausência do governador Álvaro Mendes para Parnaíba, assumiu o comando administrativo a 11 de dezembro de 1905, nele permanecendo até 2 de abril de 1906, quando teve oportunidade de criar o Asilo dos Alienados.

9 Philippe Pinel (1745 – 1826) era francês, adepto das ideias do Iluminismo, foi o primeiro no tratamento de doentes mentais e considerado, por muitos, o pai da psiquiatria. Formado em medicina pela Universidade de Tolouse (França), dirigiu os hospitais de Bicêtre e Salpêtrière neste país. Elaborou uma nosografia específica para a classificação das moléstias mentais em espécies e desenvolveu uma metodologia sistemática de observação e de tratamento das moléstias mentais. Na sua Biografia consta que se interessou por essa área depois que um amigo tomado de loucura, fugiu para uma floresta, tendo sido devorado por lobos. Da observação dos seus próprios pacientes, em 1801, publicou seu *Tratado Médico-Filosófico* sobre a Alienação Mental, em que defende a doença mental como resultado de uma exposição excessiva a situações de estresse e, também, a danos hereditários capazes de provocar alterações patológicas no cérebro.

homem, mas poderia ser detectada a partir de sintomas variados. Se considerava que as paixões da alma podiam levar os sujeito a diversas doenças, incluindo a loucura. Os sentimentos, como o amor, podiam transforma o homem, levando-o a perda da razão, alterando seus movimentos e modificando sua natureza e ações. Isso faria com que ele não fosse mais dono de seus pensamentos, tornando-o um alienado, um doente. É nesse processo de construção de uma nova concepção da loucura que ela passa a ser um objeto da medicina e o asilo se torna o local ideal para tratar esse fenômeno, separando-o do seio social. (OLIVEIRA, Pedro Henrique Ferreira Danese, 2016, P. 54-58).

É interessante notarmos o conjunto de transformações que as doenças, o desenvolvimento científico para contê-las e os pensamentos em torno desses objetos provocam na sociedade. A figura do médico e do doente, assim como as instituições de saúde, ganham notoriedade no meio social, chegando a interferir na vida das pessoas. Não é errado dizer que a doença tem um papel na História "não só à História superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à História profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às representações, às mentalidades" (LE GOFF, 1985, p. 7-8). A doença não atinge só o doente, ela, modifica o meio, cria processos e obriga a sociedade a percorrê-los a sua causa.

Voltando ao asilo, já nos primeiros anos de funcionamento, principalmente nas duas décadas após à inauguração, os governadores evidenciaram que, apesar dos loucos agora possuírem um local "especializado", esse ainda era carente em vários pontos, como infraestrutura, na terapêutica e na salubridade do local (SANTANA, 2011, p. 06). A polícia, alicerçada pelo saber médico, detinha o louco e encarcerava no asilo. Esse saber médico "acabou mais por impacientar do que maravilhar" com suas ações. (LE GOFF, 1985, p. 100).

O espaço não foi construído como planejado por conta da falta de verba. Era inviável ao estado arcar com as despesas ainda necessárias para finalizar o edifício. Estes alegavam os enormes problemas econômicos naquele momento. Por conta disso, a construção final não saiu de acordo com o projeto e alguns pavilhões não foram erguidos. Outros só foram construídos anos depois da inauguração. Também não existia qualquer tipo tratamento adequado para esses sujeitos. A construção se tornou apenas outro local que servia como "depósito de doidos" - além da cadeia

pública -, pois o verdadeiro objetivo da instituição era a retirada dos loucos das ruas da cidade. O hospital também apresentava problemas de salubridade e falta de um médico-psiquiatra. A psiquiatria ainda se fazia ausente no Piauí (OLIVEIRA, 2011, p. 29).

Aqui surgiu a figura do primeiro médico-psiquiatra piauiense, Clidenor de Freitas Santos, objeto principal dessa pesquisa. Fruto da união de Raimundo Rodrigues dos Santos e Maria de Freitas Santos, nasceu no município piauiense de Miguel Alves, a 112 quilômetros de Teresina, em 16 de fevereiro de 1913. De família humilde, viveu sua infância na sua cidade natal, onde concluiu o estudo primário em escola pública. Viajou para a capital após o primário para cursar o ginásio, na escola pública Liceu Piauiense, terminando essa etapa no ano de 1929. Em 1931 foi aprovado em vestibular e se tornou aluno de medicina em Belém do Pará. Entretanto, 3 anos depois transferiu o curso para a Faculdade de Medicina de Recife, onde conclui sua diplomação, em dezembro de 1936 (GUIMARÃES, 1994, p. 39).

Ainda em Recife, se especializou em neuropsiquiatria, tendo como professores grandes nomes da medicina nacional como o sanitarista Gouveia de Barros[10] e o psiquiatra, neurologista e psicólogo Ulisses Pernambucano.[11] Ainda na graduação, Santos se destacou bastante entre os colegas da faculdade, o que acabou lhe rendendo prestígio, chamando atenção pela sua inteligência e confiança. Por conta disso, algumas oportunidades foram surgindo na sua vida acadêmica e logo foi

10 Manuel Gouveia de Barros nasceu no município de Bonito (PE) no ano de 1881. Iniciou seus estudos no Ginásio Pernambucano e em 1899 matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Formou-se em 1905 ao defender a tese intitulada *O crescimento e seu papel na patologia.* Em 1907 passou a residir em Recife, onde começou a clinicar. Em 1912, durante o governo de Dantas Barreto, foi nomeado diretor de Higiene e Saúde Pública de Pernambuco. Fez reformas no Serviço Sanitário, organizou o Código Sanitário e combateu epidemias. Em 1916 se candidatou a deputado federal na vaga surgida com a renúncia de Manuel Borba, que foi eleito governador de Pernambuco. Conseguiu eleger-se e logo passou a integrar a Comissão de Saúde Pública. Foi também professor da Faculdade de Medicina de Pernambuco. No campo jornalístico, foi redator do jornal *O Norte.*

11 Unisses Pernambucano de Mello Sobrinho foi um grande médico brasileiro (1892-1943), que teve trabalhos importantes na área da psiquiatria, neurologia e psicologia. Em 1912 concluiu o curso de medicina, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com apenas 20 anos. Entre 1923 e 1927, atua como diretor da Escola Normal, tendo uma gestão marcada por reformas de caráter social. Entre outras medidas, introduziu o exame de seleção para admissão (antes, o ingresso se dava por apadrinhamento). Nesse meio tempo, em 1925, cria o Instituto de Psicologia. Em 1928, deixa a direção da Escola Normal e assume a direção do Ginásio Pernambucano; concomitante a essa função, foi nomeado diretor do Instituto de Seleção e Orientação Profissional. Foi também professor de Neuro-Psiquiatria Infantil e de Clínica Neurológica, na Faculdade de Medicina. Ulisses Pernambucano foi o terceiro presidente a assumir o Sindicato dos Médicos de Pernambuco, em 1933. Em 1936 fundou o Sanatório do Recife e a Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste. Em 1938 fundou a Revista de Neurobiologia.

convidado a frequentar o Laboratório de Patologia daquela faculdade (GUIMARÃES, 1994, p. 39). Espaço almejado não só pelos estudantes de medicina, como também pelos profissionais de carreira, devido sua importância para a pesquisa nacional sobre doenças e epidemias.

Recém-formado, foi contratado para ser assistente no Instituto de Patologia do Norte. Exerceu sua profissão por seis meses e decidiu voltar a sua terra natal, onde montou seu consultório particular. Em 1938 viajou para São Paulo, se especializando em psiquiatria no famoso Hospital de Juqueri. Na sua viagem, também conheceu o serviço do Hospital da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Retornou ao Piauí no ano de 1940, trazendo na mala os mais modernos conhecimentos e métodos da psiquiatria, adquiridos nessa sua viagem (LIMA, 2015, p. 35). Teresina se tornaria o local que o médico iria pôr em prática os resultados de sua viagem ao sudeste do país.

Desabrocha um romance com Aracy Dutra, que mais tarde se tornou sua esposa e deu à luz a sete filhos seus. Também em 1940, o médico foi nomeado chefe de Clínica das Doenças Mentais da Santa Casa de Misericórdia. Mais tarde, essa nomeação desencadeou uma série de eventos, que terminou por consolidar Clidenor de Freitas Santos na História da psiquiatria piauiense (GUIMARÃES, 1994, p. 39).

Em seguida Santos assumiu a direção do Asylo de Alienados, primeira e única instituição de assistência a pessoas com doenças psicóticas, no Piauí, nesta época. Uma das primeiras grandes ações como diretor do asilo, foi a substituição do nome do asilo para Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu, em homenagem a seu fundador. A mudança do nome de Asilo para Hospital Psiquiátrico, como informamos, está associada aos novos conhecimentos da psiquiatria, que tratava a loucura não mais como uma alienação, pois para o alienado, o tratamento seria apenas de caráter moral, uma vez que sua loucura seria causada pelos vícios, pelas paixões e tumultos de sua vida cotidiana (LIMA, 2015, p. 35). Nesse momento, a doença do psicótico teria como causas princípios orgânicos ou psíquicos, e seria tratado como as doenças desse gênero, com fármacos ligados a terapias.

O médico implantou uma série de mudanças no hospital, que se encontrava em um deplorável estado de miséria, sem qualquer tipo de assistência adequada a quem estava internado. Nos primeiros anos de direção, Santos começou a implementar os novos métodos de tratamentos que aprendeu nos estudos realizados

em sua viagem a São Paulo e Rio de Janeiro. Introduziu a convulsoterapia cardiozólica, a malarioterapia, a insulinoterapia, a convulsoterapia, a terapia ocupacional, entre outras técnicas que buscavam a cura ou amenizar os sintomas dos pacientes (GUIMARÃES, 1994, p. 39).

Nesse período, havia no HPAA cerca de 28 homens e 37 mulheres internados, que se encontravam em situação desumana. Muitos acorrentados em troncos sob a sombra dos cajueiros, em um chão de terra batida (ali faziam suas necessidades e suas refeições) ou trancados dentro de cubículos que chamavam de quarto. As necessidades fisiológicas eram feitas dentro de um esgoto, uma espécie de vala ou canal, que ficava aberto, saindo de dentro dos quartos em direção ao pátio. Diferentemente da situação dos pensionistas, que ficavam em alas diferentes e recebiam assistência um pouco melhor dos funcionários (LIMA, 2015, p. 36). Clidenor de Freitas Santos encontrou os internos do HPAA como Phillipe Pinel encontrou os loucos no hospital de Bicêtre, acorrentados e trancafiados, sem qualquer assistência médica.

Clidenor de Freitas Santos libertou os pacientes desse hospital, que passaram andar livremente dentro do prédio. Arrancou cerca de 1450 quilos de correntes e grades, que serviam como medida de aprisionamento, não ligadas a qualquer tipo de terapêutica. Dessa forma, ele passou oferecer um tratamento adequado aos pacientes (LIMA, 2015, p. 36-37). Essa conduta, talvez tenha dado início a uma mudança no olhar da população sobre o louco, pois fez com que "as pessoas da praça se aproximassem e conversassem com os pacientes", algo que antes não era possível. Isso ajudou na quebra de um estereótipo criado sobre a imagem do considerado louco (RAMOS, 2003, p. 221).

Em 25 de julho de 1941, durante uma reunião da Associação Piauiense de Medicina, Santos leu um relatório que descrevia as condições de higiene, alimentação e assistência do HPAA. Nesse texto sugeriu mudanças urgentes na instituição (OLIVEIRA, 2012, p. 18). No relatório o médico denunciou que:

> [...] Convém assinalar que esse projeto (o prédio do Asylo) era completo, nele quase nada faltava. Se tem sido construído tal como foi planejado teríamos ainda hoje um ótimo hospital. Apesar de tudo, o que estava preparado foi inaugurado dia 24 de janeiro de 1907, festivamente e com discursos proferidos pelo Dr. Areolino de Abreu e

> seu representante do chefe do Estado (sic.). (Relatório de Clidenor Freitas Santos apud GUIMARÃES, Humberto., 1994, p. 33).

Esse é apenas um trecho inicial do relatório de Clidenor de Freitas Santos, apresentado no livro de Humberto Guimarães, no qual o médico relata as reais condições do nosocômio. Primeiramente, devemos nos ater que o HPAA era uma obra inacabada. Começou a ser construído em 1906. Foi pensada, de início, para ser uma clínica moderna, podendo atender pacientes com quaisquer problemas psíquicos. Mas o projeto nunca foi finalizado e o que estava pronto foi inaugurado em janeiro do ano seguinte (Relatório de Clidenor Freitas Santos apud GUIMARÃES, Humberto., 1994, p. 32-33).

Podemos afirmar que a saúde e o bem-estar do louco não constavam como prioridade para o governo do Piauí. A desculpa da falta de verba não constituía uma justificativa usada apenas no que se refere a problemas relacionados a parte física do nosocômio, se direcionava também a assuntos ligados higiene do local e na assistência aos internos. O governo não tinha dinheiro para gastar com o HPAA. A preocupação da elite e das autoridades políticas teresinenses, era em relação aos problemas sociais causados pelo indivíduo, e não ao problema que a doença causava neles. Por muito tempo o asilo existiu sem oferecer assistência e poucas foram as denúncias em torno disso. O estado deixava de lado o asilo e os loucos a própria sorte dentro daquele local.

Como informamos, existia uma espécie de fosso coletivo, algo muito longe de um aparelho sanitário que conhecemos hoje, e era nesse esgoto, a céu aberto, onde os internos faziam suas necessidades fisiológicas. Em seu relatório, Santos narra que:

> […] Com o tempo, as condições higiênicas desses cômodos foram-se agravando sobretudo em virtude do pequeno esgoto – no qual os doentes deveriam fazer suas necessidades fisiológicas – sair do centro do próprio quarto e ser completamente aberto. O que não foi esquecido foi a colocação em todos os quartos, e até no pátio, nos troncos dos cajueiros, de pesadíssimas correntes destinadas às pernas dos doentes (Relatório de Clidenor Freitas Santos apud GUIMARÃES, Humberto., 1994, p. 33)..

Tanto os pacientes quantos os funcionários, estavam submetidos a um ambiente insalubre. Considerando a ínfima condição de salubridade do prédio, imaginamos as situações da higiene pessoal dos enfermos, principalmente daqueles

que não podiam fazê-la sozinho. Podemos concluir que o HPAA não oferecia quaisquer condições de tratamento, higiene ou assistência aos seus pacientes.

Clidenor de Freitas Santos, do mesmo modo, revela as condições sub-humanas de alguns dos indigentes, como observamos fragmento do relatório acima. O hospital, de acordo com suas palavras, parecia um local onde esse tipo de pessoa era despejada para passar o resto de sua vida. Segundo o médico a impressão que se tinha ao visitar o Asylo:

> [...] não é somente a de repulsa, mas de piedade e pavor. E haverá algum ser humano que, ao ver quase uma centena de infelizes psicopatas jogados em verdadeiros calabouços, uns com uma perna presa a uma corrente, outros despidos, noite e dia sobre um aterro de cimento, porque este é o seu leito de todos os momentos, outros em pleno estado de caquexia sub-alimentar [situação de desnutrição], outros acumulados de três e até de quatro numa só prisão, outros maltrapilhos, todos bebendo de um tanque sem higiene, numa velha lata de creolina, e outros, enfim, nas mais variadas condições de miséria, haverá, dizíamos, algum ser humano que, ao se deparar com tanto infortúnio, não se sinta humilhado, deprimido ou reduzido na sua própria condição?
>
> Referimo-nos assim, Sr. Presidente e Srs. Assistentes Técnicos do INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, porque foi esta exatamente a impressão que nos atingiu no dia 27 de setembro do ano passado, quando assumimos o cargo de Chefe da Clínica de doenças mentais da antiga Santa Casa e fizemos a primeira inspeção do "Asylo de Alienados Areolino de Abreu" (Relatório de Clidenor Freitas Santos apud GUIMARÃES, Humberto., 1994, p. 33).

Além de muitos acorrentados no relento, sujos e nus, a alimentação oferecida era pobre em todos os sentidos. Era oferecido em um "prato de ferro que foi esmaltado, contendo farinha em maior quantidade, um pouco de arroz e feijão e um pedaço de carne cozida que não se sabe o que predomina – se carne, tendões, aponevroses ou osso". Não havia uma nutricionista para preparar uma alimentação adequada e balanceada. Não existia local para comer. Bebiam água de um tanque sujo e quando recebiam a alimentação, procuravam um local qualquer para se sentar, apoiava o prato sobre as pernas e comiam com a própria mão, pois não dispunha de colher ou garfo. Os pensionistas, antes da chegada de Santos, tinham quase o mesmo tratamento. O médico conseguiu modificar algumas coisas em relação aos pensionistas, como a construção de um refeitório exclusivamente para eles, mas a

situação dos indigentes continuava a mesma (Relatório de Clidenor Freitas Santos apud GUIMARÃES, Humberto., 1994, p. 33).

A cada linha do relatório fica mais claro que o asilo foi construído para conter a loucura, ali dentro de suas paredes. O que acontecia com o louco não parecia importar a aqueles que antes pediram a construção do local. Pelas palavras de Clidenor de Freitas Santos, fica evidente a ausência de profissionais especializados em saúde mental no asilo. Pode-se duvidar até mesmo da presença de um profissional da saúde, seja qual for a área.

Naquela sociedade ainda existia uma aversão a loucura por conta do pouco conhecimento que se tinha sobre a doença. Oliveira conta um pouco dessa ignorância, que a propósito, perdurou por muito tempo, estendendo nosso recorte. O médico conta, que na década de 1960 ainda se acreditava que epilepsia era uma doença contagiosa. O louco poderia transmiti-la através da baba. Isso fez com esses sujeitos fossem isolados, recebendo tratamento diferenciado no HPAA. O médico e diretor do hospital no período citado, Carlos Alves Araújo, para provar que a doença não era infecciosa, reuniu todos os funcionários do HPAA e entrou na cela dos loucos epilépticos para comer junto com eles, do mesmo recipiente e com a próprias mãos (OLIVEIRA, Edmar, 2011, p. 50-51).

Esses fatos mostram um atraso visível na área da Saúde Mental no Piauí. Com a chegada de Clidenor de Freitas Santos esse quadro começou a mudar. Apesar da lentidão na mudança, pelo fato da resistência das próprias Irmãs de Caridade que gerenciavam o hospital, as modificações foram acontecendo. Aos poucos o psiquiatra põe em ação o conhecimento adquirido e já utilizado em outros hospitais do gênero no país.

O psiquiatra também esclareceu, na sua narrativa, que apesar da sua vontade, não havia remédios para o tratamento dos pacientes. A Santa Casa oferecia uma parte elementar do que era necessário, como por exemplo, xaropes. Mesmo recorrendo a amostras grátis de produtos farmacêuticos, que o médico conseguia, não era suficiente para os 73 internos daquele ano. Apesar de tudo, o médico dava a entender que, embora houvesse uma negligência por parte do governo em relação a estrutura e funcionamento do hospital, era possível perceber uma melhora no quadro dos pacientes após sua gestão, mesmo com o pouco recurso (Relatório de Clidenor

Freitas Santos apud GUIMARÃES, Humberto., 1994, p. 33-34). No fim ele fez um apelo às autoridades do estado, assegurando que, com a verba adequada, poderia recuperar um alto número de internos.

Apesar da melhora em todos os sentidos, após Clidenor de Freitas Santos, o asilo ainda não suportava a demanda da região. Para termos ideia de como essa assistência voltada para esses sujeitos era insuficiente, mostraremos algumas linhas da coluna do jornal "O Piauí" de 1954, que retratavam o descaso do governo, em relação ao aumento dos doentes mentais nas ruas de Teresina:

> Há poucos dias éste jornal chamou a atenção dos poderes públicos para o número de loucos que se encontra sôlto nas ruas, inteiramente abandonados à própria [...]. Focalizamos então, como exemplo, a figura de "Ângela", a louca desprotegida, a quem se nega a esmola de um caldo e de uma injeção de cardizol. Ultimamente esta bem aumentando o número dêsses desamparados, aos quais se poderá ajuntar uma dupla parcela de mendigos, que vagam pela cidade [...;;]. E não nos consta que qualquer providência esteja sendo objetivo de estudos, para dá remédio a situação […] (TERESINA – MANICÔMIO SEM GRADES. Teresina: *O Piauí,* 1954).

A coluna se referia à falta de atenção do governo do Estado, quando se tratava da saúde pública mental. Mesmo existindo o HPAA, o número de doentes mentais se multiplicava nas ruas ao longo dos anos. A população e a imprensa reivindicaram ao governo o recolhimento desses indivíduos nas ruas. Nesse fragmento ainda podemos considerar duas questões: a preocupação com o número louco nas ruas da capital e a ineficiência do HPAA. Nesse texto, a imprensa foca no aumento da quantidade louco nas ruas e o problema que poderão causar ao se juntarem com a "parcela de mendigos" que já existia. Não há uma inquietação direcionado ao estado de saúde da personagem citada ou dos demais sujeitos. Podemos afirma que o HPAA falhava no papel de retirar esses sujeitos de circulação.

A terapêutica também seguiu um caminho de pouco sucesso. Provavelmente, pelo fato de o nosocômio estar submetido à administração da Santa Casa, que pregava métodos mais tradicionais e pouco científico. Para termos uma ideia, o choque cardiazólico descoberto da década de 1930, e difundido pelo mundo, ainda não tinha chegado ao Piauí. Sua primeira aplicação no estado foi pelas mãos de Clidenor de Freitas Santos, na década de 1940. Seu primeiro feito após assumir a

chefia do hospital, foi justamente encher a farmácia de ampolas de cardiazol, num total de 250, vindas de avião de outros estados, pois não existia tal medicamento no Piauí (Relatório de Clidenor Freitas Santos apud GUIMARÃES, Humberto., 1994, p. 35). Obviamente ele reproduziu todos os métodos terapêuticos aprendidos em São Paulo e Rio de Janeiro, não só o choque cardiazólico, apesar deste ser o mais utilizado nesse período, por conta de ser mais acessível.

Era esse o retrato do HPAA quando Clidenor de Freitas Santos assumiu sua direção. Na tentativa de transformar a condição do hospital, o psiquiatra, ainda em seu relatório, trouxe uma série de recomendações com o intuito de direcionar a instituição aos padrões dos reconhecidos hospitais do gênero da época. Algumas das reformas sugeridas por Santos que nos chamaram atenção, foram:

> h) Retirada de todos os chapuzes e correntes usados para prender os doentes;
>
> m) Autonomia à direção do Asilo, ficando a irmã superiora restrita à
>
> p) Apoio ao Chefe de Clínica para, acatadas essas sugestões, difundir novos métodos de tratamento das doenças mentais, demonstrando ao meio social que o antigo Asilo não é mais um medieval calabouço e que de lá já saíram e sairão pessoas curadas (Relatório de Clidenor Freitas Santos apud GUIMARÃES, Humberto., 1994, p. 36-37).

Como podemos observar, Santos recomendou uma reforma completa no hospital. Alguns dos itens nos chamam bastante atenção, como são as letras “h”, “m” e “p”. Acorrentar os loucos era visto como algo normal nesse cenário, tanto que retirar as correntes foi uma recomendação e não uma exigência do médico. Talvez ele pudesse fazer isso precisar comunicar ao Estado, mas o fato de ter sido discutido, apresentado, como foi, mostra que o conhecimento em relação à saúde mental no Piauí na década de 1940 era extremamente antiquado se compararmos com outros estados do país. A comparação do HPAA com um calabouço medieval, no último item, corrobora a nossa afirmação.

Percebendo todas essas questões, fica claro que existia uma enorme deficiência no sistema de saúde mental do Estado. E por conta disso, paralelamente ao trabalho que o médico fazia no HPAA, ele dava início ao projeto de construção de

seu próprio nosocômio para o tratamento de psicóticos, o Sanatório Meduna. Seu projeto é pensado como algo necessário naquele cenário e muito rentável financeiramente, pelo fato de não ter concorrência nesse mercado, já que não existia outra instituição particular que oferecesse tal serviço em todo o Piauí. Deste modo, ele aturaria na falha causada pela ineficiência das medidas e programas, relacionados à saúde mental.

Em 1954 o jornal "O dia", através da poesia de João Ferry, retratava a construção do sanatório como o progresso que surgia naquelas terras, trazendo consigo a ciência e amenizando o sofrimento daqueles (FERRY, João. Sanatório Meduna. *O Dia*, Teresina, Ano IV, n. 171, p. 06, 25 abr. 1954). Além dessa representação, o jornal *O Piauí* também relatou a grandiosidade do sanatório:

> Teresina assistirá a um de seus dias magnos, no 21 de abril próximo vindouro, com a inauguração do "Sanatório Meduna", gigantesca obra de um conterrâneo de valor. Apesar de ainda não está oficializado o programa das comemorações, sabemos que as mesmas serão irradiadas gratuitamente, numa colaboração dos Diários e Rádio Associados, com a participação de três bandas de música e uma de clarins, do "Coral de N.S. do Amparo" e com a presença de autoridades federais, homens de letras, cientistas e do povo em geral […] (REVELAÇÕES SOBRE O MEDUNA. Teresina: *O Piauí*, 1954).

O Meduna se inseriu em um contexto de modernização da cidade e o entusiasmo era real por parte da sociedade e dos meios de comunicação, quando se relacionado a construção do novo espaço de assistência psiquiátrica que, por sua vez, prometia fazer o que o HPAA não fez. Isto é, realizar tratamentos inovadores e menos violentos e tirar os loucos das ruas. Assistir de fato os doentes. Nesse contexto, travava-se como "um dia memorável", para a história da cidade, a data marcada para a inauguração do prédio. Com isso, podemos perceber a importância que era dada ao novo hospital de Teresina, que de acordo com Edmar Oliveira "[...] a instituição foi considerada tanto como um novo símbolo de modernização do saber médico psiquiátrico como do próprio espaço físico da cidade de Teresina" (OLIVEIRA, 2010, p. 36).

Na tarde da quarta-feira do dia 21 de abril de 1954, o psiquiatra Clidenor de Freitas discursava em Teresina, na inauguração do Sanatório Meduna, a respeito de como o hospital era importante para o tratamento de doenças mentais no Piauí

(OLIVEIRA, 2010, p. 36). Sendo considerado pelo jornal *O Dia* uma "realização ciclópica" (SANTÓRIO MEDUNA. O Dia, Teresina, Ano I, n. 168, p. 06, 04 abr. 1954), o Sanatório Meduna era associado algumas outras vezes, à ideia de modernização da capital, como um "progresso que naquela terra se levanta" (ERRY, João. Sanatório Meduna. O Dia, Teresina, Ano IV, n. 171, p. 06, 25 abr. 1954.). Entre autoridades federais, cientistas e homens de letras – a exemplo do historiador potiguar Câmara Cascudo –, a inauguração do hospital também atraiu a população teresinense para a contemplação de "um dos seus dias magnos" (REVELAÇÕES SOBRE O MEDUNA. O Piauí, Teresina, 1954), cujo foi registrado a presença de mais de 10 mil pessoas na solenidade. Naquele ano estimava cerca de 11% da população teresinense.[12]

Além disso, a imprensa também informava como a cidade se preparou para o grande dia. Famílias importantes, pessoas influentes, curiosos, todos estavam lá para ver a moderna estrutura que iria atuar no tratamento da loucura. Não era visto como um simples prédio, era uma obra diferente do que todos já tinham observado. Em relação ao "dia magno", a cidade de Teresina parou para acompanhar o abrir das portas do Sanatório Meduna. Lá estava ele "magnífico", "gigantesco", como colocava a imprensa. Teresina parou para ver a realização de Clidenor de Freitas Santos, como foi veiculado pelo jornal "O Piauí":

> À tarde ao cair do sol, a cidade inteira se movimentava. Nas praças o público enfrentava o problema dos transportes, criado com a deficiência de veículos para atender a todos. No Sanatório, os carros entravam e saiam fazendo filas imensas. Momentos houve em que o tráfego ficou congestionado. A pé milhares de pessoas chegaram ao Meduna. Na praça, ao longo da área que circunda o edifício uma multidão incalculável, mais de 10 mil pessoas, se acotovelava, enfrentando o sol, calor e poeira, prostrada em frente ao edifício, aguardou por longo tempo a chegada das autoridades convidadas pelo Dr. Clidenor de Freitas Santos (INAUGURAÇÃO DO SANATÓRIO MEDUNA: Espetacular e consagradora manifestação pública ao Dr. Clidenor de Freitas Santos. Teresina: O Dia, 1954).

12 ANUÁRIO ESTATÍSTICODO BRASIL 1954 [do] IBGE. Rio de Janeiro, dezembro 1955. "Em 1954, conforme censo demográfico, a população do Piauí era de 1.046.696 habitantes, sendo que 84% dela residiam na zona rural, portanto, apenas 16% moravam nas cidades. Teresina naquela oportunidade contava com uma população de 90.723 habitantes, o que representava aproximadamente 9% da população total do Estado". DIAS, Laécio Barros. *Teresina dos anos dourados aos anos de chumbo***:** o processo de modernização e a intervenção do estado autoritário. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005, p. 03. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206370_a0d7d6ebecd7e840e9bf07c852998d53.pdf>. Acessado em: 20 de agosto de 2020.

O dia de sua inauguração contou com representantes do governo do Estado, da Igreja, desembargadores, autoridades e pessoas importantes que compunham a alta classe teresinense. Apenas em ocasiões importantíssimas poderíamos ver reunidos pessoas dotadas de tanto prestígio social. Além disso, como escreveu, o redator, grande parte da população se projetava para este grande dia, o novo símbolo do progresso teresinense recebia os curiosos em suas imediações. O trânsito se tornou um caos devido ao número de pessoas que se direcionavam ao local e aqueles que procuravam veículos para se dirigir ao Sanatório.

A imprensa representou em seu discurso, que, por conta da construção do sanatório, Teresina dava mais um passo para a modernidade. E o Meduna era mais que um hospital psiquiátrico moderno, era a esperança para aquela gente, não se tratando apenas de mais um edifício contemporâneo, mas oferecia assistência a quem sempre teve à margem da sociedade. Ou seja, a inauguração do Sanatório Meduna foi considerada como marco para a capital não somente pela sua grandiosidade, mas também por atuar como uma instituição que se alinhava ao contexto de modernidade da capital, assim como também sinalizava a "limpeza" do espaço social com a retirada e o tratamento dos doentes mentais.

Por outro lado, o médico ficou à frente do seu invento por apenas 5 anos, em 1958 desligou-se totalmente do serviço psiquiátrico para se dedicar à política. Antes disso, foi derrotado numa eleição para prefeito de Teresina. Ainda em 1958 foi eleito deputado federal pelo PTB, indo morar no Rio de Janeiro (GUIMARÃES, 1994, p. 40).

Ainda que Santos negue outras intenções com o Meduna, além a de oferecer um serviço do qual era apaixonado, sem pensar nos frutos que seu trabalho poderia render, o Sanatório lhe rendeu fundos para financiar sua campanha política e trouxe visibilidade e popularidade ao médico. Sua figura era reconhecida por todo o Piauí, o que ajudou bastante a alcançar seu pleito.

Em 1964, em decorrência do golpe militar, teve seus direitos políticos cassados e foi obrigado a procurar asilo fora do país. Primeiramente, conheceu asilo na embaixada do Peru, e em maio do mesmo ano conseguiu viajar para Lima. Do Peru viajou para Montevidéu, Uruguai, onde se fixou durante quatro anos. Mandou buscar sua família, aproveita sua estadia na capital para fazer diversos cursos pela

Universidad Nacionale. Fez algumas viagens para a Europa, e somente em 1967 é parcialmente anistiado, notícia que o fez retornar ao Brasil. Entretanto, seus direitos políticos ainda estavam suspensos, o que o levou a dedicar-se a alguns investimentos privados (GUIMARÃES, 1994, p. 40).

Também escreveu diversos trabalhos, tais como: História da célula nervosa do Piratinga, (Recife, 1933), premiado no I Congresso de Estudantes de Medicina do Brasil; Psicopatologia da Afetividade, (publicada na Revista da APM); Shakespeare, criador de símbolos; Beethoven, o semideus da música; Camões e o Espírito da Poesia; Em Louvor de Gonçalo Cavalcante (discurso de posse na APL, 1953); Carta a Meus filhos, 1954; A Glória de Saraiva (discurso proferido na inauguração da estátua de Conselheiro Saraiva, no centenário de Teresina, em 1952); O Clube Telúrico e seus componentes, 1950; Psicologia do Nacionalismo (discurso proferido na Câmara dos Deputados, 1959); Três Movimentos (discurso); Ideologia como Fator Determinante (ensaios); Hagiologia do amor amado (discurso de recepção a Lili Castelo Branco, na APL); Recepção a O. G. Rego de Carvalho (discurso proferido na APL); Discurso à memória do senador Mathias Olimpio; As Raízes Históricas do latifúndio (conferência); Imunologia e Fatores Ideológicos; Autoconquista da América Latina; A estátua de D. Quixote (discurso em honra do presidente Sarney); entre outros (GUIMARÃES, 1994, p. 41).

No parlamente teve projetos importantes como o que criou o Museu do Folclore Nordestino (07/10/1959), e a Hidroelétrica de Boa Esperança do Rio Parnaíba (01/04/1960), resolvendo problemas recorrentes de falta de energia na cidade; criou o projeto que autorizou a construção de um Manicômio Judiciário em Teresina (1959), dentre outros projetos importantes (GUIMARÃES, 1994, p. 42).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caos gerado pela quebra das normas e da ordem social, pelos loucos, produz uma necessidade de mudanças em toda uma conjuntura, o que reflete nas estruturas físicas. Esse processo fundamenta a exigência da construção de instituições e técnicas que, de alguma forma, resolva o problema da loucura, seja apenas retirando-os do meio social, seja promovendo a cura. As estruturas se

modelam com o progresso da medicina, quando se referindo ao próprio tratamento oferecidos a esses sujeitos, que requer espaços estruturalmente compatíveis com os avanços da medicina, e com a configuração de cada sociedade, de acordo com suas crenças, valores e concepções.

Por muitos anos o Piauí ficou de mãos atadas quando nos referíamos à assistência a Saúde Mental. Por mais de 50 anos, não existiu em Teresina um local para ao menos amparar o louco. Quando se fundou a primeira instituição tratamento do louco, essa ainda deixou muito a desejar. O Asylo de Alienados, que mais tarde passou a ser chamado de Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu, era carente em inúmeros pontos, sua estrutura era ruim, não possuíam profissionais adequados, não oferecia tratamento apropriado para assistir o louco, nem fármacos para acompanhar as terapias.

Dessa forma, podemos considerar que o contexto piauiense da década de 1940 e 1950 contribuiu para que Clidenor de Freitas Santos idealizasse um projeto de construção de um espaço para o tratamento da loucura, visto que, mesmo com a existência do HPAA, este não era suficiente para suprir o problema da saúde mental na região, sem contar que um tratamento com caráter mais científico, para aquela época, naquele cenário, somente veio acontecer após a chegado do médico neste nosocômio.

Clidenor Freitas Santos teve papel fundamental na constituição de uma psiquiatria piauiense. O médico chega ao Piauí, um estado carente em assistência à Saúde Mental, e traz formas diferentes e, até então desconhecidas na região (ou pelo menos não utilizadas), de tratamento dos psicóticos, modelando, aos poucos, a concepção daquela sociedade sobre a loucura. A construção do Meduna, como ele afirma, se torna um símbolo de modernidade para a cidade, com sua estrutura contemporânea e com as mais novas formas de curar loucos. Tanto o Sanatório Meduna como o seu criador, tiverem papel essencial numa História da psiquiatria piauiense, apesar, entretanto, da escassez de uma bibliografia que trate da relevância destes.

O Meduna é considerado como revolucionário pela elite teresinense, pois veio quebrar uma linha de assistência à saúde mental considerada insatisfatória. Com uma arquitetura greco-neoclássica, o Meduna era o tipo de lugar, com suas características,

feito especialmente para desenvolver assistência à saúde mental. Diferentemente dos modelos construídos durante o século XVIII no Brasil, que na verdade era uma tecnologia de poder sobre os corpos e tinham como objetivo principal a exclusão dos loucos em um lugar fechado, com grades e muros, por isso, mais se assemelhava a uma prisão do que um lugar de assistência. Os locais desse tipo serviam para disciplinar os corpos (FOUCAULT,2012, p 33).

A disciplina tem a finalidade de domesticar os corpos, tornar o sujeito dócil e submisso a partir da imposição de poder. Para isso é necessário locais específicos. A prisão (e instituições do gênero como hospitais, escolas, etc.), como explica Foucault, serve para separar cada tipo de indivíduo em locais determinados, evitando o coletivo. Com o passar dos anos, as punições deixam de ser carnais, castigos com uso de violência, e passam a ser castigos disciplinares, de natureza corretiva, criando um sistema de classificação para dizer o que é "bom" e o que é "mal" (FOUCAULT, 2001, 149). No caso do louco, as regras tentam reduzir os comportamentos desviantes, para só então devolvê-lo à sociedade, na premissa de que o que foi aprendido dentro da instituição seja repetido no meio social. Esse era o papel do Meduna na sociedade teresinense do cenário discutido.

O Meduna encerrou totalmente suas contribuições na capital do Piauí, em 2010, mas é possível ter acesso a algumas partes de sua construção original que ainda restam. Por conta do seu valor histórico, atualmente existe um movimento que pede a preservação e transformação, do que sobrou do Sanatório, em um espaço cultural.

## FONTES

**ANUÁRIO ESTATÍSTICODO BRASIL 1954 [do] IBGE**. Rio de Janeiro, dezembro 1955.

CARTEIRA Local. **O Commercio**, Teresina, Ano II, n. 77, 8 dez. 1907.

INAUGURAÇÃO DO SANATÓRIO MEDUNA: Espetacular e consagradora manifestação pública ao Dr. Clidenor de Freitas Santos. Teresina: **O Dia**, 1954.

FERRY, João. Sanatório Meduna. **O Dia**, Teresina, Ano IV, n. 171, p. 06, 25 abr. 1954.

**Relatório de Clidenor Freitas Santos** apud GUIMARÃES, Humberto., 1994.

REVELAÇÕES SOBRE O MEDUNA. **O Piauí,** Teresina, 1954

**TERESINA – MANICÔMIO SEM GRADES. Teresina: O Piauí, 1954**

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Mafalda Baudoíno de**. Cotidiano e Imaginário: um olhar historiográfico.** Teresina: EDUFPI / Instituto Dom Barreto, 1997.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **O poder político e a seca de 1877/79**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal de Pernambuco, 1991.

_____, **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina: EDUFPI, 2010.

DIAS, Laécio Barros. Teresina dos anos dourados aos anos de chumbo: o processo de modernização e a intervenção do estado autoritário. **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História** – Londrina, 2005. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206370_a0d7d6ebecd7e840e9bf07c852998d53.pdf>. Acessado em: 20 de agosto de 2021.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Trad. Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 33ª ed., Petrópolis: Ed. Vozes, 2001

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Penalidade e Prisão**. Coleção Ritos e Escritos VIII, org. Manoel Barros da Motta, Ed. Forense Universitária, 2012.

GUIMARÃES, Humberto. **Para uma Psiquiatria Piauiense**. Teresina: COMEPI, 1994.

LE GOFF, Jacques (org). **As Doenças tem história**. Lisboa: Terramar, 1985.

LIMA, Emanoel José Batista de. **Cartografias do cuidado em Saúde Mental: o Piauí em Cena**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

LOPES, Felipe Da Cunha. **PATOLÓGICOS E DELINQUENTES: As estratégias de controle social da loucura em Teresina (1870-1930)**. 2011. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) – Centro de Humanidades. Área de Concentração: História e Cultura, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

OLIVEIRA, C. F. A.; REGO, S. R. M.; NUNES, C. M. História da psiquiatria no Piauí: uma História em dois Períodos. **Psychiatry on line Brasil**. v. 17 n. 9, 2012.

OLIVEIRA, Edmar. **A incrível História de von Meduna e a Filha do Sol do Equador**. Edição do autor. Teresina: oficina da palavra, 2011.

OLIVEIRA, Pedro Henrique Ferreira Danese. **A institucionalização do alienismo nos periódicos médicos**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz , 2016.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **As diversões civilizadas em Teresina:1880-1930**. Teresina: FUNDAPI, 2008

RAMOS, Francisco Ferreira. **Memorial do Hospital Getúlio Vargas: contexto histórico-político- conônimico-sócio-cultural (1500-2000***)*. Teresina, 2003.

SANTANA, Márcia Castelo Branco. As Teias da Loucura: Da Construção do Asilo de Alienados a Construção do Sanatório Meduna em Teresina. **ANPUH – Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, 2011.

STONIER, A.W.; HAGUE, D. C. **Teoria Econômica**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

**Recebido em 03 de junho de 2022.**

**Aprovado para publicação em 18 de agosto de 2022.**

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

# PARADOXOS NA CIDADE DO AMOR:
Uma análise da construção histórica do imaginário sobre os indígenas Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios

# PARADOJAS EN LA CIUDAD DEL AMOR:
Un análisis de la construcción histórica del imaginario sobre el pueblo indígena Xukuru-Kariri en Palmeira dos Índios

*DEISIANE DA SILVA BEZERRA*[1]

*YURI FRANKLIN DOS SANTOS RODRIGUES*[2]

## RESUMO

Este trabalho objetiva estabelecer uma descrição e análise das formas de representação empreendidas em um plano histórico e memorial de construção de Palmeira dos Índios, localizada no semiárido de Alagoas, enquanto uma cidade imaginada, bem como, compreender as distorções nas concepções sobre a fundação da cidade e sobre os indígenas Xukuru-Kariri, forjadas a partir de símbolos fabricados. Para tanto, utilizamos as fontes documentais disponíveis no acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). Nos fundamentamos no modelo micro-histórico proposto por Ginzburg (2007) e Levi (2000); e em Certeau (2015), para compreender as dimensões da operação historiográfica. Realizamos também uma pesquisa bibliográfica em trabalhos de cunho histórico-antropológico, buscando entender os processos históricos fundantes da cidade de Palmeira dos Índios; textos que nos auxiliaram em questões teóricas inerentes à pesquisa historiográfica. Nesta perspectiva, nossa abordagem teve como foco a construção identitária; a fabricação de símbolos e disputas de memórias; as representações sociais e a elaboração de verdades “absolutas”.

**Palavras-Chave:** Cidade. História. Memória. Representação.

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). *E-mail*: deisybezerra.uneal@gmail.com

[2] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL). Membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL), do Grupo de Pesquisa em Antropologia Visual em Alagoas (AVAL) e do Grupo de Pesquisa em Memória, Identidade e Território (GPMIT). *E-mail*: yurirodrigueshis@gmail.com

**RESUMEN**

Este trabajo tiene como objetivo establecer una descripción y análisis de las formas de representación emprendidas en un plan de construcción histórico y conmemorativo de Palmeira dos Índios, ubicado en el semiárido de Alagoas, como una ciudad imaginada, así como, comprender las distorsiones en las concepciones sobre la fundación de la ciudad y sobre los indios Xukuru-Kariri, forjadas a partir de símbolos fabricados. Para ello, se utilizaron las fuentes documentales disponibles en la colección del Grupo de Pesquisa em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). Nos basamos en el modelo micro-histórico propuesto por Ginzburg (2007) y Levi (2000); y en Certeau (2015), para comprender las dimensiones del funcionamiento historiográfico. También realizamos una investigación bibliográfica en obras de carácter histórico-antropológico, buscando comprender los procesos históricos fundamentados en la ciudad de Palmeira dos Índios; textos que nos ayudaron en cuestiones teóricas inherentes a la investigación historiográfica. En esta perspectiva, nuestro enfoque se centró en la construcción de identidad; la elaboración de símbolos y disputas de recuerdos; representaciones sociales y elaboración de verdades "absolutas".

**Palabras clave: Ciudad. Historia. Memoria. Representación.**

## INTRODUÇÃO

O que fabrica o historiador? Para quem trabalha? O que produz? Postas por Certeau (2015), ao inquirir sobre a "operação historiográfica", essas questões nos orientam a pensar sobre a escrita das histórias nos municípios alagoanos, assim como, sobre quem as escreveu. Histórias, por vezes, legitimadas através da fabricação de símbolos e mitos fundadores que substituem no imaginário dos cidadãos, os processos históricos que colaboraram para a sua construção.

Nesta perspectiva, analisando especificamente a história do processo de composição dos sentidos da formação de Palmeira dos Índios, entre as décadas de 1950 a 1970, pusemo-nos a indagar sobre o papel da figura emblemática do memorialista Luiz de Barros Torres[3]. Compreendendo o seu lugar social, suas

[3] Político, romancista, colecionador e memorialista palmeirense, responsável pela criação/fundação de vários ambientes sociais e políticos no município, no decorrer da segunda metade do século XX, construindo uma complexa rede de relações que legitimou suas narrativas como oficiais. Para saber mais sobre a vida desta personagem, ver Peixoto (2013), Soares (2016; 2019) e Rodrigues e Peixoto (2019).

narrativas tácitas e as intencionalidades explícitas na fabricação da literatura que viria a produzir, por um lado, o resgate de eventos passados, como se permanecessem isolados, moldando histórias entre esquecimentos e lembranças, na tentativa de tornar inteligível àquilo que estava distante, mas, por outro, como numa via de mão dupla, ideias e arquétipos que referendaram representações e estereótipos sobre o povo indígena Xukuru-Kariri, habitantes tradicionais das terras, que vieram a dar origem à cidade.

Na tentativa de arquitetar uma identidade local, uma ideia de "nação" e lugar imaginado, o escritor propõe um mito fundador, intercalando fatos históricos, românticos e fictícios sobre o nascimento de Palmeira dos Índios, a partir da morte de dois indígenas que viveram um amor proibido. Nesse sentido, nasce uma cidade erguida pela égide do amor, mas que, paralelamente, está em permanente conflito de representações, memórias e histórias.

Na abordagem dos contextos históricos, problemáticas específicas e escolhas individuais podem ser compreendidas numa linha em comum com as escolhas sociais, tornando-se necessário explorar a complexidade de relações e multiplicidade de espaços e tempos responsáveis pela construção do memorialista e de sua representação na dada comunidade, bem como, suas intervenções no destino desta. Desse modo, procuramos compreender a relação do lugar, com os procedimentos de construção do texto do mito fundador. Nesse sentido, será necessário fazer uma análise própria da micro-história, de baixo para cima, utilizada com o propósito de reconstituir, dentro dos limites existentes, o vivido, identificando estruturas invisíveis a outras abordagens historiográficas (LEVI, 2000).

Destarte, nenhuma consideração pode vir a suprimir o lugar social, onde se constrói pessoal e profissionalmente o indivíduo, inferindo diretamente naquilo que escreve, lembramos então, das profissões do historiador e do memorialista, que também foram problematizadas, no intuito de apontarmos as zonas fronteiriças (e algumas lições) entre esses ofícios, desmistificando suas "imaginadas" similaridades.

Para tanto, utilizamos da compreensão do paradigma indiciário do historiador italiano Carlo Ginzburg, realizando não só uma leitura e releitura crítica das fontes, e empreendendo uma reconstrução minuciosa do contexto apresentando, mas, a partir

do método interpretativo direcionado sobre os resíduos, dados marginais e reveladores, buscamos construir um quadro analítico de documentos sobre a história de Palmeira dos Índios, já estudados e citados por numerosos trabalhos (GINZBURG, 1989).

Ainda nesse cenário, examinamos além do fio do discurso, do texto, das intenções, das representações. Para compreender essa trama, também investigamos os rastros, como um bom caçador que aprendeu "durante inúmeras perseguições, [...] reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama [...] farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios da barba" (GINZBURG, 1989, p. 151).

Com a riquíssima documentação que tivemos contato, disposta sob diferentes olhares e categorias analíticas, operamos na procura de criar condições para sua observação no plano da tessitura das relações, reapropriações e estratégias, fazendo aparecer, por meio de alguns disfarces, formas, organizações e objetos inéditos (REVEL, 2000).

Por último, antes de começarmos a nossa breve interpretação de um pequeno fragmento do tecido social da história de Palmeira dos Índios, na busca de lançar mais perguntas do que respostas, ressaltamos que nossa tentativa será de compreender e apresentar processos históricos permeados de escolhas, estratégias, disputas de poder e jogos de interesses, envolvidos numa produção de discursos e representações estereotipadas dos Xukuru-Kariri, entendidas como verdadeiras pela sociedade Palmeirense.

## 1. COLETAR, GUARDAR E ESCREVER: O TRABALHO DO MEMORIALISTA?

> Os gregos contam que Teseu recebeu de presente de Ariadne um fio. Com esse fio Teseu se orientou no labirinto, encontrou o Minitouro e o matou. Dos rastros que Teseu deixou ao vagar pelo labirinto, o mito não fala. (GINZBURG, 2007, p. 7).

Nas palavras de Ginzburg, que até certo ponto, nos fazem refletir sobre os trabalhos de historiadores e memorialistas, encontramos um caminho verificado pelas

relações entre o fio, os discursos, ideias, representações e histórias, e os rastros, ato de pesquisar as fontes, ordenar os documentos e construir um acervo documental.

O memorialista Luiz de Barros Torres foi uma personagem multifacetada, visto que, além de ser considerado historiador, pela população palmeirense, era político, romancista, colecionador e, em alguns casos, arqueólogo, apesar de não ter nenhuma formação nas áreas citadas. Nos deteremos, neste escrito, no domínio de sua posição como historiador/memorialista de Palmeira dos Índios, responsável por construir uma literatura personificada em verdade oficial.

Mas, se Torres não tinha formação na área da história, podemos submeter seu trabalho a uma adequada crítica historiográfica? Apesar das várias discussões que essa pergunta pode suscitar, adiantamos que vamos utilizar a ideia de "produtor de história", segundo Haas Júnior,

> De fato, independente da formação intelectual, vinculações institucionais, inclinações idiossincráticas, todos os autores de história local são produtores de história. Certamente, a partir dessa categoria ampla surgem especificações representadas, por exemplo, pelos termos "historiador de ofício", "historiador amador", "memorialista" ou, ainda, "history maker". Como vimos, Marieta Ferreira interpreta este último como sendo o autor que escreve sobre o passado sem fazer uso das regras estabelecidas pela comunidade acadêmica [...] (HAAS JÚNIOR, 2009, p. 72).

Assim, não nos interessam as discussões sobre a construção acadêmica ou institucional do historiador e quais as regras para a produção de um trabalho historiográfico, estamos dispostos a compreender os efeitos da literatura de Luiz Torres, que sob a égide do discurso de historiador local, construiu uma Palmeira dos Índios imaginada, calcada na descaracterização indígena, um modelo de lugar e uma ideia de identidade. Além disso, devemos incitar o questionamento, por que historiador? Quais suas relações com esse *métier*? É isso que iremos examinar agora, apontando, evidentemente, as zonas fronteiriças.

De volta aos rastros... os "produtores de história", memorialistas, "history maker" ou outras definições que prefiram chamar, têm algo a contribuir com a formação dos jovens acadêmicos que buscam aprender o ofício do historiador. Distante de teorias da realidade social e dos métodos históricos, mas próximos dos

acervos e pesquisas documentais, eles exercem a admirável função de coletar e guardar documentos indispensáveis para reconstruir a história de um lugar, no nosso caso específico, apesar de reconhecermos que esse processo ocorre seguindo ideias, interpretações e desejos específicos desses indivíduos.

O trabalho de Luiz Torres não é diferente, ao ter contato com parte de seu valioso acervo, sob a guarda do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas – GPHIAL, na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus III, lembramos da afirmação de Marc Bloch, "o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça" (BLOCH, 2001, p. 53). Apesar de direcionada para o público acadêmico, essa fala pode nortear as pesquisas desenvolvidas por nosso "Produtor de História". Em entrevista, concedida a TV Manchete, ele narrou que:

> Quando cheguei aqui, estranhei que Palmeira dos Índios, com tantos filhos ilustres, com tantos escritores, nenhum deles, tenha se preocupado em escrever a história palmeirense que por sinal é uma história muito bonita [...] o meu trabalho é resultante de várias pesquisas efetuadas com muito amor esforço e paciência. Consegui levantar dados sobre essa terra desde 1662 [...][4].

Interessante discutir as "pesquisas efetuadas com muito amor, esforço e paciência", evidenciando por um lado sua dedicação à procura de fontes e documentos que pudessem elucidar a história de Palmeira dos Índios, mas, por outra lente de análise, revela como ele construiu a legitimidade de seus trabalhos, tornando-se conhecido como "Luiz Torres da Paixão Palmeirense"[5].

A atividade de pesquisar em acervos, cartórios e instituições políticas, religiosas ou sociais sem dúvida é uma função que demanda de recursos, tempo e uma prévia compreensão dos objetivos, direcionando o olhar. Acreditamos que as

[4] História Oral de Palmeira dos Índios, s/a. Disponível no acervo do GPHIAL. Esse projeto foi idealizado por José Ronaldo Melo e Luiz Byron Passos Torres, sendo o último, filho do escritor Luiz Torres. Com o intuito de construir um "álbum" de memórias sobre eventos e épocas distintas no município, os autores planejaram uma ideia ambiciosa, embora que os discursos/memórias recolhidas fossem, sobretudo, da elite palmeirense. Ainda que gravadas em fitas VHS, algumas entrevistas foram transcritas, apesar de não ter sido possível incluir nosso memorialista no corpo dos entrevistados, foi utilizada uma fala sua concedida a TV Manchete. Como as transcrições são apenas um esboço do projeto final, acreditamos, não identificamos o ano de sua produção.

[5] História Oral de Palmeira dos Índios, s/a. Disponível no acervo do GPHIAL.

incursões de Torres aos acervos, foram guiadas, pelo menos no início, por curiosidade e conhecimento, mas transformaram-se em "trabalho" quando seus textos foram introduzidos, sob vários pretextos, na história e memória oficial do município. Mas, nesse ato, existe um detalhe importante, o memorialista deve ter enfrentado distintos desafios ao pesquisar em instalações precárias, com documentos desorganizados e mal preservados, realidade próxima, muitas vezes, a do historiador (BACELLAR, 2005).

Analisando a documentação coletada por Torres, nós historiadores podemos tirar algumas lições; os trabalhos historiográficos apresentam suas lacunas, natural no processo de reconstrução do passado. Ao tentar preencher uma, outras irão surgir, "ao passo que a documentação "revela", ilumina", "aponta" e "constrói" caminhos, simultaneamente, "obscurece", "encobre" e "desprestigia" outros" (RODRIGUES, PEIXOTO, 2019, p. 32). Nessa perspectiva, observamos que o escritor tinha consciência dessas "tendências", pois, mesmo realizando uma invejável pesquisa documental, esteve preocupado em completar os espaços deixados pelas perguntas, ou respostas, ao passado.

Nesse sentindo, Luiz Torres na busca, durante a década de 1970, pelo que a documentação nos mostrou, de tentar compreender a figura do Frei Domingos de São José, responsável pelo pedido de doação de uma légua de terras a Sesmaria de Burgos, em 1773, para catequese dos indígenas Xukuru e Kariri, empreendeu uma verdadeira saga. Suas correspondências indicam uma intensa procura por documentos que fizessem referência ao Frei, as cartas trocadas com pesquisadores e instituições religiosas de Pernambuco, como o Fernando Pio[6] e o Converto do Carmo[5], respectivamente, em acervos internacionais, a exemplo do Arquivo Nacional

[6] Carta de Fernando Pio, em 29 de março de 1972, a Luiz de Barros Torres. Disponível no acervo do GPHIAL. Escritor e historiador recifense, fundou e dirigiu o Museu Franciscano de Arte Sacra de Pernambuco, assim como pertenceu a Ordem Terceira de São Francisco. A partir de pesquisas documentais, escreveu alguns livros sobre a questão religiosa. Sobre suas relações com Torres nada sabemos.

5 Carta do Converto do Carmo, em 16 de fevereiro de 1973, a Luiz de Barros Torres. Disponível no acervo do GPHIAL.

da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico Ultramarino[6], e usando, às vezes, dos recursos disponíveis para obter documentos e informações, como na procura da Foto Lafo, empresa localizada em Lisboa, Portugal, que trabalhava com microfilmes e Xerox[7], indicam sua preocupação para preencher as lacunas abertas.

Desse modo, gostaríamos de enfatizar que a fala do escritor à TV Manchete, sobre sua dedicação a pesquisa, não está apenas orientada na busca de legitimidade para seus trabalhos, mas em demonstrar também os modos como ele construiu uma história de Palmeira dos Índios em meticulosas atividades de investigação documental. Devemos, no entanto, compreender que

> Com a referida atividade, Luiz B. Torres desenvolveu uma das funções do ofício do historiador, de saber qual documentação procurar, o lugar provável de sua localização, de aventurar-se nos arquivos, separar e coletar documentos e confeccionar uma sistematização das fontes. Mas, ao mesmo tempo, seus trabalhos apresentam distanciamentos do *métier* do historiador, quando transcrevia a documentação sem problematizá-la, realizando análises incompletas, não questionando a lógica de produção e quais os motivos e interesses para elaboração da mesma (RODRIGUES; PEIXOTO, 2019, p. 27-28).

Uma das zonas fronteiriças entre o ofício do historiador e do memorialista, no caso apresentado, implica que o segundo, não responde as questões como: "de onde vem o documento? Quem é o autor? Como foi transmitido e conversado? O autor é sincero? Terá razões, conscientes ou não, para deformar seus testemunhos? Diz a verdade? Sua posição permitir-lhe-ia dispor de informações fidedignas?" (PROST, 2012, p. 59), enquadrando as narrativas dentro de esquecimentos e lembranças, construindo ideias e arquétipos em suas propostas de reconstrução ou inteligibilidade do/para o passado (HAAS JÚNIOR, 2011).

Indo além, ao utilizar um conjunto de documentos, sem tecer suas devidas críticas, o autor elaborou um imaginário de "resgate" dos eventos como de fato

6 Carta do Diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, José Pereira da Costa, em 23 de janeiro de 1973, a Luiz Barros Torres. Disponível no acervo do GPHIAL. Carta de Luiz de Barros Torres, em 02 de fevereiro de 1973, a Foto Lafo, Lisboa. Disponível no acervo do GPHIAL.

7 Carta de Luiz de Barros Torres, em 02 de fevereiro de 1973, a Foto Lafo, Lisboa. Disponível no acervo do GPHIAL.

aconteceram, como se os processos históricos permanecessem isolados em esferas autônomas. Daí tiramos nossas últimas lições, com o cuidado ao analisar o passado através de documentos produzidos sob diversas óticas e interesses, sistematizados em situações únicas e complexas, que, possivelmente, passaram por uma seleção social e temporal; por fim, utilizando da perspectiva do historiador Eric Hobsbawm (1998), nossos trabalhos, acrescentamos os dos "Produtores de História", podem converter-se em fábricas de bombas, causando exclusão, conflitos e imagens deturpadas, como veremos a seguir.

## 2. IDEIAS E IMAGENS: A "FORMAÇÃO" DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

No interior do estado de Alagoas, o município de Palmeira dos Índios tem sua história sublinhada por disputas territoriais, políticas, memorialísticas e identitárias de diferentes grupos sociais que desde o século XVIII ocupam o mesmo espaço geográfico. Esses conflitos apesar de tecidos há mais de 200 anos, são permanentemente reintroduzidos em diferentes contextos e situações, sob distintos disfarces.

Sendo assim, nossa intenção aqui será apresentar um dos momentos mais emblemáticos na incorporação de novos sentidos, significados, elementos imagéticos e discursos na antologia da história de formação de Palmeira dos Índios. A personagem principal dessa trama, se assim podemos chamar, é o escritor e memorialista local, Luiz de Barros Torres, responsável por produzir a narrativa de formação de Palmeira dos Índios, entre as décadas de 1960 a 1970.

Com o intuito de criar/despertar um sentimento de "identidade palmeirense", o autor elaborou, tendo como base documentos históricos, entrevistas e artefatos arqueológicos[8], uma lenda, assim denominada por ele, de fundação do município. Na narrativa que intercala eventos históricos, ficcionais e românticos, foram construídas concepções e representações dos indígenas que viviam naquela região, dos quais supostamente descendem os atuais Xukuru-Kariri, segundo o escritor.

8 Sobre essas discussões, ver Peixoto (2013) e Soares (2019).

Mas, o que significa essa discussão? Por que analisar esse evento? Talvez a pergunta mais importante seja: de que forma os discursos e imagens produzidas naquele período reverberam hoje? As nossas inquietações são maiores que as possíveis respostas para as questões anteriores, mas continuaremos nossa história.

Em vários lugares da cidade, as representações sobre os indígenas estão visíveis, frutos da imagética da lenda, são pinturas, esculturas, nomes de comércios e outros. Assim, começamos a observar de que forma as produções de Luiz Torres estão conectadas com o imaginário sobre os indígenas na atualidade. Diante dessa premissa, gostaríamos de questionar[9]: como essas ideias e imagens viajaram entre espaços e temporalidades e tornaram-se configurações convincentes, que parecem resistir a mudanças e críticas?

A década de 1960, em Palmeira dos Índios, é marcada por profundas mudanças de ordem política, social, cultural e religiosa, nesse período o município inaugurou o Teatro Amador de Palmeira dos Índios – TAPI, o sindicato rural dos trabalhadores, a companhia telefônica, o Lions Club e a diocese da Igreja Católica Apostólica Romana, projeto aprovado pelo papa João XXIII[10]. Ainda nesse contexto, surge o Movimento Renovador, organização política local, com o intuito de derrotar nas eleições as oligarquias, segundo a documentação consultada.

O escritor Luiz Torres participou ativamente dessas transformações na sociedade palmeirense, adquirindo prestígio e entrelaçando uma densa rede de relações, amizades e alianças, que foram utilizadas, estrategicamente, em momentos e ambientes distintos. O trabalho dessa personagem era admirado e respeitado pelos grupos sociais que frequentava, tornando-se conhecido pelos seus textos que intercalavam fatos históricos e ficcionais.

Para entender como as narrativas, histórias e imagens criadas e pensadas por Torres, converteram-se em símbolos de uma "nação"/identidade, no caso, palmeirense, introduzidas na história e memória oficial, precisamos observar o

9 Utilizamos como base as provocações do texto de Appadurai (1992).

10 Cronologia de Luiz B. Torres, s/a. Disponível no acervo do GPHIAL. Esse trabalho foi produzido por seu filho, Luiz Byron Passos Torres.

contexto político. Da década de 1950 a 1960[11], o escritor foi parte integrante da política municipal, sendo candidato a vereador e membro de partidos políticos, nesse meio, tornou-se conhecido pelo diálogo e cordialidade (RODRIGUES, PEIXOTO, 2019). De acordo com o comerciante José Tobias de Almeida,

> Existia naquela época [décadas de 1950 e 1960] uma pessoa que era a cabeça pensante, o indivíduo que tinha acesso a todos os grupos, que sempre procurava instalar a harmonia e a cordialidade entre todos. Era Luiz B. Torres auxiliado por José Duarte (Jota Duarte) e Pe. Dimas[12].

Como podemos ver, nossa personagem era um "indivíduo que tinha acesso a todos os grupos", tecendo relações de alianças que lhe ajudariam posteriormente. Sua capacidade de diálogo e de construção de redes o fizeram participar de diversos setores da vida social palmeirense. Na narrativa apresentada acima, ressaltamos o nome de José Duarte, ou, Jota Duarte, como era conhecido, eleito prefeito de Palmeira dos Índios em 1965 pelo Movimento Trabalhista Renovador, o mesmo que Luiz Torres participou, inclusive com a co-criação do hino do partido, até aquele ano, tendo saído por motivos políticos.

Como abordamos anteriormente, as redes de relações construídas pelo escritor foram importantes em diferentes ambientes e temporalidades, na administração de Jota Duarte, que como vimos na entrevista, nutria estreitos vínculos com Torres, foi sancionada a lei nº 691, em 1966, que instituiu os símbolos oficiais, bandeira, brasão e hino, de Palmeira dos Índios, passo inicial para a construção de uma identidade local (SOARES, 2019).

Em uma pesquisa, lançando mão de uma vasta documentação e de um sofisticado poder analítico, a respeito das apropriações e usos de imagens sobre os Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, o historiador Brunemberg Soares a partir de atas[13] da Câmara Municipal, conseguiu obter a informação que em novembro de 1966

11 Idem.

12 Idem.

13 Ata da 80º Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios. 26/11/1966. Fonte: Acervo da Câmara Legislativa de Palmeira dos índios, Livro XV, p. 1 (SOARES, 2019).

"o legislativo palmeirense recebeu do *Lions Club* [...] um Projeto de Lei que previa a criação dos símbolos oficiais do município" (SOARES, 2019, p. 83).

De acordo com a cronologia de Luiz Torres[14], produzida pelo seu filho, Luiz Byron Passos Torres, o Lions Club foi fundado em 1962, com a participação do escritor. Em 1965 ele assumiu a presidência para um mandato de 1 ano, após sua saída, ocupou o cargo de vice-governador em julho de 1966. Com isso, podemos concluir algumas questões, tendo como base a documentação, as pesquisas desenvolvidas a respeito do período e hipóteses sobre a realidade; a influência de Torres em setores sociais do município é inegável, assim como na política[15]. Dessa forma, acreditamos que ele atuou na elaboração do projeto dos símbolos oficiais ou na sua aprovação e, posterior, sanção do prefeito. Sabemos que ele e outros indivíduos participaram do processo de criação, mas de que forma foram escolhidos ou indicados, ainda é um borrão na reconstrução desse fato. De qualquer forma, conhecemos como o escritor era visto pela sociedade da época, considerado "uma cabeça pensante"[16], como narrou José Almeida, além de ter produzido uma heterogênea teia de relações com multifários setores sociais.

A partir dos fatos reconstruídos e analisados, compreendemos que a Lenda de Fundação de Palmeira dos Índios, escrita por Luiz B. Torres, compõe a última peça da "coleção de símbolos oficiais"[17], apesar de não ter sido sancionada pela na Lei nº 691 mas, nos dias atuais, essa narrativa é utilizada no site oficial da Prefeitura Municipal[18].

Com o intuito de impulsionar um sentimento de pertencimento e identidade local, inventando uma "nação" imaginada[19], que teria nos indígenas Xukuru-Kariri a representação dos primeiros povos da região e responsáveis pela fundação do município, a partir do auxílio indispensável do Frei Domingos de São José.

14 Cronologia de Luiz B. Torres, s/a. Disponível no acervo do GPHIAL.

15 Os trabalhos de Soares (2019) e Rodrigues e Peixoto (2019) nos mostram isso.

16 História Oral de Palmeira dos Índios, s/a. Disponível no acervo do GPHIAL.

17 Ideia elaborada no trabalho de Rodrigues e Peixoto (2019).

18 Ver: https://palmeiradosindios.al.gov.br/.

19 Utilizamos as concepções de Anderson (2008), apesar de reconhecermos os distanciamentos, em relação às escalas de análise e os diferentes contextos e situações abordadas pelo autor.

Apesar de escrita em diferentes versões, com algumas alterações textuais entre elas, resolvemos examinar a lenda produzida em formato de quadrinhos[20], sendo, talvez, a mais conhecida. Finalizada em 1971, a Lenda da Fundação da Cidade de Palmeira dos Índios – A Terra de Tilixi e Txiliá, distribuída ao longo de 7 páginas, sendo a última composta de algumas fotos posadas, sem títulos, legendas ou identificação do fotógrafo, supostamente de indígenas, com arco e flecha nas mãos na disposição de caçada ou combate.

Na primeira página é apresentada a imagem de dois indígenas, sendo a representação dos dois protagonistas da história, ambos nus, que juntos realizam um trabalho manual com uma rede de pescar; nas páginas seguintes, o escritor desenvolve um modelo textual, com base em três elementos, o primeiro, com eventos históricos, como a chegada dos indígenas Kariri e Xukuru, das margens do Rio São Francisco (próximo ao atual município de Porto Real do Colégio/AL) e de Cimbres (Pesqueira/PE), respectivamente, além da vinda do Frei Domingos de São José e de sua viagem a Garanhuns/PE para solicitar a doação de D. Maria Pereira Gonçalves, herdeira da Sesmaria de Burgos, meia légua de terras para o processo de catequização.

No segundo, com ideias ficcionais, na criação das personagens como o Cacique Êtafé, guerreiro forte, ciumento e vingativo, Txiliá, moça com menos de 15 anos de idade, prometida para ser a mulher do chefe (Êtafé) e Tilixi, ágil caçador e primo da jovem indígena, que vivia um romance proibido com ela; além disso, o escritor, na página 4, discorre sobre uma profecia, que o Pajé teria lembrado, de um "homem branco [que] faria do xucuru-kariri um grande povo"[21], fazendo menção assim a chegada do Frei Domingos de São José.

O terceiro e último, com referências românticas, Luiz B. Torres descreve o fim trágico dos dois jovens indígenas, Txiliá e Tilixi, tendo o segundo sido condenado, por ter beijado a testa de sua prima durante uma dança dos guerreiros, a morrer de fome e sede; ouvindo os chamados de seu amado, Txiliá resolve procurar o Frei e lhe pede

20 Há alguns anos atrás, uma versão dessa lenda foi reeditada, revisada e publicada.

21 Luiz de Barros Torres, Lenda da Fundação da Cidade de Palmeira dos Índios – A Terra de Tilixi e Txiliá, 1971. Disponível no acervo do GPHIAL.

a cruz que transportava no peito, com a intenção de plantar o madeiro ao lado de Tilixi. Após executar essa ação e fazer uma prece, Êtafé, que a vigiava, acerta uma flecha em seu peito e ela cai morta sob o corpo de seu primo, então, "os dois exalaram o último suspiro, unidos na morte"[22]. No dia seguinte, no local da morte dos indígenas, nasceu uma frondosa palmeira, sinal da escuta e vontade de Deus as preces de Txiliá e da permanência do Frei entre os Xukuru-Kariri, respectivamente; no entorno da palmeira que brotou ao lado dos dois indígenas, o missionário fundou a cidade de Palmeira dos Índios, um lugar que nasceu do amor.

Nesse sentido, temos a produção de uma narrativa que pretendeu despertar o sentimento de pertencimento e identidade local; como vimos, apesar de colocar os indígenas como protagonistas da história de fundação, o escritor "imortaliza [...] um índio romantizado visto como um elo perdido do passado municipal" (SOARES, 2019, p. 45). De acordo com Ferreira,

> o discurso sobre a história de Palmeira dos Índios, ao se sustentar na literatura de Torres, promoveu o surgimento de uma cidade consubstancial a essa nação, resultante de um processo de *fabulação* – narrativa distinta da história, se esta for entendida como forma de compreensão objetiva da trama social (FERREIRA, 2015, p. 125).

Assim, a história e memória oficializada, através da "coleção de símbolos oficiais", desenvolve uma trama em que os indígenas estão presos em um passado colonial, acessados apenas através de representações e ideias que não são compatíveis com as populações indígenas, principalmente, o grupo étnico Xukuru-Kariri, do período de produção da lenda.

Pensar o contexto de elaboração desses discursos e imagens é impossível sem se debruçar através do prisma de formação de verdadeiras políticas coletivas, marcadas por algumas lembranças e muitos esquecimentos. Desse modo, devemos observar como essas narrativas foram arquitetadas, seguindo o apelo de construção de uma "nação", no nosso caso, imaginada (SCHWARCZ, 2008).

Compreendemos que as políticas coletivas podem ser empreendidas por indivíduos, no nosso caso, Luiz Torres, mas que, necessariamente, são incorporadas

22 Idem.

por grupos hegemônicos, às vezes heterogêneos entre si, por meio de uma densa rede de sentidos, significados e interpretações. Nesse sentindo, em 1956, na edição inicial do Jornal Tribuna do Sertão, de circulação local, na seção intitulada: "Pinceladas de História", Torres disse que: "Pouco existe sôbre a História de Palmeira dos Indios, e esse pouco está espalhado por revistas e compêndios, muitos deles quase que desconhecidos de mais de três quartos do público palmeirense.". A versão apresentada sobre a história do município é correlata da lenda de fundação, com a diferença, que os indivíduos aparecem sem nome e o drama do amor proibido não guia a ideias de surgimento da cidade, apesar de também fazer uso da alternação entre eventos históricos e quiméricos.

Com essa e outras publicações ao longo da década de 1950 e 1960, Luiz Torres ficou conhecido pelos seus estudos, entendemos que sua literatura não pode ser vista como um puro e exclusivo desejo de conhecimento, visto que, oportunamente, grupos sociais, da elite palmeirense, utilizaram, se estendendo até os dias atuais, de suas ideias e imagens que isolaram e cristalizaram os indígenas Xukuru-Kariri num passado distante, diferente de sua realidade, criando um conjunto de representações que servem para descaracterizar a identidade indígena e, consequentemente, negar o direito a posse de seu território (OLIVEIRA, 2016).

Os trabalhos do escritor, apoiados em minuciosas pesquisas em acervos, escavações arqueológicas e em teorias de interpretação social, ao passo que foram personificados em verdades oficiais, ritualizados em narrativas de eventos distantes temporal e especialmente, penetraram nas mentes da sociedade local, transmitindo concepções sobre os indígenas. Para a construção dessa "nação imaginada", Luiz Torres, entre lembrar e esquecer, utilizou-se da sistemática da exclusão e re-semantização dos fatos históricos, arquitetando uma história com transformações nos eventos em algo efetivamente distinto, apesar de servir-se de uma riquíssima documentação, daí podemos considerar que tessituras produzidas nessas situações são complexas, ordenadas e, possivelmente, únicas e não podemos considerá-las acidentais, mas sim constitutivas (OLIVEIRA, 2016).

## 3. A INVENÇÃO DOS ÍNDIOS: MEMÓRIA, REPRESENTAÇÕES E DISPUTAS DE PODER

As histórias só reverberam porque se dá um sentido àquilo que está sendo transmitido, bem como, ao recebido, dando lugar ao jogo social da memória, que abre espaço para a invenção, restituição, reconstrução, fidelização e traição, da lembrança e do esquecimento (CANDAU, 2016). Isto posto, compreendemos que, a narrativa distorcida da fundação de Palmeira dos Índios, conseguiu fazer o caminho da transmissão/recepção, por tentar silenciar histórias de violência e espoliação, próprias do período de povoamento dos "Sertões" nordestinos, substituindo-as por um discurso mais aceito que, ao mesmo tempo, silencia, romantiza e cria um sentimento de pertencimento na parte não indígena da população.

Compreendemos os atos de pensar e sentir como práticas de representação, cujas imagens, conceitos e emoções conferem sentidos às histórias narradas, "de modo semelhante, a fim de comunicar esses significados para outras pessoas, em qualquer troca significativa." (HALL, 2016, p.23). Assim, o uso que atribuímos a determinada coisa, o que sentimos em relação a ela, como pensamos e o que dizemos a respeito dela, lhe dão sentido.

É comum às cidades, na contemporaneidade, na busca pela sobrevivência e individualidade, procurar se diferenciar o mais que possível das demais, diante da eminente abolição do "lugar" enquanto singularidade. E, para dar um suporte mais sólido a esta procura por diferença, cresce a procura pela identidade dos lugares, por raízes, e por passado, que passa a ser a dimensão mais importante. O que pode ser perigoso, quando levado a esses extremos, pois as sociedades tendem a ser possuídas por passado, resultando na distorção da história e em conflitos sociais (ABREU, 1998).

Isso posto, outras questões dão prosseguimento a nossa análise: como nascem os mitos fundadores? Com que propósito? E, a quem servem? Luiz Torres (1971), ao misturar fatos comprovados em documentos oficiais e em relatos orais à lenda de Tilixi e Txiliá, indígenas sob o estigma do amor proibido, que, aos moldes da tragédia shakespeariana Romeu e Julieta, encontram na morte sua união, criou um

mito fundador para Palmeira dos Índios, porém, com personagens idílicas, com as quais os atuais indígenas Xukuru-Kariri não se identificam. Entretanto, a lenda é referendada, legitimada e cristalizada no imaginário dos não indígenas e reproduzida desde então em diversos espaços, incluindo sites oficiais do município, jornais e ensinada nas escolas, substituindo processos de territorialização indígenas, conflitos, disputas territoriais e esfacelamento territorial.

Esse é o papel fundamental do aspecto simbólico em um grupo social, com sentidos produzidos, perpassando por vários processos e práticas, atribuir a objetos, valores e significados, que são incorporados ao cotidiano. O que pode ser aplicado, em relação à lenda que concedeu o título de "cidade do amor" a Palmeira dos Índios, apropriada e transmitida com intenção de verdade.

Na concepção de Halbwachs (2003), a construção de memórias individuais em um grupo, ocorre por meio de uma rede de relações, persuasões, interações e conflitos instituídos em um referido espaço, formando as memórias coletivas. Pierre Nora, por sua vez, define um "lugar de memória" a partir da existência de vínculos com o passado, constituídos em um ambiente favorecido pela "vontade da memória" e a "intenção da memória", logo não se tratando apenas de um lugar digno de lembrança, mas configurando-se numa unidade significativa, em que aspectos materiais e simbólicos são construídos como patrimônio de uma comunidade (NORA, 1993).

Essas representações não foram apenas impostas, mas também, aceitas e apropriadas. É possível encontrar no espaço urbano, casas comerciais, praças, nome de rua, e até estátuas, que reforçam a imagem estereotipada de índios, ora do Norte do Brasil, ora norte-americano, com traços diacríticos bem definidos. Mas, que nem de longe, lembram os Xukuru-Kariri, que viveram uma longa experiência de contato e trocas culturais. O que, para o não indígena, reforça o discurso da não-existência de indígenas no município e, justifica a ideia da expulsão desse grupo do território tradicional. Ao índio cabe um lugar, desde que, esteja fixo no passado.

Quando pensamos a cidade, sobretudo como um lugar de representação, na dada unidade espaço-temporal, consideramos as apropriações e representações do passado através da memória e da história. Ambas responsáveis pela construção de

narrativas numa temporalidade transcorrida. Porém, cabe a história o registro autorizado do passado e, portanto, o encargo, da reconstituição dos processos históricos, com o compromisso da "verdade", desfazendo os enganos da memória (PESAVENTO, 2005).

Aquém da nossa análise e a custo da reconfiguração do passado ao modelo que melhor se encaixe aos pressupostos levantados, e à revelia da população indígena em Palmeira dos índios sobrelevam as narrativas fabricadas.

Dada esta operação significativa de fabricação do discurso legitimador, inquirimos sobre como ele afeta o cotidiano da cidade. Na ocasião dos 131 anos de emancipação de Palmeira dos Índios, crianças e adultos fantasiados dos índios inventados, cantaram e dançaram de maneira estereotipada, sem problematizar o verdor da lenda, em relação a data de fundação da cidade, nem o porquê de, em meio a tantas lendas tradicionalmente transmitidas sem autor conhecido, a de Tilixi e Txiliá, ter data e origem definidas.

Nesses termos, a cidade pode ser compreendida também, como espaço de disputas de poder, onde as personagens envolvidas constroem o discurso na busca por legitimar os símbolos criados com a finalidade de forjar a identidade palmeirense, produzidos, apropriados e sustentados em bases que, apesar da inconsistência, continuam eficientes em esconder interesses e manter ativas histórias fabricadas. E mesmo em meio as constantes produções acadêmicas que tratam do processo histórico de fundação de Palmeira dos Índios prevalece a ficção que serve as forças hegemônicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caminho de buscar compreender o processo de construção do sentido de formação do município de Palmeira dos Índios, verificamos uma trama permeada de narrativas veladas e adaptadas a diversos interesses sociais, políticos, identitários e territoriais. Mostramos que, coletando fontes e vestígios sobre o passado, selecionando dados e eventos, entre amnésias e lembranças, a literatura de Luiz de Barros Torres foi personificada em verdade oficial.

Nesses escritos, que arquitetaram “uma história da fundação”, o grupo étnico Xukuru-Kariri teve um papel crucial, enquadrado em arquétipos e estereótipos de indígenas de um passado distante, com práticas e costumes exóticos; com a morte de dois indígenas, sob a ideia de um amor proibido, teria surgido a cidade. Assim, Torres produz uma história imaginada, criando um modelo de lugar e uma identidade ideal para o povo.

Na via de mão dupla da representação, ao visibilizar os Xukuru-Kariri, com suas participações no mito fundador, o autor, desenvolve uma narrativa de “encastelamento” dos indígenas, só podendo ser acessados através de concepções e ideias incompatíveis com grupo étnico de sua época, que tinha passado por um longo processo de trocas culturais.

Como discutido, o lugar social dos indivíduos pode ser entendido numa linha comum com suas escolhas sociais e políticas, sendo necessário explorar os espaços e as complexidades das relações tecidas. Nesse sentido, devemos enfatizar que o trabalho desenvolvido por Torres, não é um simples e puro desejo de conhecimento, ou algo do tipo, mas tinha o propósito de projetar uma política coletiva, indicando a sociedade palmeirense “o que realmente aconteceu” e o que deve ser lembrado (HAAS JÚNIOR, 2011).

Embora, devamos ainda pontuar que as histórias produzidas pelo memorialista foram reapropriadas, interpretadas e transmitidas de diversas formas, adquirindo e gerando novos sentidos e significados, a depender dos contextos e situações. Nesse ponto, talvez, tenhamos respondido uma das nossas perguntas, como ideias e imagens viajam entre espaços e temporalidades e tornam-se configurações convincentes, que parecem resistir a mudanças e críticas?

Do outro lado desses arranjos, temos os indígenas Xukuru-Kariri que, constantemente, expõem novas lógicas para pensar suas identidades, histórias e lutas políticas, nos apresentado um vasto e riquíssimo corpo cultural tradicionalmente construído. Ainda nesse contexto, temos a Universidade que a descer de suas fortificações, se aproxima das realidades dos atores sociais e dos problemas da sociedade, como observamos nos trabalhos citados, por isso, ressaltamos as

contribuições do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas[23]. Assim, devemos torcer pela vitalidade dessas organizações e configurações.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a Memória das Cidades. In: **Revista da Faculdade de Letras – Geografia.** Porto: (?), vol. XIV, p. 77-97, 1998.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APPADURAI, Arjun. "Colocando a hierarquia no seu lugar". Tradução de Claudia Barcellos Rezende do original: "Putting hierarquy in its place". In: MARCUS, Jorge E. (org). **Rereading culture anthopology.** Durham and London: Duke University Press, 1992. p. 38-49.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed, São Paulo: Contexto, 2008. p.23-79.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed, Rio de Janeiro: Forense, 2015.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d' Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HAAS JÚNIOR, Arnaldo. Histórias locais, produtores de história e os usos do passado: reflexões sobre o contexto catarinense. In: **Fronteiras**: Revista Catarinense de História. Florianópolis: (?), n.17, p.57-76, 2009.

HAAS JÚNIOR, Arnaldo. Profissionalização da História: questões para reflexão suscitadas por uma leitura de obras de histórias locais. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. **Anais** [...]. São Paulo, 2011. p. 1 – 14.

23 Para saber mais sobre o grupo e os trabalhos desenvolvidos, ver: www.gphial-uneal.com.br.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Apicuri, 2016.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. Traução de Yara Aun Khoury. São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios:** "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto:** os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: https://www.gphial uneal.com.br/disertacoes. Acesso em: 12 de jan. 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, Espaço e Tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. In: **Revista Cadernos do LEPAARQ**. Pelotas, RS: Editora da UFPEL, vol. II, n°4, p. 9-17, Jul/Dez 2005.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

REVEL, Jacques. Prefácio. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 7-40.

RODRIGUES, Yuri Franklin dos Santos; PEIXOTO, José Adelson Lopes. Entre o ofício do historiador e o trabalho do memorialista: História, memória e usos do passado em Palmeira dos Índios a partir dos escritos de Luiz Barros Torres. In: PEIXOTO, José Adelson Lopes; RODRIGUES, Yuri Franklin dos Santos (orgs.). **História, imagem e memória de Palmeira dos Índios no acervo do GPHIAL**. Maceió, AL: Editora Olyver, 2019. p. 15-45.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Apresentação. Imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e

difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 9-17.

SOARES, Brunemberg da Silva. **Apropriações e usos de imagens sobre os índios Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios/AL (1968-2010).** 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande, 2019. Disponível em: https://www.gphial-uneal.com.br/disertacoes. Acesso em: 16 de jul, 2019.

SOARES, Brunemberg da Silva. **Cara de índio:** diferentes visões sobre os Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios. 2016. 59 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História – Universidade Estadual de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2016. Disponível em: https://www.gphial-uneal.com.br/monografias. Acesso em: 12 de jan, 2019.

**Recebido em 12 de abril de 2021.**

**Aprovado para publicação em 18 de abril de 2022.**

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

# DEZESSEIS ANOS, VIRGEM, HONESTA E DEFLORADA:
Patrão e Empregada em um processo-crime em Palmital/SP (1940)

# DIECISÉIS AÑOS, VIRGEN, HONESTA Y DESFLORADA:
Jefe y Mucama en un Proceso-Criminal en Palmital/SP (1940)

*GABRIELLI GULDONI*[1]

## RESUMO

A historiografia brasileira, a partir dos anos de 1980, buscou consolidar a pesquisa histórica como um campo multidisciplinar, com novas possibilidades de fontes e a expansão do conhecimento histórico, abrindo caminhos para compreensão de novos sujeitos sociais que foram deixados à margem dos registros oficiais enquanto personagens e protagonistas, e, neste processo ganharam visibilidade as fontes criminais. A partir do contato com esse tipo de documentos no CEDAP – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa, buscamos identificar os casos de violência sexual que foram contabilizados e entre os quais foi possível identificar padrões que envolviam a categoria de mulheres domésticas violentadas por seus patrões. Com o levantamento bibliográfico acerca das particularidades desse tipo de fontes e os dispositivos de poder que demarcaram os discursos jurídico-policiais atravessando a análise de raça, gênero e classe, podemos enxergar alguns embates de forças antagônicas quando é acionada à Justiça. A partir de um estudo de caso, um processo-crime da cidade de Palmital/SP, no ano de 1940, buscamos adentrar as disputas de narrativas em representações sociais opostas – patrão e empregada – no caso de violência sexual (defloramento), bem como a maneira como esses embates retóricos acabam por reproduzir e incidir os valores e comportamentos tidos como ideais pelas classes dominantes, além de manter preconceitos de raça, gênero e classe social.

**Palavras-chaves**: Processos-crimes. Violência sexual. Género. Doméstica. Discurso.

## RESUMÉN

La historiografía brasileña, de la década de 1980, buscó consolidar la investigación histórica como campo multidisciplinario, con nuevas posibilidades de fuentes y la expansión del conocimiento histórico, abriendo caminos para la comprensión de nuevos sujetos sociales que quedaron fuera de los registros oficiales como personajes y protagonistas, y, en el proceso, las fuentes criminales han ganado visibilidad. Desde

1. Graduanda no curso de História (Licenciatura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Campus Assis/SP). *E-mail:* gabrielliguldoni@outlook.com.

el contacto con este tipo de documento en el CEDAP – Centro de Documentación y Apoyo a la Investigación Histórica, buscamos identificar los casos de violencia sexual que se contabilizaron y entre los cuales se pudo identificar patrones que involucraron a la categoría de mujeres doméstica violadas por sus jefes. Con el relevamiento bibliográfico sobre las particularidades de este tipo de fuente y los dispositivos de poder que demarcaron los discursos jurídico-policiales cruzando el análisis de raza, género y clase, podemos ver algunos choques de fuerzas antagónicas cuando se llama Justicia. De un estudio de caso criminal en la ciudad de Palmital/SP, en el año 1940, buscamos adentrarnos en las disputas de las narrativas en las representaciones sociales opuestas – jefe y mucama – en el caso de violencia sexual (desfloramiento), así como la forma en que estos estos enfrentamientos retóricos terminan reproduciendo e incidiendo en los valores y comportamientos considerados ideales por las clases dominantes, además de mantener prejuicios de raza, género y clase social.

**Palabras clave**: Procesos-criminales. Violencia sexual. Género. Doméstica. Discurso.

## INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX a historiografia buscou ampliar seus objetos, suas fontes e seus métodos, na expectativa de ampliar o conhecimento histórico, sendo que os processos judiciais receberam significativa atenção, entre outros motivos, pela possibilidade de apresentar algumas vozes silenciadas dentro de uma sociedade hierarquizada, na qual o predomínio do registro escrito caracterizava mais as elites do que os segmentos populares.

Grinberg (2009) identifica a utilização dos processos-crimes como fontes no campo da pesquisa histórica como parte das inovações propostas pela História Social, na década de 1980, em que houve renovações teóricas pela aproximação da História com a Antropologia e, em particular no caso brasileiro, o contexto das discussões políticas sobre Estado, cidadania e repressão no período da redemocratização que sucedeu a ditadura civil-militar. O ponto central de valorização de tais fontes pelos estudiosos do período foi a busca de se recuperar o cotidiano e as relações das classes subalternizadas, problematizando ainda o entendimento das concepções do crime no espaço-tempo e a intencionalidade da Justiça.

Por outro lado, os “arquivos da repressão” (MARTINS, 2007) despertaram olhares céticos de alguns historiadores preocupados com o debate epistêmico, ou seja, a possibilidade de levantar características “ficcionais”, distanciando de qualquer tentativa de construção da verdade histórica. Afinal, há vozes plurais dissonantes e um certo esforço retórico dos sujeitos envolvidos em atender suas próprias narrativas.

Em relação à sua natureza particular, as fontes criminais esboçam uma preocupação em adentrar o universo dos comportamentos, cotidianos de distintos grupos sociais, mais do que a representação factual da realidade.

Acerca disso, alguns historiadores brasileiros consolidaram seus estudos nos anos de 1980, tais quais Fausto (1984), Machado (1985) e Chalhoub (1986). O primeiro concentrou seus estudos nos índices criminais da cidade de São Paulo no intervalo de tempo que o crescimento econômico e demográfico que levaram a uma expansão da imigração (1880-1924). Enquanto Machado (1985), se debruçou sobre as relações entre senhores e escravos nos processos-crimes, principalmente às resistências dos últimos nas lavouras paulistas dos municípios de Campinas e Taubaté, período anterior a data da Abolição (1830-1888).

Chalhoub (1986), por sua vez, analisou o cotidiano e as lutas no interior da classe trabalhadora no contexto de transição para outra ordem capitalista e da ideologia valorativa do trabalho no Rio de Janeiro no início do século XX que se manifestaram nos registros policiais.

Uma outra bibliografia marcada por estudos como Abreu (1989), Caufield (2000) e Correa (1983), se atentou aos conflitos de gênero e aos mecanismos judiciários como reprodutor das desigualdades sexuais entre homens e mulheres, além da construção de seus dispositivos discursivos.

O sistema judiciário aparece como mediador da construção dos papéis sexuais que se manifesta no desfecho dos julgamentos, cujos protagonistas são de gêneros opostos. Portanto, seus comportamentos são transpassados pela adequação em arquétipos sociais, em que as representações de gênero e classe aparecem “coloridas” pela raça.

Em nosso caso, cujo processo é dado pelo crime de defloramento[2], os discursos dos sujeitos quando acionados à Justiça seguem certo padrão retórico pautado na aproximação ou distanciamento destes ao comportamento vigente, marcado por dispositivos de classe, raça e gênero.

Buscaremos estabelecer uma leitura crítica a fim de levantar problemáticas teórico-metodológicas sobre a natureza das fontes, ao mesmo tempo em que, caracterizar o aparelho jurídico-policial como instrumento de afirmação de valores, no ditame de normas de comportamento e conduta, ao mesmo tempo que os constrói.

Nos propomos a expor e discutir, enquanto um estudo de caso, o processo-crime 14/40 do Acervo do Fórum da Comarca de Assis, cujos personagens são Maria Benedicta, doméstica, de 16 anos, vítima de violência sexual na fazenda de seu patrão, Paulo Martins, em 1940, ao mesmo tempo em que buscamos o debate dos processos criminais como fonte de pesquisa histórica na perspectiva do funcionamento do aparelho jurídico-policial e suas narrativas, as incidências da violência sexual manifestada nos autos e o aprofundamento da manutenção dessas desigualdades entre protagonistas de setores sociais muito distintos no desenvolvimento do "espetáculo" jurídico.

## 1. OS PROCESSOS-CRIMES COMO FONTE

Uma produção historiográfica já consolidada demonstrou que os autos se tornam uma verdadeira voz da desigualdade jurídica e permite-nos enxergar pelas entrelinhas, sujeitos sociais que através daí tiveram oportunidade de escrever sua história, bem como nos esboçar o retrato do *habitus* que rege toda a esfera social e do microcosmo cotidiano das relações de homens e mulheres, de classes antagônicas.[3]

Tais fontes apresentam o discurso produzido pelo aparelho jurídico-policial que transmite a realidade social por sua ótica e por ela é refletida, de modo que

2. O crime de defloramento é expresso no artigo 267 do Código Penal de 1890, caracterizado pelo ato de "deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude". (FAUSTO, 1984, p. 175).
3. Vide Correa (1983), Fausto (1984), Chalhoub (1986) e Machado (1987), entre outros.

permite-nos afirmar a relevância do olhar que destaca nas entrelinhas a convivência entre grupos distintos e o papel moralizador das narrativas das classes dominantes.

Como as relações de poder são manifestadas de forma capilar e estendem sua influência para as esferas mais íntimas do convívio de homens e mulheres, concentramos, portanto, a atenção aos processos de normatização no sistema jurídico, naquilo que reflete o pensamento dominante.

Os processos são uma transferência das relações privadas para o âmbito público, a qual, de certa forma, trata-se da apresentação de um "espetáculo" em que os atores principais são os "manipuladores técnicos" e, no qual, o material apresentado é uma "fábula", a partir da qual não é julgado o crime, mas sim uma narrativa sobre "o homem e a situação" (CORREA, 1983, p. 92).

Paralelamente, o que está posto em jogo é a divergência e o papel atribuído a cada figura pelos manipuladores técnicos, pois, a partir da quebra da conduta legal, o acusado passa a não falar por si e toda a fábula entra em uma fórmula delimitada pela linguagem policial e judicial, através da qual não há somente julgar os fatos postos, porém, a partir da maneira como cada sujeito pode estar inserido em modelos discursivos que reafirmem a tradução da realidade social tomada como verdadeira, justificar, pelo projeto de comportamento ideal, o grau de periculosidade do acusado.

O concreto perde sua essência e, agora, o que é visto é um espetáculo judiciário que pretende fixar modelos de culpa e inocência, permeados pelo padrão dominante de comportamento desses indivíduos, e a escolha e omissão de fatos são mecanismos de encaixar ou excluir a culpa do acusado, o que permite o reconhecimento da parcialidade presente em cada parágrafo dos processos-criminais, haja vista o conflito desde os agentes do aparelho jurídico-policial de investigação, acusação, defesa e julgamento, que, em meio aos autos de declaração de vítima e réu, se manifestam enquanto forças distintas que são atravessadas por relações de poder e reprodução de valores dominantes.

Justo por essas contradições que são expressas na transfiguração dos atos em autos, a originalidade com esse tipo de fonte histórica, que se infiltra no íntimo de uma sociedade banalizada pelo seu cotidiano até um ponto focal que nos permite

peneirar regras sociais em um microcosmo que transborda, não somente os tentáculos da superestrutura, contudo, reconstrói padrões próprios de dominação.

> O fundamental em cada história abordada não é descobrir "o que realmente se passou" apesar de, como foi indicado, isto ser possível em alguma medida -, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar. Estes significados devem ser buscados nas relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões, pois as verdades do historiador são estas relações sistematicamente repetidas. Pretende-se mostrar, portanto, que é possível construir explicações válidas do social exatamente a partir das versões conflitantes apresentadas por diversos agentes sociais, ou talvez, ainda mais enfaticamente, só porque existem versões ou leituras divergentes sobre as "coisas" ou "fatos" é que se torna possível ao historiador ter acesso às lutas e contradições inerentes a qualquer realidade social (CHALHOUB, 2001, p. 23).

Abreu e Caufield (1995) analisaram processos crimes de violência sexual consumados no Rio de Janeiro entre 1890 e 1940, possibilitando, sobretudo, o mergulho no universo da cultura popular à medida que as famílias abastadas resolviam suas tensões no interior de seus lares, enquanto moças e rapazes pobres tinham seus problemas discutidos com a presença do aparelho judicial e policial nas delegacias e nos tribunais.

De alguma forma, esses agentes do controle parecem mais dispostos no encaminhamento dessas queixas, afinal, era necessário adequar o contingente de homens e mulheres das camadas populares na ideologia valorizadora do trabalho e de normatização da mão de obra, pois

> Nada seria melhor do que um trabalhador que já saísse de casa com os hábitos da rotina doméstica, com as responsabilidades do lar e sem desvios sexuais, pelo menos para evitar o nascimento de crianças ilegítimas. Como realizar tão desafiante trabalho em meio a uma população que trazia os "vícios" da escravidão, que era na sua maioria analfabeta, de "temperamento sexual" e "caráter sensual", talvez pela influência do clima tropical, de alimentação forte, da hereditariedade de duas raças que se confundem na mestiçagem? (ABREU; CAUFIELD, 1995, p. 20).

Assim, o processo que decorre no seio da Justiça estará disposto a apresentar recortes da vida dos sujeitos a partir de um modelo capaz de torná-los abomináveis ou inocentes, o que acaba por nos trazer os valores sociais vigentes e a forma como são acionados no momento que homens e mulheres defrontam a lei.

## 2. OS PROCESSOS-CRIMES DE VIOLÊNCIA SEXUAL

A partir do levantamento de crimes sexuais na Comarca de Assis, realizada por meio do CEDAP, chamou atenção a incidência de vítimas cuja ocupação era doméstica e logo o primeiro pensamento fora sobre a construção da figura das "mulatas", afinal os papéis sociais das domésticas substituíram àqueles das escravas que exerciam também ocupações domésticas nos lares dos senhores.

No entanto, com a leitura dos processos e o levantamento bibliográfico sobre crimes sexuais, os papéis sexuais no discurso policial e jurídico, e a política modernizadora e higiênica que o país adotou durante a República, a pesquisa pode enxergar um horizonte mais complexo.

Coelho (2007) por meio do levantamento de profissões de réus e vítimas, nos casos de estupro da cidade de Uberlândia (1940-1960), observou a predominância de mulheres que são empregadas domésticas como vítimas nos casos de violência sexual. Parece haver uma preponderância dessa ocupação, um pouco mais da metade das vítimas se encaixavam no serviço doméstico ou semelhante (17 mulheres), sendo que a outra metade (16 mulheres) não se tem qualquer menção.

Não se trata, possivelmente, do ofício em si – sendo os serviços domésticos essenciais pela divisão sexual do trabalho –, mas o fato dele configurar um contingente de mulheres pobres, além de que no ambiente doméstico, no qual o espaço privado estabelece uma proximidade e uma maior possibilidade de abuso, em contraste com o que se encontra no espaço público.

Ribeiro (1995) apresenta uma análise quantitativa e qualitativa, pelo método da regressão múltipla em relação aos processos crimes de natureza sexual, cruzando criminosos e vítimas segundo cor, ocupação, estado civil e gênero, o que oferece a

percepção de sutilezas das classificações destes perfis criminosos, pois não deve-se entender tais dados como absolutos e que reproduzem a realidade social, mas, ao contrário, são capazes de deixar implícitos minúcias da ação do aparelho jurídico-policial, mesmo de mostrar como a população era percebida acerca da categorização da periculosidade.

Assim, o autor se preocupa em deixar evidente que "pode-se dizer que os dados referentes aos acusados revelam que tipo de pessoa era acusada com mais frequência nos processos criminais, e não o tipo de 'criminoso' mais frequente na cidade." (RIBEIRO, 1995, p. 66). Nesse sentido, os inquéritos e os processos-crimes apresentam-se como lugar de denúncia essencialmente de miseráveis, e no caso daqueles que envolvem a violência sexual, pode-se questionar a relação de gênero e classe como um fator de leitura de dois tipos de corpos femininos: um predisposto aos desejos da carne, outro a ser guardado pelo matrimônio. Tal perspectiva se apoia a transversalidade de gênero, classe e raça, embora uma ênfase na questão da desigualdade social também mostra que os conflitos das classes mais altas pretendiam ser resolvidos no ambiente particular dos lares; longe dos olhares públicos.[4]

Essas configurações contribuíram para que mulheres pobres contassem apenas com a Justiça para defender suas honras, às vezes convertida em mecanismo de sobrevivência para forçar relações matrimoniais, sendo a própria política modernizadora do Código Criminal de 1940 responsável pela vigilância dessas mulheres. Afinal, nelas é que deveriam ater-se o olhar quando falamos de prostituição, relações ilegítimas e causadoras do nascimento da "criminalidade".[5]

4. A leitura de gênero, classe e raça como categorias históricas se fez necessário, ao passo que "a maior parte dos sujeitos presentes nas fontes consultadas, provém dos setores pobres cuja avaliação estava sujeita ao critério da racialização. Nesse sentido, discutir a questão no âmbito brasileiro torna-se ainda mais complicado, porque a pobreza tende a 'escurecer' a cor da pele, no caso de indivíduos lançados dentro de um aparato policial construído a partir dessas premissas." (SANTIAGO, 2006, p. 7).

5. Em resumo, trata-se da disposição a um mecanismo biopolítico. "O termo 'biopolítica' designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XlX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas." (REVEL, 2011, p. 26)

## 3. MARIA BENEDICTA E PAULO MARTINS: A VÍTIMA E O DEFLORADOR

Chama atenção a incidência de violência sexual demonstrada pelos autos criminais da Comarca de Assis, principalmente, quando realizamos a busca e visualizamos uma propensão a casos que envolviam mulheres domésticas, cujos réus eram seus próprios patrões. Por outro lado, um fator limitante para uma análise mais quantitativa foi o catálogo de busca do acervo muito restrito em descrições, tendo poucos casos com menção aos crimes. Um exemplo é a consulta rápida na base de dados do CEDAP – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa "Prof. Dra. Anna Maria Martinez Corrêa", da UNESP, no Campus de Assis, por crimes de estupro, que apresenta 175 processos, sendo cinco com menção explícita ao envolvimento de moças domésticas e com agravante de que três foram perdidos por se tratar de um acervo pertencente à prefeitura.

Portanto, inicialmente já nos deparamos com um problema metodológico de acesso às fontes, ainda mais levando em consideração o tempo de busca e leitura de todos os processos que não foram indicados pela consulta na base por não haver descrição suficiente. Em um primeiro momento, embora, por nos debruçarmos sobre um acervo de tamanho significativo, torna possível uma análise qualitativa a partir da identificação de padrões específicos.

A escolha do processo-crime em questão pretende uma análise estrutural do discurso jurídico em relação aos crimes sexuais envolvendo sujeitos sociais em posições sociais completamente antagônicas.

O documento, do Fórum da Comarca de Assis, disponível no CEDAP, foi iniciado como um inquérito policial contendo, em sua estrutura, 95 páginas, na Delegacia de Polícia de Palmital, deferido em agosto de 1941, caracterizando o crime de defloramento de menor.

Dessa maneira, o levantamento bibliográfico de estudos de natureza criminal, envolvendo sobretudo, a desigualdade jurídica a partir das categorias de gênero, raça e classe, foi fundamental por demonstrar evidências próximas aos analisados no nosso estudo. As leituras de tais documentos permitiram vislumbrar detalhes comparativos de idade, cor, profissão, alfabetização, etc., dos réus e vítimas, deixando

claro padrões e características que influenciaram o desfecho dos processos, dentro de um recorte temporal semelhante ao proposto pela presente pesquisa.[6]

A definição do crime de defloramento primeiro expressa foi pelo Código de Processo Penal da República Federativa do Brasil de 1890, que classificava os crimes sexuais contra mulheres entre o próprio defloramento e o estupro, sendo ambos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e o do ultraje público ao pudor.

A diferença entre os dois delitos era manifestada pelo uso da violência no caso do estupro, independente da virgindade ou não da vítima, mas, ainda assim, a honestidade. Especificamente o Artigo 267 do Código Penal define o defloramento como: “deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude”.

No processo analisado, o réu é Paulo Martins, 33 anos, lavrador, casado com “D.” Júlia Ferraz Martins, 26 anos, doméstica, ambos brancos, sabendo ler e escrever, sendo que possuíam uma fazenda onde viveriam juntos, mais um filho, além de alguns empregados, inclusive o negro Antônio Teixeira da Silva que testemunhou no caso.

Por sua vez, a vítima é Maria Benedicta da Silva, menor de 16 anos, exercia serviços domésticos na residência de Paulo Martins e Dona Júlia, sendo que dormia junto aos filhos do casal, de quem também cuidava.

A trajetória de Maria Benedicta é narrada pelos autos de defesa e pelas seis testemunhas que a conheciam em outro serviço, na fazenda de Luiz Ronchi, ainda com idade entre 6 e 7 anos. Mesmo com contradições nos discursos de posições antagônicas, o jogo de defesa e acusação de Paulo Martins se dá sob a conduta moral da menor, cuja honra é posta à prova em todas as passagens, sendo marcada inicialmente no deferimento do auto:

> Consta que há 3 mezes, mais ou menos, data da portaria inicial, à noite, no quarto de dormir da victima, fazenda Agua Clara, situada no municipio de Palmital, Paulo Martins, com emprego de violência consistente em força physica, teve copulo carnal com sua empregada

6. Ribeiro (1995, p. 73) demonstra que a discriminação dos não-brancos no Tribunal do Júri era invariável, pois, quando réus tinham maiores probabilidades de ser condenados e, quando, vítimas, aumentavam as chances de absolvição dos acusados, também manifestado por Fausto (1984, p. 235-236). Depois da categoria raça, Ribeiro (1995, p. 78) aponta com maior influência no resultado dos julgamentos o sexo. Sendo que a profissão doméstica, no caso das mulheres vítimas de crimes sexuais, correspondendo a 41% do total (FAUSTO, 1984, p. 193).

> Maria Benedicta da Silva, menor de 16 annos, **virgem e honesta**, estuprando-a (auto de fls.). Posteriormente, Paulo, na fazenda referida, manteve repetidas vezes relações sexuaes com a mesma victima. (grifo meu, fls. 2).

Pela própria interpretação da lei, a honestidade dada pela virgindade física e moral eram imprescindíveis para a caracterização da culpa ou inocência da mulher, de maneira que os discursos de defesa ou acusação acabam por desenrolarem-se na construção da verdade pelas premissas do bom ou mau comportamento feminino a partir do encaixe nos papéis sexuais ideais.

Assim, a primeira declaração do fazendeiro Paulo Martins foi levantar alguns questionamentos sobre a índole da menina que empregava em sua residência, apesar de não haver demonstrado nada de suspeitoso em princípio.

> Quanto ao comportamento de Maria B em seu lar, nada tem que dizer o declarante. Soube entretanto que Maria B não tivera o comportamento muito regular nos anteriores empregos que tivera. O declarante soube que o irmão do Sr Luiz Ronchi, de nome Orlando Ronchi, andou se gabando de ter tido relações sexuais com Maria B. Soube também por ouvir dizer que o menor de nome Jozé Cazoni também teve práticas com Maria B. Igualmente, um vizinho do declarante chamado Herculano Alves teria prática sexual com Maria. O declarante só soube desses casos agora e os ignorava anteriormente. Soube também o pequeno de quatro anos filho do Sr Luiz Ronchi foi ensinado a copular por Maria B, isso há mais de dois anos. (fls. 12-13).

Despretensiosamente, por um acaso, o réu conseguiu reunir a seu favor elementos cruciais para descaracterização da menor como portadora da virgindade moral, afinal, carregava em seu corpo marcas de prostituição. Além disso, pareceu como a imagem da iniciação sexual no caso do menor Jozé Cazoni e mesmo do filho de Luiz Ronchi.

Cabe aqui apontar a contribuição de Caufield (2000, p. 293) que apresenta dados acerca das relações inter-raciais, cujas queixas de defloramento contra homens de pele mais clara que as mulheres corresponderam a 67% ou 80 dos 199 casos inter-raciais estudados por ela, assim como Pinto (1949), através de seu estudo acerca dos homens brancos de classe média no Rio de Janeiro, de 1950, reforça a aversão ao casamento inter-racial.

> O aforismo “as brancas para casar, as mulatas para fornicar, as negras para trabalhar”, registrado por Freire no início dos anos 30 e repetido nos estudos revisionistas como um distado popular, estava relacionado a uma crença muito difundida, encontrada com frequência na literatura sobre prostituição, de que os rapazes se iniciavam sexualmente com empregadas domésticas, que em geral eram mulatas ou negras e supostamente aquiescentes ou facilmente seduzidas. (CAUFIELD, 2000, p. 293).

Não bastasse isso, Maria B. Da Silva era um produto de seu meio social, marcado pela pobreza e prostituição e não havia meios diferentes a fugir dessa determinante, pois em seu auto de declaração alega nunca ter conhecido seu pai, já falecido, sabendo de sua mãe que era lavadeira e muito pobre. Também afirma que não tinha relação ou conhecimento das condições atuais de sua genitora, tendo sabido por outrem que sua mãe falecera há seis meses em Salto Grande. Ainda muito pequena, sua mãe passou os cuidados da menina para o fazendeiro Luiz Ronchi, onde passou o tempo de cinco meses exercendo serviços até deslocar-se para a moradia de Paulo Martins e Júlia.

O relato mostra que o cotidiano de mulheres e homens pobres podiam contrariar a formação familiar ideal aos olhos da lei, cuja figura materna preza pelos cuidados domésticos e a educação dos filhos, enquanto o pai exercia sua funcionalidade através do trabalho.

Apresentam-se nos autos um atestado de miserabilidade em que declarava a menor Maria Benedicta da Silva como desvalida de confirma, não tendo, portanto, quem a proteja. Sendo juridicamente miserável, junto ao processo é anexado o exame de corpo de delito e o exame de verificação de idade, dado a ausência de certidão de nascimento.

Os laudos presentes nos inquéritos policiais são de extrema importância por demonstrarem, além da situação socioeconômica dos sujeitos, também por apresentarem certas brechas ao julgamento moral das mulheres através de mecanismos médicos, de maneira que o atestado de miserabilidade, o exame de verificação de idade e o exame de corpo de delito são exemplos de técnicas de classificação e hierarquia capazes de apoiarem processos de vigilância de sanções normalizadoras, diluídas no cotidiano social.

No caso de ausência de certidão de nascimento, a verificação de idade era dada pelo exame de corpo de delito, analisando características do desenvolvimento fisiológico da examinada cuja subjetividade era manifestada por adjetivos valorativos ao corpo feminino que, por vezes, tinha intenção de caracterizá-lo como predisposto ao exercício da sexualidade ou mesmo utilizando da "sujeira" e da falta de higiene para associar à pobreza além da possibilidade de descaracterização do crime de estupro quando o exame de copo de delito julgava a maioridade conforme o desenvolvimento corporal da pretensa vítima.[7]

Os exames se apresentam, por conseguinte, como

> Um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir, além de estabelecer sobre os indivíduos visibilidade através da qual são diferenciados e sancionados; principalmente dos segmentos populares, que se submetiam a esses exames. O exame é um mecanismo de registro intenso e de acumulação documentária sobre o indivíduo. Dessa forma, o exame é comporto por ambivalências, pois relaciona determinada formação do saber com formas de exercício do poder. (SARTORI, 2011, p. 64).

Nesse sentido, os mecanismos discursivos dos agentes presentes nos inquéritos apresentam-se como campo de disputas com a narrativa oficial, buscando utilizar estratégias de produção da verdade que pudesse beneficiar a inocência ou culpa, segundo os padrões manifestados pelo aparelho judiciário. Em sua lógica interna, os inquéritos policiais funcionavam a privilegiar vítima ou réu segundo a sua aproximação com o comportamento ideal vigente. "Este modelo de culpa e de inocência apresentado aos julgadores não se constrói arbitrariamente, mas segundo uma lógica ordenadora constituída por um conjunto de normas sociais". (FAUSTO, 1984, p. 28).

Em relação ao processo-crime de Maria Benedicta, o exame de corpo de delito confirmou "menor de 21 e mesmo de 16 ou muito pouco mais" sendo que a menina se apresenta com a idade de 14 anos e o testemunho de seu ex-patrão, Luiz Ronchi,

7 A imprecisão desses exames é argumentada pelo trabalho de Sartori (2011, p. 63) na Comarca de Bauru que nos apresenta o caso de uma vítima com idade inferior aos 14 anos julgado como crime de defloramento, sendo a pena mais branda em relação ao crime de estupro.

lavrador de 33 anos, assume que Maria saíra de sua residência com pouco menos de 7 anos, desmentindo a maioridade da jovem.

No entanto, mesmo que o ato tenha tido a presença de força física e tendo depoimentos de testemunhas creditando sua menoridade, o processo traz em sua própria capa a caracterização do crime de defloramento sob prática de sedução, imputando uma pena inferior.

Segundo o auto:

> Paulo M é casado e tem 3 filhos pequenos e a declarante morava em companhia da família dele, como empregada e dormia num quarto pegado ao de Martins, em companhia dos seus, digo, dos filhos dele sendo certo que a declarante dormia na sua cama separado dos meninos, tendo cada um deles a sua cama também; que emendando o que disse antes, tem a declarar que no seu quarto dormiam só Sarah e Célio, filhos de Paulo M, a primeira com cinco e o segundo com quatro anos de idade; que quando pela primeira vez Paulo M foi ter, a noite, a cama da declarante, desonrando-a, a Sra de Paulo M, dona Julia, filha do referido Benjamin Ferraz estava em casa e dormindo no quarto pegado ao da declarante; que quando isso se deu, Paulo M **segurou à força a declarante, tendo ela declarante gritado**, mas não gritou alto e por isso dona Julia não apareceu ali; que quando isso aconteceu a declarante nada contou à dona Julia; que Paulo M continuou a ter relações sexuais com a declarante, mas na mangueira e à noite; que a declarante nunca contou tais coisas a ninguém; que não sabe quem foi que descobriu que Paulo M tinha relações sexuais com a declarante; que certa vez um camarada da fazenda de nome Antonio viu a declarante e Paulo M na mangueira; que Antonio é um camarada da fazenda e de cor preta; que dito Antonio era camarada de Paulo M, que já não está mais na fazenda de Benjamin Ferraz, ignorando a declarante o paradeiro do mesmo; que a declarante só teve relações sexuais com o dito Paulo M e mais ninguém naquela fazenda. (grifo meu, fls. 57).

O relato da menina em todo o processo manifesta uso da força física pelo acusado, inclusive com a resistência, motivo de ter gritado, além de ter escondido o fato devido a vergonha do que havia ocorrido, sendo que a denúncia não fora feita por ela mesma, sim por Antônio, de cor preta, que também trabalhava por ali.

A vergonha expressa pela passividade de esconder apenas consigo as dores de ter sido violentada, além do movimento de testemunhas que declarassem honestidade da menor, pareciam reforçar suas qualidades em cumprir os papéis que eram destinados às mulheres, pois os autos deixam claro que, apesar de parda e

pobre, Maria Benedicta da Silva era muito obediente, “acanhadinha” e incapaz até mesmo de segurar uma criança devido à fragilidade de seu corpo, conforme suas testemunhas – todos homens – atestam.[8]

Seis testemunhas favoráveis à menina alegam que sua postura tímida não deixava sequer que se aproximasse das pessoas que frequentavam a fazenda, portanto, a sua honrabilidade segue sendo a retórica de defesa da menor, amparada no relato de homens que, diaristas ou lavradores, frequentavam a moradia do réu, Paulo Martins ou mesmo de Luiz Ronchi, a quem a menina serviu anteriormente.

As declarações se alternam, apresentam-se a principal testemunha de acusação, Antônio Teixeira Silva, que o escrivão descreve como “preto, 36 anos, diarista, natural de Pernambuco, empregado de Paulo Martins há dez meses no sítio ’Água Clara’”, e que afirma ter presenciado o patrão tendo relações sexuais com a menor, e afirmou que abandonaria o trabalho na fazenda se o empregador continuasse com o abuso, ouvindo em resposta que não havia motivo para tanto, que deveria esquecer o ocorrido e que ambos, patrão e empregado, continuavam amigos.

Por sua vez, a esposa, Júlia Ferraz Martins, descrita nos autos como tendo “26 anos, sabendo ler e escrever”, questiona a “falsa honra” da vítima. Diante da denúncia, o mau comportamento da empregada gera surpresa ao casal que passou a saber das relações sexuais da moça com outros rapazes.

> Maria Benedicta mentiu quando acusou o marido da declarante de a ter desonestado. Não é verdade que seu marido ficasse sozinho na fazenda, quando vinha a cidade, pois era ele mesmo quem sempre a acompanhava. Que Maria Benedicta dormia com as crianças da declarante num quarto que era contíguo com o seu próprio de dormir. A declarante sabia tudo quanto se passava no quarto de sua empregada porque lá também residiam seus filhos e muitas vezes à noite ia socorrê-los, cobrindo-os do frio. A declarante agora veio a saber que seu parente, Orlando Ronchi, andou se gabando de ter tido relações com Maria Benedicta. Soube também que um camarada da sua fazenda de nome José Cazoni, ainda criança também andou com Maria Benedicta Também um seu vizinho de nome Herculano também andou com Maria. A declarante não tinha conhecimento das más qualidades de Maria Benedicta. (fls. 11).

8 “Apesar de ser uma menina órfã, criada na casa dos outros, nunca ouviu dizer por pessoa alguma que ela tivesse algum dia procedido mal” (fls. 17), diz Orlando Ronchi.

O advogado de defesa enfatiza ainda o prestígio e o status social que o réu representa na sociedade do período, pois é honesto, trabalhador e concede serviços em sua legítima fazenda, em contraste às acusações de testemunhas e da vítima. De um lado, o réu, fazendeiro, branco casado e tendo uma família extensa de três filhos e a figura da esposa honra, e de outro, a menor, parda e doméstica, além da testemunha do negro, pernambucano e diarista.

O discurso jurídico coloca então na balança a legitimidade da defesa de estratos sociais distintos, e não só se questiona a virgindade e a honra da doméstica, cujos pais mal conhecera e havendo rumores de sua mãe ser prostituta, mas enaltece as figuras do fazendeiro e sua esposa, inclusive deslegitimando também a principal testemunha: o preto Antônio Teixeira, este real amante rejeitado pela menor e um empregado ressentido com a família do fazendeiro.[9]

A família concedida pelo matrimônio, a fazenda e o trabalho são elementos-chaves para que se manifeste o contraste social entre réu, vítima e testemunhas. O casamento legal e o trabalho como características implícitas de virtude e honradez, em oposição a negritude, mestiçagem, pobreza e criminalização que seriam elementos de degeneração de um ambiente social que formava invejosos, desvirtuosos e mentirosos.

Sartori (2011), analisando processos crimes na Comarca de Bauru, ao classificar os processos por desfecho de inconsistência de provas, foram levantados 13 autos, aponta que a discussão se deu ao redor da assimetria de produção da verdade entre mulheres dos segmentos populares e homens mais velhos, com uma rede de sociabilidade maior por estar inserido na sociedade local através do trabalho.

> Nos casos em que os envolvidos pertenciam a segmentos sociais distintos, o desfecho dos autos foi permeado pelo condicionante de classe. Nesses casos, os indicados utilizam estratégias que reafirmavam a hierarquia dessas relações por meio da indicação de testemunhas influentes na sociedade bauruense, assessoria de advogados (procedimento incomum em inquérito policial) e, em um caso, um contra laudo médico que afirma que a pretensa vítima não

9 Anexo ao processo, há ainda um atestado do Juiz de Paz de Palmital, Arthur Soares, em defesa da honrabilidade de Paulo Martins: "Atesta que o senhor Paulo Martins, brasileiro, casado, lavrador, residente no município de Palmital, onde reside há muitos anos, é pessoa honesta, trabalhador, pacato, chefe exemplar de numerosa família, nada constando que o desabone." (fls. 89).

> havia sido deflorada. Somado estratégias que visavam questionar a conduta social das mulheres, desqualificando seu depoimento e, por extensão, a validade de suas informações. Os indiciados desse segmento, quando envolvido nos autos, argumentavam se tratar extorsão friamente premeditada por jovens meninas para usufruir de seu patrimônio ou de uma rixa que pesava sobre alguma de suas ex-empregadas. Nesses casos, no decorrer dos autos, o indiciado se torna vítima em potencial de um golpe e a pretensa vítima em uma ardilosa criminosa. (SARTORI, 2011, p. 102).

Acompanhado ao reforço do prestígio social do indiciado, soma-se elementos desmoralizadores da conduta feminina através de indicadores de hierarquias sociais e econômicas pela representação da jovem pobre prostituída, advinda de arranjos familiares não convencional que acarretavam a predisposição a promiscuidade. Posto, a justificativa de absolvição do réu é dada pelos pilares dos laços de reconhecimento social na sociedade local, baseado no trabalho, além de se encaixar nos moldes burgueses de representação familiar – pautada no matrimônio e na honra da esposa fiel.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, por meio do processo-crime conseguido no Acervo do Fórum da Comarca de Assis (1940), permite vislumbrar as possibilidades e problemáticas do estudo com esse gênero de fonte histórica, podendo, a partir, da dissecação do filtro jurídico ter acesso ao cotidiano das camadas populares. Em nosso caso, se tratou do caso de violência sexual – mais especificamente, defloramento –, cujos sujeitos são de categorias sociais opostas aos olhos dos "empreendedores morais".[10]

Se, em primeiro momento, buscamos as relações de poder entre patrões e suas respectivas empregadas, muito transpassadas por dominação de gênero e classe, a leitura do auto nos apresentou ao perfil de quem era essa mulher; parda e pobre, advinda de um lar esfacelado pela pobreza. Características essas cruciais

10. Conceito desenvolvido pelo sociólogo Becker (2008) para descrever o grupo de criadores e de impositores de regras sendo, então, mantenedores da moral e dos valores dominantes. As regras são produtos da iniciativa de alguém e podemos pensar nas pessoas que exibem essa iniciativa como *empreendedores morai*. Duas espécies relacionadas – criadores de regras e impositores de regras. (BECKER, 2008, p. 153). O primeiro está atrelado a necessidade do conteúdo de regras, enquanto o último torna a "cruzada moral" institucionalizada.

quando vemos que tipo indivíduos eram mais vigiados aos olhos das leis higiênicas e modernizadoras que passou pelo século XIX ao XX no Brasil, principalmente no intervalo de 1920-1940 com a renovação, inclusive, do Código de Processo Penal em 1940.

No entanto, o estudo teve por objetivo o olhar dos discursos dos diferentes sujeitos sociais envolvidos (vítima, réu, testemunhas, juízes) como forma de perceber os fins pretendidos por estes. Perceber os mecanismos de construção da narrativa que levaria a absolvição ou condenação do réu, mas, antes pelo encaixe aos papéis normatizadores de gênero em relação a vítima, do que de fato pelas provas levadas pelo acusado. Logo, o motivo do cuidado metodológico, a fim de perceber o cotidiano dessas vozes silenciadas manifestadas por discursos deformantes; o cuidado de decifrá-lo.

A riqueza dos debates reflete os inúmeros agentes sociais que transmitem suas versões, buscando incriminar ou fugir da incriminação e, através da verossimilhança – das repetições e exclusões –, o mais perto da realidade social desses sujeitos. O historiador pode enxergar nessas nuances particulares e tomando-se, ao mesmo tempo, do dialogismo da linguagem, na tentativa de ater-se a historicidade da linguagem policial e judiciária e os conflitos que se instauraram a fim de construir as versões dos mais singulares agentes arrolados pelos autos. Para tanto, a objetividade deixa de ser um fim pretendido, mas, em seu lugar, nos abre brechas para visualização das relações de poder manifestadas pelo discurso de homens e mulheres que ocupam papéis sociais antagônicos.

## FONTE

Processo-crime Defloramento, Caixa: 135, n° 14/40. Acervo do Fórum da Comarca de Assis, Cedap – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa “Prof. Dra. Anna Maria Martinez Corrêa”.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. **Meninas Perdidas:** os Populares e o Cotidiano do Amor no Rio de Janeiro da “Belle Époque”, Paz e Terra, 1989.

ABREU, Martha; CAULFIELD, Sueann. 50 anos de virgindade no Rio de Janeiro: as políticas de sexualidade no discurso jurídico e popular (1890 a 1940). **Caderno espaço feminino**, v. 2, 50.

BECKER, Howard S. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2008.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra:** moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). 2000.

CHALHOULB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Editora da UNICAMP, 2001.

COELHO, César Castro. **Violência de gênero:** um estudo de processos criminais de estupro em Uberlândia-1940/1960. Uberlândia, Minas Gerais, 2007.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano:** a criminalidade em São Paulo, 1880-1924. Edusp, 1984.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: **O historiador e suas fontes** (orgs.). São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Silvia Helena Zanirato. A representação da pobreza nos registros de repressão: metodologia do trabalho com fontes criminais. **Revista de História Regional** 3.1, 2007.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Cor e criminalidade:** estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

SANTIAGO, Silvana. **Tal Conceição, Conceição de Tal:** classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Campinas: São Paulo, 2006.

SARTORI, Guilherme Rocha. A **construção da verdade nos crimes de defloramento (1920-1940):** práticas e representações do discurso jurídico na Comarca de Bauru (SP). Marília, São Paulo, 2011.

**Recebido em 30 de abril de 2021.**

**Aprovado para publicação em 13 de março de 2022.**

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

**RESENHA**

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

**REVIEW**

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

*LUCAS BARROSO*[1]

*A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital* (2020) é uma narrativa de Patrícia Campos Mello, repórter especial da *Folha de São Paulo*. A obra versa sobre a trajetória da jornalista na investigação do papel das mídias sociais nas irregularidades do marketing político digital no período das eleições brasileiras, a partir da constatação da existência de esquemas ilegais de compras de pacotes de envios em massa de mensagens. A obra, que é dividida em quatro capítulos, utiliza trechos de reportagens publicadas pela autora na *Folha* desde 2014 e, também, de uma profusão de dados quantitativos e qualitativos. Com isso, Mello (2020) procura relacionar a ilegalidade no aumento da desinformação política e a formação de uma "máquina do ódio" eleitoral. Como arcabouço teórico, Mello (2020) é influenciada pelas considerações de Hannah Arendt (2013) e de Giulianno Da Empoli (2019).

O livro inicia com a apresentação do lançamento do *Volksempfänger*[2], em 1933, e as atuações do Ministério da Propaganda da Alemanha nazista, liderado por Joseph Goebbels. A partir da reflexão sobre essa tecnologia de propaganda de massa nazista, Mello (2020) desenvolve o primeiro capítulo intitulado "A eleição do *WhatsApp* no Brasil", analisando a relação entre as esferas da propaganda e da política nacional. Por meio do expediente teórico de Arendt (2013), a jornalista traça um paralelo entre

[1] Graduando em História (Licenciatura) pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Graduando em História (Bacharelado) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *E-mail*: lucas.barroso@ufrj.br

[2] O programa nazista denominado *Volksempfänger*, em português "o receptor do povo", foi uma tecnologia de rádio para a propaganda de massa desenvolvida pelo engenheiro Otto Griessing a pedido de Joseph Goebbels, o Ministro da Propaganda do regime nazista.

o autoritarismo e o controle de informações, apontando, todavia, que, nas atualidades neoautoritárias, diferente da época nazista, o controle do que é vinculado não se restringe ao controle direto dos veículos de informação pelo Estado, mas fica a cargo da "avalanche de desinformação" propagada por estes mesmos veículos, no qual, em nossa atualidade, o maior veículo é a internet.

Inseridos em uma lógica de pós-verdade, os recursos de midialização das *narrativas alternativas de fatos* são impulsionados pelas próprias redes sociais que permitem a compra de engajamentos por parte dos usuários. De mesmo modo, esses recursos são popularizados por práticas de *astroturfing*, quando se recorrem a terceiros por meio de sistemas automatizados, pessoas contratadas e agências de marketing especializadas em disparos em massas de mensagens microdirecionadas para milhares de pessoas. Essas práticas ocorrem nos serviços da *Quickmobile*, *Yacows*, *DOT Group*, *Croc Services* e *Enviawhatsapps*, por exemplo.

Por ser constante, repetitivo, rápido e em larga escala, as narrativas propagadas, que podem conter descontextualizações, meias verdades e/ou ficções completas, acabam adentrando nas relações sociais fora do ambiente digital. O bombardeio de desinformação, que é iniciado em um contexto de similaridade ideológica e proximidade emocional, alastra-se inevitavelmente. Isso ocorre porque a repetição confere familiaridade e, por consequência, uma falsa sensação de verdade. Essa prática de propaganda é chamada pelos estadunidenses de *firehosing*, derivado de *fire hose*, mangueira de incêndio. Ou seja, uma verdadeira "mangueira de incêndio de inverdades" que falseia a realidade. Deste modo, com as notícias falsas, saímos da "Era da Informação" e adentramos na "Era da Desinformação".

De acordo com Mello (2020), a produção e a propagação da desinformação têm sido uma tônica na política mundial, uma vez que os partidos políticos utilizam das redes sociais como mecanismo para influenciar a opinião pública. Nesse cenário, eles têm recorrido à contratação de terceiros, como robôs e agências, para evitar estarem diretamente associados a essas práticas, mas se beneficiarem de toda a falsidade, toxicidade e ofensas geradas. Deste modo, as redes se tornaram vitais para candidatos políticos neopopulistas, como é o caso do político brasileiro Jair Messias Bolsonaro, que, desde o período eleitoral, beneficia-se de distorções de informações, fatos e da própria realidade a partir da propaganda viral ou contratada (MELLO, 2020).

Conforme a jornalista, a estratégia digital bolsonarista, beneficiada por uma conjuntura bipolarizada da política partidária brasileira, idealizada e estruturada pelo vereador Carlos Bolsonaro, segundo filho de Jair Bolsonaro, centra-se na presença digital e na criação de um "exército digital". Esse exército é formado por uma infinidade de usuários em grupos públicos de apoiadores no *WhatsApp* – e agora no *Telegram* –, "(...) um veículo assustadoramente eficiente para disseminar propaganda política - ou desinformação" (MELLO, 2020, p. 33). Esses grupos, geridos descentralizadamente por apoiadores, induzem a conclusões enganosas, descontextualizam declarações, propagandeiam notícias falsas, disseminam narrativas equivocadas e atacam adversários políticos. Além disso, o que possibilita a magnitude desses grupos é a "mangueira de incêndio de inverdades" acionada por disparos em massas de conteúdos pró-Bolsonaro, seja por meio da automação ou por envios massivos de agências contratadas. Ainda que, em outra escala, outros partidos e políticos tenham se beneficiado dessas práticas, o bolsonarismo foi quem a consolidou como uma "máquina eficaz" (MELLO, 2020).

No cerne dessa questão da influência das mídias na política, uma das grandes questões investigadas por Mello (2020), assim como já o fizera em uma reportagem de 2018, é o envolvimento de empresas nacionais e estrangeiras na compra desses pacotes de disparos em massa no *WhatsApp*, que tem no Brasil o seu segundo maior mercado, para beneficiar candidatos. Na época das eleições presidenciais de 2018, cada mensagem disparada para a base de dados própria dos candidatos custava de R$0,08 a R$0,12, mas poderia custar de R$0,1 a R$0,2, caso o político comprasse um banco de dados de terceiros, que continha números telefônicos e dados pessoais, principalmente de idosos (MELLO, 2018; 2020).

Essas práticas, consideradas por Mello (2020) como uma "terceirização do caixa dois", são ilegais por inúmeras questões, dentre os quais: i) por se tratarem de doações de empresas a campanhas eleitoral, proibidas desde 2015 para coibir a corrupção; ii) por não serem devidamente declaradas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE); iii) por haver calúnias a adversários políticos; iv) por, em alguns casos, haver o impulsionamento das redes por empresas fora do Brasil, o que é proibido pela lei n° 13448/2017; e v) por se tratarem de venda de dados de terceiros, proibidas desde dezembro de 2019.

As investigações empreendidas pela autora, que denunciavam crimes como ofensa à honra e caixa dois indireto, que poderiam impugnar a então candidatura de Jair Bolsonaro, acabaram colocando a própria jornalista no centro do fogo cruzado entre a opinião pública e a "panela do ódio". Conforme a jornalista, ela passou a ser alvo recorrente de ataques cibernéticos e de linchamentos virtuais promovidos por grupos ligados direta ou indiretamente ao bolsonarismo.

Com o título "Assassinato de reputação, uma nova forma de censura", o segundo capítulo da obra traz relatos da autora quanto aos episódios de ataques cibernéticos e de difamação que sofreu. Tais ataques consistiram em inúmeras mensagens agressivas, caluniosas, machistas, falocêntricas e misóginas que ela recebeu diretamente em seu *Facebook*, *e-mail*, *Instagram* e *Twitter*, além da avalanche de xingamentos e de *memes* obscenos, que eram legitimados e amplificados pelo próprio presidente Jair Bolsonaro e pelo seu terceiro filho, o então deputado federal, Eduardo Bolsonaro. Ademais, Mello (2020), ao longo do capítulo, também faz referência a outros episódios em que a "milícia digital bolsonarista" atacou outras jornalistas, como aconteceu com Talita Fernandes, da *Folha*; Vera Magalhães, colunista do jornal *O Estado de S. Paulo*; Marina Dias, também da *Folha*; Constança Rezende, colunista do UOL; e Miriam Leitão, da *Globo*.

Como analisado por Mello (2020), a estratégia global de intimidação *on-line*, muito utilizada pelo bolsonarismo, além de funcionar como uma censura informal e gerar uma autocensura, também são estratégias para distração de fatos considerados "incômodos" pelos núcleos governistas. Isto é, funciona como uma "cortina de fumaça perfeita para inflamar sua base e mudar o foco da narrativa" (MELLO, 2020, p. 109). Ao longo do segundo capítulo, Mello (2020) narra diversas ocasiões em que essa tática diversionista ocorreu, relacionando os ataques que sofreu a essa prática de diluição e modelagem de narrativas.

No cerne dessa estratégia, a onipresença de um plural ecossistema de sites e influenciadores que proliferam essas intimidações é um dos pilares de sustentação dessas práticas. Também é comum que essas mídias recebam financiamento anônimo de empresários e de setores ligados ao Governo Federal, além de benefícios, tais como indicação a cargos públicos, o que retroalimenta esse "esquema de milícias virtuais" (MELLO, 2020). Nesse contexto de popularização de versões em detrimento

de fatos, o terceiro capítulo, com o título "Fatos alternativos e a ascensão de populistas no mundo", traz um panorama sobre o chamado "tecnopopulismo" contemporâneo, usando como base os discursos de "fatos alternativos" do ex-presidente estadunidense Donald Trump e do presidente brasileiro Jair Bolsonaro, bem como de seus idealizadores, marqueteiros e apoiadores.

Em oposição a mídia tradicional e inserida em um contexto de desesperança política, a base de eficiência dessa nova realidade está centrada no próprio uso das redes sociais como forma de mobilizar e manipular o eleitorado, em que se criam campanhas políticas microdirecionadas e segmentadas a partir da compra, financiada geralmente por empresas, de banco de dados e de informações pessoais de terceiros, como aconteceu nos processos eleitorais de 2015 na Nigéria, de 2016 nos Estados Unidos, de 2018 no Brasil e de 2019 na Índia, por exemplo.

Nesses casos, os envolvidos, além de comprarem ilegalmente imensos bancos de dados para microdirecionar mensagens, também manipularam o fluxo de informações enviadas, fabricaram notícias falsas e "vilanizaram" adversários políticos e minorias, com o intuito de fabricar bodes expiatórios. Sobre isso, um dos exemplos trazidos por Mello (2020) é a atuação antidemocrática da *Cambridge Analytica* (CA), empresa que protagonizou o maior escândalo da história das redes sociais por obter dados de terceiros de forma antiética e ilegal.

Por fim, no quarto capítulo, intitulado "Bolsonaro e o manual de Viktor Orbán para acabar com a mídia crítica", Mello (2020) trata sobre as consequências dessas práticas de desinformação para a demonização da imprensa tradicional. Influenciado pelo manual "Como acabar com a imprensa independente em dez lições", obra do neopopulista húngaro de direita, Viktor Orbán, o bolsonarismo, visando eliminar intermediários e criar blindagem contra críticas, tem adotado posturas incomparáveis de ataque direto às mídias independentes críticas e à plena liberdade de expressão, seja por meio de incentivos a boicotes, de xingamentos, de intimidações ou de retaliações, por meio de medidas provisórias que atentam contra a existência da imprensa, por exemplo. Sobre essa questão de descredibilizar a imprensa livre e deslegitimar o jornalismo profissional como política de governo, Mello (2020) cita as atuações de Viktor Orbán na Hungria, de Recep Erdogan na Turquia, de Narendra

Modi na Índia, de Rodrigo Duterte nas Filipinas, de Nicolás Maduro na Venezuela e de Daniel Ortega na Nicarágua.

Conclui-se, com a leitura da obra, que a ascensão de grupos extremistas em diversas partes do mundo é um reflexo da maximização da violência institucionalizada contra a imprensa independente e contra o pensamento crítico. Nota-se ainda que esse é um tipo de violência nunca antes experenciado no Brasil. Além disso, como mencionado por Mello (2020), as legislações atrasadas e a inoperância de instâncias superiores acabaram sendo determinantes para as práticas ilegais de propagação de desinformação e de obtenção de dados para o envio massivo de mensagens em períodos eleitorais, bem como, posteriormente para a ocultação e destruição de provas concretas desses crimes. Sem impedimentos muito expressivos, o extremismo tem se alicerçado fortemente para desinformar, enganar, caluniar e impedir os eleitores de pensar criticamente. Não há dúvidas: a Era das Trevas, de fato, começou.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos**: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. São Paulo, Vestígios, 2019.

MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp, **Folha de São Paulo**, 18 out. 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml. Acesso em: 24 out. 2021.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

**Recebido em 28 de outubro de 2021.**

**Aprovado para publicação em 22 de maio de 2022.**

Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

# RESUMO EXPANDIDO
# O FUTEBOL TABELA COM A POLÍTICA:
Futebol e as “Diretas Já” nos editoriais da Revista *Placar* (1982-1984)[1]

# EXTENDED ABSTRACT
# THE SOCCER PLAYS A ONE-TWO WITH POLITICS:
Soccer And “Diretas Já” Movement As Commented In The *Placar*’s Magazine Editorials From 1982-1984.

*ANDRÉ LUIS DOMINGOS*[2]

A política, assim como o futebol, promove intensas discussões, sobretudo nos últimos anos no país, no qual os debates políticos se assemelham a disputa de uma partida de futebol, semelhantes aos torcedores de um clube, defendendo o seu partido ou ideologia, assim como a torcida defende seu time do coração. A expressão “tabela”, tão presente no mundo do futebol, para nós exemplifica a relação próxima que o esporte e a política possuem no Brasil, mais especificamente, a relação entre futebol e ditadura militar na década de 1970 e, especialmente para este estudo, 1980. O resumo aqui apresentado é parte da pesquisa realizada para a monografia de conclusão do curso de Licenciatura em História e tem como foco essa “troca de passes” entre futebol e política, caracterizando a “tabela”, que falaremos a seguir.

Um exemplo desse engajamento e envolvimento de parte do universo do futebol com o movimento pelo voto direto é a “Democracia Corinthiana”, movimento iniciado no Sport Club Corinthians Paulista que, entre outras causas inerentes ao clube, era abertamente favorável ao movimento pelas eleições diretas. Posteriormente falaremos sobre essa “tabela” entre “Diretas Já”, “Democracia Corinthiana” e o papel desempenhado pela revista *Placar* neste processo.

A *Placar*, revista brasileira especializada em esportes, foi lançada em 20 de março de 1970 pela Editora Abril, pouco antes da Copa do Mundo realizada no

[1] Resumo expandido de monografia apresentada ao curso de História-Licenciatura da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) em outubro de 2021.

[2] Graduado em Gestão Pública pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e em História pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Atualmente discente do curso de Ciências Sociais-Bacharelado da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

México no mesmo ano, para preencher a lacuna de uma publicação nacional esportiva, cobrindo especialmente o futebol. Com o crescimento econômico do Brasil no começo da década de 1970 e a classe média consumista que se firmou nesse período, a publicação consolidou-se, especialmente aproveitando-se da repercussão do título mundial da seleção brasileira no torneio, como um "terceiro tempo", espaço no qual os torcedores e leitores encontravam a possibilidade de continuar suas discussões sobre o futebol. Mesmo com tais dificuldades, a *Placar* tornou-se a maior publicação nacional sobre esportes na década de 1980 e uma das principais responsáveis pela cobertura e informações do futebol nacional e também internacional naquele momento.

Posto isso, *Placar* será utilizada como fonte histórica para entendermos como a publicação lidou e se posicionou diante do movimento das "Diretas Já". Analisaremos os editoriais assinados por Juca Kfouri no período entre 04 de junho de 1982, último número (n. 628) da revista antes do início da Copa do Mundo de 1982, até 28 de setembro de 1984, último número (n. 749) da revista disponível *online* no ano de 1984. O recorte temporal deste estudo se dá entre os anos 1982 e 1984 justamente por ter sido neste período que essa "tabela" entre futebol e política se deu de maneira evidente, com a participação do futebol no movimento das "Diretas Já", conexão singular que corrobora nosso argumento de um maior engajamento do futebol nos rumos da política nacional no início dos anos 1980.

Optamos por dividir este estudo em três capítulos, nos quais apresentaremos, comentaremos e discutiremos, de maneira geral, a bibliografia e as fontes selecionadas. No primeiro capítulo, intitulado "O futebol e seus valores, sentidos e definições", discorreremos sobre a origem do futebol e a sua chegada ao Brasil, até o momento em que as primeiras discussões acerca da profissionalização começam a surgir, por volta de 1920-1930. Após essa breve primeira parte, nosso objetivo será discutir e analisar os significados que o futebol possui para a sociedade, sendo ele um espaço social e cultural no qual o brasileiro se identifica e se reconhece, onde pode encontrar o seu lugar de realização, uma compensação para o que não lhe é permitido em outros aspectos da vida social. Além disso, com toda sua importância cultural, social, política e identitária, o futebol passou a ser

cada vez mais objeto de atenção de vários políticos e governos, no Brasil e no mundo. Por conseguinte, faz sentido que o futebol seja utilizado enquanto um meio pelos governantes para alcançarem diversos objetivos específicos e abordaremos alguns deles, por exemplo, como o futebol serviu para políticos e governantes legitimarem suas ações no governo, relacionando-as com o sucesso conseguido pelo futebol. Por fim, serão feitas algumas considerações sobre o motivo pelo qual o futebol ter essa característica no país.

No segundo capítulo, "O contexto político do Brasil e a relação com o futebol na década de 1980", analisaremos a crise vivida pelo país no início dos anos 1980 e, especialmente o movimento das "Diretas Já", que canalizou as frustrações da população brasileira com um regime militar que já durava praticamente 20 anos e reivindicava o retorno do direito ao voto direto para eleições presidenciais no país. Além disso, discorreremos sobre a "Democracia Corinthiana" e como esse movimento, iniciado no Sport Club Corinthians Paulista, transcendeu os campos de futebol e associou-se ao movimento das "Diretas", tabelando juntos para alcançarem seus objetivos.

Por fim, no terceiro capítulo, intitulado "A 'tabela' entre *Placar* e Diretas Já", discorremos sobre o papel desempenhado pela publicação esportiva no novo projeto político, no qual o futebol passava a ser uma ferramenta de mobilização da população nacional. O objetivo era criar uma nova identidade nacional, na qual o futebol era o meio pelo qual a sociedade brasileira seria mobilizada para auxiliar na superação do atraso político em que se encontrava o país. *Placar* colaborou para que isso pudesse acontecer e era nesse contexto que estava inserido o movimento das "Diretas Já", reivindicando justamente a superação desse atraso por meio do voto direto para presidente. Para tanto, analisaremos os editoriais da publicação que citam direta ou indiretamente as "Diretas Já" e teceremos sobre eles alguns comentários e considerações, discutindo o papel que a publicação teve e a sua contribuição à campanha pelo voto direto para presidente da República.

A revista Placar começou a falar sobre as "Diretas Já" ainda no fim de 1983, mas de forma rápida e superficial. Foi somente no início do ano de 1984, com o interesse da sociedade cada vez maior pelo movimento, que a publicação passou

a falar mais sobre o assunto. No começo do ano repercutiu sobre o comício ocorrido em janeiro, mas o ponto máximo da cobertura se deu em abril, mês culminante da campanha pelo voto direto, principalmente na edição n. 727 de 27 de abril de 1984. Foi nela que a publicação tratou direta e incisivamente sobre as “Diretas Já” e evidenciou o seu apoio ao movimento, declarando a sua expectativa pela aprovação da emenda pelo voto direto para presidente. Sócrates foi um personagem fundamental para a revista neste sentido, sendo ele o exemplo, de jogador e também cidadão, a ser seguido pelos demais torcedores e também leitores da revista.

Em síntese, a publicação foi favorável ao movimento, apoiou e incentivou o movimento para os seus leitores/torcedores desde que começou a tratar sobre o assunto e mesmo após a reprovação da emenda, o discurso ainda era otimista em relação ao futuro no que diz respeito às eleições diretas no país.

**Palavras-Chave**: Diretas Já. Revista Placar. Política. Futebol. Redemocratização.

**Keywords**: Diretas Já. Placar’s Magazine. Policy. Football. Redemocratization.

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

**Revista História em Reflexão, Vol. 16, N. 32 | out. a dez. de 2022**

A Revista Eletrônica História em Reflexão (REHR) é uma publicação do discentes de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH-UFGD).

A REHR recebe contribuições em fluxo contínuo e tem como objetivo divulgar trabalhos acadêmicos desenvolvidos na área da História que possibilitem refletir sobre o fazer histórico, bem como em suas relações com a Literatura, a Sociologia, a Antropologia, a Geografia, a Linguística, Educação, entre outros, de forma a propiciar melhor compreensão nos estudos da História e promover a interdisciplinaridade. Ademais, não privilegia uma especificidade temática, na medida em que prevê a divulgação de trabalhos originais.

A Revista Eletrônica História em Reflexão, destina -se tanto a estudantes de graduação e pós-graduação que tenham interesse nos trabalhos publicados, assim como professores de graduação e pós-graduação. Aceita trabalhos em português, inglês e espanhol sob a forma de artigos, entrevistas, resenhas de livros, comentários sobre fontes inéditas, resumos expandidos de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, textos livres produção iconográfica e audiovisual e notas breves.

**EQUIPE EDITORIAL**

EDITORA-CHEFE
**Nathalia Claro Moreira**

Editores/as Associados/as
**Emanoel Jardel Alves Oliveira**
**Jackeline Kojima Matias Ikuta**
**Kácia Sousa**
**Kevin Franco dos Santos**
**Ravi Rodrigues Amorim**

PARECERISTAS AD HOC NESTE NÚMERO

**Alcides Goularti Filho**
**Alfredo Ricardo Lopes**
**Ana Maria Colling**
**Anne Caroline Primo Ávila**
**Antônio Hilário Aguilera Urquiza**
**Ary Albuquerque Cavalcanti Jr.**
**Áureo Busetto**
**Bruno Ferreira Vicente**
**Carlos Eduardo Costa Campos**
**Cássio Knapp**
**Cláudio Baptista Carle**
**Daniel da Silva Klein**
**Fabricio Santiago Almeida**
**Francisco F. Paiva Neto**
**Francisco Renato Lima**
**Gerson Luiz Martins**
**Márcia Maria Meideiros**
**Nathalia Monseff Junqueira**
**Nicole Claro M, de Morais**
**Protasio Paulo Langer**
**Francesco Romizi**

CONSELHO CONSULTIVO

**Adriana Aparecida Pinto (UFGD)**
**Ana Maria Colling (UFGD)**
**Andrey Minin Martin (UFMS)**
**Anibal Herib Caballero Campos, Univ. Nacional de Canindeyú, Paraguai**
**Cielo Zaidenwerg, Univ. de Barcelona, Espanha Éder da Silva Novak (UFGD) Edvaldo Sotana (UFMS)**
**Elenita Malta Pereira (UFSC)**
**Eliane Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)**
**Eudes Fernando Leite (UFGD)**
**Fabiano Coelho (UFGD)**
**Fabio da Silva Sousa (UFMS)**
**Fernando Perli (UFGD)**
**Jérri Roberto Marin (UFMS)**
**Jiani Fernando Langaro (UFU)**
**Jorge Eremites de Oliveira (UFPel)**
**Jorge Pagliarini Junior (UNESPAR)**
**José D'Assunção Barros (UFRRJ)**
**Leandro Baller (UFGD)**
**Linderval Augusto Monteiro (UFGD)**
**Losandro Antônio Tedeschi (UFGD)**
**Marcia Maria Medeiros (UEMS)**
**Maria Celma Borges (UFMS)**
**Mariana Esteves de Oliveira (UFMS)**
**Maristela Carneiro (UFMS)**
**Mírian Cristina de Moura Garrido (Unesp)**
**Nauk Maria de Jesus (UFGD)**
**Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD)**
**Protasio Paulo Langer (UFGD)**
**Ricardo Oliveira da Silva (UFMS)**
**Robert Wilton Wilcox, Northern Kentucky University, Estados Unidos**
**Robson Laverdi (UEPG)**
**Tânia Regina Zimmermann (UEMS)**
**Thiago Leandro Vieira Cavalcante (UFGD)**
**Vinicius Pereira de Oliveira (IFSul)**